Passado, Presente e Futuro
na voz das Mulheres e Raparigas afectadas
pelo conflito em Cabo Delgado:

MUTHIANA

UMA ANÁLISE FEMINISTA

mukadzi
colaboratório
feminista

Passado, Presente e Futuro
na voz das Mulheres e Raparigas afectadas
pelo conflito em Cabo Delgado:

MUTHIANA

UMA ANÁLISE FEMINISTA

FICHA TÉCNICA

Pesquisadoras: Catarina Casimiro Trindade e Tassiana Tomé

Edição, Design Gráfico e Ilustração: FACTO

Ano de Publicação: 2023

Website: www.muthiana.com

Autoria:

mukadzi
colaboratório feminista
www.mukadzi.co.mz

Parceiros e Financiadores:

ALIADAS
WOMEN'S VOICE AND LEADERSHIP
MOZAMBIQUE

cesc
CENTRO DE APRENDIZAGEM E CAPACITAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Canadá

agradecimentos

Como fruto da iniciativa do programa Women, Voice and Leadearship (WVL) ALIADAS para a visibilidade e inclusão das vozes das mulheres afectadas pelo conflito na definição de intervenções, políticas e estratégias de resposta ao conflito, reconstrução e pacificação em Cabo Delgado, a Mukadzi – Colaboratório Feminista realizou a presente pesquisa "Passado, Presente e Futuro na Voz das Mulheres e Raparigas afectadas pelo Conflito em Cabo Delgado – Uma Análise Feminista" e desenvolveu a plataforma digital www.muthiana.com como um recurso para a temática sobre Mulher, Paz e Segurança em Cabo Delgado.

O programa Women, Voice and Leadearship (WVL) ALIADAS é implementado pelo Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), com financiamento do Alto Comissariado do Canadá, e tem por objectivo ampliar a voz e fortalecer a liderança de organizações estabelecidas, grupos emergentes e informais, redes, plataformas e movimentos de mulheres. A Mukadzi – Colaboratório Feminista é um colectivo de mulheres cientistas sociais dedicado à pesquisa e inovação social para a igualdade de género e empoderamento das mulheres através da produção e disseminação de dados e abordagens feministas.

A todas as pessoas, organizações e instituições que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, o nosso muito obrigada. Esta pesquisa não teria sido realizada sem o apoio institucional e financeiro do Centro de Capacitação e Aprendizagem da Sociedade Civil (CESC) e do Programa Women's Voice and Leadership ALIADAS, aos quais dirigimos o nosso maior apreço e gratidão. Obrigada pela liberdade e confiança concedida no desenvolvimento deste projecto de pesquisa, que esperamos que seja um pequenino grão de areia no caminho que precisamos trilhar colectivamente pela Paz e defesa dos direitos das mulheres e todas as pessoas deslocadas. Sem o aval e colaboração dos governos distritais de Metuge, Ancuabe e Montepuez não teríamos conseguido fazer o trabalho de campo com tranquilidade, por isso agradecemos a pronta resposta para executarmos a nossa pesquisa.

Um agradecimento especial vai para as organizações, agências internacionais, associações comunitárias de base e activistas, académicas/os e pesquisadoras/es que gentilmente cederam um pouco do seu tempo para conversar connosco e partilharem o seu conhecimento e experiência. Esta pesquisa é fruto destas partilhas que construíram as análises que aqui apresentamos. Não podemos, também, deixar de agradecer a cada uma das pessoas com quem conversámos e a quem pedimos conselhos antes da pesquisa se materializar, conversas essas que com certeza nos ajudaram a afinar o nosso olhar e a abrir a nossa sensibilidade para conduzir este estudo.

Gostaríamos de agradecer à Alessandra Paes, por ajudar-nos a materializar a plataforma digital que resultou da pesquisa, ao Tavares Cebola pela orientação na concepção inicial do estudo e website e à Ana Queiroz pelo apoio na composição das histórias de vida. Sem o auxílio das nossas duas intérpretes de Emakhuwa, Shimakonde e Kimwani, o trabalho de campo não teria sido possível. Obrigada Yana Francisco e Flávia Nicolau, pela sensibilidade e cuidado com que realizaram o vosso trabalho, assim como pelo companheirismo partilhado.

Por fim, o nosso agradecimento mais relevante vai para todas as mulheres deslocadas e afectadas pelo conflito, em particular para cada mulher que tivemos o privilégio de conhecer e conversar em Pemba, Metuge, Ancuabe e Montepuez. São a razão de ser deste trabalho, que só terá serventia se puder contribuir de alguma forma positiva para as suas vidas.

As mulheres que participaram deste estudo são grandiosas como os inúmeros embondeiros que encontrámos ao longo do caminho, fortes, resistentes, imponentes e de pé apesar das intempéries. O convívio com estas mulheres foi intenso e transformador e com elas aprendemos o verdadeiro sentido da palavra re-existência. Mulheres que, apesar de toda a dor, perda e sofrimento, continuam de pé, resistem, arregaçam as mangas e seguem dando um sentido de normalidade às suas vidas.

Mulheres que, em meio ao trauma e caos da insegurança, da precaridade no acesso aos serviços básicos, vulnerabilidade a inúmeras formas de violência, assumem o papel como principais cuidadoras de crianças e idosos, provedoras das famílias e gestoras comunitárias. São elas que se organizam colectivamente para construir casas improvisadas e até escolas informais para os seus filhos nas aldeias de reassentamento, são elas que garantem o alimento e a água. São elas que demandam mais do que assistência humanitária, a Paz e a restituição dos meios de que foram expropriadas para reconstruírem a sua autonomia. São elas que, mesmo na maior escassez, desenvolvem estratégias de sobrevivência e re-existência das suas comunidades. Elas não são apenas sobreviventes, mas sobretudo agentes poderosas de transformação que diariamente buscam autonomia, sustento e cura.

Assim, esperamos que este projecto de pesquisa possa ajudar a nomear e a difundir a voz de quem tem tido as suas histórias muitas vezes reduzidas a estatísticas que pouco informam aquilo que são as políticas e estratégias de resposta ao conflito e reconstrução. As mulheres deslocadas não são apenas dados quantitativos, e precisam ser singularizadas nas suas aspirações e necessidades, nos seus sonhos e lutas e, acima de tudo, precisam que as suas demandas sejam reflectidas nos programas, planos e políticas para a paz, segurança, reconstrução e desenvolvimento da província e do país.

Elas seguram luas
E têm poderes mágicos
De costurar feridas e sarar dores
De doar esperança
E do útero desaguar flores.
Erguem escolas de argamassa
E alimentam gerações
Fertilizam solos estéreis
Com sementes de amor
Mesmo nadando em mares mortos
Nunca cedem à exaustão.
Põem os pés descalços na terra
E espalham sóis e paz pelo chão.
– Mas não queremos que mulheres sejam mártires

Tassiana

sumário executivo

A pesquisa **Passado, Presente e Futuro na Voz das Mulheres e Raparigas Afectadas pelo Conflito em Cabo Delgado: Uma Análise Feminista**, realizada pela equipa de pesquisadoras da Mukadzi - Colaboratório Feminista e financiada pelo Programa Women's Voice and Leadership (WVL) ALIADAS, procura documentar, analisar e partilhar, com base numa abordagem feminista, as realidades e vivências das mulheres afectadas pelo conflito em Cabo Delgado e trazer recomendações para intervenções, programas e políticas que visam beneficiá-las, com base nas suas vozes e percepções.

Os seus objectivos específicos incluem 1) a recolha e documentação das histórias e percepções de mulheres afectadas pelo conflito e deslocadas internamente, assim como o levantamento do seu perfil sociodemográfico, elaborando uma análise feminista e multidimensional do impacto do conflito nas suas vidas; 2) a identificação de actividades e demandas nas intervenções das organizações locais voltadas para a mulher; 3) a partilha de recomendações sobre as estratégias de intervenção mais adequadas para informar os programas das organizações de mulheres, outras OSC e políticas do Governo na mitigação do impacto do conflito na vida das mulheres e, por fim, 4) a divulgação ampla dos resultados deste estudo em formatos presenciais e virtuais para todos os actores-chave e sociedade em geral, através da construção de uma plataforma digital e outros recursos acessíveis.

Foi usada uma metodologia mista, de carácter qualitativo, que articula o trabalho de campo para recolha de dados primários - através de uma análise etnográfica, entrevistas semiestruturadas individuais e em grupos focais/rodas de conversa, histórias de vida, linha do tempo, análise de percepções e emoções -, com o trabalho de investigação bibliográfica para recolha e análise de dados secundários, com base na literatura e documentos relevantes sobre Cabo Delgado e o actual conflito armado, mulheres, paz e segurança e outras temáticas relacionadas. A combinação destes diferentes métodos foi orientada por princípios feministas na condução de toda a pesquisa e abordagens de pesquisa-acção, privilegiando uma análise feminista e o uso de género como categoria de análise fundamental, que pressupõe que as mulheres são incluídas na pesquisa como sujeitas participativas no processo de coprodução de conhecimento, através das suas experiências e percepções, ao invés de serem meramente consideradas objectos de estudo.

O trabalho de campo ficou dividido entre a cidade de Maputo, onde iniciamos entrevistas a alguns actores-chave, e a província de Cabo Delgado, mais concretamente a cidade de Pemba e os distritos de Metuge (aldeia de Cuaia), Ancuabe (aldeia de Nacussa B) e Montepuez (aldeia de Nacaca), onde demos continuidade às entrevistas a actores-chave e iniciamos os grupos focais e entrevistas individuais a pessoas deslocadas (mulheres e homens, líderes comunitários), chefes de famílias de acolhimento e um grupo de mulheres afectadas pelo conflito, não deslocadas. No total, mais de 90 pessoas participaram desta pesquisa.

O presente documento aborda os seguintes temas:

- **Análise das principais constatações**, divididas entre passado, presente e futuro, nomeadamente sobre: condições e gestão dos centros/aldeias de deslocados e o acesso aos serviços sociais essenciais (habitação e bens não-alimentares; segurança alimentar e meios de subsistência; água, higiene e saneamento; privacidade e higiene menstrual; saúde, apoio psicossocial e espaços amigos da mulher; protecção social; educação); estratégias de resistência, entre ajuda e apoio mútuo; principais alterações nos papéis e nas relações de género; percepções sobre experiências de violência de género antes e depois do conflito; impacto cultural e religioso-espiritual; conflito e solidariedades invisíveis: as relações entre pessoas deslocadas e pessoas locais; participação das mulheres e sociedade civil na Agenda de Paz, Segurança e Reconstrução; Participação das Mulheres e Sociedade Civil Local na Plataforma Mulher, Paz e Segurança e na Agenda Mulher, Paz e Segurança; Participação nos Programas e "Clusters" de Resposta Humanitária e Projectos de Desenvolvimento; o papel da mulher em Programas de Desenvolvimento e Reconstrução; a Participação das mulheres deslocadas em estudos e pesquisas e as condições e causas do conflito e caminhos para paz;

- **Histórias de vida das mulheres deslocadas** da cidade de Pemba e distritos de Metuge, Ancuabe e Montepuez;

- **Recomendações** para as áreas de Advocacia, Coordenação das OSCs nos programas de desenvolvimento e resposta humanitária; Governação e participação; Agenda Mulher, Paz e Segurança; Acesso a serviços sociais; Programas de Desenvolvimento e Reconstrução e Recomendações para o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil, particularmente de nível local e lideradas por mulheres e jovens.

As conclusões deste estudo trazem aspectos importantes, os quais destacamos:

1. Apesar da existência de um Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, de uma Política e Estratégia de Gestão dos Deslocados Internos e de todoo investimento e programas de apoio humanitário que estão a ser feitos, a situação dos centros e aldeias de deslocados é ainda bastante precária, não só em termos de infraestruturas e acesso a serviços sociais essenciais (saúde, educação, água e saneamento, etc), mas também de falta de bens materiais, terra para cultivo, alimentação e rendimentos e acesso a programas de geração de rendimentos;

2. As abordagens usadas nos programas de apoio psicossocial precisam de maior atenção. Intervenções terapêuticas com abordagens feministas têm como referência os contextos políticos e a diversidade de identidades pessoais e sociais das mulheres e raparigas que sofrem diversos tipos de violências. Entender como os contextos sociais e culturais e ainda como as identidades e o desenvolvimento impactam na exposição a várias formas de violência, nas respostas de mulheres e raparigas à violência e no processo de cura é crucial para que não se cause danos adicionais;

3. Se é verdade que o impacto do conflito aprofundou desigualdades através da retirada de autoridade e legitimidade que as mulheres possuíam em algumas esferas da sua vida, a pesquisa mostrou-nos que este contexto pode também levar a algumas alterações nas relações de poder e na agência das mulheres, evidenciando o seu dinamismo e proactividade e as mudanças na percepção que têm de si mesmas, como sujeitas de transformação, contestação e resistência;

4. Conflitos por terra, recursos naturais, formas de discriminação e exclusão, entre outras tensões sociais e de carácter étnico entre população deslocada e "nativa", revelam a necessidade de se desenvolverem e ampliarem mais intervenções para a promoção da paz e a resolução de conflitos comunitários agravados e gerados pela deslocação forçada, olhando sobretudo para as causas estruturais e envolvendo igualmente os provedores de serviços públicos e outras entidades governamentais;

5. Campanhas contra formas de discriminação das pessoas deslocadas internamente, divulgação das leis e dos direitos das pessoas deslocadas internamente a todos os actores-chave da sociedade são

fundamentais como parte de acções que visem reduzir estes conflitos entre as pessoas deslocadas e nativas. Isto passa igualmente pela necessidade de expandir os serviços sociais básicos através de brigadas móveis e formas alternativas de garantiro acesso a estes serviços em condições de emergência, bem como um reordenamento de terra que permita maior segurança alimentar às famílias deslocadas. É também fundamental a promoção local do valor da diversidade étnica, cultural e religiosa e a promoção de campanhas de solidariedade e de promoção de direitos das PDIs. Muitos destes conflitos invisíveis também resultam do facto das comunidades nativas e deslocadas terem tido poucas oportunidades de participar e decidir sobre as formas como foram sendo estabelecidas as aldeias e centros de acolhimento e como vêm sendo geridos. É importante melhorar e, em muitos casos, criar mecanismos de maior participação e auscultação das comunidades a nível das aldeias e centros de acolhimento;

6. A multiplicidade de espaços formais e informais desarticulados corre o risco de gerar um desgaste e uma perda de energia por parte das organizações locais que possuem recursos humanos e financeiros muito limitados para participar e para mobilizar a participação de mulheres nos vários fóruns. É preciso avaliar como ligar espaços institucionalizados à Agenda de MPS. Neste sentido, é fundamental uma melhor articulação entre diferentes espaços formais e informais de participação cívica das comunidades no âmbito da prevenção e resolução destes novos conflitos e tensões sociais e no âmbito da agenda macro de Paz e Segurança;

7. Apesar da experiência de conflito e processos de negociação de paz no país, incluindo um quadro legal e normativo forte que favorece a participação da mulher e das pessoas deslocadas, como o PNAMS e o PEDGI, nota-se que os mecanismos de participação têm sido pouco eficazes. Historicamente, os processos de negociação de paz prévios em Moçambique foram caracterizados pela ausência de uma abordagem de género e pela invisibilidade das mulheres e suas demandas específicas. A não participação da mulher também se deve a uma exclusão mais ampla de actores da sociedade civil durante os processos de negociação de paz. Apesar de ainda não estarem anunciados processos de negociação de Paz no que diz respeito ao conflito em Cabo Delgado, é fundamental que a sociedade civil nacional e local fortaleça a preparação, mobilização, organização e diálogo das mulheres e mulheres deslocadas para construção de agendas de advocacia e melhor participação nos processos de Paz nos vários níveis, incluindo preparação de recomendações para o próximo PNAMS (2023-2025);

8. O exercício de participação das mulheres deslocadas, para que possam canalizar e/ou apresentar directamente as suas necessidades, exige recursos técnicos e materiais, dado o contexto de elevada privação. Neste sentido, tanto a sociedade civil como o governo deverão ter abordagens integradas de respostas humanitária-desenvolvimento-paz. Isto significa que organizações que não têm na sua missão a resposta humanitária ou paz deverão contemplar formas estratégicas de criar sinergias e parcerias, para mais acções colaborativas que permitam uma intervenção mais holística, que aborde diferentes frentes;

9. Construir caminhos para a Paz é um processo sistémico, contínuo, que exige uma intervenção que compreenda a interligação entre as várias causas estruturais e históricas do conflito, desde as questões étnico-religiosas, o modelo de extractivismo predatório e a sua profunda ligação com estruturas patriarcais, o comércio das armas e o recrudescimento da militarização em defesa das grandes corporações e em detrimento das populações, a má redistribuição e gestão de recursos naturais, a crise ecológica e o contexto de elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas da província e seus impactos diferenciados em mulheres, homens, crianças e jovens. Assim, é preciso que as acções de resposta ao conflito e apoio às pessoas deslocadas possuam abordagens sistémicas e integradas, que articulem paz, desenvolvimento e resposta humanitária, sob uma perspectiva de género.

lista de acrónimos

ADIN	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO NORTE
APSA	ARQUITECTURA AFRICANA DE PAZ E SEGURANÇA (AFRICAN PEACE AND SECURITY ARCHITECTURE)
CCCM	CAMP COORDINATION AND CAMP MANAGEMENT CLUSTER
CTV	CENTRO TERRA VIVA
DPS	DIRECÇÃO PROVINCIAL DE SAÚDE
FADM	FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOÇAMBIQUE
FDS	FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA
FNDS	FUNDO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
FOCADE	FÓRUM DAS ONG'S EM CABO DELGADO
INGC	INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DAS CALAMIDADES
INGD	INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES
JA!	JUSTIÇA AMBIENTAL
MULEIDE	ASSOCIAÇÃO MULHER, LEI E DESENVOLVIMENTO
OCB	ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS DE BASE
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
OSC	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
PDI	PESSOAS DESLOCADAS INTERNAS
PEGDI	POLÍTICA E ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE DESLOCADOS INTERNOS
PRCD	PLANO DE RECONSTRUÇÃO DE CABO DELGADO
PMA	PROGRAMA ALIMENTAR MUNDIAL
PNAMPS	PLANO NACIONAL DE ACÇÃO SOBRE MULHER PAZ E SEGURANÇA
SADC	SOUTH AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY
VBG	VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO
UNAC	UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES
UNFPA	UNITED NATIONS POPULATION FUND
UNICEF	UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND
UNOCHA	ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS
USAID	AGÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO
WLSA	WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA

índice

INTRODUÇÃO 18

METODOLOGIA 24

PARTE 01
1. "A VIDA COMO ELA ERA": O PASSADO DAS MULHERES DESLOCADAS 32
2. CONDIÇÕES E GESTÃO DOS CENTROS E ALDEIAS DE ACOLHIMENTO E ACESSO A SERVIÇOS SOCIAIS 34
   2.1 HABITAÇÃO E BENS NÃO ALIMENTARES
   2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E MEIOS DE SUBSISTÊNCIAS
   2.3 ÁGUA, HIGIENE E SANEAMENTO
   2.4 HIGIENE MENSTRUAL E PRIVACIDADE
   2.5 ACESSO À SAÚDE
   2.6 ACESSO AO APOIO PSICOSSOCIAL E ESPAÇOS AMIGOS DA MULHER
   2.7 PROTECÇÃO SOCIAL
   2.8 ACESSO À EDUCAÇÃO
3. ESTRATÉGIAS QUOTIDIANAS DE RESISTÊNCIA E ENTREAJUDA 44
4. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NOS PAPÉIS E RELAÇÕES DE GÉNERO GERADAS PELO CONFLITO 44
5. PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÉNERO ANTES E DEPOIS DO CONFLITO E ACESSO AOS SERVIÇOS DE VBG 45
6. IMPACTO CULTURAL E RELIGIOSO-ESPIRITUAL DO CONFLITO NAS MULHERES DESLOCADAS 50
7. CONFLITOS E SOLIDARIEDADES "INVISÍVEIS" RESULTANTES DA DESLOCAÇÃO FORÇADA 50
8. PERCEPÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DAS FORÇAS ARMADAS 51
   8.1 CONFLITOS INVISÍVEIS
   8.2 SOLIDARIEDADES INVISÍVEIS

PARTE 02
1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E SOCIEDADE CIVIL NA AGENDA DE PAZ, SEGURANÇA E RECONSTRUÇÃO 58
   1.1 AGENDA DA MULHER, PAZ E SEGURANÇA EM MOÇAMBIQUE – UM BREVE OLHAR HISTÓRICO
   1.2 A AGENDA DE MULHER, PAZ E SEGURANÇA: QUADRO NORMATIVO-LEGAL
   1.3 ALGUMAS CRÍTICAS FEMINISTAS À RESOLUÇÃO 1325 E À AGENDA DE MULHER, PAZ E SEGURANÇA
   1.4 DESAFIOS GERAIS PARA APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325 E DA AGENDA MULHER, PAZ E SEGURANÇA
   1.5 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E SOCIEDADE CIVIL NA PLATAFORMA MULHER, PAZ E SEGURANÇA E NA AGENDA MULHER, PAZ E SEGURANÇA EM CABO DELGADO E MOÇAMBIQUE
2. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E NOS PROGRAMAS E "CLUSTERS" DE RESPOSTA HUMANITÁRIA E PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO 61
   2.1 RESPOSTA HUMANITÁRIA

PARTE 03 72
   2.2 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E RECONSTRUÇÃO
   2.2.1 PARTICIPAÇÃO E DECISÃO SOBRE O FUTURO DE CABO DELGADO: ONDE ESTÃO AS MULHERES?
   2.2.2 PLANO DE RECONSTRUÇÃO DE CABO DELGADO
3. PERCEPÇÕES SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO E OS RECURSOS NATURAIS EM CABO DELGADO COMO CAUSA DO CONFLITO E CONDIÇÃO PARA A PAZ 78
4. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A CRISE ECOLÓGICA – ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO EXTRACTIVISTAS? 79
5. PERCEPÇÕES SOBRE OUTRAS CAUSAS DO CONFLITO 81
6. CAMINHOS PARA A PAZ 83

HISTÓRIAS DE VIDA 86

CONCLUSÕES 104

RECOMENDAÇÕES 112

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 120

ANEXOS 126

introdução

(...) elas não são seres passivos
à espera de uma qualquer salvação
chegue para as resgatar sem que
para ela tenham duramente
trabalhado. Pelo contrário, elas estão
a resistir aos silenciamentos que lhes
vão sendo impostos; elas rompem
com o conformismo e estão presentes
de muitas maneiras e sobretudo
elevam as suas vozes para que sejam
reconhecidas, de forma explícita,
a sua coragem e contribuições
no esforço comum para acabar com
a guerra e sobretudo com as causas
que a fizeram emergir e a alimentam .

(Cunha, 2020:56)

Ngoenha et al (2020) observam que a guerra é o maior risco que o país enfrenta, um risco sistémico, transversal a todos os outros riscos em termos de consequências sociais, económicas, políticas e culturais. Neste sentido, argumentam os autores, a paz seria então um intervalo entre duas guerras, apontando os desafios na história do país de construir uma paz sustentável (Ngoenha et al, 2020). Desde Outubro de 2017, a paz no país voltou a ser comprometida. Um grupo islamita com afiliação ao auto-proclamado Estado Islâmico tem desencadeado ataques armados, primeiro em aldeias e vilas e, seguidamente, em capitais de distritos e localizações estratégicas na província de Cabo Delgado. Mais recentemente, os ataques alastraram-se à província de Niassa. Com uma resposta tardia, as autoridades moçambicanas têm actuado em operações militares na província, com a assistência de forças militares privadas e, a partir de 2021, com o apoio de forças militares ruandesas e da SADC.

De 2017 até Setembro de 2021, mais de 732 000 pessoas foram forçadas a deslocar-se internamente em função do conflito, dentro da província de Cabo Delgado e para outras províncias como Nampula e Niassa (UNOCHA, 2021). Isto significa que aproximadamente 1 em cada 3 pessoas em Cabo Delgado foram forçadas a deslocar-se internamente, tendo passado por processos de deslocação-fuga profundamente traumáticos, com enormes perdas humanas e materiais.

Este contexto defronta-nos com uma crise humanitária aguda no país, numa região afectada pelo ciclone Kenneth em 2019, vulnerável a desastres naturais cíclicos e sobrecarregada pela pandemia do COVID-19. Neste cenário, com o encerramento de escolas, a destruição de centros de saúde, a perda de meios de subsistência e um conflito militar sem fim à vista, a vida das populações deslocadas internamente, principalmente dos grupos mais vulneráveis, têm sido negativamente afectada em todas as dimensões. Ainda, diferentes análises revelam que este conflito tem causas multifacetadas, que não podem ser desassociadas do histórico que colocou Cabo Delgado como uma das províncias com os piores índices de desenvolvimento humano no país, nem das descoberta - nos últimos 10 anos - de recursos naturais e o subsequente impacto negativo da implementação de mega-projectos estrangeiros de indústria extractiva, ou mesmo das questõe religiosas e étnicas que atravessam a província (Feijó, 2020; Cunha, 2020; OMR, 2020).

As necessidades das pessoas deslocadas são múltiplas e de diferentes ordens (psicossociais, espirituais, materiais, de recursos e de serviços). As comunidades deslocadas têm enfrentado dificuldades no acesso à habitação, a alimentos e serviços sociais básicos, sem capacidade de suportar o aumento exponencial de demanda gerada com o conflito e os fluxos migratórios. Dados mais recentes do UNOCHA (2021) sugerem que mais de 1.3 milhões de pessoas necessitam de assistência emergencial humanitária. Os dados desta agência, referentes às províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, indicam que 901 000 pessoas estão em situação de severa insegurança alimentar, 470 000 crianças com desnutrição aguda, 478 000 pessoas vivendo com o HIV/SIDA, 575 000 casos de malária e 66% de raparigas que se tornarão mães antes de atingir os 18 anos, só na província de Cabo Delgado. Uma realidade com potencial de ser profundamente agravada pelo conflito no Norte.

Nesta conjuntura, mulheres, raparigas e crianças têm sido os grupos mais desprotegidos e afectados diferenciadamente pelo extremismo violento e pelo empobrecimento resultante da destruição causada pelo conflito na província de Cabo Delgado. Ainda, acusações de abusos de direitos humanos pelas autoridades moçambicanas de Defesa e Segurança foram apresentadas por organizações de direitos humanos, sendo o caso mais chocante e mediático o assassinato com 36 tiros de uma mulher, identificada como Paulina Chitai, que as Forças de Defesa e Segurança negam ter praticado. O assassinato, que foi filmado e divulgado em redes sociais, chamou também a atenção para a condição específica das mulheres afectadas pelo conflito e extremismo violento, vulneráveis aos grupos de insurgentes, mas também às Forças de Defesa. Mulheres e raparigas têm experimentado novas e contínuas formas de violência baseada no género (VBG), seja nas zonas de conflito, por grupos insurgentes ou pelas Forças de Defesa, nomeadamente a violência física, a violência económica, raptos, a violência sexual, incluindo o tráfico sexual, a exploração e abuso sexual, as uniões forçadas e prematuras; seja nos centros, aldeias e famílias de acolhimentos, nomeadamente violência praticada pelos parceiros (com aumento de traumas colectivos e consumo de álcool), abandono por parte dos parceiros, violência física, sexual e discriminação por membros das comunidades locais/nativas, que o conflito reforçou. Ao mesmo tempo, devido aos papéis normativos de género, mulheres carregam também desproporcionalmente todas as responsabilidades de cuidado e provisão das famílias nos centros e locais de acolhimento e, em muitos casos, são responsáveis únicas por prover às suas famílias enquanto sobrevivem a todas as formas de violência e exploração. Neste sentido, o conflito contribui para a feminização da pobreza. Além disso, desigualdades estruturais de género e o acesso limitado a recursos económicos e serviços básicos tendem a excluir e a marginalizar estas mulheres dos processos de decisão relativamente à resolução do conflito e paz.

Apesar de alguma visibilidade e mediatização do conflito, de avaliações e levantamentos realizados por OSCs e outros actores nos centros de acolhimento e, ainda, apesar de um número crescente de estudos, pesquisas e webinars sobre o conflito em Cabo Delgado, incluindo sobre o papel das mulheres na Agenda de Paz e Segurança, sente-se ainda uma ausência das vozes, histórias e vivências das mulheres deslocadas e suas perspectivas e percepções. Igualmente, a necessidade de mais espaços públicos e formas de participação directa das mulheres afectadas pelo conflito permanece um desafio.

Quem são estas mulheres, quais os seus contextos de vida, como vivem as mulheres viúvas, idosas, quantas estarão grávidas, como enfrentam as perdas dos seus familiares, maridos, filhos e filhas capturados por insurgentes, quantas terão sido forçadas a uniões prematuras, quais os desafios específicos de mulheres com deficiência que se encontram nos centros, quantas são as mulheres sobreviventes de violência sexual, quais eram as principais actividades de rendimento que desenvolviam, como estão a viver nos centros de acolhimento, quais as principais preocupações, necessidades e aspirações e, sobretudo, o que pensam sobre o conflito e quais são as suas perspectivas para a reconstrução das suas vidas e comunidades? Estas e outras questões são fundamentais para garantir que as intervenções humanitárias realizadas não sejam baseadas apenas em inventários de bens de primeira necessidade, mas captem a complexidade humana do impacto do conflito. A ausência de respostas a algumas destas questões e a urgência de projectar as vozes das mulheres afectadas pelo conflito, de lhes dar palco e visibilidade constituem os principais propósitos que conduziram a elaboração desta pesquisa, uma vez que, como afirma Teresa Cunha, *"elas não falam: são faladas"* (Cunha, 2021:52) e é imprescindível alterar essa condição.

É importante referir novamente que, a partir de 2020, vêm sendo publicados importantes estudos qualitativos sobre a situação de mulheres e raparigas no contexto do conflito em Cabo Delgado,

sendo relevante destacar como exemplos o relatório *O impacto dos conflitos violentos em Cabo Delgado, por uma abordagem de género, com foco para as mulheres e meninas* (MULEIDE, 2020); o estudo da pesquisadora Teresa Cunha intitulado *"Já somos gente de pouca esperança, só vivemos"*. Cabo Delgado e a Guerra na vida das mulheres e raparigas (2021); a pesquisa da WLSA Moçambique intitulada *Narrativas e práticas sobre direitos humanos no contexto do(s) Conflito(s) em Cabo Delgado: uma análise de género*; a pesquisa de João Feijó *O Papel das Mulheres no Conflito em Cabo Delgado: Entendendo ciclos viciosos de violência* (2021) e ainda o artigo de Ângela Collet Reimagining *Conflict: the (In)visible web of conflict in Cabo Delgado, Mozambique* (2020). Estes estudos trazem importantes contextualizações, descrições, análises e alguns testemunhos das mulheres. Analisam e problematizam também os seus papéis, indo além da ideia das mulheres como apenas vítimas passivas, sinalizando elementos fundamentais para olhar a agência destas mulheres em todos os processos do conflito.

Com o intuito de complementar estas pesquisas mencionadas e outras e contribuir para o esforço de advocacia em prol da paz, dos direitos humanos e, particularmente, dos direitos das mulheres afectadas pelo conflito em Cabo Delgado, o presente estudo procura partilhar e analisar as percepções das mulheres sobre aspectos como as condições de vida nos centros e aldeias de acolhimentos, as actuais intervenções de programas de resposta humanitária e de desenvolvimento - quer do Governo como da Sociedade Civil e Organizações internacionais - e os seus espaços de participação e tomada de decisão, as suas aspirações e demandas relativas à resolução do conflito, reconstrução e paz.

Ainda, a revisão bibliográfica que precedeu o presente estudo mostrou a necessidade de análises mais integradas que captem as dimensões socioeconómicas, culturais e psicológicas a partir de um olhar crítico e feminista, procurando discutir igualmente as transformações nas relações de género advindas do conflito e a necessidade de compreender as percepções de actores-chave como organizações de mulheres, OSC locais, nacionais e internacionais que actuam na assistência às mulheres afectadas pelo conflito, relativamente às suas intervenções, traçando os seus principais desafios e oportunidades, fraquezas e ameaças no âmbito da sua actuação. Paralelamente, é importante fazer uma análise da aplicação de instrumentos legais e normativos por parte do Governo, tais como o Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança (2018-2022).

ESTRUTURA DA PESQUISA

Neste sentido, este estudo pretende abordar os aspectos levantados acima, trazendo uma análise feminista e interdisciplinar do impacto do conflito nas mulheres, a partir fundamentalmente da recolha e documentação das suas vozes, histórias e vivências e de outros actores relevantes, organizadas e estruturadas em torno de dimensões temporais: Passado, Presente e Futuro. O Passado apresenta aspectos sobre a vida das mulheres antes do conflito. O Presente contempla as condições actuais de vida nos centros e aldeias de acolhimento, as principais demandas das mulheres e as suas estratégias quotidianas de resistência e entreajuda. Inclui, também, uma análise sobre alterações nos papéis e relações de género geradas pelo conflito, experiências e percepções sobre formas de violência baseada no género enfrentadas, o impacto cultural e religioso do conflito, relações entre as populações "nativas" e deslocadas, percepções sobre as forças armadas e os actuais desafios à participação das mulheres na Agenda de Paz e Segurança e programas de resposta humanitária. O Futuro apresenta desafios e oportunidades relativas à participação das mulheres nos processos de decisão sobre o futuro de Cabo Delgado, analisando os programas e planos de desenvolvimento e reconstrução e caminhos necessários para a Paz, de modo a trazer recomendações e perspectivas sobre o futuro de Cabo Delgado a partir das vozes das mulheres e raparigas afectadas pelo conflito. Embora a estrutura do documento tenha as várias secções organizadas de forma cronológica, reconhecemos o tempo como circular e as dimensões de passado, presente e futuro como interligadas. Neste sentido, algumas temáticas exploradas, por exemplo, na secção de Futuro, também poderiam ser enquadradas no Presente.

OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS

Objectivo Geral

1. Documentar, analisar e partilhar, com base numa abordagem feminista, as realidades e vivências das mulheres afectadas pelo conflito em Cabo Delgado e trazer recomendações com base nas suas vozes e percepções, para influenciar as estratégias de intervenção dos movimentos e organizações de mulheres, outras OSCs e governo.

Objectivos Específicos

1. Recolher e documentar as histórias e percepções de mulheres afectadas pelo conflito e deslocadas internamente, assim como o seu perfil sociodemográfico, e fazer uma análise feminista e multidimensional do impacto do conflito nas suas vidas;

2. Identificar actividades e demandas nas intervenções das organizações locais voltadas para a mulher; partilhar recomendações sobre as estratégias de intervenção mais adequadas para informar os programas das organizações de mulheres, outras OSC e políticas do Governo na mitigação do impacto do conflito na vida das mulheres;

3. Divulgar amplamente os resultados do estudo em formatos presenciais e virtuais para todos os actores-chave e sociedade em geral, utilizando recursos inovadores e acessíveis ao público em geral.

Resultados Esperados

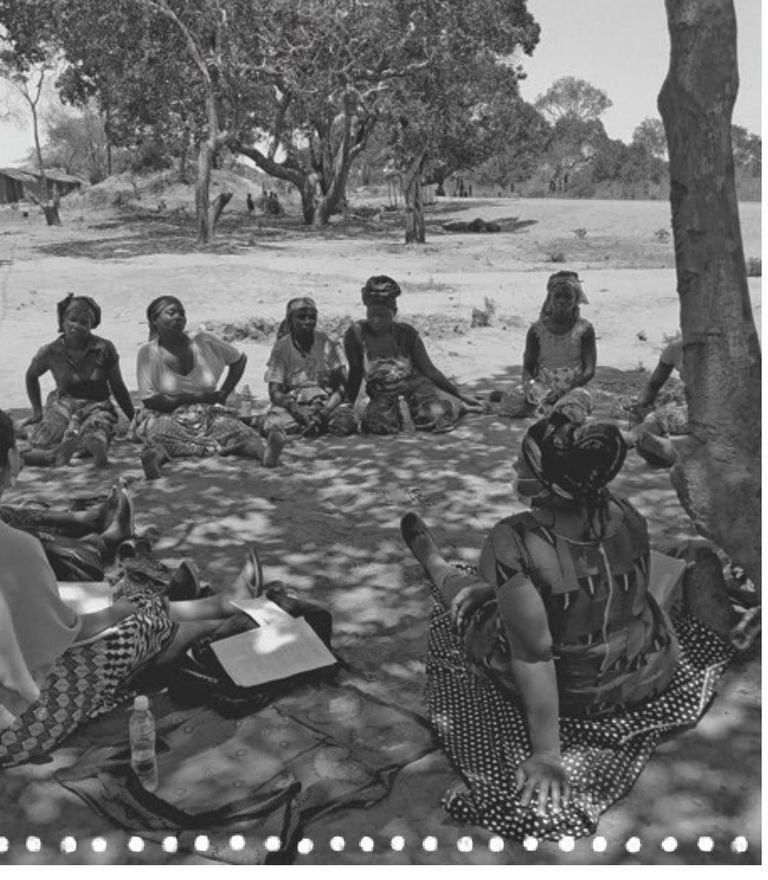
1. Produzido um estudo compreensivo e holístico sobre a situação das mulheres e documentada a multiplicidade dos impactos de género resultantes do conflito em Cabo Delgado (incluindo o perfil sociodemográfico das mulheres deslocadas);

2. Partilhadas recomendações para orientar intervenções mais eficazes e holísticas, bem como influenciar políticas que melhor contribuam para dar visibilidade e melhorar a situação das mulheres afectadas pelo conflito, garantindo os seus direitos;

3. Promovida a visibilidade e inclusão das vozes das mulheres na definição das estratégias, programas e políticas de resposta ao conflito em Cabo Delgado;

4. Divulgados amplamente os resultados deste estudo, em formatos presenciais e virtuais, para todos os actores-chave e sociedade em geral.

metodologia



1. A pesquisa-acção é um método privilegiado de fazer pesquisa feminista comprometida, "(...) destinada a provocar mudanças no interior das relações sociais desiguais de sexo, mas também a desafiar as/os investigadores/as para interpelarem os meios de pesquisa a uma abertura maior no que respeita às preocupações das activistas, e porque convida à coerência ética nos nossos comportamentos na pesquisa" (Casimiro, 2012:214). Por pesquisa feminista comprometida, entendemos aquela que possui "(...) uma perspectiva histórica; as problemáticas são criadas a partir das experiências e perspectivas das mulheres; é construída nas tradições críticas e é emancipatória; é para as mulheres e o seu objectivo serve as mulheres; deve ser também empírica, não se baseando apenas em raciocínios abstractos, utilizando os factos e argumentações, não os considerando verdades absolutas, mas como um modo importante de comunicação entre diferentes investigadores e os resultados da investigação (...)" (Casimiro, 2012:214-215).

A presente pesquisa assenta numa metodologia mista, de carácter qualitativo, que articula trabalho de campo para recolha de dados primários - através de uma análise etnográfica, entrevistas semiestruturadas individuais e em grupos focais, histórias/trajectórias de vida, linha do tempo, análise de percepções e emoções -, com trabalho de investigação bibliográfica para recolha e análise de dados secundários, com base na literatura e documentos relevantes sobre Cabo Delgado e o actual conflito armado, mulheres, paz e segurança e outras temáticas relacionadas. Ainda, a metodologia de pesquisa serviu, em si mesma, como forma de criar um espaço participativo e de troca entre as mulheres, incentivando a sua agência e empoderamento cívico e político.

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS FEMINISTAS

A combinação destes diferentes métodos é orientada por abordagens de pesquisa-acção[1] e princípios e análise feminista, que pressupõem que as mulheres são incluídas na pesquisa como sujeitas participativas no processo de coprodução de conhecimento, através das suas experiências e percepções, ao invés de serem meramente consideradas objectos de estudo. Deste modo, a pesquisa tem um carácter participativo e de cunho democrático, tendo no seu centro as vozes, histórias, experiências e percepções das mulheres como agentes e sujeitas plurais que reflectem pontos de vista históricos e sociais diferenciados, e não como um grupo social homogéneo. Neste sentido, os significados que as mulheres atribuem às suas realidades são de extrema relevância. Todo o trabalho de campo, ferramentas, métodos e decisões da pesquisa foram flexíveis e redefinidos consoante as preocupações, segurança, necessidades e bem-estar das mulheres que foram entrevistadas.

É extremamente importante reforçar que esta pesquisa tem género como categoria de análise fundamental para compreender as relações diferenciadas de poder que colocam as mulheres em posições desiguais ou de subordinação, mas numa perspectiva de interseccionalidade que compreende que há múltiplas categorias sociais de exclusão e desigualdade que são articuladas de forma interseccional, tais como raça, etnia, religião, classe, idade, orientação sexual, estatuto marital, entre outras que atravessam a vida das mulheres. Neste sentido, foi primordial encontrar grupos heterogéneos de mulheres, tanto quanto o contexto nos possibilitou. A pesquisa e as metodologias escolhidas tiveram como propósito facilitar a agência política e social das mulheres através de ferramentas que proporcionam o autoconhecimento e a autorreflexão, tais como "trajectórias de vida" e "linhas do tempo" e, deste modo, contribuir para o auto-empoderamento.

É igualmente importante reforçar que nós, pesquisadoras, consideramo-nos feministas e inspiramo-nos em diferentes movimentos, escolas e práticas feministas. Neste sentido, a nossa relação com as mulheres entrevistadas influenciou os resultados deste estudo e teve um impacto tanto na nossa vida como, acreditamos, na delas.

Esta é uma pesquisa interdisciplinar, na medida em que as análises atravessam diferentes disciplinas (História, Ciência Política, Psicologia, Sociologia, Estudos de Género) e combinam diferentes metodologias e categorias de análise. A combinação de metodologias visa aumentar a possibilidade de um melhor entendimento e credibilidade nas análises, constatações e conclusões. Todo o trabalho foi orientado por um código ético e de conduta com vista a salvaguardar o bem-estar das mulheres-participantes, considerando os riscos e o contexto de alta violência, trauma e falta de acesso a bens de primeira necessidade. Este código de ética conduziu a pesquisa de acordo com os requisitos legais e autorização prévia de instituições governamentais relevantes (Secretaria de Estado, governos distritais), assim como o respeito aos direitos humanos e direitos das mulheres em todas as suas etapas, incluindo durante a realização de entrevistas, inquéritos e/o grupos focais. A equipa garantiu o respeito pelo consentimento livre e informado, pela privacidade e confidencialidade das informações pessoais, pela justiça e equidade, pela diversidade cultural e religiosa, aos direitos humanos e igualdade de género, pela protecção e segurança das/os entrevistadas/os e pela verdade (não falseamento de dados e depoimentos).

A análise presente neste relatório é etnográfica, no sentido em que descrevemos o ambiente físico, emocional e subjectivo do contexto em que o trabalho foi feito, mas também as interacções entre nós, pesquisadoras, e as participantes, na medida em que trazem pistas relevantes para uma compreensão mais holística das experiências vivenciadas por elas, bem como das pesquisadoras. Importa referir que esta é uma análise secundária baseada nos nossos processos autorreflexivos e partindo do que a epistemologia feminista denomina de "conhecimentos situados" – na qual as pesquisadoras se apresentam também como sujeitos, localizando-se socialmente e politicamente na relação que estabelecem com as participantes e nas observações que produzem.

FERRAMENTAS DE RECOLHA DA INFORMAÇÃO

A participação das mulheres foi conseguida através da combinação de três principais ferramentas: Histórias/Trajectórias de Vida, Linha do Tempo e Rodas de Conversa. As duas primeiras ferramentas permitiram uma análise auto-reflexiva por parte das mulheres, guiada por perguntas que lhes permitiram desempacotar uma série de vivências e experiências marcantes nas suas vidas, assim como reflectir sobre como estão agora e como imaginam o seu futuro. Esta técnica permitiu também reconstruir a Linha de Tempo do conflito a partir das suas vidas e da visão que têm dos acontecimentos. A terceira ferramenta, Rodas de Conversa, foi inspirada na tradição milenar de diálogo circular, ajudando as mulheres a partilharem umas com as outras diferentes temáticas, numa troca horizontal de experiências de vida, emoções, percepções e conhecimentos, permitindo autoconsciência e aprendizagem.

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os principais participantes da pesquisa, aqueles a quem demos maior atenção e foco, foram as mulheres deslocadas e afectadas directamente pelo conflito em Cabo Delgado. O lugar de fala principal é, portanto, delas. Como dito anteriormente, o principal critério na composição dos grupos foi garantir a representatividade da diversidade local e heterogeneidade, no que diz respeito a categorias como idade, proveniência, etnia, religião, número de filhos, estado civil, escolaridade, necessidades especiais, entre outras.

Foram consideradas mulheres vivendo nos centros de acolhimento formais, mas também mulheres fora destes centros de acolhimento, nomeadamente as que estão alojadas nos diferentes bairros da cidade de Pemba. Deste modo, pudemos colher perspectivas das suas realidades nos alojamentos estabelecidos formalmente versus outras formas de acomodação, tais como famílias de acolhimento.

Outro grupo relevante que foi entrevistado foi o de mulheres nativas/das comunidades e famílias de acolhimento, de forma a compreender algumas das dinâmicas estabelecidas entre este grupo e as mulheres deslocadas. Em relação às famílias de acolhimento, conversamos com dois homens chefes de famílias que acolheram pessoas deslocadas. Entrevistámos, também, um grupo focal de homens deslocados

afectados pelo conflito, com o intuito de captar algumas dinâmicas e papéis de género resultantes do conflito, cruzando as percepções das mulheres com as perspectivas masculinas. Foram ainda entrevistados representantes e trabalhadores de organizações da sociedade civil, organizações comunitárias de base com intervenções em Cabo Delgado, lideranças comunitárias (um homem e uma mulher), pesquisadores e académicos com artigos e estudos sobre Cabo Delgado.

CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DOS DISTRITOS

Estes locais foram selecionados por serem os distritos com maior número de famílias e pessoas deslocadas. Segundo o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (2021), Montepuez concentra actualmente 11,961 famílias e Metuge 34,484. A cidade de Pemba foi também incluída tendo em consideração a relevância geopolítica como capital da província de Cabo Delgado.

AMOSTRA DETALHADA POR DISTRITO

DISTRITO	AMOSTRA	TOTAL HOMENS	TOTAL MULHERES
Pemba (cidade)	1 Grupo Focal de 12 mulheres deslocadas 1 Grupo Focal de 3 homens deslocados 2 Entrevistas a chefes de agregados familiares 2 Entrevistas individuais a mulheres activistas/voluntárias	5	14
Metuge (aldeia de Cuaia)	2 Grupos Focais de 20 mulheres deslocadas 4 Entrevistas Individuais a mulheres deslocadas 1 Entrevista a um líder comunitário	1	20
Ancuabe (aldeia de Nacussa B)	1 Grupo Focal de 13 mulheres deslocadas 6 Entrevistas individuais a mulheres deslocadas	0	13
Montepuez (aldeia de Nacaca)	1 Grupo Focal de 14 mulheres nativas 1 Grupo Focal de 12 mulheres deslocadas 4 Entrevistas Individuais a mulheres deslocadas 1 Entrevista Individual a uma mulher nativa	0	26
TOTAL DE PESSOAS ENTREVISTADAS		**6**	**73**

DESCRIÇÃO DOS LOCAIS E TRABALHO DE CAMPO

As entrevistas e grupos focais foram realizados em espaços o mais seguros e privados que conseguimos proporcionar dentro das condições locais, para assegurar a maior privacidade possível. Nas aldeias, as entrevistas realizaram-se maioritariamente ao ar livre, debaixo de uma árvore e o mais isolado possível (o que foi difícil de concretizar, uma vez que as árvores mais frondosas ficam usualmente no "centro" das aldeias). Excepcionalmente, um dos grupos focais de mulheres da aldeia de Cuaia, Metuge, realizou-se dentro da escola que as próprias mulheres construíram, como relataremos mais à frente. Em Pemba, as entrevistas e grupos focais realizaram-se na sede de uma associação comunitária que gentilmente nos cedeu o espaço, ao ar livre e numa pequena sala ao fundo do jardim. Os grupos focais e as entrevistas individuais foram realizadas com pesquisadoras, entrevistadas e intérpretes sentadas no chão, de frente umas para as outras (nas individuais) ou sentadas no chão em círculo (os grupos focais).

A primeira semana do trabalho de campo, passada em Pemba, foi dedicada às entrevistas a actores-chave - funcionários de organizações da sociedade civil (locais, nacionais e comunitárias de base), de agências internacionais, pesquisadores e demais pessoas relevantes - e à organização e realização de entrevistas individuais a chefes de famílias de acolhimento e a grupos focais de mulheres e homens deslocados em Pemba. Para tal, contamos com o apoio de funcionários e activistas de algumas organizações da sociedade civil presentes nos 3 distritos (locais e nacionais), que nos ajudaram a identificar e a entrar em contacto com os grupos de mulheres com quem interagimos. A nossa rede de apoio e contactos, tecida quando ainda nos encontrávamos em Maputo, foi de extrema importância para a concretização destas actividades. Com o apoio de duas tradutoras, iniciámos as nossas entrevistas na cidade de Pemba no final da primeira semana, onde se seguiram as aldeias de Cuaia (Metuge), Nacussa B (Ancuabe) e Nacaca (Montepuez) na segunda e última semana de trabalho de campo. As entrevistas foram realizadas ao longo de 2 dias em cada aldeia, sendo o primeiro dedicado aos grupos focais e, após a selecção de mulheres pertencentes a esses grupos, à realização de entrevistas individuais no segundo dia.

BREVE PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS MULHERES DESLOCADAS

A maior parte das mulheres entrevistadas pertence aos grupos étnicos Makuwa (36 mulheres) e Mwani (22 mulheres), havendo ainda, em menor quantidade, Makondes e Ajauas (3 e 1, respectivamente). São mulheres entre os 17 e os 81 anos, a maioria casadas (mais de 25 mulheres) e com mais de 2 filhos (mas um número considerável com mais de 5 filhos). Grande parte é proveniente dos distritos de Quissanga (16), Mocímboa da Praia (15) e Macomia (11) e professa a religião muçulmana (58 mulheres). Grande parte delas não é escolarizada (18 mulheres), tendo algumas a 3ª Classe e um número considerável a 12ª Classe.

A maior parte afirma ter casado entre os 18 e os 20 anos, mas há pelo menos 4 que dizem ter casado aos 15 anos. Este é um tema nebuloso por várias razões. Primeiro, porque o conceito de casamento precisaria ter sido mais bem explicado na altura do preenchimento dos perfis e melhor explorado por nós, pesquisadoras. Consideramos mulheres casadas aquelas que vivem maritalmente (oficialmente/legalmente ou não), no entanto percebemos que algumas mulheres podem ter optado por se considerar solteiras mesmo vivendo maritalmente, imaginando que apenas valessem relações oficializadas. Segundo, percebemos algumas incongruências em relação à idade em que algumas mulheres afirmam ter casado e à idade em que tiveram filhos, sendo que dizem ter casado mais tarde do que quando tiveram filhos (muitas tiveram antes dos 18 anos). No nosso entender, a razão para tal pode estar ligada ao facto das mulheres terem conhecimento dos discursos sobre uniões prematuras, preferindo ocultar a verdadeira idade com a qual casaram. Esta questão aparece de novo, como analisaremos mais abaixo, quando questionamos as mulheres sobre violência de género e algumas práticas presentes nas suas comunidades, como por exemplo as uniões prematuras. Muitas delas demonstram conhecer os discursos (principalmente do governo e de organizações da sociedade civil) contra as uniões prematuras e afirmam existir poucos casos nas suas comunidades, mas além desta afirmação ir contra as estatísticas sobre uniões prematuras nesta província, foi possível identificar algumas incongruências entre os dados do perfil sociodemográfico e a narrativa das histórias de vida individuais.

LIMITAÇÕES E CONSTRANGIMENTOS DA PESQUISA

Os limites e desafios experienciados ao longo do trabalho de campo estão ligados, sobretudo, ao contexto da pandemia, ao tempo disponível, ao factor linguístico e ao próprio tema da pesquisa, o conflito. No que diz respeito ao primeiro aspecto, optámos, sempre que as condições permitiram, em fazer as rodas de conversa e as entrevistas individuais ao ar livre. Isto, por sua vez, levou a que nem sempre tivéssemos privacidade e espaços adequados para conversar sobre questões sensíveis e de foro íntimo. Privacidade e segurança foram dois aspectos que sempre priorizamos na escolha dos espaços das nossas entrevistas e esta questão foi, sem dúvida, um desafio.

Apesar de termos superado as nossas expectativas iniciais quanto ao número de mulheres a entrevistar e aos distritos a percorrer, mais tempo disponível para realizar a pesquisa teria possibilitado a inclusão de mais vozes, o aprofundamento das suas histórias de vida e uma pesquisa mais completa. Em alguns momentos específicos, sentimos que um tempo adicional de convívio em cada lugar teria possibilitado o fortalecimento dos vínculos criados, mais confiança e à vontade entre nós, permitindo uma maior abertura por parte das mulheres, principalmente no que toca a falar sobre assuntos sensíveis (como é o caso das experiências de violência de género e os ritos de iniciação). O grupo de mulheres de Nacussa B, por exemplo, surpreendeu-nos ao relatar detalhes dos ritos de iniciação, algo que gostaríamos de ter explorado mais caso houvesse tempo para tal.

A limitação de tempo também nos obrigou a fazer escolhas em relação aos actores-chave a entrevistar, uma vez que optamos por dar prioridade à visita aos centros e aldeias e à elaboração das entrevistas individuais e de grupos focais, assim como às entrevistas a activistas e colaboradores de ONGs. Como resultado, não foi possível entrevistar entidades do Estado, provedores de serviços públicos, administradores distritais, direcções provinciais de serviços básicos e confissões religiosas, embora tenhamos tido conversas breves, mas valiosas, com a Administradora de Montepuez e o de Ancuabe, bem como com alguns funcionários da Direcção Provincial de Género, Acção Social e da Secretaria do Estado de Cabo Delgado. Consideramos esta uma lacuna relevante, na medida em que exploramos menos os desafios e percepções do lado do Governo, incluindo os provedores de serviço. Contudo, futuros estudos poderão considerar um enfoque nesses actores-chave, avaliando as capacidades que devem ser acrescidas, considerando também as pressões sobre os provedores de serviços, pouco preparados para o atendimento em circunstâncias de emergência.

O factor linguístico foi, sem dúvida, um grande desafio para nós, uma vez que poucas entrevistadas falam português ou têm à vontade para tal, única língua por nós falada naquele contexto. Apesar de termos contado com duas tradutoras que nos ajudaram não só nas traduções de Emakhuwa, Shimakonde e Kimwani, mas em algumas questões logísticas e de dinamização, temos consciência que, no processo de traduzir, muita informação pode ter ficado perdida, sobretudo detalhes que podem não parecer importantes no momento da tradução, mas que, a posteriori, fizeram falta para uma análise mais aprofundada. Por isso nos valemos de outras formas de comunicação, como os gestos, as expressões do rosto e do corpo, os silêncios, as brincadeiras, cânticos e danças.

Por fim, não podemos deixar de destacar aquele que sem dúvida foi o nosso maior desafio, para o qual nos preparámos com bastante cuidado (e mesmo assim nos impactou profundamente): como falar com mulheres que passaram por e vivem situações traumáticas sem reforçar ou agravar esses traumas? Como buscar sensibilidade para criar empatia, atenção e mostrar respeito pelas mulheres e as suas histórias? No fim, foram elas que nos guiaram e mostraram quais os limites do que pode ou não ser perguntado, de como o fazer e como saber respeitar os silêncios, o não dito e, sobretudo, quando parar. Como dissemos anteriormente, a nossa maior preocupação foi a de criar espaços seguros, com bastante à vontade e, principalmente, respeitar se e quando as mulheres não quisessem falar sobre algum assunto ou responder a uma questão.

parte 1

o passado

Quando nos dizem que as mulheres não querem falar, contar o que sabem, testemunhar é porque ou não são ouvidas devidamente, ou elas se sentem inseguras para partilhar os seus pensamentos. No entanto, as suas cabeças estão cheias de estórias e experiências que querem contar como se isso as ajudasse a se libertar de algumas das suas angústias. Qualquer pesquisa sobre a guerra e mulheres tem que ter duas coisas em atenção que são primordiais: ouvir com empatia e atenção e assegurar que a sua coragem em contar não é retribuída com repressão e mais violência. Nessas condições elas falam, elas expressam-se, elas fazem-nos entender que a guerra diz-lhes profundamente respeito e o que querem é que as suas denúncias ajudem a acabar com ela .

(Cunha, 2021:34)

1. "A VIDA COMO ELA ERA": O PASSADO DAS MULHERES DESLOCADAS

Desde 2017 - quando se iniciaram os ataques violentos - que Cabo Delgado (e algumas províncias vizinhas) tem sido palco de uma das crises de deslocamento de mais rápido crescimento no mundo. Estima-se que, só em Cabo Delgado, havia em Agosto de 2021, 663,000 PDIs (Pessoas Deslocadas Internas), das quais 567.000 em áreas acessíveis, 86.000 em áreas parcialmente acessíveis e 10.000 em áreas de difícil acesso. Isso significa que quase 1 em cada 3 pessoas eram, naquele momento, deslocadas internas, muitas das quais tiveram que fugir diversas vezes (UNOCHA, 2021). Sobretudo a partir de 2020, com a intensificação dos ataques e relatos de assassinatos, mutilações, sequestros, violência sexual e pilhagens - não só de bens de civis, mas também de serviços públicos e edifícios do Estado - observou-se uma fuga em massa das populações, na sua maioria mulheres e crianças (a UNICEF estima que, em Junho de 2021, as crianças compunham 46% das PDIs).

Fugir das suas aldeias e das suas terras e machambas, na maioria das vezes às pressas e deixando bens e familiares para trás, representou e continua a representar uma ruptura dolorosa para as mulheres, ruptura essa da qual as mulheres de Pemba, Cuaia (Metuge), Nacussa B (Ancuabe) e Nacaca (Montepuez) não se recuperaram ainda psicológica e espiritualmente, sendo o seu maior desejo para um futuro próximo o regresso às suas terras. Estas mulheres foram forçadas a fugir e a abandonar a casa e a terra onde viviam, produziam e honravam os seus antepassados. A terra que as alimentava, a si e às suas famílias, e de onde tiravam o seu sustento e procuravam plantas curativas (Osório e Cruz e Silva, 2021). A terra onde cantavam e dançavam, onde rezavam e praticavam os seus costumes e hábitos. A terra que é mais do que propriedade, é *"identidade, modo de vida, dignidade, acesso a bens materiais e imateriais"* (Cunha, 2021:9). A terra que é lugar de vida, origem e raiz, de redes de vizinhança e apoio, comunidade e entreajuda.

A fuga trouxe também a perda da autoridade e legitimidade destas mulheres, uma vez que grande parte está relacionada com o uso que fazem da terra, que inclui a produção, processamento, venda e consumo dos alimentos e os seus conhecimentos sobre plantas medicinais. Está relacionada também com o seu papel nos diversos rituais e cerimónias tradicionais, com os trabalhos de cuidado com crianças e idosos e ainda com as redes de vizinhança e de solidariedade que tinham nas suas comunidades e das quais eram protagonistas (Cunha, 2021).

Nos grupos focais e nas entrevistas individuais, elas partilharam as suas histórias de fuga e todo o percurso que fizeram até chegar aos centros, escondendo-se no mato durante vários dias como forma de escapar à violência. Muitas tiveram que fugir das aldeias às pressas, sem conseguirem levar nenhum bem, tendo chegado aos seus destinos (provisórios) de mãos vazias. Algumas precisaram até de capulanas para se cobrir, à chegada aos centros. Sobre este aspecto, Feijó (2021) analisa como o processo de deslocação das pessoas traduz uma clara desigualdade social. Enquanto que famílias com mais posses económicas ou redes familiares alargadas conseguiram deslocar-se antes do ataque às suas aldeias, colocando a salvo bens e familiares, grupos mais desfavorecidos não tiveram condições de suportar as deslocações, permanecendo mais tempo nos seus locais de origem e fugindo de forma arriscada, sem conseguir levar nenhum bem ou alimentos, escondendo-se por dias a fim no mato, sem quaisquer condições adequadas e separando-se de familiares, muitos dos quais não tiveram notícias até hoje.

Não se sabe ao certo o número de pessoas que podem ter morrido enquanto fugiam e se escondiam no mato, mas algumas mulheres relataram ter perdido familiares nestas circunstâncias. Uma das participantes do grupo focal de Nacussa B (Ancuabe) relatou a sua fuga da seguinte maneira:

> *No dia em que a guerra chegou na minha aldeia, saí de Mucojo e andei três dias sem dormir e nem comer. Passei todo esse tempo no mato. Desde que fugi, correndo de Mucojo até Macomia, cheguei ao destino sentindo dores em todo o corpo. Aqui no centro não tenho espaço para dormir. Quando chega a hora de dormir deito-me no chão. E como consequência, acordo com o corpo todo a doer, desde as costelas, a caixa e outras partes. Ao fugir, não consegui levar nada. Aqui no centro tenho falta de roupa* (Grupo Focal de Mulheres, Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Algumas participantes das aldeias de Cuaia (Metuge) e Nacussa B (Ancuabe) relataram terem sido surpreendidas por grupos terroristas quando voltavam do poço, tendo-lhes sido perguntado se havia homens nas suas casas e ameaçadas para não darem o alarme da sua presença, o que não cumpriram. Depois de avisarem familiares e vizinhos, fugiram rapidamente como conseguiram (umas a pé, escondendo-se no mato, outras através de camiões, barcos, etc.), deixando a maior parte dos seus bens para trás.

Mas antes de serem forçadas pelo conflito a fugir, estas mulheres viviam com as suas famílias e tinham como principais fontes de rendimento a venda de lenha, carvão, gelo, peixe e as suas machambas, onde produziam uma série de verduras, arroz, milho, mandioca, gergelim, entre outros, que usavam para consumo próprio e das suas famílias. A outra parte dessa produção era vendida para comprar vestuário para si e para os seus filhos, colchões e outros utensílios domésticos, alimentos, material escolar, etc. As mulheres da costa viviam principalmente da pesca artesanal e da compra e (re)venda de peixe e também de gelo, cujo dinheiro usavam para comprar roupa (algumas na Tanzânia) e vender. Quase todas as entrevistadas tinham algum tipo de pequeno negócio (venda de peixe, roupas, bolos e etc.) que as ajudava a sustentar as suas famílias, além de fazerem parte de grupos de poupança como o xitiki, prática de que disseram sentir muita falta. Uma das participantes da aldeia de Nacussa B (Ancuabe) contou que *"(...) na nossa zona de origem fazíamos negócio. Vendíamos produtos alimentares para sustentar as nossas famílias, mas aqui onde estamos não temos essa possibilidade".*

A perda de rendimentos e a consequente falta de dinheiro é algo que as angustia, uma vez que relatam lhes serem cobrados alguns dos itens essenciais para viverem o dia-a-dia nas aldeias e centros, desde o carvão até à energia (para carregar os celulares, único meio de contacto com familiares distantes), água, lenha e o uso de terra. Quem não tem dinheiro, vive uma situação de extrema precariedade. Aquelas que têm capacidade de cortar lenha e fazer carvão, vivem da sua venda. Outras vendem a própria lenha, mas de forma geral, não há oportunidades de negócio. As mulheres afirmam sentir muita falta da sua vida antes do conflito, pois eram independentes e tinham as suas casas e as suas machambas, de onde colhiam o sustento para si e para as suas famílias. *"Queremos voltar para as nossas terras porque é lá onde temos a possibilidade de levarmos uma vida normal"*, é o desejo de todas as mulheres com quem conversamos.

Quando lhes perguntámos como se sentiam e como era a sua vida actualmente, a frase que mais ouvimos foi *"É só sentar"*. Sentadas, de braços cruzados e à espera, como crianças, assim se descreveram.

À espera de poderem voltar para as suas casas, para as suas terras e machambas, de retomar a vida social e de que o conflito chegue ao fim. O que vimos e ouvimos dos seus relatos e histórias de vida, no entanto, nos levou a conclusões diferentes. Apesar da aparente perda de autonomia, escolha e poder de decisão, de todas dificuldades que enfrentam e os traumas que carregam consigo, elas resistem e cuidam das suas famílias. Não estão, definitivamente, de braços cruzados.

Na secção seguinte, analisamos a situação e as condições dos centros e aldeias de acolhimento visitados, no que diz respeito às suas infraestruturas e ao acesso a serviços sociais básicos, a partir dos relatos e da avaliação das mulheres entrevistadas, contrastando com o que foi oficialmente projectado e com o apoio que estes lugares têm recebido do Governo e de organizações nacionais e internacionais.

2. CONDIÇÕES E GESTÃO DOS CENTROS E ALDEIAS DE ACOLHIMENTO E ACESSO A SERVIÇOS SOCIAIS

Para além do deslocamento massivo de pessoas e da destruição das suas aldeias e bens, o conflito provocou também a destruição generalizada de infraestruturas e equipamentos, incluindo vias de acesso, telecomunicações, edifícios da administração pública e privados, aeroportos, hospitais, escolas, saneamento e rede eléctrica, tornando o acesso das pessoas aos serviços essenciais altamente restrito. A prestação de serviços essenciais – especialmente de saúde – foi também prejudicada pela ausência de pessoal-chave, que se viu forçado a abandonar os seus postos e a fugir (UNOCHA, 2021; PRCD, 2021).

Para dar resposta a esta situação, foi elaborado pelo governo o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (2021), que tem como objectivo geral garantir as condições humanitárias, sociais e económicas para a normalização da vida nas zonas afectadas e assegurar o regresso da população às suas zonas de origem, que inclui uma estratégia de intervenção dividida em 2 fases. A primeira, de curto prazo (1 ano), inclui acções de impacto imediato, que visam assegurar a reposição de serviços públicos e privados essenciais (administração pública, água e saneamento, energia, vias de acesso, saúde e educação, telecomunicações e transporte, protecção social, micro e pequenos negócios, entre outros), para além da assistência humanitária às pessoas que se encontram nas zonas recuperadas. A segunda, de médio prazo (3 anos), diz respeito a acções que exigem soluções mais estruturadas e definitivas, ou seja, a reposição definitiva de algumas infraestruturas e serviços básicos públicos, o estímulo à reactivação de infraestruturas e serviços privados, bem como a retoma da actividade económica (PRCD, 2021).

No entanto - e tendo em conta que a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI, 2021) atribui uma série de papéis e responsabilidades a vários actores, que incluem as comunidades e OCBs e ainda as ONGs -, grande parte dos colaboradores de OSC e OCBs, activistas e demais actores-chave entrevistados possuem pouco ou nenhum conhecimento acerca deste plano e afirmam não terem sido consultados na altura da sua elaboração e aprovação, como fica claro nas entrevistas a colaboradores de uma OSC nacional e ao colaborador de uma associação comunitária:

> *O que acontece nesse tal plano nós não participamos. O que acontece é que muitas das vezes quando é chamada a sociedade civil é para validar coisas que já foram feitas. Então podemos dizer que não participamos, porque participar numa reunião de validação não é participar desde o início. (...) nós como sociedade civil não nos sentimos e acho que não participamos. (...) Então existe esse plano de reconstrução de Cabo Delgado, mas como sociedade civil não tivemos participação, opinar, foi mesmo chamar para validar o próprio plano* (Colaboradora de OSC nacional, Pemba, 2021).

> *Eu acho que corremos demais para fazer a reconstrução. Eu acho que primeiro devemos começar com a pacificação, depois pensarmos em reconstrução, eu ouvi que querem reconstruir infraestruturas. Como vamos reconstruir uma coisa, uma vez que a guerra ainda não acabou? Este plano não foi participativo e eles decidiram sozinhos. Eu acho que é um plano de fora, não é endógeno, vem de instituições internacionais, o plano não foi à Assembleia da República, não foi discutido ao nível provincial, a sociedade civil foi chamada agora para uma conferência do Observatório de Desenvolvimento Provincial no dia 2 de Dezembro, somente será para legitimar o plano e dentro da sociedade civil temos aquela ala obediente, que é chamada para bater palmas e a ouvir e no fim dar seu parecer. Assim eu não sei qual é a agenda de governação deste país. Nem sei o que se pretende* (Colaborador de associação comunitária, Pemba, 2021).

A destruição de infraestruturas essenciais e o deslocamento massivo de pessoas causou (e continua a causar) uma pressão enorme nos serviços sociais essenciais, principalmente de saúde, água e saneamento, em distritos que já sofriam anteriormente dificuldades nestas áreas. A colaboradora de uma plataforma distrital da sociedade civil explicou como a chegada de PDIs pressionou gravemente os serviços sociais existentes:

> *A entrada dos deslocados, algo mudou aqui no distrito. Primeiro dizer que o número de pessoas aumentou e sendo assim os serviços básicos torna um pouco difícil. Já não suporta com o aumento desses nossos irmãos deslocados. O que implica que, primeiro há grande bicha principalmente nas unidades sanitárias. Depois, além disso, os medicamentos não demoram a acabar por causa do número dos utentes. Mesmo no, lá onde se baixa as pessoas, ficam de baixa, verifica-se alguns doentes, então são obrigados a estarem no chão, nos corredores. Não há camas suficientes, tanto na maternidade, pediatria e medicina, tudo. E isto também traz um transtorno para o distrito, para o governo. Além disso, também há aumento, e isso é muito preocupante, de crianças a circularem na rua. Aqui mensalmente pode se ouvir que duas ou três crianças foram atropeladas. Sim, andam na rua, depois com o risco de contaminação de doenças porque andam naqueles sítios onde amontoam lixeira, lixo. Então ali andam a vasculhar para ver se apanha algo. Mesmo agora que estão no centro, mesmo no centro de reassentamento, há crianças que saem lá, sim, chegam aqui na cidade. E as raparigas, a maioria, andam a transportar água. Sim, para as casas, para ver se podem cozinhar alguma coisa e comprar algo para a família. Isso não é que antes não havia, mas agora aumentou por causa dessa coisa de deslocados. E também por parte dos deslocados, há famílias que tinham crianças que estavam na escola secundária, e agora nesse centro onde estão não existem. E alguns centros ficam distantes daqui. Então, essas crianças são interrompidas de assistir às aulas. Estão lá sem dar continuidade às aulas* (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021).

Também a colaboradora de uma agência internacional analisou, na sua entrevista, a questão da pressão dos serviços essenciais, principalmente na área da saúde:

> *Os distritos estão a sofrer uma grande pressão, principalmente o sistema da saúde. Onde já tive oportunidade de estar em Mueda, por exemplo, na unidade sanitária, todos os dias, a partir das 5 está cheio até fora do recinto, completamente abarrotado. Não é como nas cidades, na cidade de Maputo onde outros até às 12 ou 13 horas já estão resolvidos, lá não. (...) Todo tipo de doenças, mas nas zonas, nos centros de reassentamento, a maior parte por causa de doenças. Temos a questão da malária, diarreia, cólera porque aqui eles têm problemas de água, furos de água que são escassos. Então, há determinados sítios que as pessoas vão indo para o rio para ir tirar água e por causa das vias de acesso, o sector de saúde para escoar medicamento porque, em algum momento, existem aqui em Pemba, mas para fazer chegar às zonas recônditas é outro desafio, porque a pessoa pode ter problemas e não ter unidade sanitária de referência. Sai da cidade de Pemba, vai para Chiúre, por exemplo, tem lá uma unidade sanitária de referência. Então, para tirar desse armazém, é outro desafio. O subsistema de distribuição destes medicamentos até, sim porque costumamos fazer isso, nos armazéns das unidades sanitárias está lá. Mas quando vamos à periferia, não tem, então é um desafio também da área da saúde. Nestes sítios temos muita insuficiência de serviços na área de VBG* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

Para além do acesso a serviços sociais essenciais, uma das prioridades na assistência às pessoas deslocadas é a criação e disponibilização de espaços para habitação. Preparar centros de trânsito e abrigos temporários e identificar e disponibilizar locais seguros e apropriados para o acolhimento de deslocados são duas das acções estratégicas presentes na PEGDI (2021). De acordo com o PRCD (2021), foram criados, até Agosto de 2021, 36 aldeias ou Centros de Reassentamento[2], distribuídos em 11 distritos (Montepuez, Macomia, Mueda, Nangade, Metuge, Mecufi, Ibo, Ancuabe, Namuno, Balama e Chiúre). De um total de 786,520 PDIs, as aldeias e centros abrigavam, até Agosto de 2021, 87,509 PDIs. Consta também do PRCD (2021) que foram distribuídos, entre os reassentados, parcelas de terra para a construção de habitações e cultivo e kits de produção agrícola. Foram também construídas casas pelo Governo e parceiros, estando mais em construção e também planeadas.

A última lista disponibilizada pelo Camp Coordination and Camp Management Cluster (CCCM)[3], de Dezembro de 2021, contabiliza 83 locais, oficiais e não oficiais, distribuídos por 14 distritos[4] e definidos como *relocation sites*[5], *temporary centers*[6], *host community extension*[7] *e unknown*[8], havendo a presença do CCCM Cluster em 31 deles. As aldeias de Nacussa B (Ancuabe) e Cuaia (Metuge) constam desta lista com a tipologia *relocation site*, a primeira sem presença do CCCM Cluster e a segunda com a sua presença. A aldeia de Nacaca (Montepuez) não consta da lista.

Nos três locais que visitamos, as mulheres sentem-se insatisfeitas com as condições em que vivem, queixando-se da ausência do governo e da falta de infraestruturas básicas, como água e saneamento, e do acesso a serviços sociais essenciais, como hospitais e escolas. Queixam-se, além disso, da falta de terra para plantar os seus alimentos e fazer negócio. No grupo focal de mulheres de Nacussa B (Ancuabe), uma das senhoras disse, sobre a falta de terra, que *"as machambas são essas que foram transformadas em palcos do terrorismo"*. A única ajuda mais ou menos regular que dizem receber é a do Programa Mundial da Alimentação (PMA), que distribuía no início bens alimentares como arroz, óleo e feijão e, mais tarde, cheques, mas essa ajuda nunca é suficiente para todas as pessoas. Muitas mulheres dizem também ter recebido a visita de algumas organizações que foram fazer pesquisa e que as ajudaram com algumas capulanas, água e comida, mas não souberam dizer quais.

No geral, as mulheres entrevistadas sentem uma enorme ausência do governo na assistência à situação que vivem actualmente. De seguida, apresentamos algumas constatações sobre as condições das aldeias visitadas, a partir das percepções das mulheres que ali vivem.

2.1 HABITAÇÃO E BENS NÃO-ALIMENTARES

De acordo com dados da UNOCHA (2021), até Agosto de 2021 havia mais de 540.000 PDIs a precisar de assistência básica de abrigo e de utensílios domésticos, incluindo para cozinhar. Assegurar uma habitação condigna, como mencionado acima, faz parte das acções estratégicas de curto e médio prazo incluídas no PRCD (2021) e na PEGDI (2021). No entanto, nas aldeias visitadas, o espaço e as condições de habitação são precárias e instáveis. As mulheres entrevistadas queixam-se das casas/tendas sem condições básicas, pequenas para toda a família, e das lonas que já estão gastas e a precisarem de ser substituídas. Preocupam-se bastante com a vinda das chuvas, pois temem que as casas não aguentem, que haja inundações e que fiquem desabrigadas. É o caso da aldeia de Cuaia (Metuge), que fica numa zona baixa, com propensão a alagamentos. Na altura das entrevistas, várias mulheres demonstraram preocupação com a vinda da época das chuvas.

Na aldeia de Nacussa B, Ancuabe, foram as próprias mulheres que construíram todas as casas, feitas de matope e bambu que recolheram no mato:

> *As casas onde vivemos foram construídas por nós mesmas. O governo não chegou a prestar apoio algum. Pedimos lonas, panelas, tampas de latrinas, roupa e etc e até os dias actuais não recebemos nada. A única organização que apoia é o* PMA. *A falta de apoio tem feito com que algumas famílias optem por voltar às suas casas, porque lá tem possibilidade de comer e viver minimamente, apesar da exposição ao perigo* (Grupo focal de mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Casas na aldeia de Cuaia, Metuge, que fica numa zona baixa. As lonas foram doadas pela OIM.

2. O PRCD não especifica se existem diferenças entre centros de reassentamento e aldeias. A PEGDI apenas define reassentamento como "fixação de deslocados internos em zonas do território nacional consideradas seguras em relação à causa do deslocamento, acompanhada da criação de condições de abrigo//habitação, infraestruturas e serviços básicos nomeadamente saúde, educação, abastecimento de água, saneamento do meio e outras facilidades sociais" (PEGDI, 2021:1421).

3. CCCM é o nome dado aos mecanismos de coordenação padronizados que as operações de refugiados aplicam através do Modelo de Coordenação de Refugiados e que as operações de PDI aplicam através do CCCM Cluster. Os mecanismos do CCCM garantem que os serviços sejam prestados de forma eficiente e que as pessoas deslocadas sejam protegidas em todos os tipos de ambientes comunitários de deslocamento rurais ou urbanos, quer vivam em acampamentos planeados, locais informais de auto-instalação espontânea, como em centros colectivos, centros de acolhimento ou centros de trânsito (ACNUR).

4. Ancuabe, Balama, Chiúre, Macomia, Mecufi, Meluco, Metuge, Montepuez, Mueda, Namuno, Nangade, Meconta, Lichinga e Marrupa.

5. Estes podem ser planeados apenas pelas autoridades locais ou em combinação com o CCCM, garantindo assim que os padrões apropriados sejam seguidos. Estes locais visam fornecer uma quantidade adequada de terra por família para se tornarem áreas viáveis para assentamento permanente, caso os deslocados internos não estejam dispostos a retornar às suas áreas de origem. De acordo com o plano do governo, terras agrícolas devem ser fornecidas na área circundante dos locais, permitindo actividades de subsistência.

6. Áreas com infraestrutura básica usadas por deslocados internos – idealmente – por um curto período de tempo. Geralmente são áreas preexistentes, como prédios escolares, salões comunitários, etc.

7. Áreas que foram identificadas pelo Posto Administrativo. Muitas vezes, as comunidades mudam-se para essas áreas devido a laços familiares mais amplos e arranjos locais para uso da terra, o que pode necessitar considerações futuras em relação a habitação, terra e propriedade.

8. Locais que não foram visitados por actores humanitários, de modo a permitir a colecta de informações suficientes.

Construções feitas pelas mulheres da aldeia de Nacussa B, Ancuabe.

Outra queixa bastante presente em todas as entrevistas e grupos focais que realizamos foi a falta de camas e colchões. As mulheres dormem no chão e queixam-se muito de dores no corpo, sobretudo nas costelas. Algumas mostraram-nos as camas em que dormem, feitas de bambus e vimes, sem colchão, manta, lençol, capulana ou almofada, queixando-se do quão doloroso é. Uma das mulheres com quem conversámos disse que

> *(...) nas nossas casas tínhamos camas feitas de madeira, que compramos nos carpinteiros. Também, através do dinheiro que conseguíamos com a venda da nossa produção, conseguíamos comprar colchões para estendermos nas camas. Mas desde que chegamos aqui, estamos a sofrer a dormir no chão* (Grupo focal de mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Faltam-lhes também panelas, esteiras, baldes, bancos, cadeiras, mantas, lençóis, louça, roupa e calçado para elas e para as crianças (foi comum algumas mulheres apontarem para as crianças que brincavam ou espreitavam nas redondezas, mostrando como estas andavam descalças e com a roupa toda rasgada e suja). Durante a entrevista com o grupo focal da aldeia de Nacussa B, em Ancuabe, uma das senhoras disse-nos que

> *Nós estamos a sofrer. Não temos panelas, pratos, água e vestuário. A falta de roupa deixa exposto o nosso corpo e deixa-nos vulneráveis a abuso sexual. Temos pessoas idosas que quando estão doentes, pela distância, não conseguem ir ao hospital. Por exemplo, assim estou doente e nem consigo varrer. Dói a barriga, a coluna e outras partes do corpo. Não consigo fazer nada, nem andar até ao hospital de Ancuabe* (Grupo focal de mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Chapas, energia (têm de pagar para poder carregar os celulares, muitas vezes em aldeias vizinhas, através de painéis solares), lâmpadas ou lanternas (principalmente para poderem usar as latrinas de noite), lonas, bicicletas ou motas para poderem percorrer as distâncias a que ficam os hospitais e postos de saúde e material para cultivo (enxadas, sementes, foice, catanas, entre outros) são alguns dos outros bens não-alimentares que as mulheres listam como sendo limitados ou estando em falta.

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

O deslocamento e a destruição dos meios de subsistência das pessoas têm esgotado os recursos já escassos das famílias e causado o aumento da insegurança alimentar e da desnutrição. Segundo a UNOCHA (2021), estima-se que cerca de 1,9 milhões de moçambicanos sofrerão altos níveis de insegurança alimentar aguda durante a época de escassez (novembro de 2021 a março de 2022) e que precisem de assistência humanitária urgente – incluindo aproximadamente 40,000 pessoas em situação de emergência. Destes, 1,32 milhões vivem nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia, que acolhem uma elevada concentração de PDIs. Ainda segundo a mesma agência, até Agosto de 2021 havia, nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Niassa, 901,000 pessoas em insegurança alimentar grave. Dados recentes da UNICEF (2022) apontam para quase 75,000 crianças (de 6 a 59 meses) ameaçadas pela desnutrição aguda, com quase 27,400 em risco de desnutrição aguda grave e 545,100 crianças a precisar de ajuda nutricional.

As pessoas que foram forçadas a fugir das suas zonas de residência permanecem, na sua maioria, incapazes de aceder às suas actividades de subsistência, o que as torna fortemente dependentes da assistência humanitária. Esta situação não afecta, no entanto, apenas as PDIs, mas tem provocado um grande impacto nas comunidades hospitaleiras, que demonstraram incrível solidariedade, mas cujos recursos esgotaram após a abertura das suas casas a pessoas deslocadas.

Devolver e garantir as condições e meios de subsistência das populações, retomar as actividades económicas que vão propiciar renda e subsistência, distribuir parcelas de terra para cultivo e garantir a sua posse, assegurar stocks mínimos de produtos alimentares e enviar produtos alimentares e não alimentares são acções estratégicas presentes tanto no PRCD (2021) quanto na PEGDI (2021). De acordo com o PRCD (2021), até Agosto de 2021, foram enviados produtos alimentares (cereais, feijão, óleo, açúcar, sal, etc) e não alimentares (sabão, kits de abrigo, kits de higiene, lonas, rolos plásticos, kits de ferramentas, etc.) para os distritos mais atingidos pelo conflito, em assistência às famílias afectadas/deslocadas que perderam os seus bens.

No entanto, as mulheres e raparigas das aldeias visitadas não tiveram ainda acesso a estes apoios. Elas definem o acesso ao apoio alimentar e à terra para cultivar como escassos e problemáticos:

> *Aqui no centro, para ter acesso a tudo é um desafio. Não comemos devidamente. Não temos acesso a nada, mesmo a terra para a prática da agricultura* (Grupo focal de mulheres, Pemba, 2021).

Não ter acesso a terras para cultivo significa que as mulheres não podem alimentar as suas famílias, alienando assim o seu papel de principais provedoras (Osório e Cruz e Silva, 2021). A única ajuda que afirmam receber de forma irregular, como mencionado acima, é do Programa Mundial de Alimentação (PMA), mas esta é insuficiente e pouco diversificada. As mulheres recebem arroz, óleo, feijão ou ervilhas, mas sentem falta de verduras e de peixe, que faz normalmente parte da sua dieta alimentar. Apesar de terem consciência de que não o deviam fazer, vêem-se muitas vezes obrigadas a vender parte dos produtos que recebem, como forma de obterem outros produtos que escasseiam, como pão, sabão, caril e escova e pasta de dentes. Algumas mulheres relataram já ter recebido produtos fora do prazo de validade.

Na aldeia de Nacaca (Montepuez), as mulheres eram apoiadas pelo PMA em produtos alimentares, mas passaram a receber cheques com base em listas ou bases de dados que, segundo elas, muitas vezes não possuem os nomes de todas as pessoas que deveriam receber o valor. As mulheres que estão alojadas nas famílias de acolhimento em Pemba também se queixam da ajuda em forma de cheque, dizendo que já se inscreveram várias vezes, mas nunca foram chamadas, ou que o valor do cheque não é suficiente para apoiar toda a família. Esta é, aliás, uma queixa bastante recorrente e relatada, não só por mulheres e homens deslocados, mas também denunciada por activistas e funcionários de OSCs e pesquisadores. Há muitos relatos de corrupção, perpetrados por estruturas locais, na elaboração das listas e distribuição dos cheques, colocação de nomes que não deveriam fazer parte e omissão dos que deveriam lá estar. Uma das mulheres do grupo focal de Pemba afirmou que *"por exemplo, eu sou viúva e já me inscrevi 4 vezes, mas até hoje ainda não recebi cheque e tenho uma família de 16 pessoas"*. Além disso, a falta de um documento de identificação - que muitas pessoas perderam nas fugas - é outro entrave à obtenção destas ajudas (Cunha, 2021; Feijó, 2021; MULEIDE, 2020).

O valor dos cheques é, na maioria das vezes, insuficiente, pois não existe regulação e fiscalização do preço dos produtos, como relata uma participante do grupo focal de Pemba:

> *No início, o PMA nos oferecia arroz, óleo e feijão. Com o passar do tempo passou a nos dar um cheque de 3600,00 MZN para cada família, em 60 dias. Só para ter uma ideia, aqui arroz 25kg começa de 1300,00 MZN a 1700,00 MZN, sendo que o valor do cheque é de 3600,00 MZN. Ainda não compramos peixe, óleo, sabão e outras coisas. O dinheiro que recebemos é insuficiente para as despesas das famílias* (Grupo focal de mulheres, Pemba, 2021).

Além disso, existe a obrigatoriedade de usar o cheque em estabelecimentos comerciais específicos, o que dificulta ainda mais a situação, uma vez que muitos comerciantes não permitem que as famílias comprem outros produtos como sabão, escovas e pasta de dentes com aquele valor. Isto faz com que as famílias tenham que vender parte do arroz ou óleo para poderem adquirir tais bens. Toda esta situação faz com que a maior parte das mulheres prefira receber o valor em espécie, o que não acontece.

Com um pedaço de terra para produzir, as mulheres poderiam diversificar um pouco mais a sua dieta, alimentar as suas famílias e ter rendimentos com a venda dos excedentes, como faziam nas suas terras de origem, mas esta não é uma realidade. Todas se queixam da falta de machambas ou da proibição - por parte da população local - de trabalharem nas suas terras, tendo algumas que pagar para poder usar a terra de alguém, a quem têm que deixar parte das colheitas como pagamento pelo uso das terras. Outras contam que trabalhavam nas machambas de terceiros, mas a partir de uma certa altura foram proibidas. As crianças costumam ser também proibidas de arrancar frutas das árvores pelos seus donos.

2.3 ÁGUA, HIGIENE E SANEAMENTO

Uma das consequências do conflito tem sido a destruição dos principais sistemas de abastecimento de água e de saneamento e a pressão que o deslocamento maciço da população causou no acesso a estes serviços essenciais, nomeadamente a água potável. A UNICEF (2022) estima que 950,000 pessoas precisam de acesso a água potável. As graves interrupções nos serviços essenciais de água, saneamento, higiene e saúde provocaram o aumento dos casos de cólera em Cabo Delgado, afectando particularmente as pessoas deslocadas. Neste sentido, uma das acções imediatas presentes no PRCD (2021) é a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água. Também a PEGDI (2021) tem como acção estratégica a garantia da provisão de água e saneamento nos locais de acolhimento e de reassentamento.

No entanto, a falta de água é uma realidade presente no dia a dia da vida das aldeias e centros visitados. De uma maneira geral, os poços/fontes de água existentes são insuficientes para a quantidade de pessoas e estão longe, o que faz com que as mulheres tenham que caminhar longas distâncias. Na aldeia de Nacussa B (Ancuabe), as mulheres queixam-se que a água disponível não é suficiente para a quantidade de pessoas:

> *Em todo este centro temos apenas dois furos de água. Sentimos a necessidade de ter mais disponibilidade de água. Nós somos 550 pessoas e dois furos de água são insuficientes para abastecer a todos. E é um centro que tem mais mulheres e crianças* (Grupo focal de mulheres, Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Outro constrangimento que agrava o acesso à água é o facto de muitas mulheres terem que pagar para ter acesso a este bem vital. Algumas mulheres do grupo focal de Pemba queixaram-se deste aspecto:

> *Aqui no centro tem torneiras, mas a água não sai. Para ter acesso a água, 20 litros, deve pagar 100 MZN. Por isso, muitas vezes as pessoas choram para ter água para pelo menos cozinhar* (Grupo focal de mulheres, Pemba, 2021).

Na aldeia de Cuaia (Metuge) não há água, situação que agrava questões de higiene e saneamento. Para terem acesso a água, as mulheres recorrem a um poço que abastece a população local, mas nem sempre conseguem porque o número de pessoas é maior do que a quantidade de água disponível. Esta situação cria, segundo as mulheres entrevistadas, um grande desconforto entre elas e as mulheres nativas.

2.4 HIGIENE MENSTRUAL E PRIVACIDADE

Falar sobre higiene menstrual é também falar sobre igualdade de género, uma vez que uma má ou ineficiente gestão da menstruação afecta a mobilidade de mulheres e raparigas e pode comprometer a sua educação, saúde, higiene e desenvolvimento económico, não permitindo que participem equitativamente na sociedade. Uma gestão menstrual eficiente requer uma série de elementos que incluem produtos menstruais, informação e educação, quebra de tabus, normas sociais positivas e infraestruturas de água, higiene e saneamento. Num contexto de crise humanitária, em que os serviços essenciais de saúde, água, saneamento e educação são/estão comprometidos, as desigualdades no que diz respeito a uma higiene menstrual positiva são exacerbadas. No entanto, e apesar de ser algo que afecta negativamente mulheres e raparigas - que são a maioria das PDIs - estas necessidades têm sido constantemente relegadas para segundo plano pelas políticas de resposta ao conflito (Anderson et al, 2020).

Apesar de existirem várias organizações nacionais e agências internacionais que distribuem os chamados *kits de higiene/dignidade*

a mulheres e raparigas deslocadas, são necessárias intervenções mais adaptadas/específicas ao contexto onde estas mulheres se encontram e, principalmente, as mulheres e raparigas precisam de ser consultadas nas fases de desenho destas iniciativas, algo que não está a acontecer presentemente, como explica a colaboradora de uma organização internacional:

> *Para mim, envolvimento profundo eu penso que quase não existe, porque regra geral, os projectos, como quem diz, aparecem pré-prontos. (...) O movimento que eu tenho visto, por exemplo, agora com os nossos parceiros, estive a dizer, acabam envolvendo nos espaços amigos da mulher, as actividades que são realizadas aqui são negociadas. Por isso sim, são elas a dizer nós aqui gostaríamos de ter esta actividade, então é em função disto, então que o nosso parceiro depois tenta, depois estas aqui vão fazer a mesma actividade. (...) Outra coisa que nós temos estado a fazer, só paramos um bocadinho por causa da questão de insurgência, mas vamos voltar, nós distribuímos kits, mas nós reunimos com as mulheres, devemos envolver, vamos perguntando o que ela precisa. O kit de dignidade é só uma forma que nós encontramos para falar de mensagem de VBG. (...) depois dessa distribuição nós tentamos, depois de um tempo, um mês, dois meses, voltar ao local da distribuição, para perceber até que ponto este material que ela recebeu, qual foi a utilidade, será que realmente é necessário, alguma coisa tem que ser feita? Para depois nós podermos influenciar (...) Para os nossos colegas a nível central, para a discussão do que é importante, dizer olha elas preferem isto, sim, porque às vezes, já vimos, receber pensos higiénicos, aqueles normais, e aqui a comunidade direito não usa. Ela usa fraldinha, capulana, não sei o quê e nós combinamos que era lavável. Logo quem usar aquilo tem que lavar, etc, e então esta coisa também temos que dizer olha, mudem, não vão usar, vamos fazer outra coisa. Então é a nossa forma de envolver algumas mulheres como elas, porque de forma geral eu sinto que, infelizmente, infelizmente provavelmente o façam [envolver as mulheres], mas que nós não tenhamos essa informação* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

A eficácia da distribuição dos kits pode variar de acordo com as condições sanitárias dos locais onde as deslocadas se encontram, assim como com os seus hábitos sociais e culturais. Por exemplo, pensos higiénicos descartáveis podem ser uma boa solução em contextos onde as condições de água e saneamento não são adequadas, mas grande parte das mulheres não têm o hábito ou nunca usaram este tipo de item. Estes também costumam ser fornecidos apenas durante um curto período de tempo, tornando difícil a gestão menstrual das mulheres a longo prazo. Para além disso, o seu uso continuado pode representar uma pressão em contextos onde não há saneamento adequado e são também inúteis sem roupa interior. Já os pensos reutilizáveis, colectores menstruais e roupa interior absorvente - apesar de serem alternativas mais duradouras, sustentáveis e amigas do ambiente - necessitam de acesso a água e sabão, além de privacidade para que as mulheres possam colocar estes itens íntimos a secar (Anderson et al, 2020).

A distribuição de produtos menstruais é, neste sentido, apenas um dos elementos para uma gestão menstrual eficiente nos contextos em que estas mulheres se encontram e deve estar associada ao acesso à informação e a instalações adequadas. Assim, é fundamental priorizar estratégias de intervenção integradas e holísticas que abordem necessidades menstruais contextualizadas, incluir produtos menstruais apropriados e suficientes e, principalmente, envolver mulheres e raparigas no desenho e implementação deste tipo de intervenções. Sobre a necessidade de pensar numa distribuição de kits sensível ao contexto, a colaboradora de uma OSC nacional mencionou que:

> *Os kits costumam ser diferentes. Tem kits que já vêm com pensos de capulana em que elas só têm que dobrar, usar e depois reutilizar, mas é higiene, quanto tempo ela vai ter sabão para lavar, a água é difícil nos centros de reassentamento e sítio de estender porque elas normalmente não podem mostrar. Agora optamos por dar kits com pensos higiénicos descartáveis e activistas fazem o trabalho de sensibilizar, ensinar como se põe e elas vão aprendendo* (Colaboradora de organização da sociedade civil nacional, Pemba, 2021).

Nos centros e aldeias visitados, as mulheres e raparigas entrevistadas queixaram-se bastante da falta de condições higiénicas e sanitárias e de produtos menstruais adequados. A falta ou a insuficiência de água para o número de residentes, de casas de banho adequadas e de tampas para as latrinas, de privacidade, de pensos higiénicos (algo que a maioria não está acostumada a usar e diz nunca ter recebido desde que chegou aos centros), de capulanas e de sabão tornam infernal a gestão da menstruação.

A maioria das mulheres e raparigas rasga pequenas tiras das capulanas para usar durante o período menstrual, mas a sua lavagem torna-se difícil porque raramente há sabão e as capulanas escasseiam, sendo uma só usada para vários fins (como roupa, como penso higiénico, como coberta, entre outros usos). Muitas vezes as mulheres têm que rasgar as próprias capulanas que usam à volta da cintura para poderem ter algo para usar. Elas pedem capulanas e sabão e queixam-se da falta de espaços privados onde possam estender as tiras de capulanas. Na voz de duas das participantes:

> *Neste centro nós mulheres nunca recebemos pensos higiénicos para tratar da questão do período menstrual. Quando estamos de período, recorremos à capulana. E depois torna-se difícil limpar essa capulana visto que não temos produtos de higiene e limpeza* (Grupo Focal de Mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

> *Nós recebemos pensos higiénicos quando fomos afectadas pelo ciclone Kenneth. Mas agora que estamos a fugir da guerra, não há nada. Aquando da passagem do ciclone, perdemos muita coisa, desde casas, culturas diversas, roupas e utensílios domésticos. Já havíamos começado a reconstrução, contudo, com o conflito perdemos tudo novamente* (Grupo Focal de Mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

A falta de privacidade é outro elemento que dificulta não só a gestão da menstruação, mas a convivência entre as famílias e os casais. As casas são muito próximas e nelas vivem famílias às vezes com mais de 10 pessoas. Além disso, como referido acima, não há espaços onde as mulheres possam estender as capulanas que usam durante o período menstrual, algo do foro íntimo. Há também a questão da privacidade entre os casais. Como explicou uma das participantes: *"Todos dormem em forma de comboio e muitas vezes sem cobertor, situações que não permitem os casais terem sua intimidade.*

Há uma clara falta da prática de sexo" (Grupo Focal de Mulheres de Nacussa B, Ancuabe). Esta foi uma questão também trazida pela colaboradora de uma OSC nacional, quando falava sobre a distribuição de *kits de dignidade*, uma das actividades que desenvolvem:

> *Na verdade, é questão de privacidade, estar nos centros de reassentamento não é privativo. São casas coladas, são tendas baixinhas, elas reclamam do calor, a gente tenta minimizar o sofrimento, mas não vamos fazer tudo pelas pessoas, cada parceiro tenta fazer o que está ao seu alcance. Mas sobre a questão dos pensos higiénicos em particular, é isso, agora as mulheres estão a aprender a usar, porque as activistas fazem esforço de explicar a elas como é que se usa e elas ficam felizes* (Colaboradora de OSC nacional, 2021).

2.5 ACESSO À SAÚDE

De acordo com o PRCD (2021), de um universo de 131 Unidades Sanitárias existentes na província de Cabo Delgado, o conflito provocou a destruição total de 10, a parcial de 29 e a vandalização de 39, o que significa que cerca de 36% das Unidades Sanitárias existentes não estão operacionais (UNICEF, 2021). Dados da UNOCHA (2021) apontam para o encerramento forçado de quase metade dos centros de saúde (43 de 88) devido à insegurança. As múltiplas emergências de saúde, que incluem o aumento da malária[9] e da cólera, estão a pressionar ainda mais o já frágil sistema de saúde (emergências essas agravadas também pelo fraco ou inexistente acesso a serviço como água potável, saneamento e higiene). Pessoas vivendo com HIV/SIDA foram também impactadas de forma única pela interrupção do acesso à saúde, principalmente no que diz respeito ao acesso a medicamentos[10]. Segundo dados da UNOCHA (2021) havia, até Agosto de 2021, 537,000 pessoas vivendo com HIV/SIDA. Isto num universo em que a taxa de prevalência estimada na província é de 11,4% entre adultos com idades entre 15 e 49 anos, sendo a taxa significativamente maior entre mulheres (13,9%) do que homens (8,8%) (UNOCHA, 2021). Segundo dados da UNICEF (2022), há 596,000 crianças a precisar de serviços de imunização.

A colaboradora de uma plataforma distrital da sociedade civil alertou para a situação actual da saúde em Montepuez, que sofreu um impacto enorme devido ao conflito e aos deslocamentos:

> *A entrada dos deslocados, algo mudou aqui no distrito. Primeiro dizer que o número de pessoas aumentou e sendo assim os serviços básicos torna um pouco difícil. Já não suporta com aumento desses nossos irmãos deslocados. O que implica que, primeiro há grande bicha principalmente nas unidades sanitárias. Depois, além disso, os medicamentos não demoram acabar por causa do número dos utentes. Mesmo no, lá onde se baixa as pessoas, ficam de baixa, êh verifica-se alguns doentes, então, são obrigados a estarem no chão, nos corredores. Não há camas suficientes, tanto na maternidade, pediatria e medicina, tudo. E isto também traz um transtorno para o distrito, para o governo. (...) Outra questão que estamos também a enfrentar aqui em Montepuez é que as pessoas vão ao hospital e são ditas que estes medicamentos aqui não tem, mas vai na farmácia privada x, até dizem o lugar da farmácia, vai na farmácia que há-de encontrar. Depois, um deslocado, um como eu vai para lá, só uma lâmina, não sei com cinco há-de ouvir 500 e tal, 600. E nós já questionamos isso há muito tempo, não só farmácias privadas, no mercado está cheio de medicamentos ao ar livre à venda. Nós já gritamos tantas vezes, gritar mesmo. Esses medicamentos estão a vir de onde "ah não, é que há pessoas que vão comprar em Tanzania, trazem aqui mesmo. Não há controlo, não há controlo de medicamentos* (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021).

O restabelecimento imediato dos serviços de saúde, a garantia da continuidade dos cuidados de saúde à população com base no uso de módulos pré-fabricados e a reabilitação e/ou requalificação das unidades sanitárias fazem parte das acções estratégicas de curto e médio prazo presentes no PRCD (201). Também a PEGDI (2021) preconiza a garantia de serviços básicos de saúde e a prestação de assistência primária de saúde. Mas, assim como no caso do acesso à terra, acomodação condigna e segurança alimentar, também o acesso à saúde é extremamente restrito nas aldeias visitadas. As unidades sanitárias estão distantes, o que faz com que as mulheres tenham que percorrer longas distâncias a pé ou pagar por transporte, sendo que não possuem dinheiro para tal. Quando as mulheres deslocadas da aldeia de Nacaca (Montepuez) chegaram lá, havia um banco de socorros, mas este funcionava apenas uma vez por semana. No momento das entrevistas, o hospital mais próximo ficava distante e elas tinham que pagar 60,00 MZN de transporte, ida e volta, dinheiro que a maioria não possui.

As mulheres da aldeia de Cuaia (Metuge) relataram que existem dois centros de saúde, mas todos a cerca de 1h de distância, o que coloca em risco os doentes. Relataram também casos de violência obstétrica, em que mulheres que tiveram os seus filhos no meio do caminho por causa das distâncias foram maltratadas pelas enfermeiras à chegada aos centros de saúde, dizendo-lhes que *"Estás a trazer esse bolo para mim porquê? Leva de volta!"*.

Já antes do conflito, no que diz respeito à saúde sexual e reprodutiva e ao planeamento familiar, as mulheres e raparigas de Cabo Delgado eram altamente vulneráveis, devido a factores que incluem a pobreza e normas sociais patriarcais. Em 2015, apenas 1 em cada 5 raparigas casadas ou em uniões de facto usavam contraceptivos, uma das taxas mais baixas do país, e a taxa de gravidez na adolescência (15 a 19 anos) era a mais alta, com 24% (UNFPA, 2021). Segundo um estudo de género de 2015 sobre a situação das mulheres em Cabo Delgado, a taxa de mortalidade materna intra-hospitalar era de 191 em cada 100 000 nados vivos, a mais elevada de todas as províncias (González, 2015). Ainda segundo dados da UNFPA de 2021, estima-se que havia 160,621 mulheres e raparigas deslocadas em idade reprodutiva (15-49 anos) e 18,972 mulheres grávidas. Sem o restabelecimento urgente dos serviços de saúde, principalmente no que diz respeito à saúde materno-infantil, a actual interrupção dos serviços pode resultar em dezenas de mortes maternas que poderiam ser evitadas.

Sem acesso a unidades de saúde que incluam serviços de parto e cuidados obstétricos de emergência, as mulheres grávidas correm o risco de complicações fatais, como relatado pelas mulheres da aldeia de Cuaia (Metuge). O fraco ou inexistente acesso a hospitais e unidades sanitárias afectou também os serviços de planeamento familiar, expondo mulheres e raparigas a gravidezes indesejadas em contextos e condições perigosas. Mulheres e raparigas também se tornam mais vulneráveis à violência sexual, exploração e

9. Segundo dados da OCHA (2021), de Janeiro a Agosto de 2021 foram registados 575,000 casos de malária.

10. A situação das pessoas vivendo com HIV/SIDA tem sido agravada, também, pela insegurança alimentar.

infecção por HIV/SIDA, destacando ainda mais as conexões essenciais entre saúde sexual e reprodutiva e violência baseada no género (UNFPA, 2021).

Mesmo quando vão aos hospitais e centros, as mulheres não encontram o tratamento adequado, pois há falta de medicamentos (só dão paracetamol). Uma das participantes do grupo focal de Nacussa B contou que

> *(...) a única medicação disponível ou que os doentes são administrados sempre foi paracetamol, independentemente da doença que a pessoa padece, desde dores de cabeça, de estômago, febre, corpo, dente, etc. O mais grave é que o centro não dispõe, pelo menos, de médicos tradicionais para ajudar as pacientes. Também não tem um centro de saúde nas proximidades* (Grupo focal de mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Além das dores nas costas e dos pés extremamente gretados pela falta de calçado adequado, as mulheres queixam-se sobretudo da malária, tuberculose, tensão alta e da incapacidade de dar seguimento a problemas de saúde anteriores à sua fuga. Uma das mulheres da aldeia de Nacussa B, que se encontrava doente na altura das entrevistas, contou que ainda não tinha conseguido o seguimento adequado em relação a uma operação que havia feito antes de fugir. Proveniente de Macomia Sede, ela relatou o dia em que cruzou com os terroristas quando vinha do poço:

> *(...) dali corri para casa e encontrei a família ainda a dormir. Acordei todos e informei que estávamos mergulhados na guerra. Na altura acabava de fazer uma operação em Pemba e a corrida activou as feridas da cirurgia. Passei mal* (Mulher de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

2.6 ACESSO AO APOIO PSICOSSOCIAL E ESPAÇOS AMIGOS DA MULHER

A prestação de apoio psicossocial aos deslocados, com especial atenção aos mais vulneráveis, é uma das acções estratégicas estipuladas na PEGDI (2021) e no PRCD (2021). São consideradas acções de curto e médio prazo, dentro da assistência humanitária. Esta é também uma acção atribuída às OSC e às confissões religiosas, como consta na PEGDI (2021):

> *"As organizações da sociedade civil e confissões religiosas desempenham um papel primordial no apoio psicossocial aos deslocados internos, assistência humanitária, bem como na redução da vulnerabilidade e de seus efeitos sociais junto das famílias e comunidades envolvidas"* (PEGDI, 2021:1416).

Por tudo o que passaram e ainda passam, mulheres e crianças (que correspondem à maioria das pessoas deslocadas) carregam consigo muitas marcas de todo o tipo de violências, silenciamentos e traumas, não só físicos, mas principalmente psicológicos, causados pelo conflito. Todos carecem urgentemente de algum tipo de acompanhamento psicológico. A UNICEF (2022) estima que haja 440,200 crianças a precisar de serviços de saúde mental e apoio psicossocial. No entanto, e apesar de ser preconizado nos planos e políticas de apoio aos deslocados, este serviço é muito limitado, tanto por parte das instituições estatais como das OSC.

As mulheres que entrevistamos nos vários distritos tiveram pouco ou nenhum contacto com este tipo de apoio, algo de que precisam com urgência. À falta de apoio profissional e capacitado, recorrem a outras formas de cura dos seus traumas. Saltar à corda, cantar e dançar são actividades que as ajudam a esquecer o que passaram e as anima um pouco, mesmo que momentaneamente. Através de canções (muitas criadas por elas), elas vocalizam e exteriorizam os seus traumas, angústias, incertezas e desejos e a dança tem o poder de as transportar para as suas aldeias e para momentos de felicidade passados. No entanto, algumas participantes queixam-se que alguns locais não as deixam cantar e dançar, reclamando que elas fazem muito barulho. Os trechos a seguir mostram como estas actividades são importantes para a cura destas mulheres, além de serem uma forma de protesto:

> *Não recebemos, até aos dias actuais, apoio psicossocial que pudesse nos ajudar a lidar melhor com a guerra. Ao mesmo tempo, acredito que na ausência de assistência psicossocial, as mulheres poderiam se juntar em grupos e praticar cantos e danças tradicionais para poder relaxar o seu estado de espírito* (Mulher de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

> *Se os nativos nos aceitassem e nos deixassem à vontade, isso ajudaria muito para a paz e sossego interior* (Mulher de Cuaia, Metuge, 2021).

> *Não temos recebido apoio algum. Mas entre nós, temos nos apoiado em meios para lidar com a situação ou impacto do conflito* (Mulher de Cuaia, Metuge, 2021).

> *Ainda não tivemos apoio psicossocial. E não temos uma estratégia para poder lidar melhor com o impacto do conflito nas nossas vidas. As únicas coisas que fazemos é cantar e dançar canções tradicionais* (Líder Comunitária de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Uma das OSC nacionais entrevistada presta apoio psicossocial a mulheres e raparigas deslocadas em 8 distritos (Ancuabe, Metuge, Pemba, Mecufi, Chiúre, Montepuez, Balama e Namuno), dentro do que são chamados *espaços amigos da mulher*. Também a agência internacional cuja colaboradora entrevistamos gere alguns destes espaços em alguns distritos, tanto dentro como fora dos centros:

> *(...) temos lá [nos espaços da mulher] também sessões com psicólogas, temos um acordo com o Hospital Provincial onde temos duas psicólogas que têm apoiado, onde aparecem duas vezes por semana nesses espaços para poderem conversar com as mulheres para fazerem algumas terapias. Fazem terapias em grupo e às vezes fazem terapias individuais, dependendo da situação de cada uma. Então as mulheres já sabem que no dia X por exemplo Sextas-Feiras a psicóloga estará, então quem precisa de conversar vai lá poder conversar com a psicóloga* (Colaboradora de organização da sociedade civil nacional, Pemba, 2021).

O *espaço seguro/amigo da mulher* é, segundo a colaboradora de uma agência internacional,

> *(..) um divertido espaço que é mesmo amigo da mulher. Então, depende e isso varia de zona para zona. As activistas, êh existe uma equipa da organização que trabalha lá, mas também tem acordo com as mulheres porque a ideia é mesmo estar em tudo. Porque algumas vão machamba, às vezes vão à pesca, etc, têm outras actividades, o que é bom. Então, entram em acordo em situação de indisponibilidade delas. Umas de manhã têm que ir à actividade, à tarde estão lá. Por exemplo, em Metuge, num centro em Metuge, as mulheres vão na Segunda só, elas preferem assim. Então, elas fazem as suas actividades, então Segunda a Segunda já estão lá. Enquanto que tem outras, por exemplo em Ancuabe, fazem três dias por semana, fazem três dias por semana. Então, isto é abordado entre elas porque a ideia, por ser amigo mesmo, elas sempre discutem quais são os melhores horários. Então, não é só mulheres, também tem raparigas. Então, há centros, há certos locais que temos raparigas que estão a ir à escola. Então, em relação ao horário também da escola é que também vai determinar a ida delas àquele espaço. E as actividades também, essas habilidades para a vida algumas delas elas é que propõem, elas é que propõem. (...) Não é imposição, em função também do que a zona dispõe (...) Praticamente nesse espaço, apoio psicossocial, temos actividades de sensibilização, também actividades recreativas. Porque é necessário para elas. E estas actividades algumas fazem cestaria, em regra geral é isso. Então, os nossos parceiros têm como estrutura de equipe: lá tem, temos activistas, mas para aquele espaço, nós recomendamos, porque é espaço só para mulher mulheres, activistas do sexo feminino, para as mulheres terem a vontade de poderem dizer. Todas as activistas, facilitadoras para todos aqueles cursos que elas fazem lá. Mas tem activistas locais do sexo feminino que também fazem actividades na comunidade para criarem demanda não só para aquele espaço, mas também para falarem da existência de actos ilícitos contra a mulher, como a questão de VBG.* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

No entanto, este tipo de apoio é limitado não só pela falta de pessoal qualificado, mas também pelos custos:

> *(...) ter psicólogas a nível da província é muito difícil. Agora vamos precisar de ter psicólogas nesses quatro distritos que vamos alargar e vamos tentar ver se a nível dos distritos podemos encontrar através de parcerias que vamos fazer com hospitais locais, vamos tentar conseguir ter lá psicólogas para poderem ir e dar esse apoio psicossocial nos centros de acolhimento que nós vamos trabalhar. Mas, veja só, mesmo para o caso, são duas psicólogas e elas quando não estão, por exemplo na semana passada precisei delas, mas estavam em Maputo numa formação. Então é muito difícil. (..) há falta de profissionais de facto, para responder essa área, porque também é muito caro pagar uma psicóloga. Quando elas vão para o distrito só por sessão são 6 000 meticais. Ao nível de cá em Pemba, ainda conseguimos no nosso centro porque quando não se desloca o custo é mais baixo, então conseguimos ter uma e outra para ter sessões* (Colaboradora de organização da sociedade civil nacional, Pemba, 2021).

A colaboradora da agência internacional também refere a falta de pessoal qualificado como uma das principais lacunas no apoio psicossocial a mulheres e raparigas nos espaços amigos da mulher que coordenam em alguns centros:

> *Ainda existem muitas lacunas. Quando falo de factores oficiais, vou começar dos serviços: os próprios técnicos, técnicos de género, Direcção Provincial de Género e serviços distritais, começando por eles. Eu acho que precisam de mais formações para esta área de apoio psicossocial. [Esses técnicos] (...) não são psicólogos. Dizem que são técnicos sociais. Mas precisam aprender um bocadinho mais da questão, pelo menos o básico. Não precisa de ser aquele pacote full, mas o básico. Como é que têm que atender. Para mim até este tinha que ser para todos os Pontos Focais de VBG, para todas as áreas, não só apenas a protecção social porque, nalguma medida, quando estão a atender uma sobrevivente, precisam. (...) Temos acordo com a [OSC], a [OSC]. Temos acordo com a DPS [Direcção Provincial de Saúde]. Tem poucos psicólogos ou técnicos de saúde mental, então a coordenação que eles fazem com a DPS para ter este técnico, mas não está todos os dias. Sim, acho que 2 a 3 vezes por semana, é a forma como eles conseguem ter este profissional de saúde para estar nestes espaços. Para nós já é um passo. Não é o que nós gostaríamos, porque os casos aparecem quando aparecem. Êh, nem sempre a sobrevivente vai aparecer num dia e depois estar em condições de, talvez chegou Segunda-Feira, ele [o profissional de saúde] não está, só está na Quarta* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

Programas de apoio psicossocial e saúde mental são extremamente importantes em contextos de emergência, mas como analisou a entrevistada na citação acima, há poucas orientações especializadas em como intervir em saúde mental para mulheres e raparigas que sofrem ou sofreram violência de género, especificamente num contexto de emergência e de extrema violência. De acordo com Jeanne Ward (2020), reconhecida especialista em VBG, muitos dos princípios básicos e abordagens usados por especialistas em VBG no seu trabalho com sobreviventes em contextos humanitários são extraídos da teoria e prática feministas. No entanto, não existe orientação sobre a importância do uso de princípios feministas em situações de emergências, nem tão pouco sobre o que significa aplicar uma abordagem feminista.

Esta é uma abordagem necessária e extremamente importante em contextos como o de Cabo Delgado, onde as mulheres e raparigas passaram e passam por todo o tipo de violência e traumas e onde, por questões culturais e sociais, é dada pouca importância a esta componente psicossocial. As intervenções terapêuticas com abordagem feministas, segundo Ward (2020), têm como premissa a crença de que o sofrimento psicológico vivenciado pelas mulheres não pode ser entendido sem referência aos contextos políticos em que estas estão inseridas. Assim, nas abordagens feministas, presta-se especial atenção à influência do patriarcado na violência e na cura, entendendo que a violência experimentada – assim como sentimentos de auto-culpabilização e muitas outras reacções que se seguem à exposição à violência – estão enraizadas numa desigualdade estrutural de género (Ward, 2020:2). É necessário, também, ter em atenção a diversidade de identidades pessoais e sociais das mulheres e raparigas (como raça, etnia, religião, classe social, status de deficiência, orientação sexual, etc), como forma de compreender como a identidade social informa as expectativas e comportamentos das mulheres e as suas experiências de privilégio ou opressão. Aplicar uma abordagem feminista significa, então, entender como os contextos sociais e culturais, a identidade e o desenvolvimento impactam na exposição às várias formas de violência, nas respostas de mulheres e raparigas à violência e no processo de cura.

O reconhecimento do contexto – não só pelo especialista como pela mulher – deve envolver uma compreensão das múltiplas formas de violência estrutural que esta vivencia. Assim, é extremamente crucial que os profissionais e técnicos que trabalham diretamente com as deslocadas/sobreviventes de traumas recebam treinamento e supervisão adequados, de forma a garantir que não causem danos adicionais.

2.7 PROTECÇÃO SOCIAL

Uma das consequências do alastramento do conflito, como temos vindo a analisar, é o aumento da sobrecarga e o colapso dos serviços essenciais sociais, como é o caso dos sistemas de assistência social. A interrupção das actividades geradoras de rendimentos das pessoas deslocadas, como a agricultura e o comércio, impossibilitam-nas de cuidar de si e das suas famílias, assim como de contribuir para os sistemas de segurança social (INSS). Esta situação, por sua vez, faz com que este grupo passe a depender dos programas de assistência social. Consequentemente, a capacidade dos programas de responderem às necessidades dos deslocados diminuiu (Siúta, 2020).

O contexto de emergência tem provocado também não só a separação das famílias, mas o abandono e a orfandade de crianças, que são a maioria entre as pessoas deslocadas. Segundo dados da Save the Children (2021), mais de 336 mil crianças foram deslocadas pelo conflito e 315,000 precisam de serviços de protecção (contra a violência de género em emergências e de prevenção de exploração e abuso sexual e tráfico de menores) (UNICEF, 2021). Só em Julho de 2021, o número de crianças desacompanhadas ou separadas que fogem de Cabo Delgado para centros de reassentamento em Montepuez havia aumentado 40% (Save the Children, 2021).

A perda e/ou a falta de documentos de identificação tem sido também um constrangimento para as pessoas deslocadas, uma vez que restringem o acesso a serviços de saúde e educação. Por exemplo, segundo a UNICEF (2021), estima-se que cerca de 52% das crianças tenham perdido os seus documentos de identificação. Nesse sentido, têm sido realizadas campanhas de registo de nascimento e de obtenção de documentos de identificação por parte do governo e dos seus parceiros de cooperação. Estima-se que, até Abril de 2021, já tinham sido atribuídos novos documentos a 46 mil deslocados, das quais 20 mil eram crianças (DW, 2021).

A falta de documentos de identificação foi analisada pela colaboradora de uma OSC nacional, que relatou que

> *A nível das comunidades são vários direitos humanos que são violados, nós sabemos que as pessoas saíram por fugir, mas ainda é capaz quando forem à procura de emprego dizer que tenham documentação, apresentar por exemplo seu BI. Então muitas das vezes elas perdem oportunidades porque não têm documento de identificação da zona de origem de onde veio. Elas são discriminadas porque não têm simplesmente BI. Estive, por exemplo, num encontro com alguém que dizia era professor em Mocímboa da Praia, concorreu para uma vaga, mas porque no seu BI vinha Mocímboa da Praia, já lhe discriminaram porque os tais de Mocímboa da Praia são os tais insurgentes. Então perdeu a oportunidade. São algumas situações que é preciso de formação para que não haja esse tipo de situações* (Colaboradora de OSC nacional, Pemba, 2021).

Com vista a responder a estas questões, o PRCD (021) e a PEGDI (2021) incluíram nas suas acções de curto e médio prazo garantir a protecção social e prover subsídio de segurança social básica; assegurar o registo civil e a emissão de bilhetes de identidade para os afectados no âmbito da protecção social; criar, capacitar e prestar assistência técnica aos Comités Comunitários, em matérias de vigilância e protecção social a grupos vulneráveis, com destaque a crianças; garantir a retoma de transferências de protecção social básica às famílias deslocadas/regressadas às zonas de origem; expandir a protecção social às novas famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade deslocadas/reassentadas/regressadas; a capacitação dos líderes comunitários em matérias de vigilância e protecção social aos grupos vulneráveis.

No entanto, assim como em relação aos outros serviços descritos acima, as mulheres entrevistadas relatam ter tido pouco ou nenhum apoio no que diz respeito à protecção social. Além da separação das famílias e do desconhecimento do paradeiro de familiares e vizinhos, o conflito e a fuga têm causado também um número elevado de crianças órfãs. Na aldeia de Nacaca (Montepuez), os órfãos estão aos cuidados das famílias que lá se encontram. As participantes dizem estar a receber pouco apoio por parte do Governo (INAS) e das OSCs para cuidar destas crianças, que se juntam a famílias já numerosas e que passam muitas necessidades. Relatam ter havido um pequeno apoio, tendo algumas pessoas recebido arroz, óleo, sabão, açúcar e folhas de chá, mas estes itens não foram suficientes para todos. A instituição que fez esta distribuição prometeu voltar, mas tal ainda não havia acontecido na altura em que as entrevistas foram realizadas.

A colaboradora de uma plataforma da sociedade civil em Montepuez relatou que o aumento de crianças órfãs na cidade é muito visível:

> *Aqui está cheio. Mesmo com os deslocados, tem crianças órfãs que vivem com tias, que vivem com avós, numa situação, às vezes nós é, não são muito das pessoas daquele que considera que essa é criança da minha irmã. Sempre aquelas crianças órfãs podem estar sempre a passar sofrimento. Basta estar fora dos pais. Agora aqui no distrito de Montepuez está cheio de crianças órfãs, até crianças órfãs que não conseguem estudar mesmo que queiram estudar e que passam uma vida assim. Sofrimento aquilo que se diz sofrimento. (...) Para dizer que tem muitas crianças órfãos que passam a vida na rua todo o dia, todo o momento até 19h, apanhas crianças pequenas a andar na rua a procurar algo porque lá onde fica com o tio, a tia ou com irmão situação não está bem. E ainda também não surgiu nenhuma ONG para essa questão dessas crianças órfãs* (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021).

Na aldeia de Nacussa B (Ancuabe) há mais de 60 crianças órfãs, informação que nos foi cedida pelo Secretário que tem tudo anotado num caderno, inclusive o número de habitantes (cerca de 669 pessoas). Estas crianças são cuidadas por familiares, mais concretamente pelas mulheres. Esta é uma questão delicada, que coloca maior pressão nas mulheres que têm as suas já inúmeras tarefas acrescidas, pois é-lhes socialmente atribuído o trabalho do cuidado (MULEIDE, 2020; CUNHA, 2021).

2.8 ACESSO À EDUCAÇÃO

A destruição de infraestruturas, a falta de segurança e a consequente fuga da população têm contribuído para que a educação seja um dos sectores mais afectados pelo conflito. Esta situação torna o contexto da educação ainda mais frágil, uma vez que Cabo Delgado é das províncias com maior taxa de analfabetismo. Segundo dados do INE, 61% da população de Cabo Delgado com mais de 14 anos não sabe ler nem escrever, sendo a taxa de alfabetização feminina mais baixa que a masculina, assim como as taxas rurais versus urbanas. No que diz respeito às taxas de desistência escolar, esta é maior para os rapazes no ensino primário, sendo que no secundário são as raparigas que mais desistem. Factores socioeconómicos podem estar por trás destas estatísticas, como o trabalho infantil, a gravidez precoce e as uniões prematuras (González, 2015). Uma das razões que mais aparece em relação a esta província para a não frequência da escola é a falta de interesse, o facto desta não servir para nada, com 55.9% das respostas, seguida das uniões prematuras. No que diz respeito à rede escolar de ensino secundário e técnico-profissional, esta é a província com menos escolas, o que limita a possibilidade de transição para o ensino secundário, e consequentes habilitações profissionais. Para além disso, apresenta um dos piores rácios em termos de professor e aluno, sendo de 1 professor para 70.6 alunos (ESA, MINEDH, 2018).

Devido à destruição das infraestruturas escolares e à insegurança, a Direcção Provincial de Educação afirmou que o início do ano lectivo, em Janeiro de 2022, arrancaria com menos um quinto das escolas que leccionam da 1ª à 12ª classes, ou seja, 183 de um total de 985 escolas públicas existentes na província (Club of Mozambique, 2022).

Segundo dados do PRCD (2021), o conflito provocou a destruição de 348 escolas primárias e 8 secundárias, a perda de material didáctico e o encerramento de 2 institutos técnicos com cerca de 96.274 alunos dos diferentes subsistemas de ensino, o que tem provocado enormes dificuldades de acesso à educação por parte das pessoas deslocadas, sobretudo crianças. A UNICEF (2021) estima que 541.000 crianças precisam de acesso a espaços de aprendizagem seguros. O conflito e o subsequente deslocamento da população provocaram também a redução drástica de professores devido à necessidade de fuga dos seus locais de origem e ainda ao assassinato de alguns professores.

Como forma de dar resposta a esta situação, o PRCD (2021) e a PEGDI (2021) preconizam como acções estratégicas o restabelecimento imediato dos serviços de educação, a criação de condições para o retorno imediato dos alunos e professores (disponibilizar espaços temporários de emergência, repor o equipamento destruído, distribuir livros escolares e oferecer apoio psicossocial) e a garantia de um funcionamento normal das instituições da educação. Na lista de acções de emergência realizadas até à data de elaboração do Plano, não constavam acções relacionadas com os serviços de educação.

Nas aldeias visitadas, o acesso à educação é mais um dos serviços sociais essenciais que apresenta enormes lacunas. Apesar de, em algumas aldeias, haver escolas primárias perto, não há para todas as classes, especialmente ao nível secundário. Os professores não estão presentes todos os dias e as infraestruturas escolares são precárias. Na aldeia de Cuaia (Metuge), foram as próprias mulheres que construíram duas salas de aula, com bambus e matope (construções maticadas), local onde realizamos as entrevistas individuais e um dos grupos focais. Estas salas deveriam ter aulas da 1ª à 3ª classes, mas apenas as da 1ª classe estavam a realizar-se.

Na aldeia de Nacussa B, apesar de haver escolas, o caminho que as crianças percorrem para chegar lá passa por uma mata, o que torna o deslocamento inseguro. Uma das mulheres desta aldeia, entrevistada individualmente, relatou que as crianças que estudam têm aulas particulares com os professores das aldeias que ali vivem. Outra dificuldade que as mulheres relatam é a falta de dinheiro para a compra de material escolar, uniforme e para o transporte das crianças até às escolas, uma vez que estão sem fontes de rendimento. As mulheres do grupo focal de Pemba queixaram-se que muitas vezes as crianças não vão à escola por falta de dinheiro de transporte, pois as escolas ficam distantes. Antes do conflito, as mulheres usavam os rendimentos dos vários negócios que desenvolviam (venda de produtos agrícolas, de bolos, de roupas, etc) para a compra de material escolar e transporte.

Sala de aula na aldeia de Cuaia, Metuge

As dificuldades de acesso à educação são uma preocupação para algumas das OSC entrevistadas, que procuram fazer um trabalho de advocacia em prol da melhoria dos serviços sociais essenciais:

> *As zonas de reassentamento precisam de um trabalho de base para torná-las cada vez mais habitáveis. As pessoas deslocadas precisam saber que aqui é minha nova casa, e tenho que ficar aqui e se consciencializar que é meu novo lar, então eu preciso de trabalhar para que se torne minha casa, um sítio habitável. E haver mais trabalho de trazer serviços básicos para esses locais, escolas, hospitais, porque os centros de saúde continuam distantes da população. Existem tendas de primeiros socorros, mas não é um hospital. Deve haver mais organizações da sociedade civil a trabalhar lá e a desenvolver actividades não como emergência, mas como no desenvolvimento da própria comunidade, colocar as pessoas a trabalhar para si próprias, para o desenvolvimento humano das próprias pessoas. A (organização) estando lá a fazer trabalhos de forma rotineira/regular, as pessoas que trabalham em prol da criança estarem lá a trabalhar para tentar desenvolver a comunidade reassentada* (Colaboradora de OSC nacional, Pemba, 2021).
>
> *E também por parte dos deslocados, tem famílias que tinham crianças que estavam na escola secundária, e agora nesse centro onde estão não existem. E alguns centros ficam distantes daqui. Então, essas crianças são interrompidas assistirem*

> *as aulas. Estão lá sem dar continuidade às aulas (...) do ensino secundário. Ensino primário já estão a tentar pôr lá algumas escolas, no ensino secundário ainda não está resolvido. E nós como sociedade civil, nós já apresentamos essa questão a duas visitas que vieram aqui. Primeiro veio a Comissão dos Direitos Humanos e depois veio a adjunta da Procuradoria-Geral lá em Maputo. Também apresentamos porque esses dois pediram um encontro com a sociedade civil para também se aperceberem da situação com esses deslocados. Então, apresentamos essa questão e se tudo correr bem graças a Deus, a Comissão dos Direitos Humanos prontificou em apoiar a plataforma para ver se pode fazer um acompanhamento dos centros dos deslocados. Eles prometeram financiar algo para questões de transporte* (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021).

3. ESTRATÉGIAS QUOTIDIANAS DE RESISTÊNCIA E ENTRE-AJUDA

Quando dizemos que as mulheres deslocadas estão longe de ficar sentadas e de braços cruzados, nos referimos às estratégias de resistência, entreajuda e solidariedade que tecem umas com as outras e através das quais procuram dar um sentido de normalidade às suas vidas actuais. Como dissemos acima, foram elas que construíram as suas casas e salas de aulas, assim como um lugar para fazerem as suas rezas (na aldeia de Cuaia, Metuge e na de Nacussa B, Ancuabe). São também elas que se encarregam da limpeza das aldeias/centros, do cuidado dos filhos, das crianças órfãs e dos idosos, da alimentação (procuram pedaços de terra onde possam plantar e mandioca seca para cozinhar) e da busca de água. São elas, portanto, que se encarregam não só de todas as tarefas domésticas e trabalho reprodutivo, como também passaram a assumir parte do trabalho produtivo, uma vez que os homens não conseguem encontrar trabalho ou biscates. Entre elas existe um senso de solidariedade forte. Por exemplo, quando uma senhora está doente, as outras ajudam com os trabalhos domésticos, como cartar água, varrer, cortar lenha, etc.

Com a chegada do conflito, foram obrigadas a abandonar os seus bens e a sua terra, assim como as actividades que desenvolviam, chegando aos centros e aldeias praticamente de mãos vazias. Cultivavam nas suas machambas, desenvolviam negócios e assim exercitavam a sua independência e autonomia. Uma das práticas que foram obrigadas a interromper e da qual sentem muita falta é o *xitiki*, uma prática de poupança e crédito rotativo bastante presente na vida das mulheres um pouco por todo o Moçambique. Muito mais do que uma prática económica, o *xitiki* possibilita o fortalecimento de laços entre o grupo de participantes, que se ajuda mutuamente não só com as poupanças, mas também através do convívio frequente e das trocas afectivas que se estabelecem a partir dele. É nos encontros que as mulheres se juntam, conversam, trocam segredos e partilham desafios, cantam, dançam, vestem as suas capulanas mais vistosas e coloridas e se fortalecem umas às outras (Trindade, 2015).

Não só esta prática, mas outras que consolidam a solidariedade e a ajuda mútua são cruciais para que estas mulheres resistam e ganhem de volta a sua autonomia e liberdade, enfrentando os desafios do dia a dia. Todas as participantes partilharam o quão importante é esta prática e o quanto gostariam de a retomar, se tivessem como conseguir dinheiro, o que dificilmente acontece, pois não há condições de cultivo e de desenvolvimento de negócios, o que enfraquece a capacidade das famílias:

> *(...) nas nossas aldeias conseguíamos cultivar e desenvolver negócios, enquanto no centro vivemos de doações e temos falta de tudo. Não temos condições de cultivar e muito menos de fazer negócios e poupanças, situações que enfraqueceram a capacidade das famílias* (Grupo focal de mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

> *Antes da guerra, nós praticávamos agricultura, fazíamos negócios e poupança. A poupança era feita de forma colectiva, onde colocávamos dinheiro num cofre e depois da abertura do referido cofre o valor obtido era canalizado ao desenvolvimento de diferentes tipos de negócios de pequena escala e compra de bens para a família. A poupança era semestral. Infelizmente com a chegada da guerra, todas essas práticas morreram, porque perdemos tudo e não temos um fundo ou outras formas de rendimento que nos pudessem possibilitar continuar com a poupança* (Grupo focal de mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

> *O nosso maior sonho é voltarmos a viver em paz e unidos com as nossas famílias. Queremos tranquilidade para retomarmos os nossos negócios, nossas machambas e outras coisas. Precisamos de apoio em dinheiro para começarmos negócios e também a prática da poupança para ajudarmos os nossos filhos* (Grupo focal de mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

4. PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NOS PAPÉIS E RELAÇÕES DE GÉNERO GERADAS PELO CONFLITO

Como mencionado anteriormente, se é verdade que o conflito tem impactado grandemente mulheres e raparigas, aprofundando desigualdades através da retirada da autoridade e legitimidade que possuíam em algumas esferas da sua vida, este contexto também pode levar a algumas alterações nas relações de poder e na agência das mulheres, alterações essas que precisam ser melhor exploradas e analisadas, uma vez que a limitação do tempo apenas nos permitiu vislumbrar estas possibilidades (Cunha, 2021; Osório e Cruz e Silva, 2021). João Feijó reforça esta ideia ao observar que *"encarar as mulheres apenas como vítimas passivas do conflito não capta a complexidade da situação"* (Feijó, 2021:4), argumentando que

> *(...) de forma voluntária ou forçada, por convicção ou sem alternativa, a literatura demonstra que as mulheres desempenham um papel activo nos conflitos armados, como observadoras e fornecedoras de informações militares, no fornecimento de apoio logístico, como vigilantes e, mesmo, como soldados* (Feijó, 2021:4).

A partir das experiências e vivências das mulheres entrevistadas, é possível perceber que os papéis reprodutivos a elas atribuídos social e culturalmente, nomeadamente os de principais cuidadoras da família, foram reforçados com o acréscimo das suas responsabilidades. Esta situação está fortemente ligada ao facto dos homens terem perdido as suas fontes de rendimento e viverem actualmente de biscates, algo que cada vez escasseia mais. Quando perguntadas sobre o que os homens fazem, elas dizem que *"...nada, só sentam de braços cruzados"*. Quando perguntamos se eles ajudaram a fazer as construções das casas e da escola, elas dizem que não.

Ou seja, além de exercerem as actividades que lhes são social e culturalmente atribuídas pelo facto de serem mulheres, elas passaram também a ter que assumir as que seriam atribuídas aos homens (construção de casas, procura de meios de subsistência de modo a cuidar dos filhos e outros parentes, etc), uma vez que estes se sentem incapacitados e desmoralizados:

> *A relação mudou sim, porque os homens estão incapacitados de prover para as suas mulheres e filhos. Mesmo quando uma mulher diz ao seu marido que precisa de novo vestuário, por exemplo, o homem simplesmente olha e abandona aquele espaço e vai se juntar aos outros* (Grupo focal de mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Antes do conflito, os homens exerciam uma série de actividades. Por exemplo, os deslocados da aldeia de Nacussa B (Ancube) faziam serviços de carpintaria e conseguiam vender os bens produzidos, mas, desde que estão nas aldeias, têm tido muitas dificuldades em encontrar trabalho, fazendo raramente um ou outro biscate, como a venda de lenha. O valor que conseguem raramente chega às mãos das mulheres, que afirmam que eles gastam o dinheiro entre si. Esta é também a realidade vivida na aldeia de Nacaca (Montepuez):

> *Os homens deste centro não trabalham. Quando amanhece apenas nos olhamos. Não há oportunidades. Muitas vezes nós mulheres é que procuramos comida como mandioca, verduras, cortamos lenha e plantas silvestres para substituírem o sabão* (Grupo focal de mulheres de Nacaca, Montepuez, 2021).

As mulheres desta aldeia chegaram ainda a afirmar que *"nós as mulheres aqui no centro é que somos os homens"*. Se, por um lado, esta afirmação aponta para o que referimos anteriormente, ou seja, que houve um reforço das obrigações e responsabilidades por parte das mulheres, por outro aponta para uma fragilidade emocional e social dos homens devido à sua inactividade. Melhor, aponta para algo que precisa de ser melhor aprofundado e que está ligado à construção social e cultural das suas masculinidades. Estas mudanças nos papéis são sentidas pelas mulheres, que afirmam que

> *Antes da guerra a relação era harmoniosa. Mas com o início da guerra as famílias passam por necessidades e muitas vezes os homens não conseguem prover para as suas famílias e isso é muito doloroso* (Mulher de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

> *O conflito destruiu alguns lares porque há casais que se separaram devido às dificuldades da vida, como o caso da incapacidade de provisão para a família por parte do homem* (Mulher de Cuaia, Metuge, 2021).

O facto dos homens estarem inactivos, enquanto as mulheres assumem uma série de responsabilidades, foi também observado por uma entrevistada de Teresa Cunha (2021):

> *(...) se veem os homens sentados a conversar entre eles enquanto se observam as mulheres sempre a trabalhar cozinhando como podem, limpando as tendas como podem, carregando e cuidando das crianças (...) todo o ambiente reforça os papéis de género em que as mulheres continuam as que trabalham as subalternas e as silenciadas* (Cunha, 2021:46)

No entanto, e este é o elemento que trazemos para a discussão, a análise de que o ambiente reforça os papéis de género atribuídos às mulheres, as subalterniza e silencia, é apenas uma parte da equação. O assumir de novas responsabilidades mostra também a proactividade das mulheres e tem a potencialidade de transformar a percepção que elas têm de si mesmas, não apenas como provedoras. Elas participam na reconstrução das suas próprias vidas, criando formas de resistência através de pequenas iniciativas que vão desenvolvendo (venda de lenha e carvão, limpeza de terrenos, etc), tornando-se sujeitas de transformação, contestação e de resistência.

A recente pesquisa da WLSA Moçambique, desenvolvida pelas pesquisadoras Conceição Osório e Teresa Cruz e Silva (2021) também parece apontar neste sentido. Para as autoras, o abandono forçado das suas terras, a violação sexual a que muitas foram sujeitas, os familiares assassinados e desaparecidos, os que deixaram para trás e que carregam como uma ausência que jamais será preenchida são traumas que recaem sobre si. Sem acesso à terra, grande parte das mulheres desenvolveram pequenas actividades que têm permitido a sobrevivência das suas famílias. Esta situação demonstra o papel das mulheres na agência, *"(...) não apenas em termos do "usual" empoderamento económico, mas de uma alteração das hierarquias de género subordinantes"* (Osório e Cruz e Silva, 2021:186). As autoras esclarecem, no entanto,

> *(...) que esta situação não corresponde a uma tendência dominante, e que continuamos a observar narrativas fortemente orientadas por factores socioculturais e religiosos que remetem as mulheres para a subordinação, como é o caso das percepções sobre o mando masculino* (Osório e Cruz e Silva, 2021:186).

Mesmo não sendo uma tendência dominante, achamos ser de extrema importância aprofundar as alterações que o contexto do conflito e da emergência têm provocado nas masculinidades e também na agência e na percepção que as mulheres passam a construir sobre si e sobre os seus papéis.

5. PERCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA DE GÉNERO ANTES E DEPOIS DO CONFLITO E ACESSO AOS SERVIÇOS DE VBG

Como temos vindo a analisar, mulheres e raparigas estão entre as mais afectadas pelo conflito em Cabo Delgado, experimentando novas e contínuas formas de violência baseada no género (VBG). Estas incluem a violência praticada pelos parceiros, a violência física e sexual, a violência económica, os raptos, o tráfico sexual, a exploração e abuso sexual, as uniões forçadas e prematuras, o abandono por parte dos parceiros, entre outros tipos que o conflito reforçou. A esta realidade se soma a destruição e comprometimento de serviços responsáveis pela prevenção ou resposta a esta violência, que dificulta o acesso das mulheres a eles, principalmente em regiões longínquas. Além disso, as condições precárias e inseguras em que vivem, principalmente nos centros de deslocados, não só não ajudam a prevenir, como aumentam a possibilidade da violência. Para dar resposta a esta situação, foram criados diversos espaços seguros para mulheres e para raparigas, tanto dentro como fora dos centros, assim como foram reforçados programas de atendimento, como por exemplo os prestados por organizações da sociedade civil. No entanto, estes serviços são insuficientes e não há pessoal devidamente preparado para lidar com traumas deste tipo. Além disso, como já analisamos, as aldeias visitadas não têm

nenhum destes serviços e a maioria das mulheres não saberia onde se dirigir se precisasse de ajuda (ACNUR e LSHTM, 2021).

A estes tipos de violência se juntam outros que as mulheres entrevistadas relataram ter experienciado, nomeadamente a própria violência do conflito, que causou o assassinato de familiares e vizinhos, a perda de bens materiais e a própria violência física da fuga. A discriminação e humilhação de que são alvo por serem pessoas deslocadas (e associadas aos grupos de insurgentes) e a corrupção, principalmente no que diz respeito à distribuição das ajudas, são também outras formas de violência apontadas. No grupo focal de Nacaca (Montepuez), as mulheres partilharam as suas experiências de violência, que incluem ter visto pessoas sendo decapitadas, rapazes sendo recrutados para a guerra e meninas sendo levadas para servirem de esposas para os insurgentes, assim como o rapto de familiares e vizinhos. Como observa um dos homens do grupo focal de Pemba:

> *É um facto de que a guerra aumentou a violência contra a mulher e a criança. Elas ficaram mais vulneráveis. Os terroristas levam/capturam crianças e mulheres para o mato. Muitas vezes os terroristas cometem essas atrocidades perante o chefe da família, que devido ao contexto, ele fica incapacitado* (Grupo focal de homens, Pemba, 2021).

Para dar resposta ao aumento dos casos de violência, várias organizações da sociedade civil, comunitárias de base e agências internacionais, desenvolvem ou têm reforçado os seus programas e actividades de prevenção, atendimento, encaminhamento e resolução de casos de VBG. No entanto, os desafios são vários:

> *A questão da violência já havia, mas com esta questão de conflito a situação aumentou, porque tivemos muita aglomeração. (...) Nós notámos que como [OSC], a questão da violência aumentou, então tivemos que dar resposta. (...) Os desafios são vários. O que acontece ao nível dos distritos, quando acontece por exemplo os casos da questão da violência física, os casos tinham que ser resolvidos ao nível comunitário e não encaminhar para os serviços legais. Nós sabemos que esses casos a ser resolvidos a nível comunitário são casos que eram resolvidos naquele momento, mas depois voltavam a acontecer, então os desafios eram esses e os serviços legais sempre eram o último caso que era encaminhado. Mas sempre a tendência era resolver ao nível comunitário e não encaminhar para os serviços legais. Então, vamos encaminhar para os serviços legais. O desafio é depois o seguimento, é o feedback, ter resposta adequada, é saber essa mulher que foi encaminhada para o serviço legal, como é que depois houve o desfecho. É esse seguimento que nós precisamos. (...) Normalmente nós encaminhamos e ficam lá pendentes, então esse é o grande desafio que nós estamos a ter ao nível de encaminhamento dos casos* (Colaboradora de OSC nacional, Pemba, 2021).
>
> *Infelizmente nós temos, vou falar das organizações da sociedade civil que fazem trabalho nestes centros, mas por causa desta questão que eu mencionei, dos encontros de coordenação, a organização que faz o trabalho de mobilização e identifica alguns casos de VBG, só por causa dessa comunicação fraca, nalgum momento esses sobreviventes não chegam aos serviços, ou se chegam, por exemplo, na Saúde, outro desafio que nós temos, quando chegam à Saúde porque tem várias portas de entrada, o sector da Saúde, nas unidades sanitárias onde estou, a pessoa que atende ela não está preocupada em verificar ou fazer um exame geral para saber se é uma vítima ou não, está a atender, nem está, se tem uma ferida, tratou aquela ferida e acabou. Então, perdemos, perdemos essa informação, então, este é outro desafio. Esta questão de coordenação* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).
>
> *Aqui na associação trabalhamos com assistência jurídica e esta assistência jurídica é mediante um sistema de referenciamento e trabalhamos com outras organizações da sociedade civil para fazer aquilo que é ligação e encaminhamento de casos. Para além de portas de entrada de casos de violência baseada no género, que é Saúde e Acção Social, temos o gabinete de atendimento da mulher e criança vítima de violência, o IPAJ. Então estes são os institucionalizados e credenciados. Mas após esta situação da insurgência de extremismo violento, este conflito, muita gente veio para o sul, sentimos um pouco a necessidade de alargarmos os sistemas de referenciamento. Para além das organizações credenciadas, institucionalizadas e reconhecidas pelo Governo, organizações da sociedade civil também, era [OSC], [OSC] e [OSC], abriu-se mais o leque para todas as organizações ou fazer o referenciamento e as agências das Nações Unidas dentre outros singulares também de maneira a fazer-se um referenciamento. Esta assistência jurídica é mediante estas portas de entrada de casos de violência. Eu sou jurista de profissão, para além de mim temos técnico jurídico ao nível da [OSC], e temos activistas paralegais que fazem identificação de casos nos bairros, aldeias e comunidades, e referenciam, tem que referenciar para a porta mais perto. Quando é caso de violência sexual tem que monitorar bem mesmo. Ir ao hospital, procurar saber se o posto de saúde tem ou não tecnologias de identificação de até que ponto o caso é violência sexual, quais foram os instrumentos usados, como é que foi, houve ou não penetração, então nós passamos esta informação, fazendo a assistência jurídica. E os relatórios prestamos à Direcção Provincial de Assuntos Sociais, Departamento de Género, Criança e Acção Social. (...) Em relação à assistência, nós já tínhamos na província aquilo que é o gabinete de Atendimento da Mulher e Criança, cada organização que presta assistência redobrou os seus serviços, com brigadas móveis, rádios, sensibilizações* (Colaboradora de OSC local, Pemba, 2021).

Em relação ao tipo de casos que recebem desde o início do conflito, as diferentes colaboradoras de OSC relataram que

> *Nos centros de reassentamentos, os tipos de violência identificados pelas nossas activistas comunitárias são mais as uniões prematuras, violações sexuais de menores e as violências físicas. As violências físicas são resultado de atitudes que acontecem sempre quando há um donativo que vai para as famílias, as famílias entram em conflito e há casos de violência. Por exemplo, o Programa Mundial de Alimentos quando há um apoio que vai para um grupo específico, quando são homens que praticam a poligamia, registam-se na lista de beneficiários com uma esposa e depois quando o apoio vem há sempre conflito de interesses. Em média costumamos ter 15 a 20 casos reportados pelas nossas activistas, mas esses casos não chegam aos serviços legais porque normalmente são resolvidos por líderes locais. As pessoas sentam e dizem que não vão fazer mais. (...) No geral são homens que praticam violência contra menores, homens que praticam violência contra suas esposas. (...) Sim, homens do centro de acolhimento. Nos casos de violação sexual de casamentos prematuros, os actores costumam ser a família da própria vítima. (...) Nos casos de violação sexual, os activistas encaminham para a maternidade, e depois a maternidade já sabe que tem que encaminhar para a polícia. E a fraqueza é dar seguimento até o seu desfecho. Mas na maioria dos casos de agressão física, terminam na liderança comunitária. Às vezes as pessoas pagam uma multa para a pessoa agredida. As uniões prematuras também costumam ser resolvidas ao nível da liderança comunitária. O que acontece é que os familiares quando obrigam a menor a se casar, é porque o tal homem tem posses, e por vezes os líderes comunitários concordam porque é algo cultural, então costumam ser resolvidos ao nível comunitário. (...) O tipo de resolução é tentar convencer a família que a união prematura é um crime, tentar convencer a família a desistir da união prematura. Então costuma-se fazer encontros no tribunal comunitário entre o líder comunitário, a família e a menor. É na base do diálogo, conversar e conversar até que a família mude de ideias. O que costuma ser muito difícil* (Colaboradora de OSC nacional, Pemba, 2021).
>
> *Elas apresentavam todo tipo de problema, mas essas também já sofriam de violência antes do conflito, antes de conflito já tinha violência baseado em género, durante o conflito foi o nível extremo, pós-conflito é o que está-se a viver nos centros de acolhimento há uma violência baseado no género a alto nível. (...) Violência psicológica, física, sexual, a violência patrimonial de bens, pois levam bens para ir vender para conseguir qualquer coisa, mas há uma violência silenciosa grande, antes do conflito, durante o conflito, após o conflito ninguém quer falar nada, umas não querem falar que o meu marido me bateu e outras não sabem que aquilo é violência, pensam que ser educada, a cultura também engoliu aquilo que é violência baseada no género na vida mulheres, elas nem percebem quando é que é uma violência baseada no género, que me bateu e me arrancou minha coisa ela sabe dizer que isso é violência ela não sabe. Então há uma violência silenciosa grande e também há uma violência por causa dos bens que recebem que acaba não tendo atenção. Recebem sim mas numa lista de 1000, mais de 30, 10 ou 15 não recebem, há uma violência silenciosa que não são denunciadas por causa de ameaças que rondam por lá, você vai perder essa casa, esse lugar você não terá comida. (...) Os próprios líderes [são os violadores] por causa das ameaças para não dizer, os próprios maridos e os nativos pela discriminação, alto nível de discriminação, os militares também até na hora de lazer os militares diziam estão a fazer barulho depois das 16h todo mundo dormir, não é para acender lume depois das 16h, no princípio havia isso e chamavam eles de "anakhoto", pessoas vientes da guerra, pessoa que vem da zona de guerra é chamada de pessoa de guerra, aquilo é insulto máximo, você está me dizer que não sou daqui só vim descivilizar, desestruturar. Há muita violação sexual, por causa de 5,00 MZN ou sabão por vezes nem dão aqueles 5,00 MZN, é isso que está a acontecer muita discriminação, as meninas e mulheres andam sem chão, elas não têm emprego, não tem rendimento, não tem sustentabilidade, não tem negócio e não tem 5,00 MZN, se eu não comer hoje é uma greve de fome, mas elas não sabem o que fazer (...) as violações são essas, algumas denunciam outras não, alguns centros têm espaço seguro da mulher, outros não. (...) São muito pouco [casos denunciados], por mês 9, 6, 4, 5. Há um problema de querer resolver internamente, se as lideranças estão lá, a estrutura toda mudou? Dizem, acaba lá isso aqui, esse é teu marido, o problema morre até as activistas cavarem e perceberem que aí há um problema. Quando chega aos tribunais comunitários quem está lá são homens só, um e outro é que tem juízas conselheiras, a estrutura de tribunais comunitários é de homens, se houvesse espaço seguro a mulher ia correr para espaço seguro que ela sabe que aí é espaço de mulheres* (Colaboradora de OSC local, Pemba, 2021).

Talvez pelo facto de ser um tema demasiado sensível para ser tratado em tempo limitado ou porque, no contexto actual, os problemas que afectam as mulheres (condições de habitação e alimentação, falta de rendimentos, entre outros) são entendidos como mais graves e urgentes do que a violência de género, ou ainda pelo facto da violência contra a mulher ser algo naturalizado e pouco denunciado, as mulheres mostraram pouca abertura em relação à partilha de experiências de violências passadas e presentes (exceptuando as violências mais directamente ligadas ao conflito). De maneira geral, quando questionadas sobre experiências de violência, as mulheres relataram num primeiro momento nunca terem sofrido e, mesmo em relação à comunidade onde estavam inseridas antes da fuga, afirmaram haver raros casos de violência, inclusive uniões prematuras. Se existiam, os problemas entre marido e mulher ficavam entre quatro paredes e não eram de conhecimento público (da comunidade).

Tendo em conta as estatísticas existentes relativamente a esta província, é difícil acreditar que estes relatos expressam a realidade. De maneira geral, em Moçambique a maior parte dos casos de violência denunciada é contra mulheres e raparigas, principalmente no âmbito de relações conjugais. Especificamente em Cabo Delgado - e apesar de ser difícil obter dados actualizados referentes a esta província -, a maior parte dos casos não é denunciada pelas vítimas. No entanto, o número crescente de casos atendidos por organizações da sociedade civil e instâncias do governo (Gabinete de Atendimento à Mulher e Criança, IPAJ) evidenciam como esta questão tem tomado proporções gritantes.

É preciso considerar - em relação às razões que fazem com que as mulheres não tenham tanto à vontade de falar sobre violência - não só os factores apontados acima, mas também o facto de ter sido difícil, no decorrer das entrevistas, traduzir o conceito de "violência de género", que não tem tradução directa para as línguas faladas pelas entrevistadas, o que dificultou o trabalho das intérpretes e pode ter contribuído para os poucos relatos sobre este tópico. Foi necessário usar exemplos concretos e explicar com mais detalhes o que queríamos dizer com "violência de género".

No entanto, uma análise mais atenta dos discursos destas mulheres nos mostra o quanto vários tipos de violência atravessam as suas experiências de vida antes e durante o conflito, violências essas que são, muitas vezes, descartadas como tal ou naturalizadas/normalizadas. Ao explorarmos um pouco mais certos temas, foram surgindo relatos conflitantes entre discurso e prática, no que diz respeito às experiências de violência. Existe, de um lado, o

que Teresa Cunha (2021) chama de violência directa da guerra, já referida acima, que se traduz em mortes, violência sexual, raptos e estupros, abusos de todos os tipos, fuga das suas terras, perda de bens, entre outros. Por outro, há uma série de outras violências que impactam especificamente a vida das mulheres e que se reforçam umas às outras, como a perda da sua autoridade e autonomia (o que as torna extremamente vulneráveis), das suas redes de apoio, a falta de acesso à saúde (não só geral, mas principalmente sexual, reprodutiva e mental), o silenciamento das suas vozes, a sobrecarga de trabalho, a discriminação na compreensão e análise da guerra e na procura de soluções para a paz, entre outras (Cunha, 2021:55).

Durante os grupos focais e as entrevistas individuais, as mulheres relataram que os seus maridos não as proibiam de fazer nada, que sempre tiveram a liberdade de desenvolver negócios e fazer poupanças e que os seus rendimentos eram usados para apoiar a suprir as necessidades da família. Que, de maneira geral, viviam em paz. No entanto, relataram também situações ou experiências de desavenças entre os casais (e aqui se inclui a violência física do homem contra a mulher) causadas, entre outros motivos, por a mulher não fazer o que o marido pede ou responder-lhe mal, por este beber muito (o grupo focal da aldeia de Cuaia reforçou enfaticamente que este é um problema comum), por esconder o valor dos seus rendimentos e não partilhá-lo com a mulher, por não ter dinheiro para comprar capulanas e outros bens para a mulher (as participantes de Nacussa B reclamaram bastante desta questão) e por abandonar o lar. A questão da poligamia também é entendida como uma violência para aquelas mulheres. Sentem-se abandonadas e desamparadas, recaindo sobre elas toda a responsabilidade da casa e dos filhos, uma vez que a maior parte dos homens está sem trabalho e não tem como prover para mais de uma família. Foram relatados também vários divórcios (não só pelas mulheres entrevistadas, mas também pelos homens e alguns actores-chave) ocorridos após a fuga das suas zonas de origem, tendo os homens se envolvido com mulheres nativas e abandonado as suas famílias.

Estas desavenças eram normalmente tratadas, antes do conflito e da fuga, entre as famílias e, caso estas não conseguissem resolver a situação, recorria-se a lideranças do bairro ou da vila. Mas, de maneira geral, as mulheres relataram que estas situações *"(...) só terminam entre marido e mulher"* e que, na maior parte das vezes, não há como se saber o que se passa dentro de uma casa e entre um casal. Na situação actual em que se encontram, vivendo nos centros/aldeias, as mulheres reclamam da falta de trabalho dos seus maridos, o que os impossibilita de apoiar a família e de comprar capulanas, algo que valorizam bastante e que lhes faz muita falta. Relatam, também, a falta de sexo, uma vez que não há condições físicas e emocionais para que tal aconteça. Quando questionadas se os homens costumam forçar as relações íntimas, todas afirmaram que não, porque também eles estão sem forças e sem moral.

No grupo focal de mulheres de Pemba, duas das raparigas mais jovens entrevistadas, de 17 anos, relataram experiências frequentes de violência física e verbal nos bairros por parte de grupos de rapazes locais, que lhes batem e as acusam de terem abandonado as suas terras e ocupado a deles. Elas sofrem também ofensas e insultos no ambiente escolar e, apesar de terem o apoio de alguns professores, a situação não mudou e não se sentem seguras.

Nos centros e aldeias visitados não há espaços seguros ou amigos das mulheres, onde elas possam estar à vontade para partilhar as suas experiências de violência e onde possam ser aconselhadas por activistas, assim como ter acesso a apoio psicossocial. Assim como também a maioria não tem conhecimento de onde se dirigir e nem a quem denunciar em caso de violência.

Com o objectivo de melhorar o acesso e disponibilidade dos serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, assim como a sua coordenação e operacionalização, foi criado em 2012, sob a liderança do Ministério de Género, Criança e Acção Social (MGCAS), o Mecanismo Multissectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência. No entanto, 10 anos após a sua criação, ainda prevalecem algumas dificuldades na sua implementação e coordenação (principalmente num contexto como o actual), como atestam as seguintes falas de colaboradoras de organizações da sociedade civil:

> *Em termos de coordenação, nós como [OSC] temos o apoio do [agência internacional], temos uma parte que nós estamos a apoiar a questão da coordenação do grupo multissectorial que é mesmo para poder ajudar e termos uma coordenação para vermos como nós podemos dar esse seguimento dos casos que às vezes acontecem ao nível do distrito e não temos o retorno. Então é um trabalho e acho que é preciso o Governo, esse mecanismo precisa de apoio técnico que a [OSC] está a dar, porque já tem esses planos nos seus projectos. Se a [OSC] já tem um plano de um encontro de coordenação, nós conseguimos influenciar, porque esses encontros na verdade nem deviam ser a [OSC], mas devia ser o próprio Governo a fazer esses encontros. Mas a [OSC] se já tem esta componente no seu projecto, conseguimos influenciar, fazer com que esse grupo se encontre pelo menos uma vez por mês para poder discutir assuntos ligados à coordenação, como trabalhar. Se o caso foi para a Polícia, quanto tempo fica. Recentemente, a [OSC] teve um encontro com a Procuradoria ao nível da província, vai agora ter um memorando de entendimento que vai ter dois procuradores que vão poder ajudar a [OSC] na gestão de casos ao nível de distritos. Se nós tivermos casos nos distritos que não estiverem a ser dados o devido seguimento, então é só coordenarmos com a Procuradoria Provincial e eles vão entrar em contacto com os colegas a nível dos distritos. Então é assim que vai funcionar. (...) Para mim é mesmo a questão da assistência técnica e dar esse suporte, esse apoio que precisa para fazer com que esses encontros sejam regulares. Porque o Governo tem muita agenda que às vezes pode estar no plano que devem se encontrar mas se não tem nenhum suporte, alguém que vai poder dar seguimento com que esses encontros aconteçam, ficam esquecidos. E depois a confirmação às vezes falha mas só porque não existem esses encontros regulares. Acho que esse suporte técnico e financeiro, porque muitas vezes o Governo não tem recurso. Não há transporte, por exemplo, para ir ao distrito, então o suporte técnico e financeiro pode fazer com que as coisas funcionem* (Colaboradora de OSC nacional, 2021).

> *Em relação ao Mecanismo, eu sinto que... primeiro desde que eu cheguei, eu sinto relativa fraqueza, é diferente do que eu via noutros sítios, eles se encontram mais, etc, reuniões, não sei, mas eu acho que agora com emergência deviam acontecer mais, não tenho visto e fizemos para tentar limar isso, há um parceiro que não se apercebeu e disse que era para essa questão da coordenação, então como este parceiro começou a fazer mas sentimos que ainda é, ainda é fraquinho. Precisamos ver mais, mais envolvimento deles nos encontros. O envolvimento que nós gostaríamos que fosse não é só solução de nenhum. Por exemplo, para o caso dos nossos parceiros, nós trabalhamos com espaços amigos da mulher, então, nesse espaço amigo da mulher nós temos muitas actividades desde sessões, temos apoio psicossocial, falamos de várias questões de violência baseada no género e planeamento familiar. Então, estes pontos focais de serviço têm um espaço aqui que eles podem ir falar sobre o trabalho deles, eles podem ir prestar apoio também às sobreviventes e às mulheres que frequentam aquele lugar* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

Em relação às uniões prematuras, os relatos são nebulosos e contraditórios. As mulheres dizem que esta não é uma prática frequente nas suas vilas/aldeias, mas em vários momentos dos grupos focais e das entrevistas individuais apanhamos relatos que contradizem esta afirmação, nomeadamente a relação entre a idade com que elas afirmam ter casado e a idade em que tiveram o primeiro filho. Algumas (poucas) contaram casos de uniões prematuras de que tiveram conhecimento nas suas comunidades, mas sempre de forma pontual. Fica claro, em alguns casos, que há um entendimento de que esta é uma prática nociva, em parte devido à divulgação do governo e das OSCs, o que faz com que sejam omitidas algumas situações. Uma das participantes relatou o seguinte:

> *O que acontecia nas nossas comunidades não era exactamente união prematura, porque as meninas não eram casadas, mas ficavam grávidas vivendo na casa dos seus pais. A criança não falava, apenas via-se a gravidez a crescer* (Grupo focal de Cuaia, Metuge, 2021).

Esta é uma questão interessante de analisar e que precisa de um aprofundamento, pois pode mudar a maneira como governo e OSC desenham e implementam os seus projectos e actividades. Há um maior conhecimento e entendimento, não só por parte das mulheres, mas dos homens também, acerca dos discursos e informação disseminados pelo Governo e pelas OSC, nomeadamente sobre os direitos das mulheres e a violência baseada no género. Ou seja, sabem o que é entendido como nocivo no que diz respeito a práticas sociais e culturais. No entanto, esse conhecimento de maneira geral fica na base do discurso daquilo que acham que se quer ouvir, não se percebendo grandes alterações na prática ou uma evidente diminuição dos casos de violência a que as mulheres estão sujeitas, assim como de práticas sociais e culturais nocivas. Isso mostra que há algo que claramente não está a funcionar e precisa ser revisto, para que estas iniciativas realmente produzam efeito.

Uma das pistas para ajudar a compreender esta situação está na fala de um chefe de família acolhedora de Pemba:

> *Entretanto, as uniões prematuras ainda constituem problema aqui em Cabo Delgado e as organizações só trabalham com as meninas e deixam de lado os homens, enquanto são eles que criam problemas* (Chefe de família acolhedora, Pemba, 2021).

O envolvimento de rapazes e homens em programas e campanhas contra a violência baseada no género é crucial se quisermos operar mudanças nesta área, uma vez que, como este senhor e muitas mulheres afirmam, são eles os causadores dos problemas. Apesar de haver já muitas iniciativas neste sentido, a maior parte do foco tem sido historicamente voltada para as mulheres. O colaborador de uma associação comunitária de Pemba analisa com detalhes esta situação:

> *De facto, nós às vezes não percebemos que estamos a violentar a mulher. Se calhar por causa da influência Islâmica. O islão tem seus pontos positivos em termos de disciplina e organização social, mas o facto do Islão ter se enraizado nesta zona, o papel da mulher é muito secundarizado, até mete pena. A mulher por exemplo quando morre o seu marido perde todos os direitos sobre a propriedade e até os filhos, não vejo violência maior que isso. Mas no dia a dia, nos processos de tomada de decisões nas famílias a mulher não tem voz, isso por causa do Islão. A mulher é considerada de que não tem que falar no meio dos homens ou assuntos sérios como a morte. Por isso, separam mulheres de homens nos momentos de tomada de decisão. Então há uma repressão invisível e a mulher sente isso e sabe que existe. Nas famílias, muitas vezes preferem mandar rapazes para a escola, e a menina fica em casa lavando loiça e a cozinhar, ajudando a mãe, acontece muito isso. É verdade que melhorou bastante o nível de ingressos de raparigas na escola, mas por outro lado essa menina que vai a escola não tem assim tanta liberdade, quando volta da escola acaba se ocupando das tarefas domésticas e quase não tem tempo para estudar ou rever a matéria em casa, se tem se calhar é muito pouco. Então, continua a haver esta discriminação da mulher e rapariga por via não só tradicional mas das práticas islâmicas na comunidade. As famílias ficam felizes quando forçam as meninas para frequentar as madrassas. Há uma taxa de separação muito alta, muitos casamentos não duram muito tempo. Então as mulheres porque querem ter um status social ou uma segurança acabam casando com homem que já está casado, por exemplo, e fica a segunda mulher. (...) Muitas vezes acontece dentro do lar, há muitos homens que batem na mulher com muita frequência, mas não sai muito, porque as mulheres não se queixam, ficam no silêncio, ou poucas pessoas sabem e com medo de perder o casamento. E tem havido situações radicais. Mas não creio que seja muito frequente nessa região. Porém há muita violência psicológica, os homens falam mal e atacam psicologicamente a mulher, então esse tipo de violência é mais frequente. Essa é a característica dos homens desta região, violentam muito as mulheres por palavras. Julgam e mostram que a mulher não é nada. O homem muçulmano é muito machista, não admite confrontação. Muitas vezes quando há violência física os velhos aconselham a separação porque é o indesejável, porque eles não acreditam que podem resolver as suas diferenças. Então a separação é vista como primeira solução, considerando que antes de chegar na violência física, o casal terá tido um aconselhamento por parte de vizinhos e depois familiares. Porque há tanta taxa de separação? Porque os casamentos são frágeis, não são escritos, não tem compromisso nenhum, não tem responsabilização, só dizem que está escrito no livro de Deus. São casamentos improvisados, os padrinhos são momentâneos. As pessoas que testemunham esses actos não têm responsabilidades a não ser que conhecem o casal. Eu acho que tinha que haver certa responsabilização, ter escrito pelo menos. Muitos casamentos não são legais porque acontecem antes dos 18 anos* (Colaborador de associação comunitária, Pemba, 2021).

6. IMPACTO CULTURAL E RELIGIOSO-ESPIRITUAL DO CONFLITO NAS MULHERES DESLOCADAS

As dimensões culturais, religiosas e espirituais, extremamente importantes na vida quotidiana das pessoas, foram brutalmente afectadas e interrompidas pelos ataques às aldeias e pela fuga da população. A interrupção das rezas e de cerimónias tradicionais diversas, a distância das árvores tradicionais e dos antepassados, o incumprimento de ritos de passagem e de cerimónias de falecimento, o uso de ervas tradicionais que não se encontram nos locais actuais, a interrupção de tratamentos com médicos tradicionais ou curandeiros e a dificuldade de encontrar outros (e de pagar as consultas) são algumas das práticas que sofreram com o deslocamento das pessoas. No entanto, esta é uma área que tem sido pouco explorada e que tem suscitado pouca atenção por parte de, não só pesquisadores, mas também de actores que prestam apoio a esta população (MULEIDE, 2021).

Na altura em que realizámos as entrevistas e as visitas aos centros e aldeias, uma das maiores preocupações das mulheres era a chegada da época dos ritos de iniciação masculinos e femininos, pois não tinham dinheiro para enviar as crianças, estando os valores muito altos:

> *(...) para a realização de cerimónias como circuncisão masculina e ritos de iniciação, somos cobradas 350,00 MZN por cada criança, 150,00 MZN para os conselheiros e 200,00 MZN para os nativos. Nós questionamos é para que fim esse valor e onde vamos levar esse dinheiro se somos deslocados e não desenvolvemos nenhuma actividade* (Grupo focal de mulheres de Nacaca, Montepuez, 2021).

As mulheres de Nacussa B falaram bastante sobre a importância destes ritos, como eles contribuem para a educação de rapazes e raparigas e sobre o impacto que o atraso ou a não ida aos ritos tem na sua educação. Foi comum apontarem para várias crianças que andavam à nossa volta e mencionarem que elas não tinham o que fazer e ficavam soltas, à mercê.

A cobrança de taxas por parte dos locais para a realização de uma série de cerimónias tradicionais foi também mencionada pelas mulheres da aldeia de Nacaca (Montepuez). No início, os locais ofereciam panos brancos para a realização dos funerais, mas a partir de uma certa altura começaram a cobrar. Não só a cobrança, mas a falta de espaços adequados e a proibição do acesso a mesquitas são alguns dos problemas que estas mulheres enfrentam (a grande maioria das mulheres entrevistadas é muçulmana):

> *Onde vamos arranjar dinheiro para pagar aos nativos para enterrarmos os nossos familiares? Eles proíbem os deslocados de irem à mesquita, só aceitam que as pessoas frequentem igreja, enquanto a maioria de nós é muçulmano* (Grupo focal de Nacaca, Montepuez, 2021).

As práticas de lazer e diversão foram também mencionadas pelas mulheres. Apesar de estarem com a moral baixa e não terem muita energia para dançar e cantar, estas são actividades de extrema importância, principalmente no que diz respeito aos processos de cura dos traumas vividos, como mencionado na secção sobre o acesso ao apoio psicossocial. As mulheres de Cuaia (Metuge) mencionaram que, apesar de haver localmente espaços de lazer e diversão, são proibidas pelas mulheres locais de os frequentar, afirmando que as deslocadas *"estão a barulhar"* e a criar desordem. Também é comum proibir as crianças de brincarem nos espaços de lazer locais.

Como dito anteriormente, esta é uma questão que merece uma atenção especial, principalmente por serem dimensões de extrema importância na vida destas mulheres, mantendo os seus laços com os lugares de origem e uma ligação com os seus espíritos e antepassados, promovendo processos de relaxamento e de cura e ainda possibilitando um sentido de normalidade as suas vidas já tão em suspenso.

7. CONFLITOS E SOLIDARIEDADES "INVISÍVEIS" RESULTANTES DA DESLOCAÇÃO FORÇADA

Num curto tempo de espaço, o deslocamento forçado gerou vários fluxos migratórios e pressões demográficas nos distritos e localidades que se tornaram os principais destinos de acolhimento. É importante relembrar que, entre 2019 e Dezembro de 2021, num período de apenas 3 anos, foram registadas oficialmente pelas Nações Unidas 856 000 pessoas deslocadas internamente, das quais 414 273 são crianças (OSCHA, 2021). Infelizmente, estes dados mais recentes não estão desagregados por sexo, o que é uma grande lacuna, e não reflectem o número de pessoas que morreram ou desapareceram durante as fugas. Outros desafios no registo das pessoas deslocadas levam a crer que quase 1 milhão de pessoas foram forçadas a deslocar-se internamente em função do conflito e da insegurança. Os desastres naturais que assolaram a província no mesmo período também contribuíram para os fluxos migratórios. Os principais movimentos populacionais deram-se dentro da província de Cabo Delgado (102 localidades), seguida pelas províncias de Nampula (36 localidades), Niassa (9 localidades) e Sofala (2 localidades) (OIM, 2021).

Actualmente, 83% das pessoas internamente deslocadas vivem em "aldeias acolhedoras" - extensões de aldeias existentes onde se foram alojando, e 17% concentram-se em "centros de acolhimento" ou "campos de reassentamento" (OIM, 2021). O encaminhamento e organização dos centros e/ou aldeias de acolhimento em alguns distritos foi acontecendo com base no local de origem das pessoas deslocadas, e em outros não. Questões como condições e número de famílias em determinada aldeia, forçaram o reencaminhamento de outras famílias para centros ou localidades "menos cheias", pois *"já não há inscrições"*, obrigando algumas famílias a deslocarem-se para mais de dois centros, em diferentes localidades. Segundo alguns dos entrevistados, muitas famílias de acolhimento possuem ligações familiares próximas ou distantes com os grupos de pessoas deslocadas que foram recebendo. Estas movimentações migratórias massivas na província geraram novas configurações demográficas e relações sociais entre as pessoas deslocadas e as pessoas consideradas locais, entre as pessoas deslocadas e as famílias de acolhimento, entre as pessoas deslocadas e as lideranças locais, e também novas relações entre os diferentes grupos étnicos.

No âmbito da pesquisa, as mulheres deslocadas, chefes dos centros de acolhimento, famílias de acolhimento, assim como outros actores-chave, partilharam as suas percepções sobre estas relações e dinâmicas que vêm sendo estabelecidas. Pretendemos aqui analisar algumas destas percepções e compreender como as mulheres têm sido impactadas de formas diferenciada no âmbito destas novas relações que surgiram em função da deslocação forçada e consequente transformação demográfica, sobretudo num contexto de grande desigualdade estrutural e elevada privação de recursos, bens e serviços. Observamos não apenas novos desafios, disputas e conflitos sociais com o potencial de fragilizar ainda mais o tecido e a coesão social, mas também movimentos locais e relações de solidariedade que precisam ser destacadas. Assim, nesta secção iremos abordar 1) conflitos e discriminações invisíveis e também 2) solidariedades invisíveis.

8.1 CONFLITOS INVISÍVEIS

> *No início, os naturais tiveram mesmo aquela compreensão de acolher, naquilo que hoje são eles, amanhã quem sabe se seremos nós. Então, temos que nos solidarizar, sermos solidários para com eles. Mas neste momento, não só entre deslocados e os naturais, mas mesmo entre deslocados, existem conflitos. É porque aqui existe mais essa coisa de dizer eu sou de Mocímboa, sou Mwani. Eu sou de Mueda, sou Makonde. Então, há sempre choques nesses momentos, principalmente quando é tempo de distribuição de alimentos. Até várias vezes nós acompanhamos que o grupo que distribui alimentação ou outro produto, não tem chegado no fim por causa de conflito. Começam a lutar, não sei, então, essas pessoas para evitar retiram-se antes da conclusão disto. A dizer que não, nós é que temos direito de receber porque nós somos de Mocímboa, vocês são de Quissanga, Macomia, confusão. E também os nativos, já também estão a dizer "vocês têm benefícios e nós não". Então, até cediam terra para fazer machamba, mas agora para os deslocados terem terra para fazer machambas tem que comprar. Dizem "não, você tem dinheiro". Recebem cheque, vão levantar dinheiro, tem comida, tem toda regalia, então, nós não. E nas fontes de água, esse momento aqui, nós acompanhamos isso, que quando vão para lá, primeiro são os nativos que tiram água. Esses deslocados podem ir lá muito cedo sempre como aqui é bicha nesse momento, então, eles não deixam, até dizem se você quer tirar água agora tem que tirar 5 meticais para esse balde, 10 meticais para aquele balde. (...) Mesmo o próprio governo, conhece isso.* (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021)

Através das entrevistas realizadas, foi possível compreender que os conflitos entre pessoas "deslocadas" e "nativas", que decorre em torno da disputa por recursos para (sobre)vivência quotidiana, incide com maior intensidade sobre as mulheres. Isto porque, de acordo com os papéis tradicionais de género, as mulheres são as principais responsáveis por aceder e prover os recursos para a gestão diária da vida das famílias: terra, alimentação, lenha, água, etc. Ao mesmo tempo, estas disputas são em muitas situações atravessadas por um sentimento de exclusão e discriminação marcado por diferenças étnicas, que impactam também a convivência entre as pessoas deslocadas de diferentes origens e etnias.

A disputa por terra e água

Relativamente à disputa por recursos, o acesso à terra para cultivo e produção agrícola foi em todos os grupos focais e entrevistas destacado como uma das principais fontes de conflito entre as mulheres nativas e deslocadas. Em alguns casos, inicialmente as mulheres nativas cediam espaços das suas machambas para que mulheres deslocadas pudessem cultivar, e estas por sua vez prestavam alguns serviços, como capinagem, em troca de espaço para fazerem a sua machamba. Como mostra a citação acima, há igualmente exemplos em que o acesso a espaços de cultivo só é possível mediante pagamento.

Por um lado, as mulheres nativas mencionam que a pressão sobre as suas terras teve um impacto negativo no grau de produtividade agrícola e, durante uma discussão intensa na roda de conversa, acusaram as mulheres deslocadas de roubar a sua produção ou danificá-la:

> *(...) quando khulimamos, basta semearmos e os produtos começarem a germinar, e elas [as mulheres deslocadas] vão lá e arrancam. Elas se apoderaram das nossas terras. Estamos aflitas. Porque nós vivemos à base da produção. Conseguir vender para dar vestuário aos nossos filhos. Mesmo lá longe, apoderaram-se das machambas.* (Grupo de Mulheres Nativas, Nacaca, 2021)

Por outro lado, nos diálogos com as mulheres deslocadas, elas partilharam que eram muitas vezes insultadas e acusadas de roubos que não tinham praticado e que eram proibidas de usar e cultivar as terras próximas às aldeias/centros onde se encontravam. Segundo um dos grupos de mulheres deslocadas, houve uma atribuição de espaços para cultivo às famílias deslocadas, gerida pelo governo local. Contudo, esta atribuição parece não ter sido feita com consulta às pessoas nativas usuárias das mesmas terras, resultando em disputas:

> *Os espaços próximos às residências foram entregues aos deslocados e machambas distantes ficaram com as nativas. Por essa e outras razões, estamos a passar fome. Nem todas conseguimos percorrer distâncias longas para cultivar* (Grupo focal de mulheres de Nacaca, Montepuez, 2021).

Para além do acesso à terra para cultivo e produção agrícola, a terra é a principal fonte para aceder a materiais de construção local e lenha para cozinhar. A recolha, sobretudo de lenha para cozinhar, também tem gerado tensões: em muitos dos grupos focais, as mulheres relataram que as famílias deslocadas são impedidas de cortar lenha nas redondezas das aldeias de acolhimento ou são obrigadas a pagar: *Nem podem entrar na mata para cortar a lenha, provocam problema. Os deslocados devem pagar aos nativos. Uma pessoa cortou lenha para fazer carvão e um saco foi para pagar* (Entrevistado, Pemba, 2021).

Esta situação repete-se no acesso à água, um problema estrutural que já afectava a população residente e que se agrava com o aumento da demanda:

> *Para termos acesso à água, recorremos a um poço do mesmo povoado que abastece os nativos. Nem sempre conseguimos ter água porque o número de pessoas é maior em relação à quantidade de água desse poço. Por vezes, esta situação cria confusão entre nós e as nativas* (Grupo Focal de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

O acesso à terra e a insegurança alimentar, assim como o acesso à água, são neste contexto áreas centrais de intervenção e que representam uma alta pressão e fonte de tensão permanente sobre

as mulheres. É possível perceber que os processos de redistribuição e atribuição de terra não têm sido realizados a partir de um envolvimento, organização e preparação das comunidades, para o efeito.

O papel das lideranças e governo local na resolução destes conflitos

Ao questionarmos o papel das lideranças locais e do governo local na resolução destes conflitos, notou-se um vazio de respostas. Há referências a uma ausência e evasão governamental que, embora esteja a par, deixa a resolução sob responsabilidade da comunidade. Há também menção de que as lideranças locais privilegiam os interesses das pessoas "nativas". Contudo, o grupo de mulheres deslocadas nativas partilhou exactamente o oposto, isto é, que se sentem prejudicadas pelas lideranças locais. Ao mesmo tempo, no seu discurso revelam que a presença de pessoas deslocadas resultou na criação de condições que beneficiaram toda a comunidade:

> *Quando as deslocadas têm problemas, quando elas colocam os problemas, logo são resolvidos. Assim agradecemos muito porque com a chegada dessas deslocadas já temos água apesar de não ser suficiente, e já tem escola e unidade sanitária, estas coisas só vieram com as deslocadas, apesar de não termos energia e da escola não estar bem feita. Outra coisa: quem são as responsáveis delas (as nativas) não terem energia e não terem chapas são as próprias deslocadas, as Mwanis, que disseram para as pessoas que estão a ajudar que não podem trazer energia e nem chapa porque já estão para voltar para a sua terra natal, se não são as donas da aldeia que vão ficar a utilizar* (Grupo de Mulheres Nativas de Nacaca, Montepuez, 2021).

Desvio de donativos e cheques de alimentação

Ao mesmo tempo, é possível perceber neste relato das mulheres nativas, a percepção de que as mulheres deslocadas têm sido alvo de mais apoio, atenção e que estas têm mais espaço para colocar as suas demandas, num cenário em que as mulheres nativas raramente se sentem ouvidas e atendidas nas suas prioridades. Esta percepção contrasta com as vivências das mulheres e famílias deslocadas em todos os outros grupos focais, que relatam desvios de donativos que são canalizados às famílias nativas, por parte das lideranças locais:

> *Estamos a sofrer. O comportamento dos nativos perante os deslocados é negativo. Um dos exemplos é a priorização dos nativos de Pemba em receber apoio, num contexto em que nós somos os que mais precisamos desse apoio* (Grupo Focal de Homens, Pemba, 2021).

> *A maioria dos problemas estão relacionados com a falta de recebimento de cheques por parte das famílias. Já recebi várias queixas e, por via disso, tinha que submeter, de forma regular, listas actualizadas ao PMA sobre deslocados que ainda não beneficiaram de nenhum apoio. De seguida o PMA resolvia a questão* (Mulher Chefe de Unidade, Pemba, 2021).

> *O dinheiro de corona vírus aqui não chegou, andaram a dizer 'as pessoas que vieram tirar fotos: "Ali não podem tirar fotos" assim aqui, o dinheiro de corona vírus não chegou. Só foi distribuído lá no centro. Nós até hoje até aqui não chegou nada* (Grupo Focal de Mulheres Nativas de Nacaca, Montepuez, 2021).

> *Em alguns casos, há situações de desvio de cheques e pessoas reclamam. Mas quando isso ocorre, é responsabilidade do chefe do quarteirão porque eles criam esquemas de facilitação e beneficiação de pessoas alheias. Mesmo os apoios quando chegam, querem tirar vantagem* (Historiador e Pesquisador, Pemba, 2021).

> *Os deslocados recebem muito apoio e todas as vezes somos excluídas desse apoio. Da mesma forma como nós compartilhamos o pouco que tínhamos, também pedimos que eles façam o mesmo* (Mulher Chefe de Unidade, Pemba, 2021).

> *A listagem para beneficiar do apoio olha mais para questões de familiaridade, isto é, quando o apoio chega, primeiro canalizam para as famílias dos líderes* (Grupo Focal de Nacaca, Montepuez, 2021).

Há também relatos de conflitos entre as pessoas deslocadas recém-chegadas aos centros/aldeias e as que já estão há mais tempo, em função da elevada aglomeração e demanda, sobretudo no acesso aos cheques de bens alimentares e outros donativos das principais agências de resposta humanitária.

Contornos étnicos das disputas

Em muitas ocasiões, todos os conflitos, tanto entre pessoas deslocadas e nativas como entre os próprios deslocados, adquire um discurso de disputa entre os vários grupos étnicos e locais de origem. Estes conflitos precisam também de ser compreendidos à luz das relações históricas entre os vários grupos étnicos da província de Cabo Delgado e mecanismos de exclusão e discriminação prévios:

> *Agora as outras estão no centro e dizem "Macuas são porcas, não tomam banho". Quando nós acolhemos a vocês e demos tudo, lugar para tomar banho, dormir, mesmo machambas demos. As casas construíram nas nossas machambas. Agora dizem: não queremos saber de vocês, não tomam banho, falam muito, tudo isto porque elas têm benefícios e formas de gozar e não aceitaram ficar aqui perto de nós, disseram vão lá longe* (Grupo de Mulheres Nativas de Nacaca, Montepuez, 2021).

> *Somos irmãos. Se hoje este não recebe comida, amanhã pode vir receber outro. E também fazer entender esse governo que não vamos considerar como esses são da minha tribo, esses são do mesmo clã. Não, não, não! Eu sou de Mocímboa, então tinha que estar com Mocímboa, nada. Todos temos que tratar da mesma forma. E também o outro desafio é dos acolhedores, então, também necessita de um grande trabalho. É por isso que nós pedimos ajuda a estes direitos humanos e que eles disseram que vamos apoiar que é para podermos também passar nesses centros de deslocados, conversar tanto com as famílias acolhedoras, assim como com as famílias deslocadas* (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021).

Desafios da exclusão das pessoas nativas nos programas de apoio

É também importante partilharmos que, durante o trabalho de campo em Montepuez, após a organização do grupo focal de mulheres deslocadas, com apoio do líder comunitário da aldeia visitada, deparamo-nos com uma situação inesperada. Depois de iniciarmos a roda de conversa com este grupo de mulheres, a senhora mais velha do grupo interrompeu para dizer-nos que as mulheres que ali estavam sentadas connosco deviam falar a verdade, isto é, que elas deviam dizer que eram nativas daquela localidade, que não haviam sido forçadas a deslocar-se e que não tiveram de passar pela fuga, nem haviam perdido os seus bens e familiares mais directos, mas estavam ali na esperança de serem contempladas com alguns donativos, porque também elas passavam necessidades. Apesar do constrangimento inicial, continuamos a roda de conversa com este grupo, que permitiu aprofundar os desafios das comunidades e mulheres nativas, e as dinâmicas entre as mulheres deslocadas e nativas, como mostram algumas das falas a seguir:

> *Sendo mulher não deslocada, residente no bairro, quando chegaram as mulheres deslocadas elas receberam, acolheram nas suas casas, mesmo dormindo na varanda, comendo mandioca pilada, cozinhavam aquilo que conseguiam, só que depois de saírem lá para o centro onde estão, aquilo que recebem comem lá com os filhos delas e nós aqui estamos desamparadas, nos que as tínhamos acolhido, nós que tirávamos água para elas e tudo mais, já nos esqueceram. Mas nós também estamos a passar fome. Apesar de sermos residentes daqui, estamos a passar algumas dificuldades. Elas não têm nada, quando elas vieram acolhemos, comida que tínhamos comemos juntas até acabar, elas já saíram, quando vem os donativos elas e que recebem, essas as deslocadas. As acolhedoras não recebem nada, agora estão com fome, e quando vêem esta situação, elas só ficam num canto a assistirem elas a receberem. Com fome* (Grupo Focal de Mulheres Nativas de Nacaca, Montepuez, 2021).

> *Quando nós acolhemos a vocês e demos tudo, lugar para tomar banho, dormir, mesmo machambas demos, as casas construíram nas nossas machambas. Agora dizem que não queremos saber de vocês, não tomam banho, falam muito, tudo isto porque elas têm aquele benefício, e forma de gozar. Elas não aceitaram ficar aqui perto de nós, disseram, vamos lá longe estas são donas da aldeia.* (Grupo Focal de Mulheres Nativas de Nacaca, Montepuez, 2021).

Discriminação no acesso a serviços de educação e saúde

Para além das disputas por recursos fundamentais, existem outras formas de exclusão e discriminação recorrentes que vêm sendo reportadas e foram abordadas na secção sobre o acesso a serviços de saúde e educação, tais como situações de violência obstétrica contra mulheres deslocadas:

> *(...) Há mulheres que dão à luz pelo caminho e quando transportamos a mãe e o bebé ao hospital as funcionárias rejeitam atender alegando que não querem se envolver em um processo que não foi começado por elas* (Grupo Focal Mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

Muitas mães, vivendo nas aldeias e centros de acolhimento, relataram também a discriminação que os seus filhos e filhas enfrentam no seu direito a lazer e educação:

> *Há pessoas que não deixam as nossas crianças brincar. As crianças vão à escola e choram porque sofrem insultos por parte dos outros alunos, porque têm roupas rasgadas* (Grupo Focal de Mulheres, Metuge, 2021).

As crianças deslocadas que têm oportunidade de regressar à escola - sem terem, contudo, condições para ter material escolar e uniforme adequado - acabam sofrendo violência verbal e psicológica por parte de outros alunos, enquanto poucos professores estão preparados para gerir as novas tensões sociais. Estas formas de discriminação no acesso quotidiano aos serviços, acrescentam a estas tensões e conflitos sociais e propiciam o sentimento de não-pertença aos locais em que as pessoas deslocadas estão sendo acolhidas.

Discriminação nas famílias de acolhimento

Como referido, cerca de 83% das pessoas deslocadas vivem com familiares e amigos de acolhimento, exercendo uma enorme pressão sobre as famílias e comunidades de acolhimento, muitas delas vulneráveis e ainda a recuperar dos efeitos do ciclone Kenneth (OIM, 2021). São famílias que acolhem até 80 pessoas, homens e mulheres, raparigas e rapazes, em uma única casa, aumentando igualmente os riscos de VBG e violência contra crianças, assim como contra pessoas idosas ou com deficiência. Durante o trabalho de campo, foram partilhados alguns relatos de maus-tratos a crianças e raparigas em famílias de acolhimento, que são submetidas a trabalhos forçados, sobrecarga de tarefas domésticas, privação de alimentação, exposição a violência verbal, psicológica e física. Esta vulnerabilidade das crianças e raparigas aumenta quando possuem alguma doença crónica ou deficiência que demanda cuidados diferenciados. Uma das mulheres entrevistadas partilhou que teve de intervir junto a uma família acolhedora da sua vizinhança, que abusava de crianças deslocadas que estavam a ser acolhidas na sua casa. Segundo a entrevistada, a vizinha gritava:

> *"Vocês não transportaram água, não encheram esse galão, hoje não vão comer!" Essas são crianças órfãs, você tem coragem de comer enquanto esta criança não come. Muitas crianças pequenas passam o dia na rua, porque lá onde ficam com a tia ou tio não comem e sofrem maus-tratos. Não surgiu nenhuma ONG para ver a questão específica das crianças órfãs. Acção Social pouco tem feito* (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021).

Discriminação por suspeita de envolvimento com os insurgentes

Algumas mulheres deslocadas também descreveram o cenário de desconfiança que enfrentam, sobretudo mulheres cujos parentes, maridos e filhos foram capturados pelos insurgentes. Existe por vezes a percepção de que podem ter alianças e contacto com os insurgentes e de que, de alguma forma, estão a contribuir para o conflito:

> *De forma geral, nós deslocadas não somos respeitadas. As nativas culpam-nos pelo conflito que está a acontecer em Cabo Delgado alegando que fomentamos a guerra"* (Grupo Focal de Mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

Estas suspeitas de envolvimento com os "insurgentes" geram tensões familiares e comunitárias, contribuindo para a erosão e fragmentação social entre as comunidades de acolhimento e as pessoas deslocadas (Mozambican Protection Cluster, 2021).

Considerações sobre os Conflitos Invisíveis

As falas trazidas mostram a necessidade profunda de desenvolver mais intervenções para a promoção da paz, prevenção e resolução de conflitos comunitários agravados e gerados pela deslocação forçada, olhando sobretudo para as causas estruturais e

envolvendo igualmente os provedores de serviços públicos e outras entidades governamentais. Elas mostram como estes conflitos e tensões sociais afectam as mulheres de forma diferenciada e colocam nelas enormes pressões. O papel minimalista e/ou ausente do governo na gestão dos conflitos e tensões quotidianas, gera nas pessoas o sentimento de que os mesmos têm pouca relevância e pode vulnerabilizar alguns grupos que não estão representados pelas lideranças locais, que são as principais interlocutoras das famílias deslocadas.

Campanhas contra formas de discriminação das pessoas deslocadas internamente, divulgação das leis e dos direitos das pessoas deslocadas internamente a todos os actores-chave da sociedade são fundamentais. Ainda, a resolução de alguns destes conflitos passa igualmente pela necessidade de expandir os serviços sociais básicos através de brigadas móveis e formas alternativas de garantir o acesso em condições de emergência. É também fundamental a promoção local do valor da diversidade étnica, cultural e religiosa e a promoção de campanhas de solidariedade e de promoção de direitos das PDIs a nível nacional e local, face a uma conjuntura de coesão social altamente debilitada e ameaçada.

De modo geral, há uma grande negligência destes conflitos e da inter-relação entre estes micro conflitos que vêm recrudescendo, e a luta pelo acesso a recursos naturais (terra e água sobretudo) entre populações nativas e deslocadas, com o panorama geral de extremismo violento. Neste sentido, estratégias e espaços de promoção de paz comunitária (ex. Clubes de Paz) devem estar articulados com as estratégias e espaços de Gestão Comunitária de Recursos Humanos (ex. Comités de Gestão de Recursos Naturais) e a Agenda de Paz, Mulher e Segurança. Esta questão será também aprofundada nas secções seguintes. Por fim, é fundamental que os desafios e pressões sobre as famílias de acolhimento e comunidades "nativas" sejam considerados, e que estes actores sejam envolvidos e participem dos vários processos e programas de desenvolvimento e reconstrução. Neste sentido, os programas de apoio humanitário e desenvolvimento pós-conflito não devem negligenciar as necessidades das comunidades "nativas"/locais também afectadas pelo conflito.

8.2 SOLIDARIEDADES INVISÍVEIS

Nesta conjuntura de grande tensão e conflitos sociais multifacetados, é preciso destacar também movimentos locais e laços de solidariedade que foram construídos. Uma grande parte das pessoas deslocadas encontram-se em famílias ou aldeias de acolhimento, o que significa que houve uma grande mobilização local para acolher estas pessoas e dividir os seus espaços, bens e recursos. Tanto quanto ou mais do que qualquer intervenção humanitária ou resposta institucional, são estas iniciativas locais de acolhimento que salvaguardam o atendimento das necessidades mais imediatas das pessoas deslocadas, à medida que chegam. Estas histórias e narrativas precisam ser destacadas como exemplos de promoção da paz, de entreajuda, de afecto e de defesa dos direitos humanos. Várias destas iniciativas de solidariedade, a nível da província, foram também conduzidas por mulheres que se organizaram colectivamente e individualmente para apoiar as pessoas deslocadas. Em alguns casos, estes movimentos de apoio às pessoas deslocadas geraram associações locais que estão em processo de institucionalização e que buscam realizar acções que vão desde apoio à geração de rendimentos, até ao suporte e apoio emocional, como mostra a fala abaixo:

> *Nós também sofremos. Sofremos porque acolhemos aqueles que vieram. A dona da casa só tinha o rancho dela, não contava com aquele número. (...) Dormimos junto com a família, netos numa casa. Naquela casa, apoiamos as nossas companheiras. (...) Se morrer uma pessoa ajudamos juntos, se adoecer uma pessoa, ajudamos juntos. Não podia dizer que o sofrimento é só teu. Desde que vieram, sofremos. E para diminuir isso também criamos uma associação das mulheres. (...) só que agora não tem fundos (...) Juntamos, chamamos Humla Watiana: o choro das mulheres, em macua Humla Watiana. (...) É uma mistura [de mulheres deslocadas e de Pemba]* (Líder de OCB, Pemba, 2021).

Esta associação, Humla Watiana, apoia a criação de grupos de *xitiki* e pequenas iniciativas de geração de rendimento, a realização de cerimónias fúnebres, situações de emergências de saúde e ajuda as mulheres deslocadas com alívio de trauma e suporte emocional através de conversas, assim como procura resolver comunitariamente conflitos que surgem nas casas das famílias acolhedoras.

Em grande parte das entrevistas, observou-se que os primeiros períodos de recepção do elevado número de famílias geraram uma onda de grande comoção e solidariedade, muitas vezes conduzidas e organizadas por mulheres que mobilizaram pequenos grupos nos seus bairros, como mostra o relato desta mulher activista de Pemba:

> *Aquelas pessoas que vinham, alguns familiares ficavam ali à espera a procurar os seus familiares que iam chegando. Recebiam e levavam para as suas casas. Outros ficavam ali, sem saber para onde ir, outros com roupa só do corpo, sem comida, depois de tanto tempo no mar até chegarem a Pemba. Então o que eu fiz para ajudar aquelas crianças que vinham ali com fome, aqueles idosos, e deficientes? Falei com a minha irmã que está em Maputo (...) E disse: mana a situação aqui é muito sentimental, é triste o que nós estamos a ver aqui. (...) Ela mandou um valor, fui comprar feijão. Arroz eu já tinha em casa, era um saquinho de 20 kgs. Comprei lenha, e chamei umas amigas ali para me virem ajudar a preparar a comida. Carreguei aqueles bidões de água, e bandejas. Foram 20 bandejas com aquela comida. (...) Junto com as minhas amigas fomos lá. Fizemos um grupo de crianças, um grupo de homens e mulheres e um grupo de [pessoas] deficientes. Chamávamos seus familiares para ajudar, porque havia pessoas cegas, e outras pessoas deficientes que não conseguiam comer sozinhas. Eu servia comida, e foi assim. Aquelas águas beberam. E também, como tinha roupa não usada, pus nos plásticos, para dar às mães de bebés. Encontrávamos mães de bebés sem roupa, sem nenhuma manta para cobrir o seu filho nu, pequeno, em pleno mar, ahn, como ficam ali na praia sem ter para onde ir? Eu levava minhas capulanas, blusas, saias, eu ia dar àquelas mães. (...) Muitas pessoas se mobilizaram porque aquilo era muito sentimental, era muita gente [na praia de Paquitequete]* (Activista social, Pemba, 2021).

Nesta fala, também é partilhada uma atenção especial a certos grupos de pessoas (como mães de crianças pequenas, pessoas com deficiência, pessoas idosas e outra mais doentes), que chama à necessidade de que estejam sempre presentes estratégias para atender às necessidades de grupos com vulnerabilidades específicas em todas as intervenções de apoio às pessoas e mulheres deslocadas.

Outras falas presentes nas rodas de conversa e algumas entrevistas individuais também revelam que, apesar de todos os factores de tensão e conflito, existem várias experiências positivas e relativamente harmoniosas de convivência e entre-ajuda que podem ser usadas como referências para promover uma melhor integração das comunidades:

> *A relação com os nativos é boa e pacífica. Até os dias actuais não houve conflito entre nós e elas* (Mulher deslocada de Nacussa B, Ancuabe, 2021)

> *Fomos emprestadas a terra. Capinamos nas machambas dos donos dos bairros* (Grupo Focal de Mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

> *Todas acolhemos alguém. Até outras de nós saímos de dentro de casa para dormir lá fora e deixar elas [deslocadas] dormir lá dentro. Porque outras tinham gravidez, outras estavam doentes e nós dormíamos lá fora para dar espaço às deslocadas* (Grupo de mulheres nativas de Nacaca, Montepuez, 2021).

> *Para mim foi um gesto humanitário. É difícil ver crianças a sofrer. Desde Outubro de 2020 comecei a acolher algumas pessoas para minimizar a dor das famílias. Já acolhi mais de 80 pessoas na minha casa. Tenho uma casa de três casas de banho e 8 quartos* (Chefe de Família Acolhedora 1, Pemba, 2021).

> *Acolho as pessoas e depois encaminho elas para os centros de deslocados. Até agora, tenho mais de 60 pessoas na minha casa, de diferentes idades vindas de Palma, Mocímboa da Praia e outras zonas do conflito. Este meu lado humanitário nasceu no facto de ter passado pela SOS* (Chefe de família acolhedora 2, Pemba, 2021)

> *A relação entre as partes tem sido boa. Todos buscamos viver em harmonia porque somos iguais e até pessoas de culturas diferentes casam-se* (Chefe de Família Acolhedora 3, Pemba, 2021)

Nesta secção, procurámos trazer algumas falas que ilustram os movimentos e iniciativas de solidariedade. Contudo, isto é um retrato superficial e será muito relevante um levantamento mais aprofundado destas iniciativas e histórias e sua divulgação, não apenas para a memória colectiva, mas como referências locais para a construção de um futuro não-violento no país.

7. PERCEPÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DAS FORÇAS ARMADAS

Em Setembro de 2020, começou a circular no país, pelas redes sociais, o vídeo de uma mulher a ser agredida, abusada e posteriormente assassinada por um grupo de homens com a farda das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). O seu filho de 12 anos também foi espancado e assassinado por este grupo. Descobriu-se que a mulher se chamava Paulina Chitai e, apesar de já circularem vídeos semelhantes e relatos de abusos por parte das forças governamentais, este episódio constituiu, sem dúvida, um dos momentos mais chocantes do conflito armado.

A relação entre as forças governamentais e a população nunca foi pacífica e harmoniosa, estando marcada por sentimentos e atitudes negativas, nomeadamente de descrença/suspeita, tensão e violência, o que foi agravado pela intensificação dos ataques. Relatos de agressões a civis, intimidações, exigência de documentos de identificação, imposição de recolher obrigatório, espancamentos aleatórios, assassinatos, prisões arbitrárias (com direito a chantagem e extorsão), roubos a residências e lojas comerciais (saques) após os ataques, violações sexuais e agressões violentas contra mulheres e raparigas (um claro abuso e proveito da relação assimétrica entre homens fardados e armados e mulheres e raparigas indefesas), têm sido amplamente divulgados e analisados (Feijó, 2021; Amnistia Internacional, 2021).

A falta de experiência no terreno, o mau preparo e ainda o mau equipamento das FADM são alguns dos factores que ajudam a explicar a sua má actuação (Feijó, 2021; Amnistia Internacional, 2021), não lhes permitindo ter capacidade de resposta adequada a um conflito violento. É de notar, a este propósito, algumas acções levadas a cabo em 2020 pelo Ministério de Género, Criança e Acção Social, na área da mulher e género, como a realização de palestras de informação e sensibilização nas Unidades Militares sobre a resolução 1325, Mulheres, Paz e Segurança para visibilizar o papel da mulher e implementação do Plano Nacional de Acção, abrangendo 230 Oficiais Superiores das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique; a criação de Repartições de Género, responsáveis pelos assuntos de género, com destaque para os assuntos de violência baseada no género, em todas as Unidades Militares e a formação de 3.000 policiais e oficiais em matérias de promoção da igualdade de género, políticas de género, em matérias de paz e segurança nas estratégias dos órgãos de segurança (MGCAS, 2021).

Nos grupos focais e nas entrevistas individuais, as mulheres e homens tocaram bastante neste aspecto:

> *As FADM estavam sempre lá, mas não se fizeram sentir. Os próprios militares fugiam dos insurgentes e isso aumentava a nossa vulnerabilidade* (Mulher deslocada de Nacusa B, Ancuabe, 2021).

> *As pessoas também não confiam nas forças armadas porque estes não garantem segurança e eles também contribuem para a deterioração da situação* (Chefe de família acolhedora, Pemba, 2021).

> *No início era muito mais perigoso para a população porque as nossas forças armadas faziam intervenções tardias e menos eficazes, mesmo quando estes eram solicitados para uma situação de emergência, demoravam chegar* (Mulher deslocada, Nacussa B, Ancuabe, 2021).

> *As tropas nacionais não fazem diferença, porque tem muita limitação. Passam maior parte do tempo nas aldeias* (Mulher deslocada, Nacussa B, Ancuabe, 2021).

> *(...) pelo período que eles estavam sozinhos, não estavam a fazer aquilo que deviam fazer. Pelo contrário, estavam a fazer piorar as coisas. O grande interesse deles era terem armas e não defesa do cidadão* (Colaboradora de plataforma distrital da sociedade civil, Montepuez, 2021).

> *A situação é realmente complexa, muito complexa, e no fundo no fundo epá, as mulheres sofrem, porque os soldados, o exército, no*

> exército a ocupação, por exemplo, o exército moçambicano, os gajos chegam para aqui e batem todos, fornicam quem podem, violam. Não há nenhum caso de um apanhado e castigado por isso, por violarem as mulheres. (...) Diziam exactamente que não havia grande interesse do exército, eram terríveis. Portanto, vinham roubavam, as mulheres faziam serviços para eles. De outra vez eu disse que não tenho confiança com ninguém, vou voltar para casa. Enquanto esse exército estiver aqui, então porque não? Porque quando chegaram os Al Shabab, os gajos entraram na minha casa e levaram a minha roupa emprestada, tiraram a farda, vestiram roupa de mulheres e fugiram. Esconderam as armas e fugiram. Isso é muito comum. (..) Os nossos soldados correm mais depressa do que as mulheres. Chegavam na aldeia, ouviam barulho de insurgentes, os nossos soldados fugiam e se escondiam. Escondiam as armas, tiravam as fardas, punham a civil epá (Historiador e pesquisador, Pemba, 2021).

> A insegurança ainda vai continuar no meio das comunidades e fica cada vez mais difícil garantir a paz e tranquilidade em Cabo Delgado. Sente-se o esforço que o governo faz em combater o terrorismo, mas o problema é que o governo moçambicano deixa pessoas experientes no escritório e manda para a guerra crianças recém-graduados e acabam morrendo. (...) Os terroristas têm equipamento de guerra avançado, enquanto nossos tropas dispõem de um arsenal de antiguidade. Muitas vezes desconhecem o terreno e não tem vocação para área, mas por falta de emprego acabam engrenando no ministério da defesa (Activista e Chefe de Unidade, Pemba, 2021).

> As FADM não têm alcançado sucesso no combate ao terrorismo em Cabo Delgado, visto que, quando os terroristas chegam àss aldeias os militares também fogem e se misturam com a população (...) Não sei se são as ordens que eles receberam, mas as nossas forças não têm boas estratégias de combate. (Líder Comunitário de Cuaia, Metuge, 2021).

> Muitas vezes as forças nacionais se misturam com a população para poderem sobreviver, ou seja, eles não conseguem proteger a população e nem as suas próprias vidas. Mesmo em termos de número e táctica, os insurgentes são superiores. Quando os terroristas capturassem militares nacionais assassina-os e levam o seu arsenal assim como uniforme. Cada vez mais que os insurgentes capturavam os militares das FADM, era uma maneira fácil de reforçarem o seu exército e enfraquecer as forças governamentais (Activista e intérprete, Pemba, 2021).

Em número bastante menor, a actuação das FADM foi vista como positiva por mulheres e homens deslocados:

> Num dos dias quando fui trabalhar, fomos surpreendidos com terroristas. Consegui fugir e a minha família já tinha saído de casa e fomos nos encontrar num ponto. Dias depois do conflito cessar decidimos voltar e vimos que tudo tinha sido queimado. Não foi fácil conseguir fugir. Graças a Deus e a um grupo das Forças Marinhas me protegeram e sobrevivi (Grupo focal de homens deslocados, Pemba, 2021).

> Durante a fuga de Mocímboa da Praia para o centro de Pemba, perdi um meu colega. Todos que trabalhavam até às 17h antes de regressar a casa, deviam, a partir das 19h, procurar um lugar para se esconder. As Forças de Defesa e Segurança ajudaram muito. Consegui sair com a família. Uns estão em Nampula, numa casa que comprei e outros estão aqui no centro (Grupo Focal de homens deslocados, Pemba, 2021).

> Quando as FADM chegaram a Metuge procuraram proteger a população e nesse processo, os insurgentes também começaram a se misturar com a população para não serem descobertos. As forças armadas tiveram bom comportamento, guiaram a população até ao centro de deslocados (Mulher de Cuaia, Metuge, 2021).

No que diz respeito ao trabalho das forças estrangeiras que chegaram em meados de 2021 para reforçar o trabalho de defesa e segurança, estes foram amplamente elogiados, nomeadamente os ruandeses (também estão no terreno as tropas da SADC). O entusiasmo com estas forças pôde ser percebido durante o grupo focal de mulheres da aldeia de Nacussa B, Ancuabe, quando um camião com soldados ruandeses passou na estrada. A sua rápida passagem foi recebida com muitas palmas e sinalizações de "tchau", ao que eles responderam da mesma forma. As pessoas referem que:

> Antes da chegada das Forças ruandesas, a nossa vida estava muito difícil. Pelo menos agora o conflito diminuiu e até conseguimos andar sem grandes preocupações. Sentimos que as forças de Ruanda estão realmente a trabalhar. Ajudam as pessoas a sair das matas para as aldeias. Os nossos militares não fazem nada. Por exemplo, os militares ruandeses conseguem surpreender os terroristas e ganhar terreno (Grupo focal de mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

> Cada uma das forças armadas estrangeiras que está em Cabo Delgado, no epicentro do conflito, tem sido de grande relevância para a segurança da população porque o apoio deles tem sido vistoso. Desde a sua chegada, notou-se uma melhoria do cenário da guerra a favor do Estado moçambicano (Grupo focal de mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

> Os militares estão a fazer um bom trabalho, principalmente os ruandeses porque desde que chegaram nota-se alguma diferença ou melhoria na segurança da população. Os militares nacionais não estavam a conseguir bons resultados sozinhos (Grupo focal de mulheres de Pemba, 2021).

> Nota-se uma diferença maior na qualidade de actuação das forças estrangeiras. Eles são experientes e trazem melhores resultados (Activista e Chefe de Unidade, Pemba, 2021).

> Começou-se a notar alguma diferença e melhoria no combate ao terrorismo quando entraram no terreno as forças estrangeiras, principalmente as ruandesas. (...) Se não fossem as forças ruandesas, mesmo os centros do deslocados estariam vulneráveis. Houve períodos em que os terroristas atacaram alguns centros e sobrevivemos porque os ruandeses e a população intervieram (...) têm apresentado boas estratégias e resultados (Líder comunitário de Cuaia, Metuge, 2021).

> Aturam-nos, mantêm boa relação com eles porque epá, falam a sua língua, não lhes batem, até intervém para controlar os soldados do Estado que estão a bater na pessoa (Historiador e pesquisador, Pemba, 2021).

Há, no entanto, uma certa desconfiança do porquê da sua presença, assim como uma interrogação de como será a situação após a partida destes, como pode ser percebido na fala de alguns interlocutores:

> (...) Mas olhando para a nova dinâmica que foi adoptada pelo governo, o presidente ruandês, eu arrisco dizer que em 40% trouxeram uma confiança, estamos a falar dos centros, em 40% trouxeram confiança. Os 60% estamos ainda a nos perguntar, por detrás desses homens todos, nós já temos uns historiais de que esses homens quando aparecem têm suas retaguardas, assumi usar essa linguagem, é uma atenção. Eu estava aqui a ver um onde estou e uma equipa de capacetes azuis foi pego com diamantes. Agora, os de Ruanda nós sabemos, primeiro os desembargadores, os desembargadores ruandeses foram mortos, qual é o negócio que está por detrás entre o Presidente da República e o presidente de Ruanda, não sabemos. Mas epá, estão a trabalhar, estão a trazer confiança, em 40%. Os 60% ficam na desconfiança, o que está por detrás, porque não sabemos qual é o acordo que tem, neste acordo quais são as cláusulas que tem lá, não sabemos, mas 40% trouxeram pequeno, uma pequena confiança, assim como os da SADC (Colaborador de associação comunitária de base, Pemba, 2021).

> Os militares estrangeiros fazem bom trabalho, mas se quando eles forem embora, como será a nossa situação? (Chefe de família acolhedora, Pemba, 2021).

parte 2

o presente

1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E SOCIEDADE CIVIL NA AGENDA DE PAZ, SEGURANÇA E RECONSTRUÇÃO – INTRODUÇÃO

Nesta grande secção, analisamos os espaços e mecanismos de diálogo e tomada de decisão existentes, que permitem a participação das comunidades, mulheres deslocadas em particular, no âmbito dos processos de Paz, Segurança, Desenvolvimento e Reconstrução. Trazemos, igualmente, uma análise de alguns instrumentos normativos e estratégicos-chave, tais como o Plano de Reconstrução e a Agenda e Plano Nacional de Mulher, Paz e Segurança.

> *Evidências mostram que a inclusão de mulheres ajuda a prevenir conflitos, cria paz, melhora os processos de reconciliação e sustenta a segurança após o fim da guerra. Acredita-se que as mulheres também podem ser um recurso valioso para iniciativas de reconciliação, particularmente quando elas estão em posição de influenciar a tomada de decisão, pois permitem que a negociação seja conduzida de forma positiva e que a implementação dos acordos alcance os seus resultados* (ASF, 2018).

Em grande parte da literatura sobre mulher e conflito em Cabo Delgado, é unânime o entendimento de que há necessidade de um envolvimento de todos os segmentos da sociedade nos processos de paz e reconstrução, e que é fundamental garantir a participação da sociedade civil e, sobretudo, a agência e protagonismo das mulheres em todos os processos de tomada de decisão relacionados à gestão, negociação, mediação, resolução do conflito, pacificação e reconstrução da província de Cabo Delgado (WLSA, 2021; Cunha, 2021; Collet, 2021):

> *Não é possível encontrar soluções para um futuro sem guerra e com mais justiça se não forem criadas condições de inclusão das mulheres, como sujeitos, nos processos de negociação e reassentamento* (WLSA, 2021).

O trabalho de campo no âmbito desta pesquisa permitiu explorar as percepções de mulheres deslocadas e outros actores-chave, incluindo representantes de várias organizações e colectivos, sobre os espaços e mecanismos formais e informais de diálogo, participação e tomada de decisão relativamente às questões sobre conflito, segurança, paz, resposta humanitária, reconstrução e desenvolvimento no contexto de conflito vivido na província de Cabo Delgado e no país.

A partir das entrevistas com diferentes actores-chave, incluindo representantes de organizações religiosas, OSCs e OCBs, líderes comunitários e autoridades locais (como chefes de bairro), procurou-se compreender os mecanismos e instrumentos relevantes para a participação das mulheres, os espaços e canais de participação e diálogo formais e informais existentes, o seu funcionamento, as dinâmicas de género e os formatos de participação e tomada de decisão, com o intuito de reflectir em torno das melhores práticas para efectivar uma participação genuína das mulheres deslocadas, organizações e diferentes colectivos de mulheres em Cabo Delgado, nos vários espaços, níveis e temáticas relativas à Agenda Nacional de Paz, Segurança e aos Programas Nacionais de Reconstrução e Desenvolvimento.

1.1 AGENDA DA MULHER, PAZ E SEGURANÇA EM MOÇAMBIQUE – UM BREVE OLHAR HISTÓRICO

Partindo de um olhar histórico sobre a literatura existente, verifica-se que o papel e participação da mulher nos vários conflitos (na luta armada pela independência e sobretudo na guerra civil em Moçambique), incluindo nos processos de pacificação, reconciliação e resolução de conflitos, é superficialmente conhecida e reconhecida no país, apesar de alguns trabalhos de grande relevância focados sobretudo no período da luta pela independência (García, 2022). Nota-se que a participação das mulheres na guerra civil e no período de tensão político-militar mais recente foi menos visível e significativa que durante o período da luta de libertação. Verifica-se ainda uma lacuna de dados e estudos sobre as implicações nas relações de género, nas formas de violência sofridas e na participação das mulheres no âmbito da construção da paz em Moçambique (ASF, 2018), que constituem importantes fontes de conhecimento e práticas úteis à conjuntura actual.

Considerando o actual conflito armado na província de Cabo Delgado, é possível afirmar que Moçambique experienciou até ao momento quatro grandes conflitos armados e três processos que resultaram em Acordos formais de Paz. O primeiro grande conflito armado corresponde à Luta de Libertação pela independência (1962-1974), que terminou com a assinatura dos Acordos de Lusaka e o reconhecimento formal da independência de Moçambique, resultando na transferência de poderes do Estado colonial português para a Frelimo e na proclamação da Independência em 1975. O segundo grande conflito armado corresponde à Guerra Civil de 16 Anos (1976-1992), que terminou com a assinatura dos Acordos Gerais de Paz de Roma, depois de alguns anos de negociações de paz entre a Renamo e a Frelimo. Mais recentemente, o terceiro conflito armado corresponde ao período de tensão político-militar entre 2014 e 2016, que afectou sobretudo o centro do país e que resultou em dois acordos de Paz, o Acordo de Cessação das Hostilidades Militares, em 2014, e o Acordo Definitivo de Paz e Reconciliação Nacional, assinado em 2019. Por fim, o quarto conflito armado, que segue sem processos de negociação e diálogo anunciados, diz respeito ao conflito que tem afectado predominantemente a província de Cabo Delgado, com ataques sistemáticos desde 2017 (e recente alastramento dos ataques à província de Niassa).

Estudos recentes (ASF, 2018; García, 2022) revelam que os vários processos de construção de paz foram caracterizados pela marginalização da participação das mulheres em todos os níveis e áreas da negociação, tais como a questão da gestão do desarmamento, desmobilização e acções de reintegração, sendo que nenhum dos acordos formais de Paz faz menção a questões de género ou questões relativas à mulher no âmbito dos conflitos. Esta exclusão da mulher nas decisões relativas à construção da paz teve importantes implicações de género no formato dos acordos de paz, que excluíram temas relativos ao impacto e reparação das violências sofridas pelas mulheres, suas aspirações e necessidades nos processos de reconstrução socioeconómica e reintegração social. Ainda, a opção por leis de amnistia após os conflitos, também fez com que questões relativas à punição de crimes de guerra baseados no género não fossem levadas à justiça, e processos de reparação de mulheres sobreviventes dos conflitos fossem completamente negligenciados. Outras questões, como a reforma do sector de segurança, também não mereceram uma abordagem de género.

Segundo García (2022), no âmbito dos processos de resolução da tensão político-militar, a ausência e invisibilidade das mulheres e de uma agenda de género na construção da paz, deve-se também a uma exclusão mais ampla de actores da sociedade civil durante os processos de negociação de paz. Ao mesmo tempo, a pesquisa de García (2022) revela que algumas OSCs nacionais procuraram envidar esforços para que os processos mais recentes de negociação de paz tivessem um enfoque transformador e sensível ao género, trazendo demandas ligadas a direitos socioeconómicos, protecção contra a violência sexual e outras formas de violências de guerra

baseadas no género, bem como a preparação e a formação de mulheres em mediação e gestão de conflitos.

Este breve olhar histórico é relevante, na medida em que revela a invisibilidade sistemática da mulher e (re)afirma a necessidade de activar estratégias mais eficazes desde já, para salvaguardar que as decisões relativas à segurança e paz em Cabo Delgado e no país tenham uma abordagem de género e considerem as necessidades e implicações específicas para as mulheres e homens, se desejarmos processos de paz e reconstrução verdadeiramente inclusivos e com impactos estruturais profundos, e não processos de reconciliação apenas orientados para as elites do país (predominantemente masculinas).

1.2 A AGENDA DE MULHER, PAZ E SEGURANÇA – QUADRO NORMATIVO-LEGAL

O continente africano foi um espaço fértil e pioneiro na discussão e construção de recursos normativo-legais sobre Mulher, Paz e Segurança, como resultado de demandas de organizações e movimentos feministas e pelos direitos das mulheres no continente e no mundo. Um momento a destacar foi a Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher (Nairobi, 1985), na qual foi partilhada a Declaração de Windhoek e o Plano de Acção de Namíbia, que são considerados instrumentos fundacionais para a Resolução 1325, apresentada em 2000 (García, 2022). Estes instrumentos propunham a inclusão de uma perspectiva de género nas operações de apoio à paz. Outro marco importante foi o Congresso Regional de Mulheres e Paz em Kampala (Uganda, 1993), que resultou no Plano de Acção de Kampala sobre Mulheres e Paz, com enfoque em justiça social e económica, educação para paz, capacitação institucional para a Paz e acções afirmativas para representação e participação da mulher em todos os níveis de tomada de decisão (García, 2022). Segundo García, este plano tem a virtude de apresentar uma perspectiva mais interseccional (distinguindo, por exemplo, mulheres rurais e mulheres com deficiência, ao invés de tratar as mulheres como um grupo homogéneo) e possui um discurso anti-militarista e pacifista que se baseia na educação como elemento central para a Paz.

Estes aspectos são importantes pois, como veremos mais à frente, reflectem prioridades levantadas por vários actores-chave que participaram do trabalho de campo. Outro marco importante foi o V Congresso Regional da Mulher Africana em Dakar (Senegal, 1994), em que se adoptou a Plataforma Africana de Acção, na qual se destacava como área prioritária a participação das mulheres na construção da Paz, com enfoque na assistência adequada às mulheres refugiadas e pessoas deslocadas internamente, o reconhecimento do impacto dos conflitos armados nas mulheres e raparigas e acções de inclusão da mulher nos processos de tomada de decisão relacionados à prevenção, resolução e gestão de conflitos ou em iniciativas de construção da paz e, novamente, a educação como factor-chave para a Paz.

A nível internacional, a aprovação da Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000) reforça, por um lado, os mecanismos e instrumentos no continente africano e, por outro, como mostram alguns autores, transforma o carácter de alguns discursos e normas para maior alinhamento com o instrumento das Nações Unidas (García, 2022).

A Resolução 1325 reconheceu, por um lado, que as mulheres são afectadas de forma diferenciada pela guerra e que a violência sexual é um crime contra a humanidade e deve, portanto, constituir um elemento crucial nas agendas de construção de Paz e, por outro lado, desafia os Estados a comprometerem-se com a inclusão e participação das mulheres em cargos de poder e fóruns de decisão em relação à prevenção e resolução de conflitos e outros temas afins (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2021). Outros instrumentos relevantes a nível do continente são o Protocolo de Maputo (2003), que menciona a Protecção das Mulheres nos conflitos Armados, o Direito à Paz e Direito à Vida, Integridade e Segurança. Em 2004, a *Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África* (SDGEA), estabelece a necessidade de

> *"Garantir a participação e plena representação e eficácia das mulheres nos processos de paz, incluindo a prevenção, resolução, gestão de conflitos e reconstrução pós-conflito em África como conforme estipulado na Resolução 1325 das Nações Unidas (2000), e também nomear mulheres como enviadas especiais e representantes Especiais da União Africana"* (União Africana, 2012).

Desde o SDGEA, uma série de instrumentos normativos relativos às actividades de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito, bem como deslocamentos internos e reformas do sector de segurança baseadas numa perspectiva de género e com enfoque nas questões das mulheres, tem sido desenvolvida no continente. Destaca-se a Política de Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito (2006) e a Convenção de Kampala ou Convenção para a Protecção e Assistência de Deslocados Internos em África (2009), com referência aos crimes de violência sexual contra a mulher, e o Quadro de Políticas da União Africana para Reforma do Sector de Segurança, que se propõe a incluir uma abordagem sensível ao género e destaca a promoção da participação efectiva das mulheres na manutenção da paz e da segurança, reconciliação, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. Mais recentemente, em 2015, foi constituída a Arquitectura Africana de Paz e Segurança (cuja sigla em inglês é APSA), onde a "inclusão do género" é colocada como uma questão fundamental e transversal às várias dimensões desta estrutura. Em 2017, a Rede de Mulheres Africanas para Prevenção e Mediação de Conflitos (FemWise-Africa) foi criada como um mecanismo dentro da APSA. Foi também estabelecido o Marco de Resultados Continentais (2018-2028), que tem por objectivo acompanhar a agenda da Mulher, Paz e Segurança em África e promover a adopção e cumprimento de Planos Nacionais de Acção sobre a Resolução 1325. Mais recentemente, em 2018 e a nível regional, a SADC adoptou a Estratégia Regional sobre Mulher, Paz e Segurança (2018-2022).

Já Moçambique, com o apoio da ONU Mulheres, aprovou também em 2018 o Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022), como instrumento nacional para inclusão das mulheres nos vários processos de resolução de conflito, desmilitarização, reconstrução social e económica e promoção de uma cultura de não violência e paz. Para operacionalização deste plano, foi criada recentemente a Plataforma Mulher, Paz e Segurança, que a nível provincial (em Cabo Delgado) é secretariada pelos Serviços Provinciais de Assuntos Sociais e Género. Mais recentemente, em 2021, Moçambique aprovou a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI), Resolução nº 42/2021.

Esta revisão dos principais instrumentos normativos existentes parece-nos relevante na medida em que, se por um lado, demonstra os esforços empreendidos nas últimas décadas na criação de instrumentos e mecanismos normativos-legais para participação da mulher, por outro desnuda as grandes lacunas entre o campo normativo-legal e a vontade política operacionalizada em acções concretas no país. O que se verifica é uma ausência e invisibilidade da mulher e questões de género nos processos de paz e reconstrução pós-conflito, a nível global e em Moçambique. Segundo dados recentes do Conselho de Segurança da ONU, entre 1992 e 2019, apenas 13% das mulheres participaram como negociadoras, 6% como mediadoras e 6% como signatárias da maior parte dos processos de paz a nível mundial (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2021). Apesar destes instrumentos legais, os últimos anos registaram um aumento de conflitos tanto nacionais como locais, incluindo extremismo violento, com um agravamento da violência sexual relacionada a conflitos, registando apenas em 2017 um aumento de 56% (Hendricks, 2020). Ainda, estatísticas globais indicam que 1 em cada 5 mulheres refugiadas ou deslocadas sofre violência sexual (Hendricks, 2020).

Contudo, os instrumentos referidos são de extrema importância e podem certamente ser grandes aliados nas demandas de organizações e movimentos feministas e pelos direitos das mulheres, na actual conjuntura de Cabo Delgado, com quase 800,000 pessoas deslocadas internamente, das quais uma grande maioria são mulheres e raparigas e, por isso mesmo, tem merecido uma revisão crítica por parte de diferentes autoras e actoras feministas de diferentes escolas feministas.

1.3 ALGUMAS CRÍTICAS FEMINISTAS À RESOLUÇÃO 1325 E À AGENDA DE MULHER, PAZ E SEGURANÇA

Uma das principais críticas feitas por diferentes escolas feministas, diz respeito à erradicação da proposta de desmilitarização e acções de carácter antimilitarista da Resolução 1325, como o combate ao comércio de armas e outras estruturas económicas e políticas patriarcais e de privilégio masculino que se alimentam estruturalmente da guerra e que, inclusive, eram questões que constavam de documentos anteriores, tanto do continente africano como das Nações Unidas durante a década de 90. Segundo alguns autores (García, 2022), a crítica explícita entre militarismo e masculinidade foi transformada em apelo à participação da mulher e à perspectiva de género nas forças e órgãos de segurança e defesa. Neste sentido, o papel do homem e das masculinidades que estão por detrás dos poderes envolvidos nos conflitos armados são negligenciados. Para algumas analistas, este ponto faz com que a Resolução 1325 sirva para a manutenção dos poderes e estruturas sobre os quais as guerras prevalecem e destacam por isso a necessidade, não apenas da perspectiva de género, mas de análises críticas sobre quais perspectivas são integradas e aceites institucionalmente, e que modelos de paz e desenvolvimento pós-conflito são adoptados e a partir de que visões (García, 2022; Mcleod, 2011).

Outra crítica importante é feita à linguagem patriarcal da ONU, que se pode aplicar também à linguagem comum de muitas OSCs no panorama nacional, que se reflecte na associação persistente de Mulheres com Crianças e Jovens, que reforça uma lógica de infantilização e de "fragilidade" das mulheres (Sheperd, 2017; García, 2022). Tal está também associado a um discurso que tende a ser binário e a reproduzir essencialismos em torno da mulher como "vítima", embora os discursos mais recentes tenham maior cuidado em enfatizar a agência e o papel proactivo das mulheres, que em contextos de extrema insegurança e trauma buscam soluções inovadoras para prover para as famílias e mediar conflitos quotidianos.

Para Garcia (2022), também continua a ser importante desconstruir a associação entre género e mulheres, e esclarecer género como uma construção social de relações de poder, que deve ser compreendida a partir de um olhar interseccional que cruza género com classe económica, raça, etnia, orientação sexual e outras categorias relevantes para cada conjuntura local. Esta *interseccionalidade* não se vê presente em muitos dos discursos e instrumentos normativos, e falha em compreender as hierarquias e factores de exclusão. No âmbito desta pesquisa sobre Cabo Delgado, é muito importante destacar a não homogeneidade das mulheres que contribuíram para este estudo. Embora maioritariamente provenientes das zonas rurais, as suas diferentes etnias e religiões, bem como actividades económicas, são importantes para a compreensão das diferentes visões e necessidades que elas partilharam.

Por fim, é importante destacar a necessidade de uma compreensão sobre a "colonialidade de poder" implicada na Agenda de Mulheres, Paz e Segurança que, segundo alguns especialistas, acaba por ser caracterizada por programas de reconstrução e paz marcadamente liberais, caracterizados por serem construídos maioritariamente de cima para baixo, com estabelecimento de relações muito desiguais entre os especialistas estrangeiros e as pessoas afectadas pelo conflito, que tem poucos espaços de intervenção, fraco poder económico e político, o que mais adiante se confirma nas falas de várias entrevistadas no âmbito desta pesquisa. Neste sentido, alguns autores mencionam a importância de descolonizar as Agendas Nacionais de MPS, de modo a não replicar as hierarquias globais/coloniais/patriarcais de poder.

1.4 DESAFIOS GERAIS PARA A APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325 E DA AGENDA MULHER, PAZ E SEGURANÇA

À luz destas críticas, é importante destacar igualmente alguns desafios gerais na operacionalização da Agenda de MPS/Resolução 1325, que terão relevância para a compreensão dos obstáculos mais específicos e localizados no contexto de Moçambique (Garcia, 2022), que seguem abaixo:

- **Diferentes análises e estudos mencionam que os Planos de Acção dos Países Pós-Conflito reflectem mais a agenda internacional e acabam por não trazer as especificidades concretas dos processos e dinâmicas dos conflitos locais, resultando em acções genéricas com enquadramento difícil localmente;**

- **Destaca-se também a natureza burocrática e tecnocrática dos Planos de Acção e a ausência de objectivos e dados claros, o que torna os mesmos difíceis de serem aplicados, monitorados e avaliados;**

- **Um desafio recorrente é a falta de recursos financeiros suficientes, por parte das Instituições Estatais e também por parte de algumas organizações da Sociedade Civil, para sua implementação;**

- **Outro aspecto diz respeito à falta de mecanismos de prestação de contas regulares por parte das instituições do Estado para com os cidadãos;**

- **Há também críticas à falta de liderança e vontade política e à interpretação limitada desta Agenda por parte dos Governos, que gera um fosso entre o discurso e a prática, à falta de priorização na alocação de recursos humanos e materiais para cumprimento da Agenda;**

- **Ainda, a participação existente tende a concentrar-se no número de mulheres em processos de paz e a tratar a participação de mulheres como sinónimo de uma abordagem de género;**

- **Em muitos contextos, o aumento da presença de mulheres no sector da segurança não se traduz necessariamente na prevenção ou protecção contra a violência sexual em situações de conflito;**

- **Embora as formações em gestão e mediação de conflitos seja relevante, isto não levará automaticamente as mulheres à mesa de negociações de paz formal, porque outras dinâmicas de poder e critério podem estar implicadas, que vão além das competências técnicas.**

Dentro deste quadro de desafios gerais identificados na revisão de literatura importa, como já colocado, compreender os desafios específicos de uma participação efectiva e significativa das mulheres no âmbito do Plano Nacional de MPS, sobretudo das mulheres de Cabo Delgado (e mulheres deslocadas). Para tal, como referido, é preciso observar as várias relações de poder desiguais, condicionadas por uma intersecção entre pobreza, grau de alfabetização e normas socioculturais e religiosas predominantemente patriarcais, ainda que haja contextos matrilineares. É também relevante compreender os vários níveis de exclusão e sua intersecção (desde a casa aos espaços formais/institucionais de alto nível de decisão).

1.5 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E SOCIEDADE CIVIL LOCAL NA PLATAFORMA MULHER, PAZ E SEGURANÇA E NA AGENDA MULHER, PAZ E SEGURANÇA EM MOÇAMBIQUE

No contexto da participação formal da mulher na temática de Paz e Segurança, Moçambique conta com uma Agenda da Mulher, Paz e Segurança, materializada no Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2022), como principal instrumento nacional para inclusão das mulheres nos vários processos de resolução de conflito, desmilitarização, reconstrução social e económica e promoção de uma cultura de não violência e paz. Para facilitar a coordenação e operacionalização deste plano, foi instituída a Plataforma Mulher, Paz e Segurança, que em Cabo Delgado é secretariada pelos Serviços Provinciais de Assuntos Sociais e Género. No entanto, as entrevistas aos vários actores-chave da sociedade civil nacional e local, e mesmo de Agências Internacionais, revelam uma fraca disseminação do documento, conhecimento sobre o papel da Plataforma e pouco domínio sobre a aplicação e utilidade do Plano Nacional de Acção, sobretudo para fazer face ao actual contexto de conflito armado na província de Cabo Delgado. O Plano é de difícil acesso, inclusive na internet, e relatórios anuais sobre o progresso do mesmo não estão disponíveis nos repositórios públicos online (sites governamentais).

O Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança (PNAMPS), em alinhamento com o quadro normativo internacional e da SADC, foca em três grandes objectivos: 1) Integrar a perspectiva de género em todas as acções e estratégias de prevenção, mediação e resolução de conflitos; 2) Garantir a participação das mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos processos de paz e segurança e 3) Eliminar a violência sexual e de género em situações de conflito e paz. De modo geral, o PNAMPS enfatiza 3 grandes dimensões de intervenção: a) prevenção; b) participação, 3) protecção. Contudo, o plano exclui aspectos ligados aos direitos económicos e socioculturais (Garcia, 2022) e possui acções generalistas, que reflectem pouco as necessidades e barreiras locais, bem como as dinâmicas do actual extremismo violento que o país enfrenta. Para a realização deste Plano de 5 anos, estavam previstos 1,5 milhões de euros, um valor considerado relativamente baixo face a outras áreas de investimento social (Garcia, 2022).

É importante ressaltar o esforço da sociedade civil e das mulheres para organizarem-se e participarem da construção desta Agenda de Paz e Segurança no país, que pode ser evidenciado no Acampamento Solidário Internacional de Mulheres, Paz, Segurança e Empoderamento Económico, realizado em 2018 (Gorongosa, Sofala). O evento resultou numa declaração, na qual se destacou a importância dos direitos económicos e socioculturais e a sua ausência no actual Plano Nacional. Reforçou-se ainda a necessidade de apoio psicossocial para as mulheres e a inclusão das mulheres nos planos governamentais de reconstrução pós-conflito, bem como a necessidade de capacitações em matérias de paz e segurança. Esta declaração destacou também a necessidade de formações profissionalizantes para empoderamento económico e mecanismos de compensação e indemnização às mulheres afectadas por conflitos, entre outros aspectos (Garcia, 2022).

Contudo, de acordo com o estudo de Garcia (2022), todas estas questões não foram incorporadas no PNAMPS (2018-2022), revelando também que este Plano não passou por um exercício participativo amplo, sobretudo a nível local, incluindo com OCBs e pequenos colectivos de mulheres, o que também contribui para o desconhecimento generalizado ou domínio superficial desta Agenda, como revelou o trabalho de campo no âmbito desta pesquisa, expresso na fala abaixo:

> *O que acontece nesse tal plano? Nós não participámos. (...) Então é isso que nós estávamos apresentar a embaixadora da Irlanda e Países-Baixos, que esteve cá. Estivemos a falar dessa questão de que nós como sociedade civil não nos sentimos representados e acho que não participamos. E mesmo essa questão dessa agenda mulher, paz e segurança, quando se mandou a nível da província era a direção de género. O que fez a direcção de género? Chamou algumas mulheres internamente em vez de contactar a sociedade civil. A sorte [da nossa organização] por exemplo saber algo, foi porque tinha uma ligação directa com os organizadores que eram a Universidade Joaquim Chissano, que estavam a organizar este evento. Então tivemos este contacto directo para depois termos talvez algumas mulheres que fazem parte [da organização] para poderem participar nessas formações. Mas se o assunto vem do Governo as coisas acabam por lá, quando chamam a sociedade civil é só para validar* (Colaboradora de OSC Nacional, Pemba, 2021).

Outra crítica feita ao papel de liderança do governo no âmbito desta Agenda é que

> *(...) acaba havendo um pouco de secretismo naquilo que são as abordagens [da Plataforma Mulher, Paz e Segurança], porque quando eles têm um valor acabam não passando informação, (...) e não há sinergia suficiente entre FOCADE e agências das Nações Unidas, Governo provincial e sector privado.* (Colaboradora de OSC Nacional, Pemba, 2021).

Esta referência demonstra uma falta de transparência sobre o papel, resultados esperados e recursos financeiros disponíveis para acções da Plataforma por parte do seu secretariado, mas também a necessidade de melhor a articulação entre os actores-chave.

No âmbito da Agenda Nacional de MPS, destaca-se também o projecto liderado pela ONU Mulheres, orçado em aproximadamente 4,5 milhões de dólares e intitulado "Promovendo a Participação Efectiva das Mulheres e Raparigas na Paz, Segurança e Recuperação em Moçambique" (2017- 2020/21), em 7 províncias do país, incluindo Cabo Delgado. Segundo o relatório de Avaliação (ONU Mulheres, 2021), o projecto resultou na formação de 102 mulheres de organizações de mulheres em mediação e resolução de conflitos, e no fortalecimento do Ministério de Género, Criança e Acção Social, para melhor coordenação da Agenda de MPS.

Ainda segundo o relatório do Ministério de Género, Criança e Acção Social (2021), entre as principais acções realizadas para a concretização da Agenda de MPS, destaca-se: a criação de Repartições de Género em unidades militares, o ingresso de 7,8 % de mulheres nas Forças de Defesa e Segurança, a realização de capacitações a 3000 polícias e 1500 representantes de OCBs e OSCs, bem como palestras a oficiais das FDS, e ainda a capacitação sobre assistência integrada a sobreviventes de VBG a 822 funcionários públicos (460 mulheres), no âmbito do Mecanismo Multissetorial de Atendimento Integrado.

No entanto, o trabalho de campo e outros estudos (WLSA, 2021; Garcia, 2022) mostram, como já referido, que o conhecimento e formação nestas matérias ainda é bastante limitado, tanto por actores estatais como pela sociedade civil, sobretudo por parte das OCBS, e como anteriormente referido, as formações por si só (embora fundamentais), não são suficientes para o alcance dos resultados pretendidos.

Como já partilhado, a nível local as entrevistas aos diferentes actores-chave mostraram um desconhecimento sobre o Plano e sobre a Plataforma e os seus objectivos, bem como as acções levadas a cabo na província e o impacto nas mulheres deslocadas pela guerra, tanto por parte de representantes de OSCs, OCBs e activistas actuando no apoio às pessoas deslocadas, como por parte de algumas estruturas governamentais locais, embora tenha sido referida uma formação recente a membros do governo a nível provincial. Segundo uma das mulheres entrevistadas, a Plataforma Mulher, Paz e Segurança a nível provincial é constituída por 20 organizações nacionais e locais, que fazem parte do grupo temático de Género do FOCADE (Fórum da Sociedade Civil da Província de Cabo Delgado) e o seu estabelecimento ainda é recente e as reuniões ainda são pouco regulares. De modo geral, tanto as entrevistas aos actores-chave como a revisão da literatura, em particular o estudo da WLSA (2021), corroboram para a percepção de que o PNAMPS (2018-2022) não foi cumprido, *"somente de forma dispersa e insuficiente se realizaram algumas actividades"* (WLSA, 2021), sobretudo por parte das OSCs. O estudo evidencia ainda que, apesar das suspeitas de violência sexual contra mulheres cometidas pelas Forças de Defesa e Segurança, desconhecem-se os processos e resultados da investigação.

Contudo, há esforços da sociedade civil local que têm sido direccionados para a materialização da Agenda de Mulher, Paz e Segurança, apesar da reclamação de falta de financiamento para implementação de acções, como mostra a fala a seguir:

> *Nós como sociedade civil preocupamos em formar activistas em matérias de paz e segurança, paralegais em matérias de paz e segurança e pontos focais nos centros de acolhimento de maneira a levar a cabo essa agenda. Mostrar que não estão sozinhas existe uma Plataforma, qualquer coisa podem reportar a nós. (...) Sempre que há cafés e encontros até ao nível nacional, eu levo os pontos dos centros de acolhimento e daqui da cidade para fazerem parte, é assim que levamos a cabo esta agenda. Não está a ser fácil. Não temos nenhum financiamento para aquilo que são as nossas acções de mulher, paz e segurança. Mas tentamos* (Colaboradora de OSC local, Pemba, 2021).

Na mesma fala, foi ainda afirmado que:

> *(...) a sociedade civil também não está tão bem preparada, está desarticulada, porque é preciso saber quem é quem. E tirar aquele teu casaco político. Enquanto andares com teu casaco político, a coisa não vai andar. Então é mais ou menos este problema (...)* (Colaborador de OSC Local, Pemba, 2021).
>
> *Este é um assunto novo que desafia a Sociedade civil, visto que o país está a viver ciclicamente em conflito. Estamos a ver como podemos intervir e o programa da nossa instituição (...) pretende fortalecer as organizações para demandarem questões como a paz e segurança* (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021)

Há também desafios na representatividade e participação directa das organizações mais pequenas, sobretudo as que não estão sediadas em Pemba, o que resulta no privilégio de certas organizações nacionais que são tidas como interlocutoras das OCBs em outros distritos. Uma das entrevistadas (colaboradora de uma OSC baseada em Pemba), acrescentou que os encontros da Plataforma ainda não têm acontecido com regularidade e que não há uma presença directa das mulheres deslocadas nesta plataforma devido a múltiplos factores impeditivos. Por um lado, a participação das mulheres exige acesso à informação sobre os espaços e canais de participação, mobilização e organização e, por outro lado, são necessários meios e recursos para que as mulheres deslocadas possam canalizar e/ou apresentar directamente as suas necessidades, prioridades e aspirações. Isto permitiria o exercício da sua agência e poder cívico-político. Contudo, esta participação não poderá estar desvinculada das necessidades reais do seu quotidiano. Neste sentido, é preciso contemplar abordagens integradas de resposta humanitária-engajamento cívico para fazer face a uma das críticas que é apresentada, e que diz respeito ao facto da Agenda MPS ignorar os factores socioeconómicos, culturais, religiosos, fraca escolaridade e insegurança física, como elementos que impedem a

participação das mulheres nos processos e espaços relativos à Paz, Segurança e Reconstrução e negligenciar a necessidade de criação de condições práticas para participação efectiva das mulheres. Assim, é preciso considerar os riscos e ameaças específicas à participação e a representação política de mulheres nos mais diferentes níveis, sobretudo em contexto de extremismo, violência e alta insegurança e desconfiança política, garantindo a protecção de mulheres defensoras dos direitos humanos e lideranças femininas, actuando nos processos de paz e reconstrução e apoio às pessoas deslocadas. Relativamente a esta questão, uma das entrevistadas relatou ameaças de morte:

> *Mas se eu escrever um plano, e disser olha se vocês querem ver Moçambique assim, façam isto e isto, não vão me matar? Eu já fui ameaçada três vezes aqui. Eu já não falo nos fóruns, na televisão e na rádio: minha vida em primeiro lugar! (...) Eu adoptei uma forma de protecção. Ninguém me protege, existe a Rede dos Defensores dos Direitos Humanos sim, e onde está esse helicóptero para vir-me vigiar. Está onde? Já me mataram há muito tempo* (Colaboradora de OSC local, Pemba, 2021).

Ainda, algumas falas das pessoas entrevistadas mostram que a presença das mulheres em alguns contextos nem sempre representa uma participação genuína, e tudo isto deve ser acautelado:

> *Nós estamos a fazer um esforço no engajamento para que haja equidade de género, para que a voz da mulher também seja ouvida (...). Mas mesmo quando as mulheres vão a uma reunião, só pelo formato do encontro nota-se uma desigualdade na apresentação dos seus pontos de vistas...é preciso insistir para que elas falem, porque algumas ficam à espera da autorização. As mulheres têm medo de sofrer estigma por tomar a dianteira a palavra, porque podem ser julgadas nas suas comunidades alegando que estão a transportar comportamento da cidade para as suas zonas." (...) As lideranças comunitárias precisam ser vistas como um ponto de partida para a participação activa da mulher e liderança desta na sociedade* (Colaborador de OSC, Pemba, 2021).

> *É um grande desafio porque estamos a falar que as mulheres pouco participam nos processos de tomada de decisão, mas penso que mulheres organizadas podem fazer ouvir mais as suas vozes. O governo também deve empoderar a mulher, não basta apenas a sociedade civil ter essa iniciativa. As mulheres têm um papel fundamental na reconstrução e pacificação de Cabo Delgado. Mesmo as mulheres não escolarizadas, elas têm saberes locais muito profundos e quando lhes são dadas a palavra, falam coisas construtivas. Deve haver vontade do governo para salvaguardar a questão da igualdade de género desde os órgãos municipais, províncias e outros. Todos gozamos dos mesmos direitos e nós como sociedade civil devemos fazer uma advocacia em rede para influenciar a ocupação de espaço por parte da mulher. A prioridade de advocacia deve ser para assuntos que vão trazer resultados imediatos* (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021).

Estas duas falas revelam os desafios que são colocados à participação da mulher, sobretudo nos espaços formais, relacionados com aspectos que mantém a capacidade de fala da mulher aprisionada ao medo do estigma social, à falta de confiança na validade da sua própria voz devido às normas patriarcais e às diferenças entre os espaços urbanos e rurais. Chamam, também, a atenção para a importância dos conhecimentos ou "saberes locais profundos", que vão além da escolarização e profissionalização, e que devem ser devidamente considerados em todos os processos relativos à prevenção, resolução de conflitos e reconstrução. Na segunda fala, é também partilhado o entendimento que actores da sociedade civil têm sobre o papel do governo e da "sociedade civil local" no âmbito da promoção da participação da mulher.

Outros estudos recentes, como o realizado pelo CECAGE (2019) no âmbito do projecto de "Promoção da participação efectiva das mulheres e raparigas nos processos de paz, segurança e reabilitação em Moçambique", menciona desafios semelhantes: *"As mulheres são chamadas nas reuniões, mas ficam a ouvir só, não lhes deixam falar"* (CECAGE, 2019).

Apesar dos desafios na participação formal, é importante ressaltar a agência das mulheres e lideranças femininas em espaços informais no seio das suas comunidades e na mediação e resolução quotidiana de conflitos que estão a surgir em decorrência de deslocação forçada e pressão sobre recursos e serviços, fruto das desigualdades estruturais e pobreza que afectam a província. Neste sentido, Hendricks (2020) propõe que se olhe para além da participação nos espaços e processos formais, que são sim relevantes, mas que se alargue o olhar para outras formas de como as mulheres estão envolvidas em processos de paz:

> *As mulheres não têm de esperar para serem convidadas para as mesas de paz, pois sempre estiveram na vanguarda dos processos informais de paz. Por conseguinte, têm de investir mais nos próprios processos de paz de ponta de lança. Estes processos e mesas de paz podem assumir múltiplas formas. Desta forma, as mulheres exercem a sua agência mais uma vez nos processos de paz; elas não só participam, como também transformam o processo de paz tanto na conduta como no resultado* (Hendricks, 2020).

Aliado a este entendimento, esta pesquisa propõe que os vários espaços informais sejam capitalizados e considerados no âmbito da Agenda de PMS em Moçambique/Cabo Delgado, dado que uma das principais constatações do trabalho de campo diz precisamente respeito ao facto de haver pouca integração e falta de articulação entre os múltiplos espaços de participação formais e informais, geridos a nível comunitário, ou por organizações da sociedade civil com os espaços e mecanismos institucionais estabelecidos:

> *Estamos a fazer diálogos comunitários. Tem grupo de diálogos comunitários e tem grupos dos clubes de paz, sim. O que fazemos? Nós ouvimos e recolhemos desse grupo de diálogo comunitário os conflitos que estão a acontecer ali à volta, tanto deles como das pessoas deslocadas. Então, levamos esses assuntos para o clube da paz* (Colaboradora de Plataforma distrital da SC, Montepuez, 2021).

Por exemplo, espaços como os Clubes de Paz, que vêm sendo promovidos por alguns projectos em Cabo Delgado, os Espaços Seguros da Mulher, o Mecanismo Multisectorial de VBG a nível distrital e provincial e outras instâncias comunitárias e provinciais de canalização, mediação e resolução de conflitos a nível local, bem como o grupo temático de Género da FOCADE no âmbito provincial, a Plataforma da Sociedade Civil sobre os Recursos Naturais, representam alguns dos espaços relevantes que não estão a ser articulados com a Plataforma de MPS a nível provincial. Construir mais oportunidades de articulação e ligação entre estes espaços e fóruns é crucial para a construção de agendas mais integradas de advocacia, e seria relevante para potencializar os mecanismos já existentes de participação nesta Agenda de MPS. A multiplicidade de espaços formais também corre o risco de gerar um desgaste e uma perda de energia por parte das organizações locais que possuem recursos humanos e financeiros muito limitados para participar e para mobilizar a participação de mulheres nos vários fóruns. Ainda, é preciso avaliar como ligar espaços institucionalizados, como Conselhos Consultivos Distritais, Comités Comunitários (ex. de Saúde, Recursos Humanos, etc.) e mesmo as Assembleias Provinciais à Agenda de MPS.

Por último, outro aspecto constatado é a há falta de clareza sobre como as questões da Agenda de Mulher, Paz e Segurança são incorporadas pelos vários sectores e serviços básicos, dado que ainda não se nota uma efectiva integração e transversalização desta matéria apesar do esforço recente dos actores-chave. Neste sentido, a Agenda de Mulher, Paz e Segurança parece ser vista como um assunto marginal e que erroneamente apenas diz respeito às mulheres, acabando por não ser um elemento transversal, o que se irá reflectir também no próprio Plano de Reconstrução de Cabo Delgado e outros Planos Provinciais e Distritais.

Para concluir, o fim do PNAMS (2018-2022) está previsto para breve e será crucial que a sua avaliação e revisão constituam um importante momento de advocacia para garantir que o novo plano seja elaborado através de processos verdadeiramente participativos e que propiciem o engajamento e empoderamento – com acções que não negligenciem a multiplicidade de barreiras práticas e quotidianas à participação das mulheres, sobretudo das mulheres deslocadas, observando as várias constatações e desafios partilhados. E criando condições para ampliar a difusão deste e de outros instrumentos que têm o potencial de ser aliados nas lutas para atender às necessidades e aspirações urgentes das mulheres e famílias deslocadas e afectadas pelo conflito em Moçambique.

2. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PROGRAMAS E "CLUSTERS" DE RESPOSTA HUMANITÁRIA E PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO

Muitos dos desafios sobre a participação das mulheres no âmbito da Agenda de PMS foram também encontrados no âmbito da participação no desenho e avaliação dos programas de resposta humanitária e desenvolvimento em Cabo Delgado. Durante o trabalho de campo, foram identificadas outras questões relevantes que explicitam algumas dinâmicas e relações de poder entre Organizações Internacionais, Nacionais e Comunitárias na província de Cabo Delgado, e que são importantes, por um lado, para compreender como melhorar a coordenação e articulação entre estas e, por outro lado, para compreender como potenciar a sociedade civil local, incluindo colectivos não institucionalizados, no avanço dos direitos das mulheres no contexto de conflito e violência extremista, e a sua participação mais ampla. Interessa-nos igualmente compreender onde se encaixam as perspectivas feministas e abordagens de género no âmbito da resposta humanitária e programas de desenvolvimento em Cabo Delgado. Contudo, devido ao escopo desta pesquisa, esta será uma potencial linha de investigação que merece maior aprofundamento.

De modo geral, as principais intervenções das organizações de mulheres a nível local identificadas, centram-se em advocacia e engajamento cívico na área de educação da rapariga, serviços de VBG com atenção especial ao combate às uniões prematuras, espaços seguros, saúde sexual e reprodutiva com enfoque em HIV, estudos de Género e Direitos Humanos das Mulheres em Cabo Delgado, apoio jurídico-legal e formação de Paralegais e apoio à criação de poupanças. Contudo, as organizações locais ainda possuem pouca experiência em resposta humanitária e questões relativas a Paz, Mulher e Segurança, Direitos das Pessoas Deslocadas, Mulher e Gestão de Recursos Naturais e Mudanças Climáticas, Apoio Psicossocial em contexto de Extremismo Violento e Economias Solidárias. Nesta secção, são explorados alguns desafios e oportunidades das OSCs orientadas para os direitos das mulheres (Ver em anexo a Matriz de Análise FOFA das OSC e Recomendações).

Também são exploradas algumas percepções dos actores-chave e das mulheres deslocadas sobre os programas de resposta humanitária e desenvolvimento que vêm sendo desenvolvidos na província, em assistência às populações deslocadas. Deste modo, procuraremos também sintetizar as principais demandas das mulheres deslocadas partilhadas nos grupos focais e as principais áreas de intervenção das organizações locais voltadas para as mulheres (tanto na resposta humanitária como em outros projectos de reconstrução e desenvolvimento).

2.1 RESPOSTA HUMANITÁRIA

Segundo a UNOCHA, o Plano de Resposta Humanitária em 2021 para Moçambique (abrangendo sobretudo projectos coordenados por diferentes Agências das Nações Unidas) foi orçado num total de 168,519,324 USD. O foco deste Plano de Resposta Humanitária concentra-se sobretudo na província de Cabo Delgado, com alguma atenção também para a zona Centro e Norte do país, afectada pelos recentes ciclones. Os principais financiadores deste Plano foram os Estados Unidos (39,1 %), a Comissão Europeia para Ajuda Humanitária e Protecção Civil (8,5%), o Reino Unido (7,2%), a Alemanha (6,8 %), o Fundo Central de Emergência (6,2%), o Canadá (5,5%), o Japão (5,4%), a Noruega (5,1%) e a Irlanda (2,5%). Outros países contribuintes são a Suécia, a China, a Suiça e a Áustria (UNOCHA, 2021).

De modo geral, uma grande parte do financiamento é dirigida a programas de assistência alimentar e alguns bens essenciais "salva-vidas" para as populações deslocadas. A área de educação foi dos serviços básicos com maior financiamento no âmbito da resposta humanitária. Serviços como saúde, água, higiene e saneamento tiveram comparativamente menos fundos no ano de 2021 (UNOCHA, 2021). Existem também alguns programas que têm um enfoque explícito na mulher, que se concentram na provisão de serviços "salva-vidas" em saúde sexual e reprodutiva e violência baseada no género (criação de espaços seguros, brigadas móveis de serviços de SSR e VBG) e um projecto relativo a serviços de HIV/SIDA para mulheres e crianças com menor financiamento. Outras áreas de resposta humanitária financiadas são relativas ao reforço

de provisão de serviços/resposta multissectorial com enfoque às populações deslocadas; e, com menos fundos, estão presentes programas para apoio na gestão e habilitação dos centros/aldeias de acolhimento ou reassentamento, e ainda protecção contra a COVID-19. Destaca-se também um projecto dirigido a pessoas com deficiência e protecção contra abuso e exploração sexual (PAES/PSEA) (UNOCHA, 2021). Uma das constatações é que, embora vários documentos analisados e pessoas entrevistadas relatem a questão do apoio psicossocial para alívio de traumas e saúde mental como fundamental e de alta relevância, notam-se poucos fundos e projectos massivos com este enfoque específico. A questão do apoio psicossocial, como já discutido, acaba sendo um aspecto transversal aos programas, mas de algum modo secundário, e são poucos os recursos humanos e financeiros destinados para esta área.

Este breve retrato do panorama da resposta humanitária em Cabo Delgado não dá conta das várias intervenções lideradas, sobretudo, por outras organizações internacionais como a Cruz Vermelha Internacional, a Médicos Sem Fronteira, a AVSI, a OIKOS, a CARE, a Light for the World, a Action Aid, a Ayuda en Accion, a Caritas, a HelpCode, a Humanity and Inclusion, a Plan International, entre outras presentes na província. Contudo, pretende-se aqui mostrar as principais áreas de intervenção no âmbito da resposta humanitária e trazer as percepções das mulheres e actores-chave entrevistados sobre esta temática.

Nas rodas de conversa com as mulheres, como mostram as secções anteriores, o principal apoio humanitário mais consistente e com maior penetração nas zonas recônditas diz respeito à assistência alimentar pelo PMA que, apesar de todos os desafios ligados à corrupção nos processos de distribuição, foi mencionada como o principal apoio recebido em todos os grupos focais. De forma sumária, para além deste apoio, a Aldeia de Nacaca, em Montepuez, beneficiou de um banco de primeiros socorros provisório, e a Aldeia de Cuaia, em Metuge, beneficiou de algumas acções ligadas à formação de mulheres activistas em matérias ligadas a VBG e Direitos Humanos e planeamento familiar por parte de uma organização local. Contudo, nas aldeias/centros visitados, outros programas de resposta humanitária e/ou mesmo projectos de desenvolvimento ainda não haviam abrangido com impacto as zonas visitadas. No âmbito da resposta humanitária, há algumas demandas levantadas como prioritárias pelos grupos focais das mulheres deslocadas, sintetizadas no quadro abaixo:

PRINCIPAIS DEMANDAS DAS MULHERES DESLOCADAS

1. Acesso à Terra para produção agrícola e Segurança Alimentar;
2. Acesso a Meios e fontes de financiamento diversos para Geração de Rendimento e realização de poupanças colectivas (e formas de crédito rotativo);
3. Acesso a Habitação condigna em locais seguros e não vulneráveis a cheias, próximos a zonas de cultivo, com acesso a Água, Higiene e Saneamento Básico/Energia
4. Acesso a serviços abrangentes de Saúde (incluindo Saúde Sexual e Reprodutiva);
5. Acesso a serviços de Educação (para crianças, ensino secundário, ensino técnico profissionalizante e alfabetização de adultos) orientada para oportunidades de geração de rendimento a nível local;
6. Segurança e Paz.

Este quadro apresenta as 6 grandes demandas partilhadas pelas mulheres deslocadas, também discutidas em outras secções anteriores. No entanto, não se devem excluir outras necessidades e demandas específicas dos diferentes grupos de mulheres (mães, viúvas, cuidadoras de crianças órfãs, mulheres com deficiência, mulheres com doenças crónicas, mulheres idosas, etc), nem outras demandas mais amplas pela defesa dos direitos humanos das mulheres, governação e desenvolvimento. As que estão aqui apresentadas reflectem a conjuntura de grande precariedade e crise, na qual as condições básicas para auto-suficiência e segurança alimentar devem ser priorizadas, mas em simultâneo com abordagens e visões de longo prazo, que permitem o avanço dos direitos integrais da mulher nas várias esferas e áreas, em alinhamento com a materialização dos direitos humanos e direitos das PDIs. As demandas prioritárias das mulheres dizem sobretudo respeito a actividades para sustentabilidade/sustento da vida, orientadas para a criação de oportunidades de auto-suficiência e autonomia, incluindo acesso à terra, habitação, financiamento e recursos materiais para geração de rendimentos que irão beneficiar as famílias e comunidades de modo geral, a longo-termo.

Neste sentido, é importante referir que uma das principais constatações do trabalho de campo diz respeito ao grau de participação das mulheres deslocadas e incorporação das suas demandas, bem como o envolvimento e coordenação com organizações locais no âmbito dos programas de resposta humanitária na província. Apesar da legislação internacional e regional - como por exemplo a Convenção de Kampala, ractificada por Moçambique em 2017, e o Pacto dos Grandes Lagos, em 2006 - sublinharem a necessidade de garantir o acesso à informação, consulta e participação dos PDIs em todos os processos e decisões relacionadas com a sua protecção e assistência, incluindo o desenho e a avaliação dos programas humanitários e de desenvolvimento, nota-se uma grande lacuna nesta área (AU ECOSOCC e IDMC, 2010).

Por um lado, existe um fraco conhecimento sobre a legislação específica e direitos dos PDIs por parte da sociedade civil local e dos próprios actores governamentais, assim como por parte das populações e mulheres deslocadas. Por outro lado, as organizações e agências internacionais também têm falhado no cumprimento do princípio de participação para uma resposta humanitária baseada numa abordagem de direitos humanos que privilegia o engajamento comunitário e "accountability" às pessoas deslocadas e/ou afectadas pelos conflitos (Mozambique Protection Cluster, 2021). Segundo a estratégia de Resposta Humanitária no país, os programas e "clusters de resposta humanitária" deverão integrar ferramentas e metodologias de "Accountability to Affected People" (AAP) nas várias fases, desde a planificação à avaliação (Mozambique Protection Cluster, 2021). Contudo, com base no trabalho de campo, não foi possível identificar estes mecanismos de accountability/participação dos beneficiários dos programas. A nível dos centros e aldeias visitadas, e durante as entrevistas, revelou-se um desconhecimento sobre os mesmos.

Esta questão do desconhecimento sobre mecanismos de accountability às comunidades afectadas pode gerar a percepção de que os esforços não estão a gerar os resultados que a população deseja, ou não estão a responder às expectativas, conforme revela esta fala:

> *Por isso que eu digo que aqui está cheio de organizações nacionais e internacionais, mas se formos a ver as coisas não estão a andar, não estão a mudar. E aqui, às vezes, alguém que tem olhos pode tentar questionar: estão a fazer o quê? Porque as coisas ao invés de melhorar, estão a piorar. Ou as pessoas estão na mesma onde estavam. (...) Você apanha um deslocado, uma deslocada começa a conversar, começa a falar a lamentação. Afinal que tipo de deslocado e deslocada estamos a apoiar? Esse é um grande desafio. Organizações, está cheio. Carros a circular, mas quando nós sentamos, analisamos, às vezes não estamos a acusar o governo, não é uma acusação, (...) Mas não há acompanhamento* (Colaboradora de plataforma distrital da SC, Montepuez, 2021).

Ainda no âmbito do desenho dos projectos humanitários, algumas entrevistadas partilharam a percepção de que os processos ainda são de "cima para baixo" por parte das organizações internacionais, e as mulheres deslocadas têm pouca influência sobre os programas e prioridades definidos. Segundo uma das falas, o

> *(...) envolvimento profundo, vou arriscar e dizer que não existe, regra geral, os projectos aparecem pré-prontos. O envolvimento que vejo é mais nos Espaços Amigos de Mulheres, em que as actividades são negociadas, e é em função disso que os nossos parceiros depois tentam influenciar alguns produtos que vão nos kits e algumas actividades. Mas é de forma contrária, não começa delas e depois sobe* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

Para além disto, nas diferentes contribuições dadas, foi discutida a importância da participação das mulheres e homens deslocados nos processos de distribuição de donativos, e a importância de garantir que os critérios de selecção das pessoas a quem serão entregues os donativos sejam discutidos antecipadamente com as comunidades. Por exemplo, foram relatadas situações em que os homens também solicitavam kits de higiene que eram destinados às mulheres, ou situações em que mulheres que não estavam em idade fértil eram excluídas, embora o grupo das mulheres idosas seja de grande vulnerabilidade.

Uma das entrevistadas chamou ainda a atenção para a necessidade de o governo estar aberto à colaboração da sociedade civil local no processo de monitoria da distribuição dos donativos:

> *Se as coisas agora não estão a correr tão bem, porque o governo, ele como governo, quis fazer as coisas sozinho e não inclui as pessoas que mais tarde poderiam ajudar como parceiros directos dele, falo disso porque tem líderes religiosos, tem a plataforma da sociedade civil (de Montepuez), mas o governo deixou ao lado e encostou-se mais nos líderes comunitários, nos chefes dos bairros. O governo confiava nos líderes comunitários e chefes dos bairros para apoiar na distribuição dos alimentos, mas o que acontecia é que em primeiro lugar atendiam os familiares, a maioria das pessoas que eram beneficiárias eram familiares e não deslocados e então mais tarde deslocados descobriram isso, e o governo viu que as coisas estavam a ser descobertas tentou mudar de tática, mas os problemas continuam* (Colabora de plataforma distrital da SC, Montepuez, 2021).

Os *clusters* de Resposta Humanitária são os principais grupos para articulação e coordenação de acções humanitárias, incluindo

agências das Nações Unidas, agências internacionais, organizações da sociedade civil e parceiros de governo. Estes espaços representam importantes plataformas para canalização das demandas das mulheres e comunidades deslocadas, bem como espaços para lobbying e acções de advocacia da sociedade civil local e nacional. Os principais "Clusters" de Resposta Humanitária presentes em Cabo Delgado são o cluster de Gestão dos Centros de Acolhimento, o cluster de Protecção (com os sub-clusters de Protecção da Criança, Violência Baseada no Género, Protecção contra Abuso e Exploração Sexual), o cluster de Educação; Saúde; Água, Higiene e Saneamento, o Cluster de Nutrição e o Cluster de Segurança Alimentar. De acordo com as entrevistas, as várias percepções dos principais actores-chave revelam que a participação e engajamento dos actores nacionais nos Clusters a nível provincial, quer da sociedade civil, quer do governo, ainda é muito "tímida" e que, embora a transversalização do género esteja presente nos vários subclusters, a ausência de organizações voltadas para mulheres em alguns dos clusters reduz a visibilidade de alguns assuntos e questões específicas ligadas às mulheres. O subcluster de VBG é o que concentra mais organizações nacionais de mulheres.

O trabalho de campo permitiu o levantamento de algumas percepções sobre os principais desafios de participação dos actores locais nos "Clusters" e outros relativos às intervenções humanitárias em Cabo Delgado:

1. Falta de domínio técnico sobre resposta humanitária/emergência a nível local; lideranças estrangeiras e fraca apropriação por parte dos actores locais; barreiras linguísticas que acabam resultando em relações mais verticais entre organizações e especialistas internacionais; desafios de tradução que geram exclusão de parceiros locais:

> *Nós sentimos por parte dos parceiros, relacionada a essa questão do Cluster, digo infelizmente, questão de emergência para Moçambique é um bocadinho novidade. Começamos com o ciclone Idai, Kenneth, então, não existem muitos especialistas nacionais para esta questão da resposta humanitária. Então, por conta disto, temos que encontrar, entre aspas, especialistas estrangeiros. Então, a primeira dificuldade que nós encontramos aqui é a questão da barreira linguística. Porque os parceiros nacionais não são falantes da língua inglesa (...). Então, as lideranças destes Clusters, uma parte delas são pessoas falantes de língua inglesa. Então, nestes encontros os não falantes da língua inglesa sentem-se inibidos para poderem dizer o que acontece (...) Tem a parte da tradução, mas não é a mesma coisa, perde-se alguma coisa* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

Contudo, é relevante mencionar que existem experiências e materiais desenvolvidos anteriormente, sobretudo durante a guerra civil e o período das cheias de 2000 no Sul de Moçambique, no âmbito da resposta em emergência que poderiam ser explorados e adequados à conjuntura actual, de forma a aprender também com experiências anteriores.

2. Acesso limitado às tecnologias e internet (encontros virtuais) por parte dos parceiros locais

> *Depois tem esta questão de usar o Zoom, a internet, não ajuda muito porque os nossos parceiros sobre género, (...) reclamam bastante. (...) Também existe aquela ligação entre outros parceiros diferente de eu estar a falar, não conheço a pessoa, só estou a ouvir, então, se está aqui a ouvir a sessão, já podemos interagir. Para mim, estamos a perder informação por causa da conjuntura actual. Primeiro por causa de especialistas que a maior parte deles que está aqui em Pemba são estrangeiros e não são falantes da língua. E muitas vezes quando vão para o terreno têm de levar dois tradutores: um para falar traduzir de português para inglês e o outro que vai traduzir da língua local para português, para ver, então, existem muitos interlocutores no meio. Nalgum momento, inibe a pessoa que está passar a informação e também vou traduzir aquilo que convém. Não sei se vou traduzir tudo, então, perde-se, perdemos muita informação valiosa. Outros alegam que as tecnologias de informação tiraram pessoas de fora, isto está claro. Houve muitas reuniões que não podíamos estar mesmo. Quem tivesse um smartphone estava, quem não tem não está. Quem tem computador está e quem não tem não está. Outros alegavam não ter internet. Outros alegam dificuldade no uso da internet, mas também a própria internet é fraca. Se você não dá voz aos outros, então, a vida não funciona* (Colabora de OSC Local, Pemba, 2021).

3. Participação limitada de alguns actores governamentais por falta de recursos; falta de clareza sobre as suas responsabilidades no âmbito da coordenação dos Clusters:

> *É preciso fazer-se coordenação combinada, o governo tem que tomar mais iniciativa e apropriar-se, porque quando está como convidado é como convidado, não toma dianteira". A nova reestruturação do governo desorganizou um bocadinho, a mesma estrutura está dividida em Direcções e Serviços Provinciais, e o DPGCAS ficou sem fundos e eles são quem implementam e os Serviços coordenam, e o maior desafio surgiu daqui. Antes tínhamos encontros, crédito para nos comunicarmos. "Eu não posso pedir omelete, se não tem ovos"* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

4. Necessidade de melhorar a articulação entre o SubCluster de VBG e o Mecanismo Multisectorial de VBG e os Espaços Seguros de Mulheres:

> *Sobre o Mecanismo Multissectorial de VBG, eu sinto uma relativa fraqueza. As reuniões que agora deveriam ser mais regulares com emergência, não tenho visto, e fizemos por tentar limar isso, mas sentimos que ainda é, ainda é fraquinho [o envolvimento dos actores-chave]. Precisamos de mais envolvimento deles nos encontros (...) Se o Ministério de Género fosse mais forte, o PES do sector poderia organizar melhor as actividades a nível local, e facilitar as estratégias de intervenção dos vários actores, e envolvendo as beneficiárias* (Colaboradora de agência internacional, Pemba, 2021).

5. Competição e duplicação de esforços pelas organizações internacionais e fracos mecanismos de accountability às pessoas deslocadas:

> *Outro desafio que eu vejo, às vezes ao invés de nos unirmos competimos, para ver quem chega mais rápido e faz tudo e depois as coisas não acontecem como deve ser e cada um tem o seu mandato. As pessoas querem vender a imagem lá fora e esquecemos isto aqui é para quem?* (Colaboradora de Agência internacional, Pemba, 2021).

6. Limitada representatividade das OSCs Locais de outros distritos:

> *Uma das percepções partilhadas era de que a sociedade civil local só era chamada a participar se fosse parceira directa dos doadores que estão a liderar os clusters, e que neste sentido, mesmo organizações locais que pudessem ter acções ou posicionamentos de advocacia relevantes, acabavam não participando, sobretudo as que não estão sediadas em Pemba e tem mais limitação de recursos materiais* (Colaboradora de OSC Local, Pemba, 2021).

7. Natureza dos Modelos de Financiamento para Resposta Humanitária; elevada burocracia no acesso e uso de fundos de emergência de curta duração e fraca formação

> *Fundos de Emergências, são fundos curtos e rápidos. (...) Em contexto de desenvolvimento tem-se mais tempo. No mínimo é um ano, mas geralmente é mais do que um ano, então, eles têm tempo para programar, fazer actividades. Enquanto que na Emergência, não. Os fundos vão chegando aos poucos, chegam fundos de 6 meses, chegou no meio do ano, este fundo já tem que ser usado. Depois temos aquelas burocracias todas e há coisas que às vezes precisamos de formar primeiro para depois acontecerem. Então, só temos 6 meses e fica um bocadinho difícil para as nossas organizações entrarem neste ritmo: é corrida. (...) Então, também é desafio para nós, por isso temos que estar, não só para os parceiros mostrar também sentimos que temos que estar a formar constantemente* (Colaboradora de Agência Internacional, Pemba, 2021).

A arquitetura da ajuda internacional para a emergência e resposta humanitária também cria limitações de tempo, que dificultam um exercício mais amplo de envolvimento e engajamento das pessoas deslocadas, necessário e relevante para a materialização dos seus direitos e para a efectivação de uma intervenção humanitária baseada numa abordagem comunitária que reconhece as populações beneficiárias como parceiros activos, em conformidade com os princípios e políticas de trabalho humanitário (Global Protection Cluster, 2006).

8. Fortalecer a integração de abordagens de género em outros Clusters (ex. Segurança Alimentar, WASH, etc.)

> *Vou falar de cluster de saúde, porque eu trabalho com colegas de saúde, e eu costumo dizer sempre olha, na saúde tem qualquer coisa feminista, porque temos casos de VBG, então tem que estar em condições de ver [as necessidades das mulheres], então, em algum momento no Cluster de Saúde, também, por mais que seja mínimo, também se aborda [relações de género]. (...) As abordagens são assim quase que superficiais mas estão lá integradas* (Colaboradora de Agência Internacional, Pemba, 2021).

Com base nestas constatações, destaca-se a necessidade de:

- **Sociedade civil (e governo) conceberem metodologias de participação que sejam facilitadoras e encorajadoras de uma presença activa de mulheres das organizações locais;**

- **Dar suporte técnico e capacitação sobre os vários instrumentos jurídico-legais que protegem as PDIs, sob uma perspectiva** de género, para as partes interessadas do governo e parceiros da sociedade civil, para que estejam melhor preparados para defender e canalizar os interesses das pessoas deslocadas;

- Garantir que as PDIs conheçam os seus direitos e os espaços onde podem reivindicá-los, incluindo o direito de acesso à informação, a participação em decisões e informação sobre decisões que afectem as suas vidas;

- Pressionar para a integração de mecanismos de "accountability" e partilha de informação nos diferentes espaços formais e informais, a nível comunitário, distrital e provincial;

- Mobilizar a sociedade civil local, através do FOCADE, a construir agendas de advocacia em articulação com as organizações locais dos vários distritos e usar os Clusters como espaço crucial de advocacia, acompanhamento;

- Ampliar o acesso das novas tecnologias às OSCs locais, sobretudo as voltadas para as mulheres;

- Desafios mais estruturais e sistémicos ligados à arquitectura da ajuda internacional que vêm levantando reflexões importantes há décadas, devem ser também tema de discussões locais.

parte 3

o futuro

2.2 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E RECONSTRUÇÃO

Em relação aos projectos de desenvolvimento socioeconómico e político (incluindo a promoção de governação inclusiva e transparente, promoção de direitos humanos e direitos de mulheres, conservação ambiental) que estão a ser realizados por actores da sociedade civil e do governo na província de Cabo Delgado, há maior dificuldade de encontrar informações agregadas e que tragam uma perspectiva integrada das áreas de intervenção e financiamento a nível da província. Uma base de dados disponível ao público, sob responsabilidade da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte, e/ou do Governo Provincial será certamente relevante para melhor accountability/prestação de contas e engajamento cívico nos processos de desenvolvimento local.

Nesta secção, iremos analisar algumas percepções dos principais actores-chave relativamente aos processos ligados ao desenvolvimento e reconstrução da província no actual contexto de conflito, com enfoque na participação das OSCs e das mulheres deslocadas. Procurámos trazer algumas reflexões que visam, sobretudo, apoiar as intervenções das OSCs de mulheres actuando na área de desenvolvimento e que também poderão ser úteis aos actores governamentais.

Diferentes estudos e análises de pobreza multidimensional mostram Cabo Delgado como uma das províncias mais pobres do país (entre as 5 mais pobres), com grandes desigualdades internas no acesso a recursos e serviços sociais básicos (MEF, 2016). É também, historicamente, uma das províncias com os piores índices de desenvolvimento humano (em particular na Educação e na Saúde, como anteriormente referido) e com os indicadores relativos à igualdade de género mais baixos do país (CMI, 2008; MEF, 2016; Feijó, 2019; OMR, 2021). Esta conjuntura, que muitos analistas caracterizam como resultado de um Estado ausente, ou talvez selectivamente ausente, aliada a outras questões históricas e socioculturais, é fundamental na compreensão do conflito.

Feminização da pobreza em contexto de conflito

Cabo Delgado é ainda uma das províncias com maior número de agregados familiares chefiados por mulheres (CMI, 2008; INE, 2017), situação que se agravou com o conflito e que resultou no aprofundamento da feminização da pobreza nesta província (OMR, 2021). A questão da feminização da pobreza, devido ao aumento substancial de mulheres como provedoras/cuidadoras únicas dos seus agregados familiares em resultado do conflito, traz também a necessidade de destacar uma das críticas de economistas feministas relativamente à forma como as estratégias de desenvolvimento e as políticas económicas excluem a chamada "economia do cuidado", que designa o trabalho predominantemente realizado pelas mulheres do cuidado das crianças, de doentes crónicos, de pessoas com necessidades especiais e/ou deficiência e idosos. Embora seja um dos mais importantes trabalhos na satisfação das necessidades de bem-estar das comunidades, é altamente invisível e invisibilizado, não remunerado, mal pago ou pouco apoiado pelo Estado. Desproporcionalmente atribuído à mulher, o "trabalho de cuidado" tem implicações notáveis na desigualdade económica de género e constitui um factor que muitas vezes inibe a conclusão dos estudos e o desenvolvimento profissional, relegando à mulher um papel secundário no mercado de trabalho local. Ainda, a economia formal só é possível devido a esse trabalho gratuito ou mal remunerado. Neste sentido, não é possível pensar em estratégias de redução da pobreza ou programas de desenvolvimento responsivos ao género em Cabo Delgado sem considerar medidas para visibilizar, redistribuir e remunerar este trabalho e garantir maior apoio e protecção social a estas mulheres.

2.2.1 PARTICIPAÇÃO E DECISÃO SOBRE O FUTURO DE CABO DELGADO: ONDE ESTÃO AS MULHERES?

Os desafios ligados à participação e tomada de decisão por parte das mulheres (incluindo mulheres deslocadas) no desenho e avaliação de programas de desenvolvimento e reconstrução no contexto de conflito, liderados tanto pelo governo como pela sociedade civil local, assemelham-se aos desafios discutidos nas secções anteriores. Uma das críticas elementares dos movimentos feministas aos processos de desenvolvimento diz respeito à forma como as mulheres foram - e ainda são em muitos contextos - tratadas como objectos e/ou beneficiárias passivas dos programas e políticas públicas de desenvolvimento (Aguinagua et all, 2021). Para a sociedade civil local, existe a percepção de que

> *Os projectos já vêm escritos. Um e outro, como [designada organização internacional], manda-te ir para o local, fazer um levantamento junto à comunidade e partir daí definir os critérios e depois passamos a informação sobre o projecto: é este, o orçamento é este. Mas os projectos já vem escritos, há só uma harmonização local* (Colaboradora de OSC Local, Pemba, 2021).

No que diz respeito à participação no âmbito dos programas de desenvolvimento do Governo na actual conjuntura, todas as entrevistas indicam a falta de processos verdadeiramente participativos e inclusivos. Como veremos a seguir, segundo o trabalho de campo, um dos principais instrumentos de recuperação da província, o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas afectadas pelo Terrorismo (PRCD) para 2021-2024, que é liderado pelo Governo, mais especificamente pela ADIN, também não envolveu processos participativos amplos e inclusivos, resultando na exclusão tanto de OSCs locais e lideranças ou entidades religiosas, como das comunidades deslocadas, marginalizando as questões específicas dos diferentes grupos, incluindo das mulheres deslocadas e suas diversas demandas. Ainda, o PRCD mostra os desafios de garantir a integração de abordagens de género e interseccionalidade no âmbito das estratégias de desenvolvimento, assim como a realização de acções intersectoriais que exigem um trabalho colaborativo, abordagens participativas que demandam mais tempo e não estão disponíveis na conjuntura actual de projectos orientados para resultados rápidos e de natureza mais quantitativa (Collet, 2022).

2.2.2 PLANO DE RECONSTRUÇÃO DE CABO DELGADO

O Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afectadas pelo Terrorismo - PCRD (2021-2024), como já referido, constitui um importante instrumento governamental de curto/médio prazo que estabelece as acções prioritárias de desenvolvimento e recuperação socioeconómica, com incidência nos distritos que sofreram ataques e destruições massivas em função do conflito armado. O PCRD tem um orçamento total de cerca de 300 milhões de USD, que visa assegurar o regresso das comunidades deslocadas às zonas de origem e prevê também acções humanitárias de assistência às PDIs. A sua operacionalização é liderada pela ADIN, em parceria com o INGC e outros sectores governamentais. De acordo com o documento, este foi concebido em consonância com a Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos para o país, que promove a *"participação activa dos diversos sectores relevantes do Governo, sociedade civil, sector privado, as agências humanitárias e parceiros de cooperação, deslocados internos, comunidades acolhedoras e as organizações comunitárias de base"* (PEGDI, 2021).

Neste sentido, a elaboração do PCRD teria constituído uma importante oportunidade de participação ampla dos vários actores-chave, agentes sociais e económicos e, sobretudo, a participação das

comunidades e mulheres deslocadas e famílias acolhedoras, de forma a colocarem as suas necessidades, prioridades e visões sobre o futuro da província na actual conjuntura. Contudo, as entrevistas e trabalho de campo revelaram que o PCRD não resultou de um processo verdadeiramente inclusivo, nem garantiu a participação ampla, tanto de OSCs e OCBs locais, como das comunidades e mulheres deslocadas e famílias acolhedoras, como pode ser constatado nas várias falas e análise abaixo:

> *Penso que antes de mais, o governo deve pacificar a província, porque se não há paz, vai reconstruir o quê? O plano fala de infraestrutura, mas a guerra ainda não acabou. Há críticas sobre o plano. Diz-se que não foi um processo participativo. Se calhar foi desenhado com assessoria do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. É mais virado para os doadores e não para dentro? O plano nem sequer foi para a Assembleia da República e muito menos para o governo provincial. Ouvi que está sendo organizado um encontro com a sociedade civil para se apresentar o plano e como temos uma sociedade civil e pacífica, vai acolher e legitimar o plano. Neste momento devem estar a elaborar o seu parecer. (...) Antes fazia-se entrevistas, ouvia-se pessoas e depois fazia-se um relatório ou parecer sobre o Plano do governo, então, o que vai se fazer em 12 dias? Vai-se apresentar o balanço de 2021, PES de 2022 e Plano de reconstrução de Cabo Delgado e todo mundo vai legitimar e o governo vai mandar um relatório aos seus doadores dizendo que o plano passou por um escrutínio da sociedade civil. (...) Pergunta às mulheres de Cabo Delgado, o secretário, a população, ninguém foi ouvido. Eu não sei que linhagem de desenvolvimento estamos a seguir. (...) Por exemplo, nós temos nossa forma de fazer casa e você vai me apresentar um modelo pré-fabricado, que é complicado, alegando que é resiliente, para quê? Procura artesãos e engenheiros locais. Eles vão identificar e selecionar materiais resilientes para a construção e quando eles voltarem às suas zonas de origem já terão esse conhecimento. Estão a trazer empresas de construção para quê? Em outros países essas casas pré-fabricadas tiveram problemas* (Colaborador de OSC Local, Pemba, 2021).

> *Dizer que talvez as organizações lá do topo, talvez foram envolvidas, mas aqui mesmo (em Montepuez) e nos distritos onde essas coisas aconteceram não sei, esse plano o governo sentou-se sozinho e fez. Divulgar: pode dizer que foi concluída a ponte x, foi restabelecida a energia de x a x. Mas é uma coisa que o governo quis fazer sozinho e quer fazer sozinho, não envolveu. Talvez nem tudo que estão a fazer são prioridades das pessoas* (Colaboradora da plataforma distrital da SC, Montepuez, 2021).

> *Eu fiquei surpreso ao ver carros perfilados a ir para Macomia, com a escrita "programa de reconstrução". (...) Pensávamos que iam passar pelos bairros e fazer alguns encontros, mas não houve. Era só sentar e ouvir lá em Palma, isto foi destruído, o que vocês acham prioritário? Mocimboa, idem (...) Esqueceram de ouvir os próprios visados (...) As mulheres deslocadas devem ser convidadas pelas suas lideranças nos centros a participar dos espaços e das discussões. Nós queremos que as mulheres sejam envolvidas na planificação dos reassentamentos, nos programas de donativos. Nos centros devíamos solicitar essas mulheres e auscultar. Dizer: nós estamos a fazer este programa, queremos fazer o plano com vocês. Então se se faz um plano enquanto não são envolvidas, automaticamente dá nisso. Fazendo encontros a fim de auscultar as suas preocupações, mas não planificar para elas, mas com elas* (Colaborador de OCB, Pemba, 2021).

> *Penso que as equipas de apoio na reconstrução ou na mitigação do impacto da guerra devem ser constituídas por pessoas do governo central, provincial mas também da população a nível dos distritos afectados pela guerra. Trazer pessoas só de Maputo, contribui para o desvio de apoio. Há pessoas registadas que nunca receberam apoio* (Chefe de Família Acolhedora, Pemba, 2021).

> *Ouvimos primeiro que o Banco Mundial doou 100 milhões de dólares. Ok, e depois se diz nalgum momento, por exemplo, que as organizações da sociedade civil também vão fazer parte desse processo e como não conhecemos qual é a estratégia, qual é o mecanismo será que vão ter acesso aos recursos para isso? Porque a ideia não só de construir escolas, é preciso esse trabalho de engajamento cívico, é extremamente fundamental. Porque pode-se fazer escola hoje e amanhã a pessoa pode não ir à escola (...). O maior investimento para mim é trabalhar a mente das pessoas, comportamento das pessoas* (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021).

As falas mostram a importância da participação genuína e que as próprias comunidades deslocadas (e acolhedoras) possam ter oportunidades e espaços para deliberar e decidir sobre o seu próprio desenvolvimento e recuperação na actual conjuntura. Expõem, também, os riscos de uma planificação e um investimento que não é articulado a partir das comunidades e das suas expectativas, sobretudo em situação de inúmeras fragilidades socioeconómicas e elevada tensão social e insegurança gerada pelo conflito. Para que este volume de investimento se faça sentir nas vidas das comunidades e na recuperação da província, é fundamental que as comunidades deslocadas e acolhedoras, assim como a sociedade civil, possam 1) conhecer, 2) rever e 3) acompanhar o PCRD, tal como preconizado na legislação.

É crucial que a sociedade civil local/nacional garanta um olhar atento sobre as necessidades específicas dos vários grupos de mulheres, homens e crianças, considerando os grupos mais vulneráveis, marginalizados e discriminados, e considerando especificamente o papel e sobrepeso da mulher na provisão e manutenção da vida das famílias e comunidades. Para tal, é preciso demandar que o governo local garanta a participação tanto das OSCs, como das comunidades deslocadas no âmbito da revisão e acompanhamento do PCRD, no Fórum Provincial de Coordenação da implementação do PRCD, e permita os necessários ajustes para que o Plano esteja alinhado com as necessidades e anseios prementes das comunidades deslocadas e, sobretudo, que haja clareza sobre como essas acções poderão ser um contributo a longo prazo para mudanças mais estruturais que contribuam para a redução das desigualdades endémicas que caracterizam a província.

Nas secções anteriores, foi possível trazer algumas análises em relação ao PCRD e algumas áreas-chave como educação, saúde e outras demandas prioritárias levantadas pelas mulheres. No contexto desta secção, importa referir que o plano beneficiaria de uma revisão com base numa abordagem de género que permitisse compreender como as mulheres e raparigas, e homens e rapazes, serão beneficiados no âmbito das várias acções de médio prazo e de assistência humanitária, bem como quais serão as estratégias de avanço dos direitos da mulher no âmbito do PCRD. Por exemplo, a matriz de seguimento do PCRD não apresenta alguns dados que seriam relevantes, como o número de beneficiários a serem abrangidos/as desagregados por sexo, sobretudo no âmbito de acções como a distribuição de kits de produção, insumos agrícolas e formações, de modo a melhor compreender que acções específicas estão desenhadas para promover o emprego/auto-emprego e geração de rendimento para as mulheres.

Há também, por exemplo, pouco detalhe sobre a questão do acesso e redistribuição de terra para mulheres deslocadas, embora haja menção ao ordenamento territorial. Também não são mencionadas (re)compensações para as PDIs em função da perda dos seus bens pelo conflito. Igualmente, há poucas acções centradas na formação e educação de jovens e adultos, que foi uma demanda trazida nos vários grupos focais de mulheres e entrevistas a actores-chave. Nota-se, também, pouco investimento direccionado a acções de apoio psicossocial e défice grande de recursos humanos nesta área. Moçambique possui experiências e materiais elaborados durante períodos como a guerra civil e as cheias de 2000, e outros mais recentes, sobre apoio psicossocial em emergência que poderão ser resgatados, explorados e adequados ao presente. Ainda, garantir articulação com universidades e institutos de formação técnica para integração de conteúdos de assistência psicossocial e alívio de trauma em contexto de emergência, poderá a médio e longo prazo assegurar um maior envolvimento de estudantes e recém-formados de cursos de Psicologia e Assistência Social através, por exemplo, de programas de estágios para fazer face ao défice de recursos humanos nessa área.

De modo geral, nota-se que as abordagens do PCRD, para os diferentes sectores, têm um enfoque na recuperação e construção de infraestruturas, sobretudo nos distritos destruídos. É importante também destacar que, em termos de investimento, a principal parcela vai para a recuperação de infraestruturas (cerca de 107 milhões de USD) e para a assistência humanitária (75 milhões de USD). Já o sector com maior volume de investimento será o de Género, Criança e Acção Social, com cerca de 64 milhões de USD, destinados à construção de infraestruturas (Centro de Atendimento Integrado (CAI), um Centro de Trânsito para famílias desamparadas e um Infantário Provincial em Pemba).

Outra grande preocupação levantada é como reconstruir antes de pacificar, num contexto em que os ataques não cessaram. A questão da pacificação como necessidade para a reconstrução é desafiadora e remete à importância de **uma abordagem integrada de resposta humanitária-desenvolvimento-paz,** que implica criar sinergias e objectivos comuns entre programas de resposta a emergência de curto prazo e processos de mudanças sociais sistémicas e estruturais de longo prazo, promovendo em todos os níveis oportunidades para a construção de paz. O PCRD traz algumas acções como diálogos comunitários para a Paz, mas é necessária uma maior e melhor integração da Agenda de Paz, Mulher e Segurança nos programas e planos nacionais de desenvolvimento.

Ao longo deste trabalho, é possível ver a necessidade de maior articulação e sinergia entre os espaços, como os clusters de resposta humanitária, e outros espaços de participação em processos de desenvolvimento, promoção de direitos humanos e paz, tais como a Plataforma de Paz, Mulher e Segurança ou a Plataforma da Sociedade Civil sobre Recursos Naturais e Indústria Extractiva, Comités Comunitários, etc.

Ainda, algumas falas como as abaixo mostram a necessidade de que o investimento de reconstrução no contexto de conflito seja dirigido não apenas às zonas destruídas, mas tenha um enfoque no desenvolvimento das aldeias e centros de reassentamento, de forma que as pessoas possam iniciar a sua reconstrução e ganhar autonomia no momento presente, dado que muitas das mulheres ainda não se sentem seguras para regressar às zonas de origem. Embora as mulheres deslocadas entrevistadas tenham colocado o desejo de regressar às suas casas, a sua condição para tal é o fim oficial e declarado do conflito. Até lá, uma grande parte quer criar condições para uma vida condigna nos centros e aldeias de acolhimento:

Investimento nas aldeias e centros de acolhimento: "Precisam saber que aqui é minha nova casa"

> *As zonas de reassentamento precisam de um trabalho de base para torná-las cada vez mais habitáveis. As pessoas deslocadas precisam saber que aqui é minha nova casa (...) então eu preciso de trabalhar para que se torne minha casa, um sítio habitável. E haver mais trabalho de trazer serviços básicos para esses locais, escolas, hospitais, porque os centros de saúde continuam distantes da população. Existem tendas de primeiros socorros, mas não é um hospital. Deve haver mais organizações da sociedade civil a trabalhar lá e a desenvolver actividades não como emergência, mas para o desenvolvimento da própria comunidade, colocar as pessoas a trabalhar para si próprias, para o desenvolvimento humano das próprias pessoas* (Colaboradora de OSC Nacional, Pemba, 2021).

> *Quando ouço as pessoas dizerem que não querem roupa, não querem comida e que só querem voltar para as suas zonas de origem, isso revela que as pessoas não estão satisfeitas com as condições dos centros. Mas honestamente, cada lugar em que um deslocado passa a deixar a sua identidade é um pedaço de si e quando volta à sua terra, já não é a mesma coisa. (...) Devemos criar nas pessoas o pensamento de que voltar é bom, mas onde estamos também é nossa terra. Mesmo os nossos antepassados tiveram que migrar. (...) Então temos que criar ligação com a terra de origem e também criar a ideia de pertença, temos que criar condições para que tenham um espaço onde possam cultivar, onde possam sentir-se acolhidas e onde uma nova vida possa começar* (Activista Social, Maputo, 2021)

> *A vontade de voltar vai crescer se a minha zona estiver segura, porque viver aqui e alugar machamba para cultivar, não ajuda. (...) Se tivesse algum valor, mesmo antes de voltar à minha aldeia, começaria a fazer negócio de mangas ou capulanas, aproveitando o momento de cerimónias tradicionais como circuncisão e ritos de iniciação porque tem muita saída* (Activista Social/Grupo Focal de Mulheres de Cuaia, Metuge, 2021).

> *Depois de estarmos no centro, passando algum tempo, pensamos em voltar a nossa aldeia, entretanto, temos visto que a guerra*

ainda continua e, por essa razão, preferimos continuar no centro por ser um lugar seguro apesar das más condições de vida (Líder comunitária de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Assim que a guerra terminar, queremos voltar às nossas terras. (...) De forma recorrente temos recebido muita informação sobre os ataques nas nossas zonas de origem e isso nos preocupa (Grupo Focal de Mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

3. PERCEPÇÕES SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO E OS RECURSOS NATURAIS EM CABO DELGADO COMO CAUSA DO CONFLITO E CONDIÇÃO PARA A PAZ

A última década colocou Cabo Delgado como alvo de capital e investimento estrangeiro com os megaprojectos das indústrias extractivas, devido à descoberta de gás, petróleo e uma variedade de minérios. Desde então, o discurso e programa político está centrado na ideia de um "desenvolvimento sustentável e inclusivo" baseado fundamentalmente na indústria extractiva, com destaque para o papel das multinacionais petrolíferas na criação de oportunidades de emprego e integração da população rural no mercado formal, como está reflectido na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035). A Estratégia enfatiza a promoção de empoderamento económico da mulher e inclusão de jovens na cadeia de valores da indústria extractiva através de formações profissionalizantes, programas de alfabetização e educação para adultos e formações em gestão financeira e empreendedorismo (Collet, 2020). Contudo, a realidade prática mostra elevados níveis de exclusão e grandes desafios na oferta de serviços de educação nos vários níveis, limitando o acesso a oportunidades de emprego que seriam potencialmente geradas pelas indústrias extractivas localmente. O conflito evidencia ainda os desafios de conciliar políticas públicas para inclusão e igualdade social, sustentabilidade e conservação ambiental com a orientação neoliberal em que se baseia o modelo extractivista predatório, que caracteriza as agendas de desenvolvimento nacional e provincial.

Nas entrevistas aos vários actores-chave e às mulheres deslocadas, estão subjacentes críticas ao modelo de desenvolvimento extractivista que foi adoptado na província e no país, marcado pela exploração desenfreada de recursos e uma redistribuição altamente desigual da riqueza, resultando numa exclusão e expropriação violenta das comunidades locais. Como as falas irão mostrar, o modelo de desenvolvimento é colocado como uma das causas fundamentais do conflito, associado à "maldição dos recursos". Ao mesmo tempo, as falas revelam a necessidade urgente de repensar e reconceber o "desenvolvimento" da província e do país, garantindo a participação sobretudo de todos os grupos que vêm sendo desfavorecidos, como condição para a construção efectiva da paz, como evidenciam as falas partilhadas abaixo:

Isto que está a acontecer vai atrasar o desenvolvimento. O que é desenvolvimento? É liberdade. ***Quando não há liberdade não há desenvolvimento, a não ser que o paradigma do desenvolvimento seja essa distração de exploração de recursos naturais: gás, petróleo, madeira, rubis, areias pesadas, mas sem nenhuma participação activa da população local no processo****, sem que as próprias comunidades deleguem essa responsabilidade ao Estado por livre vontade. Estamos a ter uma exploração desenfreada dos recursos e não sabemos o que está a acontecer, o que está a ser explorado, o que não está a ser explorado.* ***Nós queremos que haja uma gestão compartilhada dos recursos que pertencem a todos nós,*** *e vai depender de que paradigma vamos seguir no meio da visão do Estado. Mas sei que o paradigma usado vai nos atrasar em todos os aspectos, seja a nível social, económico ou cultural. A maldição dos recursos torna-se cada vez mais evidente* (Colaborador de OCB, Pemba, 2021).

A pessoa, independentemente da cor partidária deve ter acesso aos recursos (...) *É necessário que se crie oportunidade, as pessoas vão se arrumar. Epá, é o que está a acontecer. Aparece grafiti ali, há de ver quem está ali: é o seu concidadão a ir lá escorraçar a comunidade, sem benefícios e sem nada, é grave. É por isso que isto acontece. (...) Será que este país não tem outras pessoas que merecem ter as mesmas oportunidades?* (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021).

Há quem fala de falta de emprego, e da riqueza de recursos naturais e toda a pobreza da província de Cabo Delgado (Grupo Focal de Mulheres, Pemba, 2021).

Para mim é a desigualdade de distribuição dos recursos. *Para mim, podem ser outras coisas, mas estou amarrada lá. Porque esses recursos, logo quando começaram, as pessoas que deviam estar à frente desses recursos, foram pessoas que não contaram com os outros, contaram só com eles. E é um grupo de minoria, e é um grupo que já tem. Além de ser minoria, é um grupo que tem. Então, os que não tem condições, demoraram a ter. Talvez houve pessoas que começaram a falar isto. Então, por falta de aceitação de uma parte de um lado, então, as pessoas, talvez viram necessidade, não sei como, com aquela raiva, de não adoptarem diálogo* (Colaboradora de plataforma distrital da SC, Montepuez, 2021).

Vejam Cabo Delgado, nós temos aqui 19 distritos (...), mas essa guerra, sabe, está a sair ali mesmo onde já foram descobertos o petróleo e gás. É lá: Palma, Mocímboa, Macomia são zonas que podem ter essas riquezas. (...) E outra coisa, aqui em Cabo Delgado estamos a sofrer uma parte porque lá, onde estão esses projectos a maioria das pessoas de Cabo Delgado não estão lá. A maioria lá, são pessoas que saem do sul. Então, esse jovem já reparou: porquê que esse projecto está aqui, na minha casa, porque que eu não tenho oportunidade? Tenho que sair, tem que vir pessoas de Maputo, do sul, ou Beira, porquê que nós não temos prioridade? (...) Porque ***há falta de emprego****, então quando chegam esses traidores podem falar com essas pessoas que não estão a trabalhar. É fácil aliciar, por isso esse conflito não acaba, sim. (...) No meu ponto de vista, o governo deve tentar resolver este problema de desemprego. Sim. (...), jovens, homens, mulheres estão aqui, e não estão a fazer nada, é isto que eu estou a dizer. Primeiro ao lançarem um concurso, então primeiro devem procurar as pessoas locais* (Colaborador de OCB, Pemba, 2021).

Trazíamos a questão da "maldição dos recursos", naquele seminário falávamos muito das alternativas que poderão resultar, é uma perspectiva de boa gestão, consciente, para que se crie o tal fundo de soberania e que se potenciasse o progresso das comunidades e que isso fosse um programa integral e que se potenciasse todas dimensões de desenvolvimento local (Activista, Maputo, 2021).

Se temos aqui rubi ou ouro, naturalmente tem que vir alguém que tenha capacidade e conhecimento. Que tenha tecnologia e recursos financeiros para poder explorar. O que está em causa aqui são os ganhos. ***Como é que nós sentimos que os recursos são nossos, pertencem a nós e que estamos a ganhar benefícios?*** *É complicado. Por exemplo, o único distrito neste momento que está a receber os tais 2.75%, é o distrito de Montepuez, por conta do Rubi. 2.75% é que reverte para as comunidades. Para as comunidades no sentido de que elas possam depois usar esse dinheiro que é para o desenvolvimento local. Mas vai ver o que está a acontecer? Em Ancuabe, há exploração de grafiti, mas não se recebe 2.75%. Mas porquê, se já há exploração de grafite há muito tempo. Não está a receber porquê? E depois, o que acontece é o seguinte: a filosofia de 2.75%, ela não pode anular a canalização, por exemplo, do dinheiro direcionado ao investimento que sempre foi para o distrito. Não é?* (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021)

O problema está na comida, então, as pessoas não têm acesso aos recursos, não têm acesso aos rendimentos. Então, naturalmente sentem-se excluídas dos processos. Então, quer dizer, é o próprio governo que de forma propositada quando sabe que já vem dinheiro, retira aquele dinheiro de investimento. Não faz sentido isso. Depois também ***há a questão da transparência****, as pessoas que tomam decisão sobre os recursos, sobre o dinheiro, então, acaba sendo um monte de confusão* (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021).

Se o governo mostrar abertura, as pessoas vão falar sobre o que eles precisam. O nosso país é caracterizado por situações de desigualdade desde o acesso à educação, oportunidades de emprego, serviços sociais básicos, etc. e os nativos acusam que são os outros, que vêm buscar os empregos deles. Tudo isso propicia conflito (Chefe de Família Acolhedora, Pemba, 2021).

A sociedade diz que a guerra começou porque os terroristas querem ocupar alguns distritos que dispõem de recursos naturais. Mas também tem a questão da abertura de novas mesquitas em alguns distritos de Cabo Delgado, que por conseguinte, passaram a mobilizar jovens e crianças para frequentarem a madraça e impedirem de ir à escola. (Activista Social, Pemba, 2021).

A razão pela qual os jovens aceitavam ser recrutados era o dinheiro, muitos nem sabiam o que iam fazer, qual era o trabalho, mas como passavam por muitas necessidades: desemprego, fome, acabavam aceitando. O fraco nível de escolaridade e vícios dos jovens também influenciaram (...) Também, sabe-se que muitos foram enganados porque seguiam os terroristas pensando que estavam a ser recrutados para um trabalho e de lá eram capturados. Os recrutamentos começaram em 2007, quando os jovens eram recrutados com promessas de trabalharem na área da construção de estrada que ligasse os distritos de Macomia, Mocímboa da Praia, Palma, Quissanga a outros distritos da província de Cabo Delgado. No início todas nós questionávamos que estrada era, porque ninguém via, até que descobrimos que estavam a construir um caminho subterrâneo. Apesar dos vários sinais que se notavam, o governo não fazia nada. Olhava aquilo como uma situação normal (Grupo Focal de Mulheres de Nacussa B, Ancuabe, 2021).

Estas falas reafirmam as colocações de vários estudos e analistas, que compreendem o conflito como resultado da confluência de factores como a pobreza extrema, as expropriações massivas, a má gestão dos recursos naturais e os processos de reassentamento caóticos, a desigualdade agravada e décadas de expectativas frustradas de que o boom do gás e outras indústrias extractivas fossem resultar em mais oportunidades de emprego e melhores condições de vida (Cunha, 2021; Feijó, 2019; Collet, 2020; Bond, 2022). A Declaração de Pemba (2019), um documento elaborado por diferentes OSCs, incluindo instituições religiosas e académicas, na sequência de um seminário que envolveu o Governo Provincial e SC local com o tema *"Conflitualidade humana na exploração de recursos naturais na província de Cabo Delgado – reflexões e perspectivas"*, sintetiza importantes constatações e demandas em linha com as falas partilhadas, apontando para a profunda inter-relação entre o actual conflito e as transformações geradas pela exploração de recursos naturais:

Tal exploração processa-se de forma caótica, num cenário que começou por ser de ausência do Estado e de oportunismo generalizado. As más práticas da exploração informal e caótica dos recursos naturais foram interrompidas com a afirmação repressiva das forças de defesa e segurança, limitando o acesso de milhares de pessoas a recursos naturais como pedras preciosas, grafite, terras, recursos pesqueiros, mas também madeira e marfim; Os processos de reassentamento têm sido caóticos, onde o Estado aparece em aliança com o grande capital, agravando situações de pobreza das populações; fenómenos de pobreza generalizada têm coexistido com o surgimento de elevadas expectativas sociais, entretanto frustradas, geradores de conflitualidade; (...) tornando muitos jovens capturáveis por movimentos violentos, alimentando-se de um ciclo vicioso, que urge reverter (Declaração de Pemba, 2019).

Ainda, o documento elaborado pela OMR (2021) sobre "Desenvolvimento em Cabo Delgado num contexto de Conflito" chamou a atenção para o seguinte aspecto:

(...) a maximização da eficiência económica implica, geralmente extractivismo predador de recursos naturais e do trabalho e maiores desigualdades, exclusão dos grupos sociais minoritários e, em muitos casos, agressões ao ambiente e conservação/ sustentabilidade dos recursos, favorecendo a vulnerabilidade aos choques externos. Assim sendo, é necessário um planeamento onde as eficiências económicas, sociais e ambientais possuam compromissos entre si (OMR, 2021).

4. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A CRISE ECOLÓGICA – ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO EXTRACTIVISTA?

Esta perigosa intersecção da indústria extractiva, a violência que a acompanha e uma população de mulheres e jovens que já são alvos de violência sistémica e trauma geracional, prepara o terreno para o aumento da violência na terra. (Womin, 2020).

À luz da discussão anterior, diferentes propostas feministas questionam o modelo de desenvolvimento e as assimetrias de poder político e económico global que retêm uma lógica colonial (racista e patriarcal) de divisão internacional de trabalho e colocam a necessidade de construir alternativas ao modelo de desenvolvimento económico dominante de carácter extractivo-predatório,

sobretudo face à crise ecológica global - às mudanças climáticas e ao esgotamento de recursos naturais que resultam do actual formato de desenvolvimento, com impactos diferenciados sobre a mulher (Womin, 2020). Os micro-conflitos quotidianos de disputa pelos recursos acabam recaindo desproporcionalmente sobre as mulheres devido ao seu papel como gestoras da vida familiar e comunitária, como discutido.

Ainda, uma das constatações do trabalho de campo nos diferentes distritos visitados foi, precisamente, o elevado grau de degradação ambiental, em particular o desflorestamento e erosão do solo, que acreditamos ser resultado da acção das indústrias extractivas na província, mas também fruto do aumento da pressão sobre a terra devido às demandas concentradas de recursos, em função da rápida mobilidade migratória forçada pelo conflito. Em acréscimo, Cabo Delgado é uma província que vem sofrendo directamente os impactos das mudanças climáticas em meio a um conflito de extremismo violento. Em 2019, a província foi alvo de um dos ciclones mais extremos da região, na sequência de secas severas como resultado de temperaturas mais elevadas no Canal de Moçambique (Bond, 2022). Como referido, nas rodas de conversa muitas mulheres levantaram os desafios e destruição massiva causados pelo ciclone Kenneth, e trouxeram também a preocupação recorrente em relação às cheias e à seca, sobretudo em aldeias e centros de PDIs que foram sendo estabelecidos pelo governo em zonas consideradas vulneráveis às chuvas, numa conjuntura de insegurança alimentar crónica e difícil acesso à terra para produção agrícola.

Algumas organizações nacionais (Sekelekani, JA, WLSA, CTV) têm evidenciado o impacto negativo das economias extractivas e têm procurado levantar o impacto específico nas mulheres em Cabo Delgado. Contudo, continua a ser crucial aprofundar a compreensão sobre as dimensões de género no impacto das economias extractivas e mudanças climáticas na província de Cabo Delgado, e a profunda inter-relação com o actual conflito. Para Bond (2022) *"a crise climática é amplificada por injustiças sócio-políticas e económicas em todo o lado, mas em 2021, talvez em parte alguma de forma tão aguda como no norte de Moçambique."* Movimentos feministas vêm enfatizando a compreensão de que a construção de justiça social e económica e a igualdade de género passam necessariamente pela construção da justiça ecológica, isto é, pela construção de modelos de desenvolvimento e bem-estar que garantam não apenas a preservação, mas a regeneração do ecossistema e sua biodiversidade. A nível internacional, movimentos ecológicos apontam para a desigualdade na política climática global, demandam reparações e pagamento de "dívidas climáticas" por parte dos países do Norte aos países do Sul e o financiamento para a transição de economias baseadas na extracção de combustíveis fósseis que geram elevado teor de carbono. Segundo Bond (2022), John Hanlon foi o primeiro analista a articular as ameaças climáticas aos combustíveis fósseis de Cabo Delgado:

> *Os bancos, a indústria do gás e os líderes moçambicanos assobiam no escuro e esperam desesperadamente que os governos não concordem em cumprir o objectivo de 1,5 graus de crise climática e que todo o gás continue a ser vendido. Mas à medida que a janela do gás se fecha por causa das alterações climáticas e os custos aumentam devido à insurreição, o rendimento provável para o governo moçambicano e para a elite da Frelimo fica mais pequeno e diminui ainda mais no futuro* (Bond, 2022).

A questão das mudanças climáticas em Moçambique assume múltiplas dimensões. Por um lado, está ligada à condição vulnerável que o país sofre durante as estações ciclónicas, com cheias e com a seca e os vários desafios resultantes disso - sobretudo a ameaça constante à segurança alimentar de comunidades que dependem da agricultura alimentada pela chuva. Por outro lado, está ligada à história do extractivismo neocolonial e predatório do país. Gudynas (in Womin, 2020) caracteriza o extractivismo predatório como um modelo de extracção de matéria-prima bruta, profundamente dependente de investimento estrangeiro, sobretudo do Norte Global, realizado por grandes corporações internacionais, para transformação e consumo no exterior, forçando deslocações massivas das comunidades, com um sistema pouco transparente de recompensações, violações de diversa ordem aos direitos humanos das comunidades locais, elevado impacto ambiental e esgotamento de recursos não-renováveis, condições laborais precárias e poucas oportunidades de empregabilidade a nível local, bem como fraco controle governamental sobre a canalização das receitas fiscais das indústrias extractivas para as comunidades e agendas de desenvolvimento local (Womin, 2020).

Apesar dos esforços globais e regionais para melhorar as questões de governação e transparência da canalização das receitas fiscais das indústrias extractivas, de instituições como as Nações Unidas, a OECD (Organização Económica para Cooperação e Desenvolvimento), o Banco Africano de Desenvolvimento, a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE), diferentes movimentos e analistas e perspectivas ecofeministas, expõem que este modelo de desenvolvimento assenta fundamentalmente no extractivismo de larga escala e intensidade, é intrinsecamente danoso ao tecido social e ambiental, pois acontece dentro de um paradigma que protege predominantemente os interesses das corporações e de uma elite político-económica local, em detrimento dos interesses das comunidades e protecção ambiental.

A pesquisa da WOMIN (2020) "Armas, Poder, Política", que traz um estudo de caso de Moçambique, afirma que quando as mulheres e comunidades exerceram o seu direito de negar a ocupação das suas terras pelas companhias mineradoras, foram alvo de ataques da polícia e forças privadas de segurança, que defendiam as agendas corporativas. Ainda, mulheres em particular, sofreram formas de violência e assédio sexual durante estes processos. Neste sentido, modelos de extractivismo que excluem a participação das comunidades nas decisões políticas e apenas cooptam-nas ou usam da força militar para controlar tensões locais, geram fragilidades sociais que tornam estes territórios vulneráveis a conflitos, como é o caso de Cabo Delgado. Isto também é reforçado e evidenciado nas falas da secção anterior e outras falas partilhadas mais à frente.

É neste sentido que organizações nacionais e internacionais, como a WOMIN, JA! e Rawoot, têm exposto a ligação entre economias extractivistas predatórias e as mudanças climáticas em Cabo Delgado, e também a militarização e conflito: *"projectos de carvão e GNL de Moçambique - que são mais intensivos em carbono do que a extracção e processamento regulares de gás natural - só contribuirão mais para o aquecimento global"*, para além de outros danos ecológicos com impacto profundo nos modos de vida e segurança alimentar (poluição marinha, comprometimento da biodiversidade, esgotamento do solo) (Bond, 2022).

Portanto, o desafio está na construção de alternativas económicas que não sejam tão dependentes de combustíveis fósseis, mas que garantam a satisfação das necessidades e aspirações das comunidades de Cabo Delgado. Para alguns, isto exige passar de um extractivismo predatório para um extractivismo moderado, com alta aplicação de regulamentações ambientais, sociais e fiscais (ex: proibição de mineração a céu aberto na Costa Rica), uso de novas tecnologias mais adequadas à protecção ambiental, mecanismos eficazes de participação das comunidades locais e desenvolvimento de pequenas indústrias locais ligadas a processo produtivos, para transformação local dos produtos, e sistemas eficazes de transparência e gestão comunitárias de receitas fiscais mais justas.

Outros movimentos, organizações e paradigmas ecofeministas sugerem uma transição económica ainda mais profunda para aquilo que se designa de extractivismo indispensável com actividades extractivas de pequena/média escala orientadas pelas demandas e interesses do mercado local e regional (em contraste com as demandas de corporações internacionais/países do Norte), com projectos de baixa intensidade e menor escala, impactos sociais e ambientais reduzidos e decisões políticas informadas pelo princípio de preservar os ecossistemas, reduzir as emissões de carbono e garantir a participação da comunidade e seu controle sobre os recursos naturais. Neste sentido, a transição para um extractivismo indispensável deve ocorrer sob o paradigma de uma economia diversificada, que não reproduza o "ciclo de especialização em matérias-primas" e possa oferecer alternativas de emprego orientadas para a erradicação da pobreza e sectores sociais, de forma combinada com a protecção do ambiente através de actividades económicas como a agricultura ecológica, o ecoturismo, as indústrias de energias renováveis, entre outras (WOMIN, 2022). Neste sentido, os empregos não estarão limitados às indústrias extractivistas, mas serão consideradas alternativas de emprego que fortaleçam os meios de subsistência existentes baseados na terra e que estejam ligadas aos compromissos para salvaguardar a soberania alimentar, mitigar as alterações climáticas e garantir a protecção e regeneração da biodiversidade.

> *A transição para um futuro pós-extractivista exige uma lógica de desenvolvimento diferente — que valorize o petróleo e os minerais, mas que também valorize a natureza, o bem-estar humano, os recursos naturais não renováveis, as crenças e práticas culturais e a proteção dos bens comuns como uma base para a reprodução social* (Meer, 2021).

Ainda, a questão das mudanças climáticas e da crise ecológica e a sua ligação com o conflito multifacetado que a província vive é uma questão nova para a sociedade civil local e nacional, como mostra a fala abaixo, e exige uma abertura política do governo para novos paradigmas de desenvolvimento:

> *Haver vontade política significa pôr as pessoas certas em lugares certos para decidirem a coisa certa. Quem está a decidir aquele assunto? Conhece? Sabe? Se não tem capacidade para decidir ou para escolher sai e põe alguém que entenda de petróleo e gás para o futuro. Porque o que a gente quer é Moçambique desenvolvido. Mal começou e já há muita confusão. Porquê? Como é possível com a quantidade de petróleo que a gente tem e Moçambique abre as portas aos estrangeiros ou essas multinacionais que vem trabalhar connosco sem antes por protecção costeira. O que se pretende com isso? Não é brincadeira aquilo que está ali. A maior bacia de ouro está aqui (as reservas de ouro estão aqui). O melhor Rubi está aqui. Nós temos petróleo e gás. Mais do que Dubai, é o que se está a falar. Agora pergunto: estamos em Dubai? Estamos na Noruega? A Noruega tem 79 ONGs só para falar de petróleo e gás, protecção de biodiversidade. Moçambique tem quantas ONGs que falam essas coisas? (...) É um assunto esse. Então é preciso perceber para onde vamos e o que nós queremos. Está aí o Fundo Monetário, 50% vai estar lá para financiamentos de desenvolvimento para Moçambique e 50% vai para o Governo. Muito bem, eles sabem o que o Governo vai fazer, mas aquele que fica no banco vão fazer o quê? Vão ajudar a institucionalizar mais organizações para monitorarem e controlarem mais? Vão apoiar? Não sei. Porque os projectos que vão sair de lá é mediante um agreement ou esse dinheiro não vamos ver também? O que é que nós queremos para Moçambique? São várias iniciativas para você monitorar o Fundo Monetário (...). O que é que Moçambique quer? Moçambique não faz barulho porquê? (...) nós fomos educados e instruídos assim para ficar quietos e calados* (Colaboradora de OSC Local, Pemba, 2021).

Neste sentido, a articulação entre a desigualdade de género na gestão de recursos naturais, o modelo de desenvolvimento, as mudanças climáticas e espaços de governação democrática, é necessária para repensar programas que visem mudanças estruturais e profundas. Em Moçambique, algumas das organizações que estão a tentar fazer avançar estas reflexões incluem a plataforma Alternactiva, a União Nacional de Camponeses (UNAC), a JA! (anfitriã da campanha internacional *"Diga Não ao Gás!"*), os projectos Centre for Living Earth's e o Territórios em Conflito (Bond, 2022). Contudo, no seu artigo, Angela Collet (2021) faz referência à forma como projectos e discursos, tanto do Governo como das Nações Unidas e muitas OSCs nacionais, focam ainda numa abordagem de "compensação ambiental" e fundos gerados pelas indústrias extractivas, e poucas trazem abordagens de preservação ou justiça ecológica que questionem profundamente a lógica do actual modelo de desenvolvimento, o que exigiria uma transição económica como mencionado acima. Acreditamos que este debate é fundamental para as OSCs locais encontrarem o seu posicionamento e participarem com propostas locais que articulem as necessidades e aspirações das mulheres, sobretudo das mulheres deslocadas.

Movimentos feministas, comunitários e indígenas em diferentes partes do mundo têm mostrado que a luta pela defesa da terra é inseparável da luta pela defesa dos corpos das mulheres e pela vida. É preciso uma auscultação e participação profunda, bem como uma maior compreensão sobre a interconexão dos vários desafios da província, para chegar a soluções alternativas, colocando as mulheres no epicentro da resistência à expropriação das suas terras e modos de vida (Meer, 2021).

5. PERCEPÇÕES SOBRE OUTRAS CAUSAS DO CONFLITO

Fraco investimento na Educação e um currículo desconectado das necessidades locais

Algumas das falas anteriores mostraram também a problemática da fraca oferta e investimento nos serviços de educação nos

vários níveis na província, e o consequente acesso limitado a oportunidades formais de emprego. Esta questão foi trazida inúmeras vezes, tanto nas conversas com as mulheres deslocadas como com outros actores-chave. Não apenas a falta de acesso aos serviços de educação, mas também algumas percepções sobre o facto de os conteúdos curriculares não terem grande valor ou estarem desconectados das realidades e culturas locais, foram partilhadas:

> *Há grupos que continuam a defender a tese de que não houve multiplicação de oportunidades dos recursos ao longo da costa. Não houve investimento por parte do Estado, esta zona não recebeu investimentos, não houve escolas técnicas, não houve escolas secundárias, só recentemente fizeram escolas em Mocímboa e Palma, são coisas recentes, são quantos anos da independência em Moçambique? Muitos anos. E essas zonas não receberam. Eu já viajei para essas zonas, chegava numa zona onde encontrava 50 jovens a jogar Ntchuva durante horas e não tinham outra ocupação. Eram pessoas ociosas. Então se chega uma coisa dessa, facilmente alastra-se para aqueles jovens porque não tem outra escolha. Qualquer um que chegasse aí a dizer que precisa de 20 jovens para capinarem, corriam e imploravam para executar o trabalho porque não tinham nada para fazer* (Colaborador de OCB, Pemba, 2021).

> *Para mim, tudo tem a ver com o governo não querer dar educação de qualidade à população pensando que amanhã pode manipulá-la. É preciso garantir que as pessoas possam ir à escola e aprender valores de cidadania, anticorrupção, pátria, entre outros aspectos. (...) Apostarmos em bons programas de educação, transparência e prestação de contas* (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021).

> *O governo não pode ter medo de formar bem as pessoas. Deve-se reinventar e olhar mais para o desenvolvimento dos recursos humanos. Mesmo antes da guerra as pessoas não iam à escola porque o professor nunca está lá. Não há ninguém que supervisiona o professor para ver se este trabalha em conformidade. Nos distritos, basta realizarem [o evento] 1 de Junho, e o ano já acabou,* e **os pais defendem que não conhecem ninguém que estudou e que está bem na vida e preferem que os filhos estejam na machamba** (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021).

> *Convenhamos, o Estado moçambicano não está fortalecido, tem instituições fracas, primeiro não consegue dar educação a todos, que é um princípio universal, tem crianças a estudar ao relento porque não tem salas de aulas e ao mesmo tempo você está a impedir as pessoas de ir a madraça com melhores condições que as nossas escolas? As escolas têm professores "vientes" que não respeitam a cultura local* (Colaborador de OSC Nacional, Pemba, 2021).

> *A sociedade diz que a guerra começou porque os terroristas querem ocupar alguns distritos que dispõem de recursos naturais. Mas também tem a questão da abertura de novas mesquitas em alguns distritos de Cabo Delgado, que por conseguinte, passaram a mobilizar jovens e crianças para frequentarem a madraça e impedirem de ir à escola* (Activista Social e Colaboradora de OCB, Pemba, 2021).

Como vimos, a fraca escolarização foi amplamente mencionada como uma das condições que tornou a província, em especial os jovens rapazes, mais vulneráveis ao conflito. Ao mesmo tempo, foi igualmente partilhado que um dos primeiros sinais do conflito estava associado à proibição da ida à escola por parte das raparigas e rapazes, e ao aumento do uso de burkas em resultado da propagação de novos valores islâmicos. Segundo Bond (2022), *"(...) até meados de 2021, os insurgentes manifestaram uma nítida falta de interesse em negociar ou mesmo articular exigências concretas, para além da imposição da Sharia e do encerramento de escolas seculares"*. Isto é importante para compreender as dimensões de género que atravessam as causas e condições do conflito, e a forma diferente como as raparigas e mulheres experienciam também a nova narrativa religiosa, através da imposição da Sharia e novas restrições ao seu direito de aceder à educação e trabalho.

Demonização do Islão

> *(...) E depois houve um processo de demonização do Islão. Houve um período em que o Islão foi demonizado. Esta zona já vem há muito tempo com influência Islâmica, toda esta costa da Ilha de Moçambique até Sofala. A única escolarização que havia era através do Islão (...) Muito recentemente, houve uma vaga de jovens que saíram desta zona porque não tinham outra forma de estudar, tinham passado por Madrassas e tiveram oportunidades. Entraram aqui ONGs Islâmicas, os African Muslim e deram bolsas, uns foram para Maputo estudar, e outros foram para Egipto, Arábia Saudita e Iémen. Ao voltarem não tinham equivalências para poderem trabalhar no funcionalismo público, ou seja, onde iam, eram rejeitados. E optaram por se confinar às mesquitas, aquelas com tendências inovadoras e progressistas contra as antigas mesquitas lideradas por pessoas que não tinham sido "arabizadas"* (Colaborador de OCB, Pemba, 2021).

Governação distante das comunidades e das culturas locais

> *O próprio administrador não vai a mesquita nem vai nas cerimónias fúnebres e muito menos fala com as pessoas, só está remetido ao seu Palácio e sai para as comunidades fazer comício sobre as linhas governamentais, e as pessoas nem querem isso, só querem a satisfação das necessidades básicas, querem alguém que respeite o seu modo de vida, querem pessoas que se aproximam delas. Acima de tudo isso, proximidade entre as comunidades e instituições. Aqui há diferenças de expectativas, o que mostra que não há diálogo. O que há é medo ou manipulação. A participação política genuína não existe. O que existe são pessoas forçadas e muitas vezes nem podem se expressar livremente nessas zonas* (Colaborador de OCB, Pemba, 2021).

Não identificação com o partido no poder

> *Aquelas pessoas que não se vêem reflectidas no Governo ou partido no poder, a sua tendência é de se refugiar em qualquer coisa que não seja Frelimo. Se for a ver os discursos dos Al-Shaabab quando tomaram Quissanga, Mocímboa da Praia, e/ou Muidumbe os vídeos que circularam disseram claramente que eles não queriam a Frelimo, eles queriam impor uma bandeira do Islão para poder haver Sharia, portanto são pessoas pouco escolarizadas, mas que foram inculcadas alguns valores de que o, o monstro, o leviatã é este, ou seja, eles têm uma ideia bem clara de que o culpado é este aqui* (Colaborador de OCB, Pemba, 2021).

6. CAMINHOS PARA A PAZ

Uma paz feminista significa também que a voz de todos é ouvida, com todos os grupos incluídos plena e significativamente nas decisões que afectam as suas vidas. Aqui, as organizações de mulheres têm um papel vital a desempenhar, ajudando as mulheres e outros grupos marginalizados a ter acesso aos espaços de tomada de decisão e dando-lhes os recursos e a confiança para participarem. (Mlambo-Ngucka, 2021).

O desejo de Paz atravessou profundamente todas as conversas com os diferentes grupos que participaram desta pesquisa e todos os momentos de trabalho de campo na província de Cabo Delgado. "Queremos Paz" foi a principal demanda, repetida incansavelmente com a mesma força e intensidade em todas as rodas de conversa. Ressaltamos que esta pesquisa foi pensada e construída como mais um grito (escrito) pela Paz. Partilhamos nesta secção alguns entendimentos sobre as condições e pressupostos partilhados sobre o significado de Paz e os caminhos para alcançá-la.

Para vários actores-chave, a reconstrução da Paz é indissociável de uma mudança no paradigma de desenvolvimento, como foi também discutido em outros capítulos da pesquisa:

> *Esta paz para existir, primeiro tem que haver vontade política em saber o que é que realmente Moçambique quer para os moçambicanos em relação a vida e o desenvolvimento do próprio país. O que é que nós queremos. Queremos uma Noruega ou queremos uma Nigéria porque é preciso saber. A mesma quantidade de petróleo que nós temos aqui na Baía de Rovuma, é a mesma quantidade de gás que descobriram na Noruega há 50 anos atrás. Então a minha pergunta é, queremos ir para onde? Queremos uma Noruega de hoje ou queremos uma Nigéria ou um país que tem petróleo e guerra? Isto tem a ver com vontade política, sentarem e acordarem, o que é que realmente nós queremos como Moçambique* (Colaboradora de OSC Local, Pemba, 2021).

Para a grande maioria das pessoas entrevistadas, incluindo mulheres deslocadas, os caminhos para a Paz precisam de ir além das soluções e intervenções militares, de abordar as questões estruturais que estão na raiz do conflito e de encontrar formas possíveis de diálogo. Este elemento foi mencionado inúmeras vezes nos diferentes grupos, como uma necessidade:

> *Muitas famílias estão a sofrer, a perder bens, são mortas de forma cruel. O governo deve investir no diálogo, não basta enviar e solicitar apoio militar. As pessoas continuam a viver com medo e este é um país muito rico em recursos naturais, então, se o governo não souber gerir este conflito, poderá se alastrar para as outras províncias e trazer insegurança a todo Moçambique* (Activista e colaboradora de OCB, Pemba, 2021)

Fica claro para vários analistas, e para os grupos de mulheres com quem conversamos, que sem abordar as queixas socioeconómicas, a supressão militar do movimento de insurgentes não resolverá as tensões locais (e étnicas) agravadas e criadas e as disputas pelo acesso aos recursos e serviços. O economista político Tomás Selemane (2021) colocou:

> *Não há solução militar para o conflito que explodiu na província rica em gás do norte de Moçambique desde 2017. Só terminará abordando as suas causas profundas, entre elas a pobreza extrema, o desemprego, a falta de serviços de saúde e educação, e a falta de abastecimento de água* (Bond, 2022).

Ainda, para reconstruir-se a confiança na possibilidade de paz, o envolvimento de todos os actores-chave foi trazido como fundamental, assim como a necessidade de melhorar e expandir o acesso e qualidade dos serviços básicos, como tem sido defendido ao longo do texto e trazido na fala abaixo:

> *Vai ser muito difícil convencer a população a acreditar na reconstrução da paz. E esse é um processo que deve envolver diferentes partes da sociedade e pessoas que estejam dispostas a sacrificar por um bem maior. (...) A liderança deve saber explorar as potencialidades que a população oferece. Há necessidade de melhorar os serviços sociais básicos desde a criação até a prestação do próprio serviço* (Chefe de Família Acolhedora, Pemba, 2021).

Como já referido, a palavra de ordem é diálogo. A grande maioria das pessoas entrevistadas, incluindo as mulheres, defendem que se devem encontrar, em conjunto, estratégias e identificar lideranças para abrir espaços e oportunidades de diálogo com o grupo de insurgentes. Ao mesmo tempo, compreendem que a questão da redistribuição e gestão compartilhada dos recursos naturais é chave e condição para um futuro partilhado de paz. Chamam ainda a atenção para a experiência acumulada de Moçambique em negociações de Paz, e aqui importa lembrar também as lacunas nas dimensões de género que foram discutidas anteriormente. Para se alcançar a Paz, é preciso considerar profundamente todas as causas mencionadas, e novamente a questão da educação e da inclusão de conteúdos curriculares sobre Paz foi também mencionada, assim como o investimento na formação de jovens homens e mulheres, como consta numa das falas abaixo:

> *Primeiro é o diálogo, identificar as linhas do comando e tornar essas pessoas como os principais elementos para promover o diálogo. Porque os comandantes têm seus seguidores, então tratar bem como ser humano e não como inimigo essas lideranças que são capturadas e tentar convencer. Temos que nos transformar para que consigamos olhar esse inimigo como ser humano, uma pessoa racional que tinha causas e motivos. Neste mundo temos exemplo de rebeliões. Se nós temos experiência então devemos exercer. Dizem que a Frelimo quando capturava os soldados portugueses não matava, mas sim entregava a Cruz Vermelha Internacional, então este é um princípio. Agora temos outra experiência da Renamo, temos o DDR que vai dar pensões vitalícias aos ex-soldados da Renamo. Então é possível conviver com inimigo. Esses são diferentes com esses que estão aqui? Então é preciso criar linhas de diálogo* (Colaborador de OSC, Pemba, 2021).

> *E porque não aderir ao diálogo se vocês conhecem quem são essas pessoas, porque é que não há um diálogo? Onde há conflito, há duas partes. Se há duas partes há resolução de conflitos.* **Para**

> ***haver resolução de conflito é fazer diálogo. Qual é a estratégia de comunicação que se adoptou até então? O que vocês fizeram? Até hoje não temos essa resposta. A questão de paz e segurança é urgente. Incluir essa palavra paz naquilo que é contexto escolar*** (Colaboradora de OCS, Pemba, 2021).

> *O governo deve identificar o líder e dialogar com ele, de modo a perceber o que realmente ele quer e chegar-se a um acordo. É preciso que o governo pare de proibir os jovens de explorarem os recursos naturais, para que eles também se sintam donos e se beneficiem deles.* ***Porque o governo, na sua maioria, quando sabe que há jovens locais que estão a explorar os recursos pauta por matar ou expulsar esses jovens da mina e isso cria insatisfação na população,*** *por isso, eles se juntam aos insurgentes porque sentem que não usufruem dos recursos que a sua província oferece. Se não querem dar as minas, então, que contratem os jovens para trabalharem nessas minas e terem salários garantidos* (Chefe de Família Acolhedora, Pemba, 2021).

> *O governo deve contactar os insurgentes, identificar o líder e, por conseguinte, negociar a paz e chegar a um acordo com os terroristas mesmo que seja necessário doar uma parte de alguns distritos para a exploração dos recursos por parte dos terroristas. O governo deve identificar o líder do grupo, para poder dialogar. Se o líder dos terroristas sentir que não pode dialogar com o governo* ***pode identificar pessoas (países) de confiança para falarem com eles, em sua representação.*** *(...) Poderiam fazer mais alianças para trazer mais militares a Cabo Delgado, de modo que possam combater os insurgentes e acabar com a g uerra e ajudar-nos porque estamos a sofrer porque nos centros de deslocados não há condições favoráveis. (...)* ***E é preciso apoiar as raparigas a se formarem, mesmo com o conflito, elas ajudariam a desenvolver as suas comunidades*** (Grupo focal de homens, Pemba, 2021).

Construir os caminhos para a Paz é um processo interligado, exige uma intervenção interseccional, que compreenda a interligação entre as várias causas estruturais e históricas do conflito, desde as questões étnico-religiosas, o modelo de extractivismo predatório em contexto de desigualdade e pobreza e seus efeitos, o recrudescimento da militarização em defesa de corporações, em detrimento das populações, a má redistribuição e gestão de recursos naturais e a crise ecológica e contexto de elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Neste sentido, reforçamos que a Paz exige repensar o paradigma de desenvolvimento extractivista, a sua ligação com estruturas patriarcais e militarização, bem como exige repensar as abordagens de reconstrução e intervenção humanitária, para que estas abram caminho para soluções e alternativas que gradualmente possam conduzir a transições económicas que visem articular o bem-estar das pessoas à protecção do ambiente. Assim, é preciso, cada vez mais, que as acções de resposta ao conflito e apoio às pessoas deslocadas possuam abordagens sistémicas e integradas, que articulem paz, desenvolvimento e resposta humanitária, sob uma perspectiva de género.

O paradigma feminista de Paz compreende que este é um ambiente que permite uma vida digna e não apena a ausência de conflito armado, uma definição que está em linha com o conceito de Paz Positiva. A construção da Paz Positiva implica enfrentar as várias formas de violência, incluindo a violência de género e a violência contra o ambiente. Ao mesmo tempo, a construção de uma Paz Positiva compreende que no conflito pode haver espaços de Paz, mas que podem também persistir espaços de violência. No entanto, se estas bolsas de conflito não forem abordadas, não terá sido alcançada a verdadeira Paz.

> *(...) acabar com a violência contra as mulheres significa ir além de uma economia violenta moldada pelo patriarcado capitalista para uma economia pacífica não-violenta e sustentável que respeite as mulheres e a terra. Essa transição só pode ser alcançada por meio de movimentos de pessoas conscientes, com análise e estratégia política clara, unificada entre países e setores.* (Sheer, 2021)

Na plataforma digital feminista African Feminism (2019), uma Paz Feminista implica:

> *Participação igual em todos os níveis e em todos os processos de construção da paz. Participação igual implicaria abordar as relações de poder de género dentro das famílias, da comunidade e instituições, interrogar o uso do poder e as masculinidades que perpetuam as desigualdades e normalizam o abuso de mulheres. Todas essas diferentes formas de desigualdade existem em situações de conflito e configurações pós-conflito* (in Collet, 2020).

Ao longo desta pesquisa, tentamos marcar a importância da dimensão da participação dos actores locais para orientar os processos de Paz para a (re)construção de sociedades pós-conflito com capacidade para desenvolver uma Paz Positiva, sustentável e duradoura, marcada pela capacidade de resolver conflitos futuros de forma não violenta. Para isso, é fundamental que os processos de Paz e (re)construção pós-conflito garantam uma dimensão de género, como já repetido, que traga as contribuições e impactos específicos das mulheres em ambos os processos, e que estes processos exijam a capacidade de conceber novas masculinidades não violentas, assim como outros paradigmas de desenvolvimento e igualdade de género.

histórias

de vida

Amina Anli
ALDEIA DE NACACA, MONTEPUEZ

Fui sempre camponesa, tinha machambas onde trabalhava com o meu marido e o que produzíamos servia para alimentar a nossa família.

Nem toda a família está comigo, outros não sei onde estão, cada um fugia como entendia, até agora não tenho notícias deles.

Estou aqui por causa da guerra. É a primeira vez que vivo este tipo de situação, uma guerra que leva até a expulsar pessoas da sua terra.

A vida não está boa aqui, não há trabalho que dê rendimento para alimentar as crianças, é difícil receber os produtos que são distribuídos ou o subsídio.

Seria milagre voltar para a minha terra, encontrar o resto da minha família viva e voltar a fazer os trabalhos que fazíamos antes. Dizem que os ataques diminuíram, que a tropa está a trabalhar, mas ainda é cedo para saber o que amanhã será.

Awa Jorge
ALDEIA DE NACUSSA B, ANCUABE

Estudei até à 12ª classe. Queria ser professora de Português, mas depois tive de voltar para casa da minha mãe e não tive condições para continuar. Em 2018, fui a Montepuez para iniciar uma formação de professores. Quando lá cheguei, procurei o meu nome na lista, vi que os nomes apurados eram pessoas de Maputo e de outras províncias, daqui nada.

Há muito tempo que se sabe deste conflito. Não sei se foi em 2017 que começou, não sei, o que sei é que os insurgentes chegaram em Macomia, dispararam. Pararam na estrada de Mucojo, de Pemba, e de Mueda, dispararam. Foi o momento em que nós conseguimos entrar no mato e fugir.

Os militares não fizeram nada, eles também fugiram. Mesmo tendo armas, eles tiveram medo. Até no mato, encontrámos o corpo de um militar morto pelos insurgentes. Assim, soubemos que estávamos por nossa conta.

Quando os insurgentes chegavam, eles levavam aquelas bonitas e as feias mandavam para casa. Não sei se era por serem claras. Houve uma dessas claras que arrancaram do marido, dizendo, "Esta é bonita, vai ser mulher do chefe!"

Havia também mulheres que sofriam violência quando as encontravam no mato, algumas eram batidas, iam buscar mandioca seca, batiam, outras eram amarradas. Já os homens eram batidos e senão fossem socorridos, eram mortos. As mulheres batiam e deixavam. Eram essas as histórias que ouvíamos, enquanto nos afastávamos de casa, eu, o meu marido, a família do meu marido e a criança da minha irmãzinha.

Chegámos aqui há um ano. O meu marido costumava fazer portas. Quando chegámos aqui, no ano passado, ele tentava fazer portas para vender na sede, mas ninguém comprava. Ele não me dá nada, está a dizer que não tem nada porque não está a fazer nada. Não temos lonas, pratos nem baldes. Nos primeiros tempos, quem nos dava comida era o PMA, agora chegou a AMA.

O hospital está muito longe, temos de ir à aldeia à procura de mota para lá chegar. Energia também não tem. Para carregar o celular, vamos no bairro levar emprestado o painel solar e pagamos 10 Meticais por cada vez que usamos. Na escola, a sorte de algumas crianças é que foram inscritas e estão a receber aulas aqui mesmo, com professores que vêm da aldeia.

Eu gostaria de falar com o governo para acabar com a guerra. Tendo essa oportunidade, ia contar-lhes que aqui, onde estamos, os donos nos vão fazer de escravos, a cultivar para eles em troca de pão. Foi assim desde que aqui chegámos. Se não conseguirem acabar com esta guerra, é melhor trazerem apoio de comida e vestuário para as pessoas, porque nós não temos nada.

Franca Nacir

ALDEIA DE NACACA, MONTEPUEZ

Vim porque estava a fugir da guerra. Aqui vivo com o meu marido e 7 filhos, lá em Macomia tinha casa e trabalhava na machamba, não tinha problemas de comida.

A vida aqui está difícil. Não faço nenhum trabalho que dá dinheiro, muitas vezes não tenho recebido os produtos que são distribuídos e ultimamente nada nos dão. Algumas pessoas da minha família estão aqui comigo, outras não sei onde estão. Nunca vivi uma guerra como esta que mata pessoas como animais, queimam as casas das pessoas e obrigam populações a abandonar as suas terras, a irem viver noutro sítio.

A única maneira é haver uma conversa entre os governantes e os que estão a fazer a guerra e cada um dizer o que quer. Quero voltar para casa, lá tenho machambas, vizinhos, amigos, a minha vida era normal. A guerra deve acabar.

Tima Bakar

ALDEIA DE NACUSSA B, ANCUABE

Vimos pessoas de caras estranhas e nós fugimos. Recrutavam crianças, adultos, mulheres e raparigas para casar, homens para treinar com armas. Na nossa zona, foram recrutados homens que trabalhavam nas machambas distantes, onde o governo proibia ir. Nessas terras proibidas, começámos a encontrar pessoas mortas, e vimos que o caso era grande. Foi quando a guerra se espalhou em toda a zona de Macomia.

Eu sou líder da comunidade aqui no centro. Disseram que já não queriam mais um homem, queriam uma mulher, todo o mundo me apontou. Eu me escondi, é muita responsabilidade, mas eles disseram, "Deve ser essa senhora, ela lê um pouco, e faz serviço do Governo, queremos que seja nossa líder, aqui dos deslocados". Então, tomei posse naquele dia. É assim que estamos a tentar mudar as coisas.

Quando chegámos aqui, a comida não chegava às nossas pessoas, chamavam os nomes dos donos da aldeia, não dos refugiados de guerra. Queixámos três vezes, não fizeram nada, até que acabámos por falar com a Administradora, relatando toda a situação de que os donos da terra têm tudo nas suas casas e nós não temos nada, mas eles recebem e nós não. Agora isso mudou, escrevem os nomes de cada agregado familiar e temos comida.

Os paus para construir, cortamos sozinhas. Dissemos ao Governo que não nos ajudaram, nem a construir casas, nem casas de banho, agora pelo menos estamos a pedir lonas. Saiu o chefe do posto e disse para irmos ao mato tirar capim para cobrir nossas casas. Eu perguntei, "Será que nós não somos refugiados, outros são apoiados e nós não, qual é a diferença?" Não respondeu. Nós ainda não recebemos nada. Nem lona, nem candeeiro, nem tampas de latrinas, nada, recebemos sempre pessoas que fazem promessas, por isso outros estão a voltar, a dizer, "Vale a pena morrer nas nossas casas!"

Dizem que os militares do Governo foram num sítio e colocaram veneno na água dos Al-shabaab e eles estão a morrer como cães. Mas os únicos militares que estão a fazer grande trabalho são esses que vêm do Ruanda, se não fossem eles nós não estaríamos ainda vivos. Eles têm várias formas, têm mapa, têm avião e colocam o inimigo nas armadilhas. Eles estão a trabalhar bem.

Esses terroristas são monstros. Recrutam e te treinam e voltam a invadir a sua zona para matar sua mãe, seu pai, irmãos, irmãs e todos os membros da família. Dizem que somente dessa forma você aprende. Às vezes perguntam sobre a religião, quando você diz que é muçulmano está tudo bem, mas quando diz que é cristão e Makonde dizem, "Cortem! É irmãozinho de Nyusi, esse. Se um dos companheiros chorar, levem para matar também."

Para esquecer tudo isso, dançamos Nihapo, dançamos Tufo, também jogamos damas, crianças jogam futebol. É assim que tiramos os pensamentos maus da cabeça.

Estou a pedir paz, as pessoas estão a sofrer. Eu gostaria que essa guerra acabasse, para construir minha casa, porque tinha mota, bicicleta, televisor e muito mais, mas perdi tudo e gostaria que voltasse a recuperar tudo o que perdi. Quero paz somente.

Sifa Sualê
ALDEIA DE NACUSSA B, ANCUABE

No ano passado, os Al-Shabaab ocuparam a minha aldeia durante uma semana, a população fugiu para o mato sem água, sem comida, a andar a pé, com crianças no colo, até se abrirem rachas nos pés. Pelo caminho, víamos crianças a cair e a morrer por causa da sede e da fome. Tirávamos capim e tapávamos os corpos, deixando-os ali mesmo, continuávamos com a nossa caminhada, em direcção à sede de Macomia. Morreu muita gente pelo caminho, principalmente crianças.

Chegámos aqui a fugir da guerra. Sobrevivemos graças a Deus, porque não conseguimos sair com nada, nem mandioca para comer no mato, não deu tempo, decidimos caminhar simplesmente. A minha mãe desmaiou no caminho, foi socorrida por um grupo que tinha farinha, fez papinha e deu à minha mãe, ela acordou e ficou bem. Os grupos ajudavam-se nessas caminhadas.

Quando chegámos em Macomia sede, quem tinha dinheiro começou a comprar coisas. O carro da OIM selecionava pessoas idosas, mulheres e crianças para ajudar a carregar, os homens não eram carregados, ficavam a procurar maneira de poder vir.

No centro convivemos bem. Ajudamo-nos uns aos outros. Não temos nenhum problema entre nós. Quanto aos nossos costumes, temos feito as cerimónias de mulheres, por exemplo quando uma família tem uma miúda que já dá ser "mwale" convida a outra e fazem alguma coisa e dão um pequeno conselho.

Entre 10 a 15 anos, podem cerimoniar, porque antigamente as raparigas não brincavam muito mal e esperavam os 14 ou 15 anos para cerimoniar, mas agora apressam começando com 10, 11, 12, 13 anos, as famílias têm medo, as raparigas podem ficar grávidas antes de serem cerimoniadas, isso para nós é azar.

Lá na minha aldeia ainda existem algumas pessoas, mas como não recebem apoio, por causa da fome, muitos estão a morrer, saem para o mato à procura de tubérculos "Yinana" e é lá mesmo onde são encontrados por bandidos e os matam. Nós sabemos porque é um grupo com muita gente que vai no mato, aquele que consegue ver alguma coisa, foge para dar informações na Sede de Macomia.

O meu sonho é ver os meus filhos tornarem-se gente boa para amanhã poderem-me ajudar.

Quero voltar em casa porque casa é casa. Voltar a fazer o que fazia para poder sobreviver, porque aqui é só sentar e se reparar com o marido, porque os homens não têm o que fazer. Ficamos só a olhar um para o outro. Então para poder aliviar esse sofrimento é só voltar em casa.

Ancha Celestino
ALDEIA DE NACUSSA B, ANCUABE

Começámos a ouvir de noite que entraram em Mucojo, Mocímboa, até chegarem em Palma. É quando nos apercebemos que havia guerra. Depois começaram os ataques, alguns foram mortos, outros queimados dentro dos carros. Tivemos de correr para dentro do mato, ficar lá escondidos. Foram cinco dias a andar, era só andar, sem olhar para trás, como se estivéssemos cegos de medo.

No mato, procurávamos comida pelo caminho, encontrávamos mandioca, comíamos, e continuávamos a fugir e voltávamos a dormir no mato. Até cheguei ao ponto de dormir por cima de uma cobra, mas ela não me picou porque esse tipo de cobra conhece gente necessitada.

Cheguei aqui lutando, já que eu precisava chegar a um sítio. Algumas terras têm dono, outros saíram daqui há muito tempo. Há quem aceite um pagamento para usarmos a terra e outros que não aceitam. Recebemos ajuda somente três vezes do PMA, davam-nos comida.

Eu, na minha terra, a maneira como vivia, ia à machamba, fazia pedras de gelo, vendia, fazia maheu, vendia, ganhava o pão assim.

Nesses dias, estava casada, o meu marido tinha muitas esposas, então depois de fugirmos da guerra, ele me deixou, foi ficar com outra mulher.

Sou mãe de 9 filhos. A casa que eu construí aqui, construí sozinha. Os paus que precisei, fui eu que cortei com as minhas próprias mãos. Aqui as mulheres sozinhas não esperam homens para construir casa para elas.

Eu também não podia esperar, alguns dos meus filhos ainda são crianças para eu sustentar, outros fugiram para Pemba, o mais velho ficou na aldeia porque habituou ficar na terra dele. O meu marido... ele está por aqui com a outra mulher, não me ajuda.

Eu não sei quem começou esta guerra, quem sabe foram os brancos, mas os brancos podem ser os nossos dirigentes políticos. É branco quem nos manda. Gostaria que parassem com esta guerra para podermos voltar a viver nas nossas terras. Esses donos só sabem lutar.

Ngamo Sualehe

ALDEIA DE NACACA, MONTEPUEZ

Antes do conflito, lá na minha terra, fazia negócio de bolinhos. Com o dinheiro, comprava comida, roupas para as crianças, também abria machambas, onde produzia.

É a primeira vez que vejo essa situação de guerra, essa não é como as outras, é perigosa, matam pessoas com faca, queimam casas e expulsam famílias da terra delas. Muitas mulheres e raparigas sofreram de violações.

Cheguei aqui por causa da guerra, fugi de Mocímboa da Praia. Outras pessoas da família, não sei onde estão, se estão vivas ou mortas. Aqui não faço nada, não tenho feito nenhum trabalho que gera rendimento para comprar comida ou roupa, nem recebo subsídio e poucas vezes recebo os alimentos distribuídos. Por isso, estou no sofrimento.

É preciso acabar a guerra, todos estarmos juntos, chamar os que fazem a guerra, os governantes, sentarem com eles e conversarem bem. Quero voltar para a minha terra, porque lá tinha acostumado e não sofria como aqui. Não sei dizer se ainda estão lá os insurgentes, só agora não atacam como antes, mas os que continuam lá, vão dizer se está bom ou não.

Zaida Aliasse

ALDEIA DE NACACA, MONTEPUEZ

Tenho 72 anos, vim aqui por causa da guerra. A maior parte da minha família não sei onde está, não tenho notícias de ninguém. Mesmo o paradeiro da minha filha, a mãe do neto que veio comigo, eu não conheço. Cada um fugia da sua maneira.

Lá em Mocímboa, fazia negócio de bolinhos e vendia para sobreviver, tinha machamba de arroz onde produzia para alimentar a família. Eu e o meu marido sonhávamos em aumentar a produção das nossas terras.

Agora a vida mudou. Está difícil viver com pessoas diferentes, que não conheço, nem são familiares. Aqui não tenho uma casa condigna, falta roupa, comida e machambas para produzir. Não tenho trabalho, ganhar dinheiro está difícil.

Estou a sonhar voltar para casa, para Mocímboa da Praia, continuar a trabalhar nas minhas machambas para podermos comer. Mas é preciso acabar a guerra. Os governantes e os que fazem a guerra devem sentar-se e dizer o que cada um quer.

Virgínia Albino

ALDEIA DE NACUSSA B, ANCUABE

A minha mãe morreu no meu parto, em Muidumbe. Me mandaram para o orfanato em Lichinga porque não tinha mais ninguém. A minha tia é que se preocupou comigo, mas quando me encontrou eu já era grande. Logo que cheguei lá, a família ficou feliz, graças à minha tia.

No primeiro casamento, tive dois filhos e depois separámos. No segundo, tive quatro e estamos juntos até hoje. O meu marido tem duas mulheres. Às vezes, aqui no centro, leva a roupa dele e vai embora, até parece que não estou casada. Não nos entendemos, nem nos falamos, discutimos muito. Estamos todos juntos neste centro, eu, ele, as crianças e essa mulher.

No mato, não comíamos nada, porque não fugi com nada. Dormi quatro noites no mato, e quando vi que estava mal com as crianças, no quinto dia ainda tive o azar de cair num buraco enquanto caminhava, aleijei o pé. Depois de um tempo conseguimos boleia de uma viatura que nos trouxe aqui.

Aqui vou trabalhar na machamba de dono para poder ter 50 Meticais para comprar lápis e cadernos. Essas crianças habituaram mal na nossa terra porque eu tinha condições para sustentar tudo. Estamos a passar mal, o menino anda com as calças rasgadas, as nádegas todas de fora, nem pasta para a escola, não tem nada. Compro lápis e divido para todas as crianças e, mesmo assim, voltam sem lápis.

Eu sou mãe, pai, avó. O meu marido tem outras mulheres e não trabalha. O Governo tem de trazer tropas para reforçar as que estão a lutar no terreno para terminar essa guerra. O mais importante é acabar com esta guerra. Aqui aumentou mais a pobreza. Estou a pedir apoio.

Amissina Patrício

ALDEIA DE CUAIA, METUGE

Antes da guerra, nós tínhamos as nossas coisas, machambas, animais, a nossa maneira de viver. Nós perdemos as nossas famílias, filhos, irmãos, pais, mães. Mesmo a minha irmã, levaram e não tenho mais esperança de a voltar a ver. Vivemos com medo de mais violência e do que vai acontecer no futuro.

O dia em que as coisas começaram, eu lembro bem... É nossa tradição acordar cedo e ir buscar água. Então, três moças da nossa aldeia foram muito cedo no poço, antes de começarem o trabalho nas machambas. Essas moças, no caminho, encontraram com um grupo de insurgentes. Os insurgentes perguntaram se tinha tropas na zona. As moças responderam que não, então eles disseram, "Vão e não digam que nos viram. Se disserem, vamos entrar e queimar todas as casas e matar todo o mundo!"

Eu vivo próximo do poço. Perguntei, "Porquê estão a chorar?" Elas não responderam, mas eu mostrei persistência e acabaram revelando o que aconteceu. Foi aí que alguns dos nossos homens saíram com armas para o poço e viram pegadas de botas. Daí, ligámos para as autoridades pedindo socorro.

Logo que o helicóptero do reforço aterrou, começaram a trocar tiros e o inimigo acabou fugindo, mas depois foram atacar as aldeias de Muaja e Naputa. A população toda fugiu, fomos no mato e ficámos lá escondidos durante cinco dias. Quando começou a chover, nos perguntámos o que faríamos. Vimos que voltar para casa não dava e seguimos viagem. Eu vim com esses três filhos, as crianças da minha irmã estão com o meu cunhado aqui. Ano passado, quando ainda estava no primeiro centro, chegaram uns activistas e selecionaram dez mulheres para serem capacitadas, eu estava nesse grupo, até já cheguei em Maputo. Aprendíamos sobre violência física e que a mulher não deve somente esperar o marido, deve ser activa para ajudar em casa. Aqui no centro, escolheram-me para ser activista por ver que sou uma mulher aberta, activa e sei falar. Sento com as mulheres e sensibilizo-as para serem dinâmicas, não ficarem isoladas, também mobilizo mulheres para dançar Tufo. Cantar e dançar ajuda a esquecer muita coisa.

No primeiro centro, de onde estamos a sair, cada um ia com um prato receber comida, depois reclamámos porque a comida nunca chegava. Pedimos para passarmos a cozinhar sozinhos para podermos dividir melhor a comida. Agora dão-nos arroz um mês sim e depois passamos o tempo de 2 meses sem receber nada, e quem recebe é o homem, mas antes era a mulher. O problema é que o homem tem várias mulheres, uma num centro e outra no outro, uma mulher pode ter nome na lista para receber, enquanto no outro centro o marido recebe. Então, o marido terá de repartir o que recebeu entre as duas esposas, enquanto uma delas já recebeu, isso prejudica aquele que não tem nome na lista.

Temos muitas preocupações aqui, não temos machambas para produzir comida, escolas e hospitais também não temos, dormimos no chão, faltam panelas, água de beber, e com as chuvas alaga tudo aqui. Gostaria de voltar para casa, para trabalhar na machamba e alimentar os meus filhos. Eu tinha uma machamba de 13 hectares, com papaieiras, bananeiras, mangueiras e outros produtos. Até tinha pessoas que trabalhavam para mim. Assim que ouvir que está seguro, eu volto.

Joanita Amando

ALDEIA DE CUAIA, METUGE

Primeiro só ouvíamos dizer, depois passaram pessoas estranhas e ficámos a nos perguntar, “Essas pessoas que passam por aqui, vêm de onde?”.

Quando os insurgentes atacaram, nós conseguimos fugir para o mato. Saímos todos, as pessoas que tinham sido capturadas, a sorte delas é que foram soltas. Ao chegarmos aqui, acabámos nos dispersando porque alguns acharam melhor ir para Pemba, em casa de familiares e outros sítios. Nós ficámos aqui em Cuaia.

Aqui no centro, a Júlia [Wachave] costuma vir-nos ensinar que a mulher não pode dormir, não podemos ficar paradas, à espera do homem, mas levantar-nos e fazer algo. O mais importante para mim é isso porque quando faço negócio, tenho dinheiro para comprar roupas para as crianças, quando acaba a comida, consigo aumentar e compro o que preciso.

O meu marido vai na aldeia para cortar paus, para fazer carvão, vende e quando consegue dinheiro ele traz. Eu levo o dinheiro para comprar trigo e faço bolinhos e vendo na sede. Na minha parte, não tenho sofrimento porque eu e meu marido nos ajudamos.

Os donos da terra são os que não se entendem connosco. Não há entendimento. Por exemplo, tem mangueiras aí assim, o dono diz, “Ai daquele que apanhar manga aqui, ele também vai apanhar!” Não sei porquê.

Nós não estamos bem aqui. Quando estamos doentes, vamos ao hospital na sede do distrito ou noutro centro, mas é distante, uma mulher grávida quando sentir dores e, se não for cedo no hospital, corre o risco de dar parto pelo caminho, porque é distante daqui ao hospital. Pode levar-se uma hora a lá chegar.

A água, antes vendia-se, mesmo que não tivéssemos como comprar. Depois veio o Governo, disse para não se vender porque o centro de reassentamento precisa de água e as pessoas não têm nenhum dinheiro. Assim, já não vendem água, mas na mesma, não chega para todos. Vai um grupo num dia, depois os outros têm de vir no dia seguinte.

A tropa moçambicana, no princípio tentou-se esforçar e fazer de tudo para defender a população, só que não conseguiram porque os Al-Shabaab são mais fortes. E são bem preparados, mais do que a nossa tropa. A tropa estrangeira já não sei, só vi a tropa moçambicana.

O meu sonho é de voltar a ser a mulher de antes, porque tinha casa e muitas coisas, fazia negócios e muito mais. Estamos a ver que pelo caminho até à aldeia, já não tem problemas. Já voltei para lá uma vez e fiquei um mês. Vim para aqui de novo porque as minhas amigas e as outras pessoas estão aqui. O meu marido já voltou a viver lá, ele veio ontem, mas há-de ir embora amanhã. Se o meu marido decidir que a família volta, voltaremos juntos.

Flávia Nicolau

CIDADE DE PEMBA

Eu sou líder, sou chefe de uma célula no bairro Josina Machel, em Pemba. Durante mais de vinte anos, trabalhei como activista social, com saúde, nutrição, direitos da mulher e violência doméstica. Faço este trabalho porque tenho paixão por aconselhar mulheres como eu.

Aqui em Pemba, eu só comecei a ouvir que entraram em Mocímboa da Praia, entraram em Muidumbe, em Macomia. Foi assim que a população fugiu para aqui. Então, quando procurasse saber quem são, diziam Al-Shabaab.

As pessoas dizem que no país onde há combustível, onde há gás, onde há rubi, não falta conflito. Então, devido a tudo isso, esses insurgentes vieram atacar, ocupar alguns distritos à força. É isso que as pessoas dizem.

Eu acompanhei todo o processo de pessoas deslocadas de outros distritos para aqui, foi um cenário muito triste e preocupante, o número de habitantes aumentou de um dia para outro. Aumentou o número de crianças na rua. Mesmo nas Sextas-Feiras, você encontra uma criança de 6 ou 7 anos a pedir esmola. Roubo noturno também aumentou porque a maioria não faz nada.

Aqui tivemos alguns problemas. Até tive de convocar uma reunião, tinha deslocados que desde que chegaram, ainda não tinham beneficiado de nada. Disseram, “Façam levantamento, tragam-me as listas”. Fiz o que me pediram, trouxe a lista, compilei, agrafei. Até a assistente da Administradora perguntou, “Shiiii Flávia, tudo isso?” Eu disse, “São deslocados!” Foi assim que os benefícios chegaram às pessoas daqui.

Desvio de cheques também é uma coisa que tem acontecido. Uma pessoa enquanto tem nome na lista, chega, dizem que o cheque já foi levantado. Já presenciei isso 4 ou 5 vezes na minha unidade. Então, muita das vezes é o secretário do bairro, porque se perguntarem, ele nem conhece o nome da pessoa que levou o cheque. Eu digo, “Não vou aceitar ver uma família que perdeu tudo, que está traumatizada, perder comida. Você que está aqui com casa, esposa, filhos, vai tirar da parte dele, não aceito. Dê a João o que é de João!” Depois me dão as costas, fazem o que eles sabem. Eu estou na minha missão.

Para mim, a parte mais difícil desta situação de guerra, como eu não vi, foram outros a contar, é saber que até mataram pessoas com faca, queimaram casas que as pessoas construíram, se sacrificaram durante anos para construir, eles só chegavam e tiravam aquelas pessoas das suas terras. Eu vi como as pessoas chegaram aqui, sem nada.

Uma pessoa no seu próprio país não pode viver com medo, viver com uma perna dentro, outra fora, não pode. Se o governo já descobriu quem está a fazer isto, gostaria que falasse com a tal pessoa, fosse negociar, como fizeram com o Dhlakama no Acordo de Paz. Para haver paz tem de haver diálogo. Sem diálogo, nunca estaremos em paz, isso não há-de acabar. Hoje está a acontecer em Cabo Delgado, amanhã será em Nampula, na Zambézia, no Niassa, o nosso país é rico.

Feda Saíde
ALDEIA DE NACUSSA B, ANCUABE

Deixei a escola com sete anos. A minha irmã estava no meio de muita gente e alguém lançou uma pedra que acertou nela e eu fui bater à pessoa. Então, nessa luta, o professor chegou e me bateu também. Foi quando comecei a negar de ir à escola e os meus pais disseram, “Então vamos na machamba!”

Quando ele passou, eu estava sentada na varanda de casa. Não o conhecia, era um jovem que ficou ali para me conquistar e disse que me precisava. Eu perguntei, “Me precisas para quê?” E ele respondeu que queria me casar. Eu disse, “Está bom”. Então, entrei no quintal e antes de contar para os meus pais, ele apareceu e disse, “Vim e quero casar com essa moça que eu encontrei!”

Casei com 20 anos, já tinha uma filha, depois tive outro. A minha filha desde que nasceu, nunca andou e nem consegue sentar, mesmo para comer é um grande problema. Colocamos comida na boca dela e metade cai. Já levei no hospital e não diziam nada. Só davam xarope, medicamento de malária e paracetamol. Quando isto começou, ouvimos que outras aldeias estavam em guerra, mas ficámos a pensar que nunca ia chegar na nossa aldeia. Quando eu ouvi disparos, corri para levar algumas coisas, enquanto o meu marido levava as crianças. Depois corremos para nos escondermos no mato. Vi alguns homens a serem mortos e mulheres a serem torturadas, algumas morriam, outras eram violadas, outras soltas. Corremos até uma aldeia chamada Muapana, entrámos no carro e viemos para aqui.

Vale a pena a tropa Ruandesa, porque entra no mato, atrás dos insurgentes, enquanto que a nossa tropa entra, fica na aldeia a nos bater somente. Pessoas de Macomia ligam e falam sobre o bom trabalho dos Ruandeses e denunciam maus tratos por parte das forças nacionais. Alguns são familiares e alguns são vizinhos.

Eu gostaria que a guerra terminasse para voltarmos para casa, pois aqui não estamos a fazer nada. Falta lona, catana, machado, a comida não é suficiente. Lá eu era camponesa, plantava mandioca, milho, gergelim e amendoim. Conseguia o suficiente para alimentar os meus filhos.

Yana Francisco
CIDADE DE PEMBA

Eu nasci aqui em Pemba, cresci aqui com os meus pais e os meus irmãos. Depois saí para Maputo, fiz pequenos cursos de relações públicas e marketing, comecei a trabalhar, aprendi muita coisa. Fiquei lá durante 5 anos, só voltei em Pemba para estudar à noite, mas os meus pais tinham-se separado e não tive condições de continuar.

Em 2012, comecei com o trabalho de activista. Sempre quando ia para casa do meu pai, eu via pessoas na MULEIDE e passei a frequentar. Chegou um tempo que precisavam de mais pessoas para o activismo, então eu fui para lá e disse que queria-me inscrever.

Nessa altura, ainda não conhecia os direitos da mulher. Quando comecei a participar nas conferências, foi quando aprendi mais. Faço palestras nas escolas e nas comunidades sobre violência doméstica e casamento prematuro. As raparigas gostam muito, porque antes não se ouvia falar sobre esse assunto. Agora trabalho com as mulheres aqui do centro.

Por onde passo, há violência, mas as mulheres não gostam de se abrir, não sei se é uma questão de medo. Na minha zona, os homens casam com duas mulheres e a outra deve aguentar tudo o que marido faz sem reclamar.

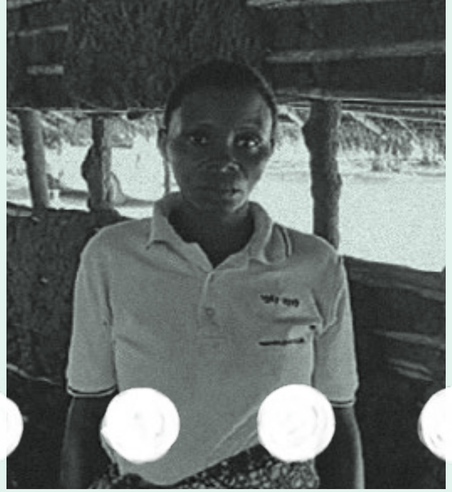
O casamento prematuro é outro problema, dizem que é por causa da religião, se vier um homem e pedir em casamento a sua filha, o pai deve aceitar. O bom é que muitas raparigas agora querem estudar.

Nós ouvimos primeiro, em 2017, que as zonas costeiras como Macomia e Mocímboa já tinham Al-shabaab, depois ouvimos Quissanga, começámos a ver imagens chocantes nas redes sociais, depois começaram os deslocamentos. Estão a dizer que os insurgentes vieram da Tanzânia se fazendo de muçulmanos. Depois os pais mandavam os filhos para a madraça, porque acreditavam que eles traziam muito conhecimento religioso.

Cada um fala da sua maneira. Dizem que nos estão a expulsar da nossa terra para tirarem petróleo, outros dizem que os jovens estão a vingar-se porque esses da Total somente aceitavam pessoas de Maputo, dizendo que eles têm formação e sabem trabalhar e nós somente sabemos ir à machamba e pescar. Ninguém sabe exactamente o que está a acontecer.

Os militares tentaram ajudar a população, mas os insurgentes eram homens bem preparados, com melhores armas. Vinham em muita quantidade e conheciam bem a mata, usavam fardamentos e levavam armas, formavam mais grupos assim. Com essa roupa, as pessoas pensavam que são os nossos militares, quando afinal andavam infiltrados entre a população.

A situação é muito dolorosa. Eu falei com minha irmã que está em Maputo e disse que a situação é dolorosa, minha irmã disse, “Podemos fazer alguma coisa?” Eu disse que sim e ela mandou um valor, comprámos feijão, mandou o arroz que tinha em casa, e procurei mais pessoas para ajudarem. Levámos comida nas bandejas e formámos grupos de crianças, homens, mulheres e pessoas com deficiências. Era muita gente. Ajudaram muito e traziam água, bolachas, sardinhas, pães nos plásticos. Muitas organizações ajudaram, estava lá a Cruz Vermelha, OIM, PROMURA, o Governo também às vezes trazia comida, algumas pessoas de Paquite faziam o mesmo que eu fazia.



Catarina Bento
ALDEIA DE CUAIA, METUGE

A minha mãe morreu quando eu era pequena. Levaram ela lá de Maca para Tanzânia, morreu com doença de Tuberculose. O meu pai morreu quando eu tinha 6 anos. Cresci com o meu tio. Vivi assim mesmo, a conviver com uma pessoa que não me viu nascer. Alguns dias vivia bem, outros dias vivia mal, no meio de palavrões, mas assim mesmo fui vivendo até crescer.

Quando os Al-Shabaab chegaram em Diaca, queimaram a casa do chefe do posto, o hospital e algumas das nossas casas. Não levaram nenhum de nós porque os chefes já nos tinham avisado que era melhor fugir. Carreguei os meus filhos pelo mato, mas durante o caminho, o avião estava a disparar muito e com a confusão, perdi dois deles. Toda hora estava a chorar. Tentava procurar, mas não os encontrava.

Éramos muitas pessoas no grupo, dali cada qual escolhia a direcção que ia levar, onde podia ir para viver. No lugar onde eu fiquei, em Awasse, depois de um tempo também fomos avisados que os Al-Shabaab estavam a chegar, então mais uma vez fugi. As famílias saíram de lá unidas com água no galão, um pouco de farinha, sal e peixe seco. Quem tinha arroz, comia arroz, quem tinha mandioca seca, comia xima de mandioca, quem tinha xima branca, comia xima branca.

Antes de partir, vieram-me chamar. Convocaram uma reunião na escola e mostraram-nos um grupo de crianças. Havia muitas crianças, outras eram bebés, estavam a gatinhar. No meio delas, vi o meu filho e comecei a chorar, ele quando me viu foi a correr, "Mamã, mamã, mamã!". Epá, eu não esperava encontrar o meu filho depois de dois meses.

Foi pela ajuda do meu tio que chegámos a Metuge. Ele ligou para um amigo e disse, "Eu tenho uma sobrinha deslocada, de nome fulana, vai procurar por ela aí no centro". Esse amigo dele veio no centro, me encontrou. Procurou saber de mim, "Agora daqui vai para onde?" Eu disse, "Não sei". Então, foi quando ele disse que o meu tio estava em Pemba, que me podia levar lá.

Em Pemba, o meu tio não tinha como me abrigar, ia só dar-me uma ajuda só. Ele entregou-me ajuda de 200 Meticais e eu fui para Metuge, onde me emprestaram a casa de alguém e comecei a viver em Taratara e dali tive apoio de comida de PMA. Uma das vezes que eu recebi apoio de PMA, tive arroz, feijão, namahuta, óleo, mas entrou ladrão e roubou toda a nossa comida. Naquele mês, eu sofri muito por não ter nada para dar às crianças... Fazia matapa, sem xima, sem arroz, sem nada, dar às crianças para comerem assim mesmo.

Então, dali me perguntei, "Vou emprestar casa até quando?" Foi quando vim no centro para ter apoio do governo. E quando eu vim aqui neste centro, quando cheguei aqui, me ofereceram tenda onde estou a viver até hoje. Estendo capulana aqui e durmo com as crianças. Tenho amigas, uma velha amiga que tem sentado comigo e outra que é família. No centro, sou a única Makonde, me sinto sozinha, o que eu gostaria é de voltar para casa, mas essa guerra está a começar novamente.

Essas senhoras é que me apoiam, "Não pode chorar, isso é guerra, na guerra tudo acontece. Há que ter fé, se até agora não tens notícias que morreu, com certeza deve estar viva, tenha lá fé", eram essas as palavras que me acalmavam. Estes dias vieram-me informar que a minha filha desaparecida está a vir para aqui. É um milagre! Estou grata porque, nesta guerra, muitos ainda não tiveram a sorte de encontrar os seus familiares.

conclusões

A partir de uma abordagem e análise feministas, quisemos com este trabalho documentar, evidenciar e partilhar as realidades e as vivências das mulheres e raparigas afectadas pelo conflito em Cabo Delgado. As suas vozes, experiências de vida e percursos guiaram as nossas análises e nos mostraram não só como o actual conflito em Cabo Delgado afectou e continua a afectar drasticamente as suas vidas e as das suas famílias, mas também como elas não são vítimas passivas e mudas. Pelo contrário, elas reflectem sobre o conflito, exigem Paz e diálogo e reinventam-se todos os dias para fazer face às dificuldades e obstáculos que enfrentam como deslocadas, longe das suas casas e origens.

O trabalho de campo e as entrevistas nos possibilitaram analisar que, apesar da existência de um Plano de Reconstrução de Cabo Delgado, de uma Política e Estratégia de Gestão dos Deslocados Internos e de todo o investimento e programas de apoio humanitário que estão a ser feitos, a situação dos centros e aldeias de deslocados é ainda bastante precária, não só em termos de infraestruturas e acesso a serviços sociais essenciais (saúde, educação, água e saneamento, etc), mas também de falta de bens materiais, terra para cultivo, alimentação e rendimentos e acesso a programas de geração de rendimentos. Como explicitado no Anexo 3 deste documento, os centros e aldeias visitados carecem de acesso a terra, meios e fontes de financiamento, habitação condigna, água, higiene, saneamento básico e energia, material doméstico, serviços abrangentes de saúde, educação, transporte e produtos menstruais adequados.

Neste sentido, destacamos algumas áreas que precisam de uma maior atenção. Uma gestão menstrual eficiente contribui para uma maior igualdade de género, no sentido em que permite uma maior mobilidade por parte de mulheres e raparigas. Isto requer intervenções integradas, holísticas e adaptadas ao contexto, em que mulheres e raparigas são consultadas de antemão. Para que seja eficiente, a gestão menstrual deve incluir o acesso a produtos menstruais adequados, informação e educação que incentivem a quebra de tabus e normas sociais positivas.

No que se refere aos programas de apoio psicossocial e aos espaços amigos da mulher, extremamente importantes em contextos de emergência, urge uma maior atenção às abordagens usadas. Intervenções terapêuticas com abordagens feministas têm como referência os contextos políticos e a diversidade de identidades pessoais e sociais das mulheres e raparigas que sofrem diversos tipos de violências. Entender como os contextos sociais e culturais e ainda como as identidades e o desenvolvimento impactam na exposição a várias formas de violência, nas respostas de mulheres e raparigas à violência e no processo de cura é crucial para que não se causem danos adicionais.

Se é verdade que o impacto do conflito aprofundou desigualdades através da retirada de autoridade e legitimidade que as mulheres possuíam em algumas esferas da sua vida, a pesquisa mostrou-nos que este contexto pode também levar a algumas alterações nas relações de poder e na agência das mulheres, algo que, como mencionamos, precisa de ser mais aprofundado. Por um lado, as mulheres assumiram responsabilidades e obrigações que são normalmente atribuídas aos homens, uma vez que estes perderam as suas fontes de rendimento. Por outro, assumir novos papéis e responsabilidades evidencia o dinamismo e proactividade das mulheres e as mudanças na percepção que têm de si mesmas, como sujeitas de transformação, contestação e resistência. Neste sentido, estas mudanças abrem espaço para o investimento em programas de liderança e empoderamento pessoal, baseados em metodologias feministas e freireanas.

Em relação aos homens, o facto das mulheres assumirem aquelas que seriam as suas responsabilidades e obrigações evidencia uma potencial fragilidade emocional e social destes devido à sua inactividade. Potencial porque é algo que precisa ser mais aprofundado, nomeadamente a construção social e cultural das masculinidades, o que por limitações de tempo esta pesquisa não conseguiu fazer. Neste sentido, torna-se imprescindível investir em programas e actividades que trabalhem sobre as alterações que o contexto do conflito e da emergência provocaram nas percepções sobre masculinidades.

No que se refere às percepções sobre violência, uma constatação importante foi a existência de uma discrepância entre discurso e prática quando se abordam práticas culturais nocivas e que contribuem para as desigualdades de género, como é o caso dos discursos sobre uniões prematuras tratados anteriormente. Esta constatação mostra claramente que não há uma transformação profunda das mentalidades e práticas das pessoas, algo que organizações da sociedade civil, principalmente de mulheres, tentam alcançar.

Programas e actividades de combate a normas e costumes culturais nocivos devem ser redesenhados e estar atentos a esta questão, se quisermos de facto operar transformações profundas e duradouras.

Uma das dimensões de impacto do conflito menos explorada e que é central na vida quotidiana das pessoas, sobretudo das mulheres, é a vida cultural e religioso-espiritual, que foi brutalmente interrompida pelos ataques e fuga das populações. Rezas e cerimónias tradicionais diversas foram interrompidas, as árvores tradicionais e os antepassados ficaram para trás, tornando-se inacessíveis, os ritos de passagem e de cerimónias de falecimento tiveram que ser interrompidos ou acontecem com extrema dificuldade, as ervas tradicionais não se encontram nos locais actuais, os tratamentos com médicos tradicionais ou curandeiros tiveram que ser interrompidos e é difícil encontrar outros (e de pagar as consultas). É importante, neste sentido, que programas de apoio a pessoas deslocadas deem atenção a esta dimensão, promovendo o seu restabelecimento e respeito.

Com a deslocação massiva, concentrada sobretudo na província de Cabo Delgado, vêm sendo estabelecidas novas relações entre as pessoas deslocadas e locais, dando origem a novos conflitos que afectam profundamente o quotidiano das comunidades, em específico das mulheres enquanto gestoras domésticas e comunitárias e principais cuidadoras. Contudo, o que parecem micro-conflitos de pouca relevância, normalmente negligenciados por parte dos actores estatais e da sociedade civil, mostram-se profundamente impactantes no agravamento da erosão social e recrudescimento do extremismo violento. Conflitos por terra, recursos naturais, formas de discriminação e exclusão, entre outras tensões sociais e de carácter étnico, revelam a necessidade de se desenvolverem e ampliarem mais intervenções para a promoção da paz e a resolução de conflitos comunitários agravados e gerados pela deslocação forçada, olhando sobretudo para as causas estruturais e envolvendo igualmente os provedores de serviços públicos e outras entidades governamentais.

Campanhas contra formas de discriminação das pessoas deslocadas internamente, divulgação das leis e dos direitos das pessoas deslocadas internamente a todos os actores-chave da sociedade são fundamentais como parte de acções que visem reduzir estes conflitos entre as pessoas deslocadas e nativas. Ainda, a resolução

de alguns destes conflitos passa igualmente pela necessidade de expandir os serviços sociais básicos através de brigadas móveis e formas alternativas de garantir o acesso a estes serviços em condições de emergência, bem como um reordenamento de terra que permita maior segurança alimentar às famílias deslocadas. É também fundamental a promoção local do valor da diversidade étnica, cultural e religiosa e a promoção de campanhas de solidariedade e de promoção de direitos das PDIs. O estudo mostrou ainda que muitos destes conflitos invisíveis também resultam do facto das comunidades nativas e deslocadas terem tido poucas oportunidades de participar e decidir sobre as formas como foram sendo estabelecidas as aldeias e centros de acolhimento e como vêm sendo geridos. É importante melhorar e, em muitos casos, criar mecanismos de maior participação e auscultação das comunidades a nível das aldeias e centros de acolhimento.

Outra constatação do estudo é que a multiplicidade de espaços formais e informais desarticulados corre o risco de gerar um desgaste e uma perda de energia por parte das organizações locais que possuem recursos humanos e financeiros muito limitados para participar e para mobilizar a participação de mulheres nos vários fóruns. Ainda, é preciso avaliar como ligar espaços institucionalizados, como Conselhos Consultivos Distritais, Comités Comunitários (ex. de Saúde, Recursos Humanos, etc.) e mesmo as Assembleias Provinciais à Agenda de MPS. Neste sentido, é fundamental uma melhor articulação entre diferentes espaços formais e informais de participação cívica das comunidades no âmbito da prevenção e resolução destes novos conflitos e tensões sociais e no âmbito da agenda macro de Paz e Segurança. Por exemplo, espaços de promoção de Paz comunitária (ex. Clubes de Paz) devem estar articulados com as estratégias e espaços de Gestão Comunitária de Recursos Humanos (ex. Comités de Gestão de Recursos Naturais) e a plataforma de Paz, Mulher e Segurança, os Espaços Seguros da Mulher, o Mecanismo Multisectorial de VBG, Conselhos Consultivos, etc. O estudo mostrou também que os programas de apoio humanitário e desenvolvimento pós-conflito não podem negligenciar as necessidades e desafios específicos das comunidades "nativas"/locais, também afectadas indiretamente pelo conflito e vivendo igualmente em situação de elevada vulnerabilidade.

Além destes novos conflitos e tensões sociais que adicionam aos traumas e perdas geradas pela conflito armado, a pesquisa procurou destacar as iniciativas e exemplos de solidariedade, sobretudo liderados por mulheres, que também têm marcado as relações entre pessoas nativas e deslocadas e que representam uma articulação de suporte social tão importante quanto o trabalho de resposta humanitária das grandes agências internacionais, sendo que uma grande parte da população deslocada vive com famílias de acolhimento. Sugerimos, como relevante, um levantamento mais aprofundado destas iniciativas e histórias e sua divulgação, não apenas como parte da memória colectiva, mas como referências locais para a construção de um futuro não-violento no país e promoção de maior coesão social.

Ainda, de modo geral, esta pesquisa permitiu compreender que, apesar da experiência de conflito e processos de negociação de Paz no país, incluindo um quadro legal e normativo forte que favorece a participação da mulher e das pessoas deslocadas, como o PNAMS e o PEDGI, nota-se que os mecanismos de participação têm sido pouco eficazes. Historicamente, os processos de negociação de Paz prévios em Moçambique foram caracterizados pela ausência de uma abordagem de género e pela invisibilidade das mulheres e suas demandas específicas. A título de exemplo, os mais recentes Acordos de Paz em Moçambique excluíram temas relativos ao impacto e reparação das violências sofridas pelas mulheres, processos de investigação de crimes sexuais de guerra, suas aspirações e necessidades nos processos de reconstrução socioeconómica e reintegração social. A não participação da mulher também se deve a uma exclusão mais ampla de actores da sociedade civil durante os processos de negociação da Paz. Apesar de ainda não estarem anunciados processos de negociação da Paz no que diz respeito ao conflito em Cabo Delgado, é fundamental que a sociedade civil nacional e local fortaleça a preparação, mobilização, organização e diálogo das mulheres e mulheres deslocadas para construção de agendas de advocacia e melhor participação nos processos de Paz nos vários níveis, incluindo a preparação de recomendações para o próximo PNAMS (2023-2025).

O estudo procurou igualmente trazer uma análise feminista sobre a principal legislação e instrumentos normativos ligados à Agenda de Mulheres, Paz e Segurança, entrelaçando com os desafios concretos encontrados durante o trabalho de campo. Uma leitura feminista importante relativamente à Resolução 1325 é que ela erradica aspectos ligados à desmilitarização e comércio de armas e, portanto, não toca no sistema económico que alimenta a relação entre militarismo e masculinidade violenta. Uma recomendação chave é resgatar estes elementos na revisão do próximo PNAMS. A pesquisa evidenciou ainda uma série de desafios específicos à participação efectiva e significativa das mulheres, sobretudo mulheres deslocadas, no âmbito do Plano Nacional de Mulher, Paz e Segurança e revelou que este Plano não passou por um exercício participativo amplo, sobretudo no nível local, deixando de fora OCBs e pequenos colectivos de mulheres, o que também contribui para o desconhecimento generalizado ou domínio superficial desta. O conhecimento e formação em matérias de Paz e Segurança ainda é bastante limitado, tanto por actores estatais como pela sociedade civil, sobretudo por parte das OCBs, incluindo as lideradas por mulheres, o que resulta também numa fraca advocacia em torno destas questões. O estudo revela igualmente que há riscos e ameaças específicas à participação e representação política de mulheres (em particular, mulheres activistas, defensoras de direitos humanos e colaboradoras de OSCs) no contexto de extremismo violento e alta insegurança e desconfiança generalizada. Deste modo, a construção de programas de protecção de mulheres defensoras dos direitos humanos e lideranças femininas comunitárias actuando nos processos de Paz e reconstrução e apoio às pessoas deslocadas são fundamentais.

Outra grande constatação é que o exercício de participação das mulheres deslocadas, para que possam canalizar e/ou apresentar directamente as suas necessidades, exige recursos técnicos e materiais, dado o contexto de elevada privação. Neste sentido, uma recomendação que a pesquisa traz de forma repetida é que, tanto a sociedade civil como o governo, deverão ter abordagens integradas de respostas humanitária-desenvolvimento-paz. Isto significa que organizações que não têm na sua missão a resposta humanitária ou Paz deverão contemplar formas estratégicas de criar sinergias e parcerias, para mais acções colaborativas que permitam uma intervenção mais holística, que aborde diferentes frentes. Isto significa, por exemplo, que promover espaços de participação para mulheres deslocadas nos processos de Paz, Segurança e Reconstrução sem atender às barreiras práticas socioeconómicas, culturais e outras, não trará resultados significativos. Portanto, acções de advocacia e engajamento cívico precisam considerar que questões de assistência humanitária estejam salavaguardas.

No que diz respeito aos programas de reconstrução e desenvolvimento, a pesquisa chama a atenção para a existência do PEDGI, que prevê o direito das PDIs de terem acesso à informação, consulta e participação em todos os processos e decisões relacionadas com a sua protecção e assistência, incluindo o desenho e a avaliação dos programas humanitários e de desenvolvimento. Contudo, esta pesquisa revelou uma grande lacuna nesta área. Por um lado, existe um fraco conhecimento sobre a legislação específica e direitos dos PDIs por parte da sociedade civil local e dos próprios actores governamentais, assim como por parte das populações e mulheres deslocadas. Por outro lado, organizações e agências internacionais e nacionais têm falhado no cumprimento do princípio de participação, para uma resposta humanitária baseada em mecanismos locais de "accountability" às pessoas deslocadas e/ou afectadas pelos conflitos (Mozambique Protection Cluster, 2021). Portanto, é urgente que os programas - quer de desenvolvimento, quer de resposta humanitária - desafiem as abordagens "top-down" e garantam um envolvimento e sistemas de feedback com as pessoas beneficiárias. Ainda, a pesquisa trouxe uma série de desafios e oportunidades no que diz respeito ao fortalecimento da coordenação e articulação entre OSCs locais, nacionais e agências internacionais, que deverão orientar as actuais e futuras intervenções.

Também no âmbito dos programas de desenvolvimento, procurámos trazer uma análise do PCRD como um dos principais instrumentos de reconstrução e desenvolvimento "pós-conflito" de Cabo Delgado. A pesquisa constatou igualmente que este Plano não foi elaborado com base num processo amplamente participativo e não contou com o engajamento da sociedade civil provincial, nem mesmo com os principais actores-chave a nível comunitário, incluindo as famílias deslocadas e acolhedoras. O Plano beneficiaria de uma revisão com base numa abordagem de género que permita compreender como as mulheres e raparigas, e homens e rapazes, serão beneficiados diferenciadamente no âmbito das várias acções de médio prazo e de assistência humanitária. É ainda importante um maior alinhamento entre o PCRD, o PEDGI e o PNAMS. E é fundamental que as OSCs e comunidades deslocadas possam 1) conhecer 2) rever e 3) acompanhar o PCRD e demandar as necessárias alterações, tal como preconizado na legislação, garantindo que o plano possa ser implementado de acordo com as aspirações das famílias e mulheres deslocadas. A pesquisa mostrou também a necessidade urgente de que o investimento de reconstrução no contexto de conflito seja dirigido não apenas às zonas destruídas, mas tenha um enfoque no desenvolvimento das aldeias e centros de reassentamento, sendo que muitas das mulheres e famílias ainda não se sentem completamente seguras para regressar às zonas de origem.

Outra conclusão geral é que as principais intervenções das organizações de mulheres a nível local centram-se em advocacia e engajamento cívico na área de educação da rapariga, serviços de VBG com atenção especial ao combate às uniões prematuras, espaços seguros, saúde sexual e reprodutiva com enfoque em HIV, estudos de Género e Direitos Humanos das Mulheres em Cabo Delgado, apoio jurídico-legal e formação de Paralegais e apoio à criação de poupanças. Contudo, as organizações locais ainda possuem pouca experiência em resposta humanitária e questões relativas a Paz, Mulher e Segurança, Direitos de Pessoas Deslocadas, Mulher e Gestão de Recursos Naturais e Mudanças Climáticas, Apoio Psicossocial em contexto de Extremismo Violento e Economias Solidárias. Neste sentido, será crucial o fortalecimento das organizações em rede, de forma a potenciar a sua coordenação e articulação, para uma abordagem holística e colaborativa de actuação. Voltamos a enfatizar que é fundamental uma abordagem integrada de resposta humanitária-desenvolvimento-paz, que implica criar sinergias e objectivos comuns entre estas OSCs e os programas de resposta a emergência de curto prazo e processos de mudanças sociais sistémicas e estruturais de longo prazo, promovendo em todos os níveis oportunidades para a construção da Paz.

A pesquisa concluiu também que as percepções sobre as causas do conflito estão directamente ligadas às perspectivas de futuro e às possibilidades de reconstrução e caminhos para alcançar a Paz. Não se pode conceber um futuro melhor sem abordar as causas multifacetadas do conflito. Em todas as falas, de forma directa ou indirecta, estão subjacentes críticas ao modelo de desenvolvimento extractivista predatório que foi adoptado na província e no país, marcado pela exploração desenfreada de recursos e uma redistribuição altamente desigual da riqueza, resultando numa exclusão e expropriação violenta das comunidades locais, num contexto prévio já caracterizado pelos piores índices de desenvolvimento humano no país. Em particular, a questão do fraco investimento na educação, sobretudo na região costeira da província, e num ensino pouco conectado à realidade local, foi igualmente recorrente nas falas das mulheres e outros actores-chave.

Simultaneamente, as falas partilhadas indicam que uma Paz positiva e duradoura exige repensar e reconceber o "desenvolvimento" da província e do país, garantindo a participação, sobretudo, de todos os grupos que vêm sendo desfavorecidos. Isto é, não há um futuro de Paz sem a participação profunda e efectiva das mulheres. Também não haverá um futuro de Paz se não houver espaço para conceber alternativas ao actual modelo de desenvolvimento, o que implica abrir espaço para discutir transições económicas, orientadas para substituir o extractivismo predatório por um extractivismo moderado e até mesmo indispensável. O que implica, também, pensar políticas e programas informados pelo princípio de preservar e regenerar o ecossistema e focar em serviços sociais, de modo a mitigar os efeitos das alterações climáticas e a destruição ecológica que já assolam a província, o país e as mulheres em especial, e garantir a participação efectiva da comunidade, de jovens e mulheres, e o seu controle sobre os recursos naturais. Sugerimos que uma economia diversificada, orientada por alternativas de emprego que garantam maior segurança alimentar e protecção do ambiente, como agricultura ecológica, ecoturismo, indústrias de energias renováveis, são alternativas para um futuro de maior equidade e Paz na província e no país. O estudo procurou também trazer alguns princípios feministas de Paz, que compreendem que esta não é meramente a ausência de um conflito armado, mas a transformação de várias formas de violência social, económica e ecológica e, de forma transversal, a violência baseada no género.

Neste sentido, a construção da Paz é um caminho contínuo. O estudo conclui ainda, com base nas falas partilhadas e análises feministas sobre Paz, que este caminho não poderá ser apenas por via de intervenção militar, e exigirá processos que visem abrir espaço para o Diálogo com os grupos insurgentes, como partilhado por uma das mulheres entrevistadas *"para haver Paz tem que haver diálogo, sem diálogo não haverá Paz".*

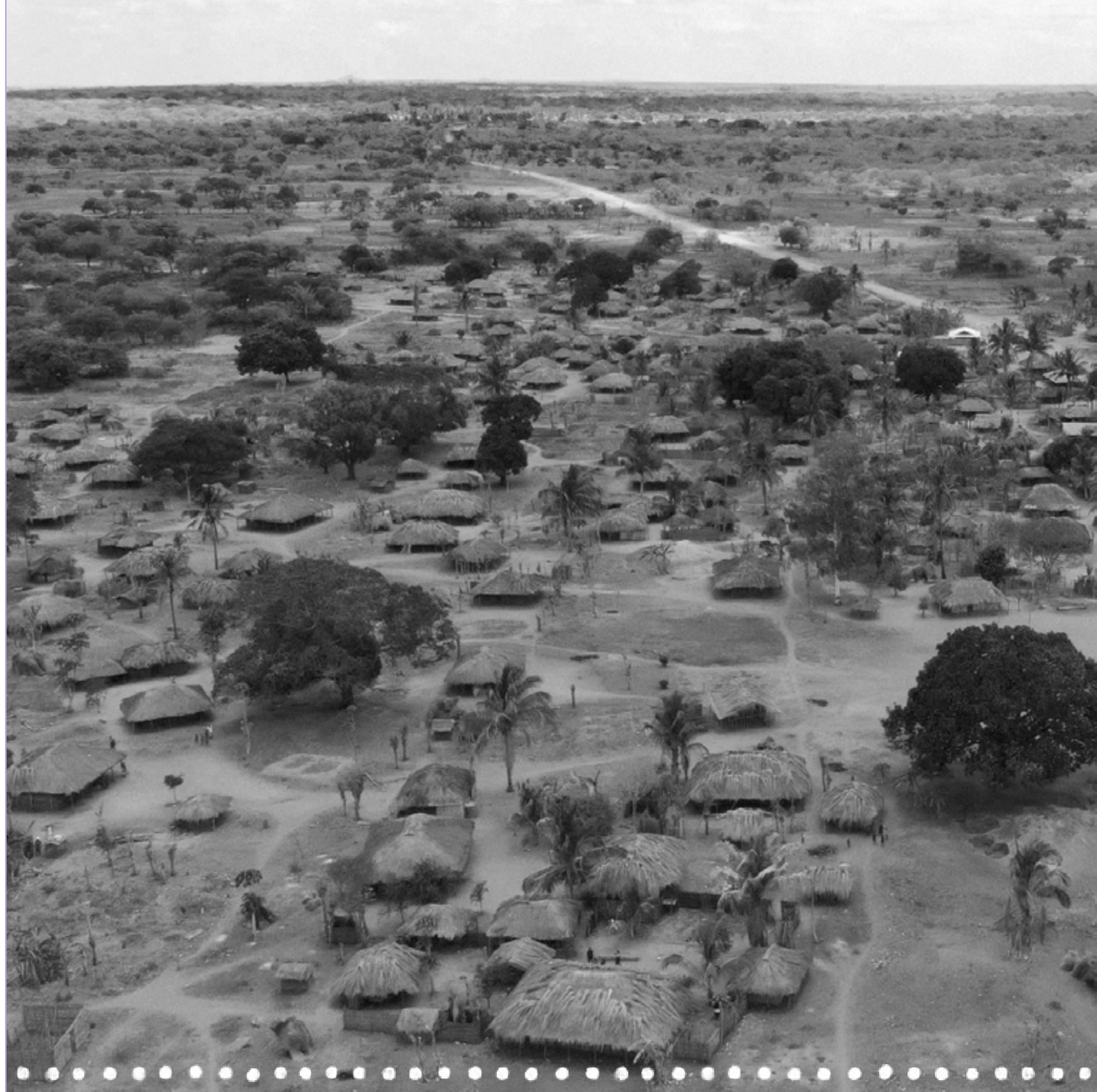
Neste sentido, este estudo traz-nos a compreensão de que construir caminhos para a Paz é um processo sistémico, contínuo, que exige uma intervenção que compreenda a interligação entre as várias causas estruturais e históricas do conflito, desde as questões étnico--religiosas, o modelo de extractivismo predatório e a sua profunda ligação com estruturas patriarcais, comércio de armas e recrudescimento da militarização em defesa das grandes corporações e em detrimento das populações, a má redistribuição e gestão de recursos naturais, a crise ecológica e o contexto de elevada vulnerabilidade às mudanças climáticas da província e seus impactos diferenciados em mulheres, homens, crianças e jovens. Assim, repetimos que é preciso, cada vez mais, que as acções de resposta ao conflito e apoio às pessoas deslocadas possuam abordagens sistémicas e integradas, que articulem Paz, desenvolvimento e resposta humanitária, sob uma perspectiva de género.

Por fim, são as histórias de vida de Tima, Zaida, Awa, Amissina, Catarina, Feda, Franca, Amina, Ancha, Ngamo, Sifa, Yana, Joanita, Virgínia e Flavia, suas dores e resiliências, seus percursos e aspirações, seus poderes invisíveis e visíveis, que apresentamos neste estudo, que mais profundamente devem indicar e orientar qualquer programa, política e estratégia futura que vise beneficiar as mulheres e famílias deslocadas.

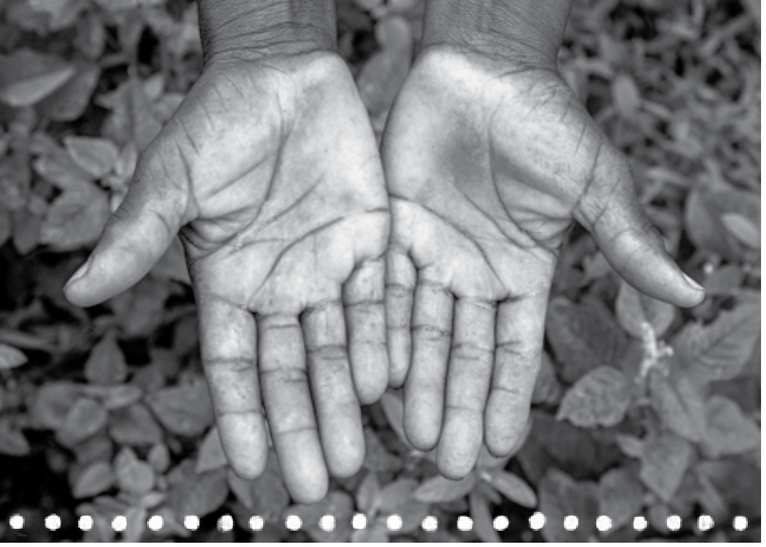
São as suas vozes o centro das análises, conclusões e recomendações aqui partilhadas e, portanto, este estudo não estará concluído enquanto as suas necessidades e direitos fundamentais e de todas as mulheres deslocadas e locais não forem atendidas. Como uma das mulheres entrevistadas partilhou:

> *"A vossa pesquisa só terá importância se conseguirem levar a informação aos diferentes públicos-alvo, principalmente aqueles que têm poder de decisão e apoio. Se não, apenas estão a desenvolver para ser mais um estudo e depois arquivar, então, não terá sentido e muito menos importância. Não queremos que voltem para buscar mais choro das nossas mulheres, é preciso que este estudo mude alguma coisa* (Chefe de Unidade, activista e tradutora, Pemba, 2021)."

Neste sentido, este estudo, não estará verdadeiramente concluído enquanto não tiver servido, ainda que de forma limitada, para a construção de agendas de advocacia e intervenção no âmbito de apoio às mulheres deslocadas e aos processos de reconstrução e Paz, que reflictam os desafios e alternativas partilhadas a partir das vozes destas mulheres.



recomendações



1. COORDENAÇÃO DAS OSCS NOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E RESPOSTA HUMANITÁRIA

- Criar uma agenda comum de advocacia centrada nas mulheres, que articule as demandas das várias organizações, redes, colectivos no âmbito da resposta humanitária e programas de desenvolvimento, a partir de entendimentos pautados na diversidade e nas diferenças de necessidades dos vários grupos, com desenho de acções amplas, massivas;

- Repensar as abordagens dos "Clusters" temáticos liderados pelas agências internacionais e a sua articulação com a sociedade civil local, de maneira a estabelecer relações que privilegiam as vozes locais e favoreçam o seu protagonismo;

- Garantir mecanismos de monitoria, prestação de contas e transparência no âmbito dos financiamentos para a segurança, a reconstrução e apoio humanitário, tanto pelo governo como pelas Agências Internacionais e as OSCs, para que as acções possam ser acompanhadas, procurando sempre que possível garantir o envolvimento das mulheres deslocadas e as suas diversas perspectivas;

- Fortalecer sinergias com redes, espaços e canais de direitos humanos, mulheres, Paz e segurança a nível regional e internacional, mobilizando lideranças de mulheres deslocadas para participação nos mesmos;

- Investir na formação de especialistas nacionais para a área de emergências e resposta humanitária, privilegiando o Nexus Paz – apoio humanitário – desenvolvimento; integrar, nesta formação, as abordagens críticas e feministas sobre modelos de desenvolvimento;

- Promover os canais e mecanismos existentes de denúncia de abusos e de corrupção a nível local, no âmbito dos programas de resposta e apoio às pessoas deslocadas, incluindo a distribuição de donativos, envolvendo mulheres e exigindo a prestação de contas por parte do governo.

2. GOVERNAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

- Governação e Democracia Local em contexto de Conflito: aprofundar espaços democráticos, fomentando o direito à oposição, à pluralidade de ideias e perspectivas e a práticas de diálogo;

- Prover e facilitar o acesso à informação (por parte do Governo);

- Preparar e formar mulheres quadros políticos e jurídicos em matérias de Segurança e Paz responsivas ao género; garantir que espaços de decisão de alto nível incluam estas lideranças e que as mesmas reflictam sobre as prioridades e demandas das mulheres deslocadas e/ou afectadas pela guerra;

- Advocar por abordagens programáticas que possuam uma lógica integrada/NEXUS Paz – Resposta Humanitária – Desenvolvimento, numa óptica de género – e que possam ser construídas a partir das prioridades materiais, culturais e psicológicas das beneficiárias e beneficiários;

- Envolver mulheres parlamentares e garantir e estabelecer sinergias com elas no âmbito das demandas e necessidades das mulheres deslocadas, para construção de agendas políticas e partidárias que priorizam a realidade de resolução da guerra e contenção do seu alastramento e a reconstrução condigna das famílias afectadas – Paz como necessidade da Democracia – Parceria com a 3ª Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais, Género;

- Visibilizar as reivindicações das mulheres deslocadas em todos os espaços de diálogo, deliberação e tomada de decisão, incluindo o desenho de programas, estratégias, projectos e iniciativas em que estão implicadas;

- Ligações Internacionais e Regionais: Fortalecer sinergias com redes, espaços e canais de direitos humanos, mulheres, Paz e segurança a nível regional e internacional, mobilizando lideranças de mulheres deslocadas para participação nos mesmos;

- Promover princípios éticos na condução de pesquisas, inquéritos e levantamentos, envolvendo as pessoas deslocadas; combater a presença extractiva e fatigante e a insensibilidade às questões de género;

- Capitalizar e interligar os vários espaços existentes de participação comunitária, como Espaços Seguros das Mulheres, Comités Comunitários, Clubes de Paz, Tribunais Comunitários, etc;

- Promover processos de documentação histórica e memória colectiva – "a história do conflito armado deve ser contada a partir das histórias das mulheres e das raparigas";

- Com base nos levantamentos e inquéritos já realizados, facilitar um "policy brief" com as principais necessidades das mulheres deslocadas em cada centro/aldeia de acolhimento estabelecido;

- Estabelecer "pontos de escuta" de rádios comunitárias nos centros de acolhimento para acesso de todos à informação;

- Facilitar "Agendas de (re)assentamentos" e advocacia para estabelecimento e reorganização de (re)assentamentos condignos, que não estejam em zonas vulneráveis às chuvas e outra intempéries, com acesso à água potável, unidade sanitária móvel, escola, espaço seguro das mulheres, etc., incluindo espaços recreativos e seguros para crianças, de acordo com os padrões e critérios estabelecido no âmbito dos Direitos das Pessoas Deslocadas Internamente (Consultar, nos anexos, a Matriz Síntese das Necessidades dos Centros/Aldeias de Acolhimento);

- Garantir a protecção e promoção das diversidades étnica, cultural e religiosa como eixo central do fortalecimento democrático.

3. AGENDA MULHER, PAZ E SEGURANÇA

- Levar as agendas de advocacia nacional no âmbito da Paz para o nível internacional através de sinergias e parcerias com redes e organizações regionais e internacionais (Ex: 16 dias de Activismo dedicados inteiramente a visibilizar as violências baseadas no género sofridas pelas mulheres deslocadas; 1 Milhão de Mulheres pela Paz em Moçambique para divulgação de prioridades de advocacia nesse âmbito);

- Formar mulheres especialistas em gestão e resolução de conflitos e pacificação, com enfoque nas relações entre os "vientes" e os nativos, relações interétnicas, intrafamiliares e entre casais, numa perspectiva de género que promova a diversidade étnica, os direitos humanos e o combate à estigmatização, discriminação e exclusão;

- Promover a capacitação de vários actores-chave sobre Mulher, Paz, Segurança; Militarismo, Conflito e Extractivismo, assim como Legislação sobre PDIs;

- Promover lideranças femininas nos Clubes de Paz e trazer temáticas sobre não violência, comunicação não violenta e violência baseada no género, mostrando que a Paz deve começar em casa, diversidade étnica e cultural, relações entre famílias "deslocadas" e "nativas", etc;

- Envolver igualmente mulheres "nativas", activas na prevenção e mediação de conflitos;

- Partilhar informação sobre o conflito de forma regular e sistemática, alertando para potenciais ameaças e riscos, através de rádios e outros meios de divulgação – informando também sobre as suas acções, estratégias e aspectos relevantes (por parte do Governo);

- Advogar pelo início de negociações e mediações para diálogo com os grupos insurgentes;

- Valorizar os saberes tradicionais e locais, bem como a história e memória colectiva nas estratégias de resolução e mediação do conflito, para soluções não apenas militares, mas de negociação e diálogo;

- Envolver diferentes grupos e lideranças religiosas na compreensão dos impactos diferenciados da guerra nas mulheres e raparigas e propiciar reflexões sobre o papel das religiões na defesa de princípios éticos e humanos que se baseiam na equidade e igualdade de direitos;

- Criar um Fórum para se discutirem os direitos das mulheres no processo de construção da Paz, principalmente no que se refere à participação nos espaços de decisão;

- Garantir um repositório para os documentos dos vários eventos, webinars, campanhas e estudos relacionados à Agenda de Paz, Mulher e Segurança (o que a Plataforma Digital no âmbito deste estudo pretende conseguir) e sua disseminação e conhecimento público, sobretudo para as organizações da sociedade civil;

- Promover discussões sobre feminismo e Paz — e construção de novas abordagens de uma Paz positiva que toca nas causas e condições estruturais do conflito, que compreenda o nexus Paz – apoio humanitário – desenvolvimento;

- Promover a garantia de direitos socioculturais para as comunidades deslocadas (práticas e costumes) – cerimónias fúnebres, ritos de iniciação e outras costumes relevantes ao bem-estar espiritual e social colectivo;

- Garantir lideranças compartilhadas entre homens e mulheres nos centros de acolhimento de modo a acolher tanto as necessidades das mulheres como dos homens;

- Formar os media para sensibilizar sobre a Agenda de Mulher, Paz e Segurança;

- Trazer as agendas de advocacia nacional no âmbito da Paz para o âmbito internacional.

4. ACESSO A SERVIÇOS SOCIAIS

- Compreender qual o papel dos vários sectores sociais e serviços públicos e a sua ligação com a Agenda de Mulher, Paz e Segurança;

- Mobilizar recursos humanos locais para áreas de serviços sociais, com enfoque no apoio psicossocial e serviços integrados de VBG;

- Reforçar e/ou criar serviços móveis integrados (tais como clínicas móveis com serviço de VBG, e formatos de ensino para emergência e apoio psicossocial);

- Capacitar os provedores de serviços em matérias ligadas à Legislação e Direitos das pessoas deslocadas internamente;

4.1 EDUCAÇÃO

- Criar programas de bolsas de estudo e subsídios de transporte para ensino secundário que priorizem raparigas deslocadas que perderam o acesso à escola secundária e estão em zonas muito distantes das escolas de ensino secundário (podem ser para tal mobilizadas parcerias com o sector privado);

- Criar programas massivos de alfabetização de adultos e jovens mulheres e homens nos centros e bairros de acolhimento, que sejam igualmente programas de empoderamento cívico, via formações em cascata com envolvimentos de recursos humanos locais, que integrem componentes de apoio psicossocial e componentes de empreendedorismo económico, bem como matérias de VBG, Paz e Resolução de conflitos e outros que assegurem competências básicas de leitura, escrita e numeracia;

- Integrar mais mulheres em programas de formação técnico-profissional que respondam às necessidades comunitárias/locais;

- Garantir escolas primárias e mecanismos de educação informal, acesso a pequenos cursos para crianças e jovens — (incluir grupos de crianças e jovens com deficiência e outros grupos vulneráveis);

- Promover programas de alimentação escolar nas escolas primárias;

- Disponibilizar formação profissional para mulheres em áreas que não seriam aquelas tradicionalmente ocupadas por elas.

4.2 SAÚDE

- Fortalecer a provisão de brigadas ou clínicas móveis ou outra formas de "serviços móveis" que se desloquem às aldeias e centros de acolhimento, que providenciam regularmente serviços de saúde sexual e reprodutiva (com atenção para doenças crónicas como o HIV/SIDA) e saúde feminina, e que alcancem igualmente as comunidades nativas;

- Promover sistemas de protecção à gravidez, ao parto, à amamentação e atenção à saúde do recém-nascido, mulheres e raparigas com deficiência e com problemas de saúde crónica;

- Promover intervenções e campanhas de gestão menstrual mais adaptadas/específicas a cada contexto e que incluam mulheres e raparigas deslocadas no seu desenho e implementação.

4.3 PROTECÇÃO SOCIAL

- Criar programas de protecção social e subsídios para famílias de acolhimento;

- Garantir o estabelecimento de Centros de Apoio Integrado à Vítima (VBG) na província, priorizando os distritos com mais famílias deslocadas;

- Desenvolver programas e estratégias de protecção social a crianças órfãs, famílias e mulheres cuidadoras de crianças órfãs (priorizando o seu acesso à educação, saúde e tratamento condigno); promover mecanismos para denúncia de abusos de maus-tratos a crianças e raparigas;

- Criar um programa de reunificação familiar e apoio às crianças órfãs, raptadas e recrutadas à força para combater.

4.4 APOIO PSICOSSOCIAL

- Estabelecer um Plano de Atenção Psicossocial — incluindo uma plataforma para articular todas as acções de âmbito de apoio psicossocial, com base em abordagens de género que diferenciam necessidades específicas de mulheres e homens e que tomem em consideração experiências existentes no país e internacionalmente – transversalizar o apoio psicossocial nas principais acções levadas a cabo pelas organizações;

- Mobilizar e desenvolver estratégias de formação massiva e ampla de mulheres deslocadas e "nativas" para alívio de trauma e competências básicas em apoio psicossocial; direccionar também o apoio psicossocial com abordagens específicas para homens e rapazes que toquem na transformação de masculinidades violentas, para prevenção de formas de VBG e promoção de Paz, bem como garantir abordagens específicas para grupos mais vulneráveis, como pessoas com deficiências e crianças órfãs;

- Alívio de Trauma e Apoio Psicossocial e Terapias Comunitárias: Promover acções de apoio psicossocial baseadas nos saberes tradicionais, práticas artístico-culturais como recursos terapêuticos endógenos — fomentação de actividades artístico-culturais (dança, música, artesanato, cestaria) que possibilitem também fontes de geração de renda;

- Promover acções de saúde mental, auto-cuidado e terapias colectivas de inter-apoio psicossocial para os activistas, mobilizadores, assim como provedores dos serviços sociais e organizações de mulheres actuando na linha de frente em iniciativas de apoio às pessoas deslocadas, centradas nas necessidades específicas de mulheres e homens;

- Investir e promover programas de liderança e empoderamento pessoal, baseados em metodologias feministas e freireanas, que trabalhem o desenvolvimento e fortalecimento pessoal e interior das mulheres;

- Resgatar e adequar experiências e materiais elaborados durante períodos como a guerra civil e as cheias de 2000, e outros mais recentes sobre apoio psicossocial em emergência;

- Articular com universidades e institutos de formação técnica para integração de conteúdos de assistência psicossocial e alívio de trauma em contexto de emergência, para criação a médio e longo prazo de programas de estágio que permitam o envolvimento de estudantes e recém-formados em cursos de Psicologia e Assistência Social.

4.5 SERVIÇOS DE RESPOSTA INTEGRADA À VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

- Priorizar e agilizar o acesso à Justiça através do aumento de formações de mulheres activistas Paralegais — parcerias com a Comissão Nacional de Direitos Humanos e outras estruturas tais como o IPAJ, tribunais comunitários, etc, garantindo abordagens de género sobre a justiça que desafiam normas patriarcais;

- VBG: Garantir o estabelecimento de Centros de Apoio Integrado à Vítima na província, priorizando os distritos com mais famílias deslocadas (ex. Metuge, Montepuez, Pemba);

- Fortalecer o Mecanismo Multissectorial de VBG e os seus principais actores e coordenação, em todos os níveis (distrital e provincial);

- Melhorar a documentação de casos de crimes sexuais de guerra e outras formas de VBG, realizando o rastreamento de casos através das clínicas ou brigadas móveis de saúde e outras acções comunitárias de sensibilização e apoio psicossocial;

- Garantir a integração de pontos focais dos centros de acolhimento no Mecanismo Multissectorial de VBG; garantir o encaminhamento para apoio psicossocial às sobreviventes de VBG;

- Garantir a atenção integral à saúde das mulheres vítimas de violência sexual e seus familiares durante o período de diagnóstico, tratamento e protecção; promover mecanismos de denúncia e referência dos casos;

- Criar e manter casas de acolhimento para sobreviventes de VBG mais vulneráveis, de todas as idades;

- Mobilizar recursos para financiamento das linhas existentes locais de denúncia (Linha 148, Fala Criança, linha do Gabinete de Atendimento à Família, Menores Vítimas de Atendimento);

- Criar uma Equipe Técnica investigativa para esclarecer os casos de violência sexual, exploração sexual e abusos ocorridos no conflito em curso, tanto por parte das forças militares nacionais e estrangeiras, como por parte dos insurgentes, para devido seguimento criminal; promover um discurso de "não à impunidade!" — Comissão de Direitos Humanos etc. (Documentação de crimes de guerra baseados no género);

- Fazer seguimento e denunciar os casos de abuso e exploração sexual por membros de organizações prestadoras de ajuda humanitária, fazendo com que se apliquem as penas previstas nos códigos de conduta internacionais e na legislação nacional;

- Os programas devem considerar, nas suas abordagens de sensibilização sobre VBG e direitos das mulheres e raparigas, as discrepâncias existentes entre os discursos da população e as suas reais práticas quotidianas no que diz respeito às normas e costumes culturais nocivos, como o caso das uniões prematuras, de modo que as metodologias usadas possam operar transformações profundas e não superficiais.

5. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO E RECONSTRUÇÃO

- Rever os PES e outros instrumentos-chave, como o Plano de Reconstrução, com base nas transformações demográficas da província e com abordagens de género e prioridades das famílias deslocadas e famílias de acolhimento, garantindo a participação significativa destes grupos;

- Reforçar o dever das instituições do estado, como a ADIN, em garantir uma participação efectiva que se reflicta na construção de programas e abordagens que traduzam a diversidade de ideias e perspectivas das famílias deslocadas, numa abordagem de género.

6. ACESSO E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E TERRA EM CONTEXTO DE CRISE ECOLÓGICA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- A gestão transparente dos Recursos Naturais (RN) e a canalização das receitas aos distritos e comunidades continua central e deve ser articulada com os processos de reconstrução e Paz, a partir de acções que mobilizem e organizem mulheres na gestão de RN;

- Privilegiar Recursos Humanos da província e zona norte e formá-los para a sua integração nas várias iniciativas e programas humanitários e de desenvolvimento;

- Ter uma estratégia clara de redistribuição de terras na província, enfatizando-se a necessidade da "devolução" ou "restituição" de terras e reorganização da actividade agrícola, com incentivos a cooperativas de mulheres camponesas; que esta redistribuição atribua 50% das terras às mulheres – acesso a DUATs;

- Criar programas de (re)assentamento com o propósito de proteger o meio ambiente, de fortalecer a produção alimentar local – créditos agrícolas, instrumentos e insumos agrícolas, etc., abrangendo mulheres; projectos agro-florestais e agricultura ecológica – que visam fazer face ao elevado desmatamento provocado pela indústria madeireira e outras acções extractivas;

- Promover a liderança de mulheres e colectivos para a Gestão de Recursos Naturais – e promover formações na área de mudanças climáticas.

7. FORTALECIMENTO ECONÓMICO DAS MULHERES

- Integrar o sector privado e instituições financeiras no processo de reconstrução da província de Cabo Delgado (ex: abertura de linhas de crédito bonificado para mulheres deslocadas e outros grupos vulneráveis); regulamentação de preços de bens e produtos básicos que inflacionaram devido aos "cheques de apoio";

- Investir em programas de agricultura ecológica, ecoturismo, energias renováveis, orientados para diversificação económica e modelos de pequenos negócios locais liderados por mulheres;

- Realizar fóruns para construção de estratégias de empoderamento económico das mulheres deslocadas e não só, para ampliação das suas habilidades e actividades prévias, identificação de iniciativas e práticas de economias solidárias e sustentáveis em diversas áreas – e que respondam às necessidades dos contextos de desenvolvimento rural; discutir e propor modelos e linhas de financiamento e crédito a nível local, distrital e provincial; estabelecer, neste âmbito, parcerias com o sector privado local e nacional (médias e pequenas empresas locais), para fomentar as economias locais;

- Fomentar cooperativas económicas de mulheres, modelos locais de poupanças comunitárias, xitiki e outros, através de linhas e abordagens de financiamentos;

- Criar programas de reordenamento e acesso à terra, aos bens e serviços produtivos e sociais;

- Rever o PRCD – Promover programas de desenvolvimento para aldeias e centros de acolhimento e a integração de regiões afectadas pelo conflito em paralelo com os processos de pacificação e segurança nestas regiões, com mecanismos estabelecidos de participação das populações deslocadas e comunidades nativas;

- Promover o acesso à energia nos centros de acolhimento por via de painéis solares, em zonas que ainda não estejam electrificadas;

- Criar um plano para melhoramento e resiliência das habitações nos centros de acolhimento/(re)assentamentos, baseados em cooperativas de produção de materiais de construção, envolvendo formas de geração de renda para famílias deslocadas.

8. RECOMENDAÇÕES PARA O REFORÇO DAS CAPACIDADES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARTICULARMENTE DE NÍVEL LOCAL E LIDERADAS POR MULHERES E JOVENS

- Promover acções de reconhecimento público de organizações e colectivos de mulheres – através de prémios; destacar não apenas "campeãs" numa lógica mais individualista, mas também os colectivos de mulheres engajados;

- Promover a difusão do trabalho realizado pelas mulheres enquanto agentes políticas;

- Desenvolver estratégias de protecção e segurança que atendam aos riscos específicos de mulheres mobilizadoras, activistas e actuantes na defesa dos direitos humanos e das mulheres, líderes locais, mulheres membros de organizações – face a eventuais ameaças, formas de discriminação, estigmatização social, etc;

- Fortalecer e apoiar as OCBs, cooperativas e organizações de mulheres em recursos e ferramentas, e no acesso às novas tecnologias, bem como aos conhecimentos em matérias de direitos humanos, de pessoas deslocadas internamente, gestão de conflitos, VBG em contexto de guerra, gestão de recursos naturais – via apoio à construção de movimentos e alianças ou coligações entre as várias organizações comunitárias.

referências bibliográficas

ACNUR e LSHTM. *A situação da Violência Baseada no Género (VBG) e a resposta em Cabo Delgado, Moçambique: Uma avaliação rápida*. Resumo do projecto e recomendações, 2021

AFRICA REPORT. *Stemming the Insurrection in Mozambique's Cabo Delgado Crisis Group*, N°303, 11 June, 2021

AFRICAN UNION. *Policy on Post-Conflict on Reconstruction and Development.* Banjul, Gambia, 2006

AFRICAN UNION. *Projecto de estratégia para as alterações climáticas em África*, 2020-30. Addis Abeba, Etiópia, 2020

AGIRREGOMEZKORTA, Rosa. *Engendering the Nexus: Mainstreaming gender in the triple Nexus*. CEIM, 2020

ALBERDI, Jokin ET AL. *Territórios em Conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*. Gernika Gogoratuz, 2019

AMNESTY INTERNATIONAL. *"O que vi foi a morte". Crimes de guerra no "cabo esquecido"* de Moçambique, 2021

ANDERSON, Susannah ET AL. *Gestão menstrual entre dois desastres: o ciclone Idai e a COVID-19 em Sofala, Moçambique*. Estudo de aprendizagem qualitativa. Be Girl, 2020

ASF-Advogados Sem Fronteiras. *Impacto dos Conflitos Armados na Vida das Mulheres e Raparigas em Moçambique*. Relatório da Pesquisa de Campo nas Províncias de Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza, 2019

AZKUE, Irantzu Mendia (Coordenation y Édicion). *Estrategias feministas de justicia y reparación en Guatemala y Colombia*, 2020

BARBELA, Pedro. *"LA PAZ SIN LAS MUJERES iNO VA!": um estudo sobre os ativismos interseccionais feministas nos processos de construção da paz na Colômbia (2012-2016)*. Universidade Federal de Minas Gerais, 2020

BOLETIM DA REPÚBLICA. *Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI)*. I SÉRIE, Número 173, 8 de Setembro de 2021

BOND, Patrick. *Reparações climáticas globais do Norte para prevenir o conflito fóssil-combustível do Sul: A maldição do gás de Moçambique, a insurreição islâmica, a acumulação de capital imperial-subimperial e um clima alternativo à intervenção militar internacional*, 2021. Disponível no link: http://www.cadtm.org/Reparacoes-climaticas-globais-do-Norte-para-prevenir-o-conflito-fossil

CASIMIRO, Isabel. *Mulher, Pesquisa, Acção e Mudança. In: Cruz e Silva, Teresa, Coelho, João Paulo Borges, Souto, Amélia Neves de (orgs.). Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África. Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. CODESRIA, pp. 211-226, 2012

CCCM Cluster. *Northern Mozambique Site List*, December 2021

CCCM Cluster Site Update. *Northern Mozambique*, 2021

CLUB OF MOZAMBIQUE. *Terrorism prevents a fifth of schools in Cabo Delgado from opening*, 26 Jan 2022

COLLET, Angela. *Reimagining Conflict: the (In) visible web of conflict in Cabo Delgado, Mozambique in: Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN). Continuities of Gendered Violence in Conflict. Making Political Economy Visible*. Insights by young Feminist form the global South, 2020

CUNHA, Teresa. *"Já somos gente de pouca esperança, só vivemos". Cabo Delgado e a Guerra na vida das mulheres e raparigas*, 2021

DECLARAÇÃO DE PEMBA, 2019. Available at: https://omrmz.org/omrweb/declaracao-de-pemba/

DW. *Cabo Delgado mobiliza-se por novos registos de nascimento de deslocados*, 06.09.2021

FEIJÓ, João. *Caracterização e organização social dos machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas*. Observatório do Meio Rural, Nº 109, Abril 2021

FEIJÓ, João. *O Papel das Mulheres no Conflito em Cabo Delgado: Entendendo ciclos viciosos de violência*, 2021

GARCÍA, Gonzalo Vitón. *Tese de Doutoramento. A Paz Invisível. A Reconstrução da Agenda de Género nos Processos de Paz: A agência das organizações de mulheres em Moçambique (2013-2019)*. Universidad Autónoma de Madrid, 2021

GLOBAL PROTECTION CLUSTER. *Handbook for the Protection of Internally Displaced Persons*, 2006

GONZÁLEZ, Ainara Barrenechea. *Estudo de género: Situação Atual das Mulheres em Cabo Delgado*. MULEIDE e ActionAid, 2015

HENDRIKS, Cheryl. *A Agenda Mulheres, Paz e Segurança 20 anos depois*, 2020

ICG. International Crisis Group. *Stemming the Insurrection in Mozambique's Cabo Delgado*. Africa Report N°303, 2021

K4D - Knowledge for Development. *Incorporating Gender Perspectives in Peace Operations since 2018*, 2021

MARIANO, Esmeralda (coord). *Promoção da participação efectiva das mulheres e raparigas nos processos de paz, segurança e reabilitação em Moçambique*, ONU Mulheres, 2019

MCLEOD, Laura. *Configurations of Post-Conflict: Impacts of Representations of Conflict and Post-conflict upon the (Political) Translations of Gender Security within UNSCR 1325*. International Feminist Journal of Politics, 13 (4), 2011

MGCAS. *Informação sobre as acções realizadas na área da mulher e género (2020)*, 2021

MULEIDE. *O impacto dos conflitos violentos em Cabo Delgado, por uma abordagem de género, com foco para as mulheres e meninas*, 2020

MEER., Shameer. *Extractivism's intrinsic violence: the domination of women and the domination of nature*. Peace in Progress nº39. 2020.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. *Metodologias feministas e estudos de género: articulando pesquisa, psicologia clínica e política*, 2006

NGOENHA, Severino; do AMARAL, Giverage; NHUMAIO, Alcido. *Cabo Delgado e o risco sistémico da guerra em Moçambique*. Desafios para Moçambique 2020, IESE, 2020

OECD - Organization for Economic Co-operation and Development. *Gender Equality across the Humanitarian--development-peace Nexus*, 2021

OLLIVIER, Michele e TREMBLAY, Manon. *Questionnements feministes et methodologie de la recherche*. Montreal et Paris: L'Harmattan, 2020

OMR - Observatório do Meio Rural. *Contributo para o Planeamento do Desenvolvimento de Cabo Delgado*, 2021

OMR - Observatório do Meio Rural. *Desenvolvimento Soció-económico de Cabo Delgado no contexto de conflito*, 2020

ONU MULHERES. Moçambique. *Promovendo a Participação Eficaz de Mulheres e Raparigas na Paz, Segurança e Recuperação em Moçambique*, 2021

OSÓRIO, Conceição e CRUZ E SILVA, Teresa. *Narrativas e práticas sobre direitos humanos no contexto do(s) Conflito(s) em Cabo Delgado: uma análise de género*. WLSA Moçambique, 2021

OSÓRIO, Conceição e CRUZ E SILVA, Teresa. *Silenciando a discriminação: Conflitos entre fontes de poder e os direitos humanos das mulheres em Pemba*. WLSA Moçambique, 2018

ÓSORIO, Conceição. *Mulher e Democracia: Indo para além das quotas: O caso das Eleições Autárquicas de 2018*.

PHUMZILE, Mlambo Ngcuka, *Military versus social expenditure*, retrieved from www.project/syndicate.org, 2020

PRCD. *Plano de Reconstrução de Cabo Delgado das Zonas Afectadas pelo Terrorismo (2021-2024)*. PRCD, República de Moçambique, 2021

PROJECTO de Resiliência para a Região Norte de Moçambique. *Anexo IX – Avaliação do risco de Violência Baseada no Género*, 2021

PROTECTION Cluster Mozambique. *I Strategy*, 2021

PROTECTION Cluster Mozambique. *Humanitarian Response Plan (2022)*, 2022

RELIEFWEB. *Mozambique – Food insecurity (DG ECHO, IPC) (ECHO Daily Flash of 8)*, December 2021

ROSA, Karen Susan da. *Perspectivas feministas e de género nas Relações Internacionais. Ponderações sobre a Trajetória destas abordagens nos Estudos de Paz e Segurança*, 2020

SAVE THE CHILDREN. *Mozambique: number of lone children fleeing conflict in Cabo Delgado jumps 40% in one month – Save the Children*, 9 AUGUST 2021

SELISTER-GOMES, Mariana; QUATRIN-CASARIN, Eduarda; Duarte, Giovana. *O conhecimento situado e a pesquisa-ação como metodologias feministas e decoloniais: um Estudo Bibliométrico*. Revista CS, 29, 47-72, 2019

SHEPHERD, Laura J. *Gender, UN Peacebuilding, and the Politics of Space. Locating Legitimacy*. Oxford University Press, 2017

SIUTA, Moisés. *Protecção social em contexto de terrorismo: que implicações tem a insurgência islâmica nos mecanismos formais de protecção social em Moçambique?, Ideias*, Boletim Nº 137, IESE, 2020

TRINDADE, Catarina Casimiro. *Xitiki é compromisso: os sentidos de uma prática de sociabilidade na cidade de Maputo, Moçambique*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2015

UNIÃO AFRICANA. *Relatório Do Presidente Sobre A Implementação Da Declaração Solene Sobre A Igualdade Do Género Em África (DSIGA)*.2012

UA ECOSOC. *A Convenção de Kampala ao serviço das PDIs Guia para a sociedade civil sobre o apoio da ratifi-cação e implementação da Convenção sobre a Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África*, 2020

UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), *Guiding Principles on Internal Displacement*, 22 July 1998, ADM 1.1, PRL 12.1, PR00/98/109, available at: https://www.refworld.org/docid/3c3da07f7.html [accessed 21 February 2022]

UNFPA. *Apelo humanitário para Cabo Delgado – Moçambique*, 10 de Fevereiro de 2021

UNICEF. *Humanitarian Action for Children. Mozambique highlights*, 2021 Revision 1, June 2021

UNICEF. *Humanitarian Action for Children*. Mozambique highlights, 2020

UNOCHA. *Mozambique Situation Report*, September 2021

UNOCHA. *Mozambique Situation Report*. Cabo Delgado, Nampula & Niassa Humanitarian Snapshot, 2021

UNOCHA. *Mozambique Situation Report*. Humanitarian Response Dashboard, 2021

UNOCHA. *Mozambique, The cost of Inaction*, August 2021

UNWOMEN. *Moçambique. Avaliação de Meio-Termo do Projecto "Promovendo a participação eficaz de mulheres, raparigas na paz, segurança e recuperação em Moçambique"*.

VISVANHATAN, Nalini et all. *The Women, Gender and Development Reader*. Zed Books.London, 2011

WARD, Jeanne. *Feminist Approaches to Specialized Mental Health Care for Survivors of Gender-based Violence*. GBV AoR HELPDESK, Learning Brief, 2020

WOMIN. *Armas, Poder e Política: Extractivismo, Militarização e Violência contra a Mulher*, 2021, disponível : https://womin.africa/guns-power-politics-vaw/

WOMIN e IANDRA. *Women, Gender and Extractivism in Africa: A collection of Papers*. 2020.

anexos

ANEXO 1

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E OUTROS ACTORES-CHAVE ENTREVISTADOS

1) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

- CESC, Pemba;
- MULEIDE, Pemba;
- UNFPA,Pemba;
- PROMURA, Pemba;
- UDJOMU, Pemba;
- Plataforma Distrital da Sociedade Civil de Montepuez, Montepuez;
- Gabinete de Direitos Jurídicos da Mulher, Pemba.

2) PESQUISADORES, ACADÉMICOS, ACTIVISTAS E OUTROS

- Yussuf Adam ;
- Teresa Cunha ;
- Graça Samo;
- Ângela Collet;
- John Supepa;
- António José Roxo Leão;
- Flávia ;
- Yana.

ANEXO 2

MATRIZ SÍNTESE DAS PRINCIPAIS NECESSIDADES LEVANTADAS PELAS MULHERES DOS CENTROS/ALDEIAS VISITADOS (ALDEIA DE CUAIA - METUGE, ALDEIA DE NACUSSA B - ANCUABE E ALDEIA DE NACACA - MONTEPUEZ)

1) ACESSO À TERRA PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, SEGURANÇA ALIMENTAR E FONTES DE RENDIMENTO

(reordenamento da terra para garantir o acesso às pessoas deslocadas, materiais e instrumentos para cultivo, enxadas, foices, catanas, arados e outros insumos agrícolas, bem como sementes das principais produções locais e outras)

2) ACESSO A MEIOS E FONTES DE FINANCIAMENTO DIVERSOS PARA DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E REALIZAÇÃO DE POUPANÇAS COLECTIVAS

(crédito rotativo, xitiki, financiamento para cooperativas de mulheres)

3) ACESSO A HABITAÇÃO CONDIGNA EM LOCAIS SEGUROS E NÃO VULNERÁVEIS A CHEIAS, PRÓXIMOS A ZONAS DE CULTIVO, COM ACESSO A ÁGUA, HIGIENE, SANEAMENTO BÁSICO E ENERGIA

(Materiais de construção como chapas e outros, tendas, lonas, tampas para latrinas, painéis solares foram necessidades partilhadas pelas mulheres. A aldeia de Cuaia, Metuge, está localizada numa zona altamente propensa a inundações, e com habitações (tendas precárias algumas sem lona) incapazes de suportar cheias e alagamentos, pelo que as mulheres demandaram a relocação desta comunidade para outra zona. Reassentamentos e centros de acolhimento deverão estar em zonas seguras e resilientes às alterações climáticas)

4) ACESSO A MATERIAL DOMÉSTICO DIVERSO

(roupa e calçado, capulanas, camas, colchões, mantas/cobertores, esteiras, utensílios de cozinha: panelas, pratos, talheres, baldes, bacias)

(As mulheres de Nacussa B queixaram-se de muitas dores na coluna por dormirem no chão, além de terem os pés altamente gretados por falta de calçado)

5) ACESSO A SERVIÇOS ABRANGENTES DE SAÚDE E SERVIÇOS INTEGRADOS DE VBG

(Brigadas móveis de saúde sexual e reprodutiva, planeamento familiar e programas de apoio psicossocial e alívio de trauma, com recurso a terapias comunitárias – Espaços Amigos da Mulher com pontos focais identificados em cada comunidade para ligação com Mecanismo Multisectorial de VBG)

6) ACESSO À EDUCAÇÃO

(Programas de alfabetização de adultos e programas profissionalizantes, programas para crianças que estão fora do sistema de ensino devidos às distâncias, programas de apoio (subsídios de transporte) para jovens que estão no ensino secundário)

7) ACESSO A TRANSPORTE

(acesso a bicicletas ou motas, de modo a facilitar a deslocação para as unidades sanitárias e hospitais, principalmente para doentes crónicos e mulheres grávidas)

8) ACESSO A PRODUTOS MENSTRUAIS ADEQUADOS*

(pensos higiénicos descartáveis ou de pano, colectores menstruais, calcinhas menstruais, tampões, paninhos, sabão para lavar, capulanas)

*de acordo com as necessidades concretas das mulheres

ANEXO 3
GUIÕES DE ENTREVISTAS

1) GUIÃO DE ENTREVISTAS PARA OS GRUPOS FOCAIS E ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

PASSADO

1. Falem um pouco sobre vocês e como era a vossa vida antes do conflito (Que tarefas faziam, quais eram as vossas fontes de rendimento, com quem viviam/moravam, quais eram os vossos sonhos)

PRESENTE

2. O que mudou na vossa vida, das vossas famílias e da comunidade desde que o conflito começou e desde que chegaram ao centro de acolhimento?

3. Como tem sido o vosso dia a dia? Estão a fazer algum tipo de trabalho que gera rendimento?

4. Quais as principais dificuldades que enfrentam?

5. Estão com as vossas famílias ou separaram-se? Têm notícias deles ou sabem onde estão?

6. Têm vontade de voltar para a vossa terra ou preferem ficar aqui? Por quê?

PERCEPÇÕES SOBRE O CONFLITO

7. Quando é que se aperceberam do conflito e quando decidiram fugir e por quê? Como foi o processo de deslocação?

8. Por que é que acham que o conflito está a acontecer?

9. Qual é o vosso sentimento em relação aos insurgentes?

10. Qual é o vosso sentimento em relação aos militares das Forças Armadas Nacionais e do Ruanda? Sentem-se protegidas pelos militares? Por quê?

11. Acham que as mulheres têm algum papel ou participaram de alguma forma no conflito que está a acontecer? Como?

12. Quais têm sido as principais formas de violência que as vossas famílias tiveram de enfrentar (incluindo parceiros, filhos e outros parentes próximos)? Quais os impactos dessa violência? Quem foram os causadores dessas violências?

13. Como acham que a violência tem afectado de forma diferente homens e mulheres?

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ANTES DO CONFLITO

14. Já viveram alguma situação de violência antes do conflito? Como foi essa experiência (tipo de violência, quem era o agressor, o impacto, como resolveu e superou)?

15. Havia muitos casos de violência contra a mulher e rapariga nas vossas comunidades? Porquê? (Que tipos de violência, que impacto tinha, quem eram os agressores comuns e como resolviam?)

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DESDE O INÍCIO DO CONFLITO

16. Desde o início do conflito, que violências as mulheres, raparigas e crianças têm sofrido? (tipo de violência, quem era o agressor, o impacto, como resolvem e tentam superar). Já passaram por alguma situação de violência no centro de acolhimento?

17. Alguma vez receberam apoio psicossocial ou foram encaminhadas a algum serviço de saúde, acção social ou polícia depois de sofrerem violência?

18. O que poderia vos ajudar a superar a dor e os traumas das violências sofridas?

19. Acham que existe alguma situação em que o homem tem direito de agredir a mulher? Por quê?

20. O que acham que é preciso fazer para acabar com a violência contra a mulher e a criança?

ENTENDIMENTOS SOBRE OS PAPÉIS DE GÉNERO E DIREITOS DAS MULHERES E RAPARIGAS

21. Conhecem os direitos das mulheres? Quais? Acham que estes direitos são importantes e são respeitados?

22. Quais são os papéis e tarefas dos homens e das mulheres? Sentem que o conflito mudou estes papéis e tarefas, como?

PERCEPÇÕES SOBRE INTERVENÇÕES DE RESPOSTA HUMANITÁRIA, DA SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO

23. Que apoio têm recebido desde que tiveram que se deslocar e quem prestou esse apoio?

24. Sentem que o governo está a dar o apoio que precisam?

25. O que gostariam que o governo e organizações da sociedade civil fizessem mais ou fizessem de forma diferente?

26. Conhecem organizações ou associações de mulheres às quais possam pedir apoio e ajuda? Quais?

CONDIÇÕES DOS CENTROS DE ACOLHIMENTO/ESPAÇOS DE ACOMODAÇÃO DAS FAMÍLIAS DESLOCADAS

27. Como avaliam o vosso acesso aos seguintes serviços e condições:
    - Alimentos
    - Terra, Machamba
    - Higiene, Água e Saneamento
    - Condições de habitação
    - Medicamentos em caso de doença e Planeamento Familiar
    - Educação para mulheres, jovens, raparigas e crianças
    - Vestuário e Mantimentos
    - Condições de lazer e descanso, recriação (canto, etc.)
    - Há algum "espaço seguro/espaço amigo da mulher"

28. O que é que mais faz falta no centro de acolhimento?

29. Sentem-se respeitadas e apoiadas no local onde estão? Por quê?

30. Já presenciaram ou viveram alguma situação de desvio de alimentos e outras formas de abuso?

31. Como é o convívio entre as pessoas dentro do centro (entre homens e mulheres, entre as famílias deslocadas, entre os diferentes grupos étnicos, entre os líderes)?

32. Existem redes de apoio ou estratégias de entreajuda entre as mulheres nos centros, como por exemplo poupanças colectivas?

IMPACTO CULTURAL E RELIGIOSO-ESPIRITUAL - IMPACTO NOS COSTUMES, TRADIÇÕES E VALORES CULTURAIS-RELIGIOSOS

33. Têm tido a oportunidade de realizar cerimónias fúnebres e outras cerimónias ou costumes importantes, espaços para rezar (ritos de iniciação, etc)?

FUTURO

PAZ, BEM-ESTAR, JUSTIÇA E RECONSTRUÇÃO PÓS-CONFLITO

34. Quais acham que são as condições necessárias para se estabelecer a Paz em Cabo Delgado?

35. Quais são as principais prioridades para as famílias e mulheres deslocadas poderem se reconstruir e viver bem?

36. O que acham que deveria ser feito para evitar e acabar com estes conflitos?

37. O que acham que deveria ser feito com quem fez o conflito?

DINÂMICA COM DESENHO: SONHOS, DEMANDAS E RECOMENDAÇÕES DAS MULHERES

38. Quais são os sonhos que gostariam de realizar? O que sonham para a vossa família e comunidade? O que seria preciso para realizar esses sonhos?

GRAVAÇÃO DE VÍDEO-DEPOIMENTOS

39. Se pudessem falar com o Presidente sobre a realidade que têm vivido, o que diriam?

40. Se fosse a Presidente, o que faria?

2) GUIÃO DE ENTREVISTA A OUTROS ACTORES-CHAVE

1. Que tipo de pesquisa/trabalho desenvolve em Cabo Delgado e há quanto tempo?

2. Com base na pesquisa/trabalho que desenvolve, como interpreta/avalia a situação do conflito em Cabo Delgado? (causas, origens, etc)

3. Quais têm sido as principais acções de intervenção das OSCs nacionais e internacionais em relação ao apoio às pessoas deslocadas, em particular a mulheres e crianças?

4. Como avalia o papel do Governo e das OSC nacionais e internacionais no apoio às pessoas deslocadas, em particular às mulheres e crianças? Quais são as principais lacunas e oportunidades que identifica no apoio das OSCs nacionais, internacionais e do governo às mulheres afectadas pelo conflito?

5. As mulheres e raparigas afectadas pelo conflito têm sido ouvidas ou têm participado de alguma forma nas decisões sobre os programas e projectos de que são alvo, tanto por parte do governo como de agências de desenvolvimento e sociedade civil?

6. Como avalia o acompanhamento e gestão dos centros de acolhimento por parte do Governo, especialmente no que tange às condições para as mulheres?

7. Como avalia os actuais mecanismos de coordenação entre as OSCs e Governo, e até que ponto as questões de género são priorizadas e reflectidas nos mecanismos de coordenação e intervenção?

8. Qual tem sido o papel das organizações comunitárias de base, em particular organizações lideradas por mulheres a nível local?

9. Quais considera serem as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças à sociedade civil local em Cabo Delgado, no que diz respeito à resposta ao conflito?

10. Como avalia a disponibilidade de informações, dados e estudos sobre o conflito em Cabo Delgado? Quais as principais lacunas e oportunidades?

11. Que condições precisam ser criadas para se estabelecer uma paz duradoura e programas de desenvolvimento resilientes e sustentáveis, considerando a conjuntura actual do conflito? Como vê o papel das mulheres na resolução do conflito e construção da paz e desenvolvimento local?

12. Tem conhecimento do Plano de Acção da Mulher, Paz e Segurança? Como avalia a sua implementação?

13. Que outros instrumentos legais e políticos considera relevantes influenciar e operacionalizar, ligados à mulher, paz e segurança a nível nacional?

14. Até que ponto, nas intervenções realizadas até ao momento na província, as mulheres beneficiárias têm agência para decidir e influenciar os programas de resposta humanitária, construção de paz, quer de desenvolvimento a nível das suas comunidades?

15. O que sente que poderia ser feito no sentido de promover a agência e empoderamento político e cívico destas mulheres?

16. Quais são as suas principais recomendações e sugestões de acções de advocacia, olhando sobretudo para o impacto do conflito nas mulheres; para estratégias e programas de paz e desenvolvimento em Cabo Delgado?

ANEXO 4
PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

1) DADOS PESSOAIS

1. Centro em que se encontra
2. Idade
3. Local de Nascimento
4. Estado Civil (Casada/Solteira/Viúva/Divorciada)
5. Com que idade casou?
6. Religião
7. Línguas que fala
8. Grupo étnico
9. Nº de Filhos
10. Escolarização
11. Quando chegou no centro?
12. Tem documentação?

2) OUTROS INDICADORES DEMOGRÁFICOS RELEVANTES (SIM OU NÃO)

13. Está grávida?
14. Está a amamentar?
15. Sofre de alguma doença crónica? Qual?
16. Tem alguma deficiência? Qual?

ANEXO 5
ANÁLISE FOFA (SWOT) DAS OSCS ENTREVISTADAS

	FACTORES POSITIVOS	FACTORES NEGATIVOS
FACTORES INTERNOS	FORÇAS – As OSCs actuando na área de género e mulher estão organizadas no Grupo Temático de Género na FOCADE, como espaço de articulação e coordenação da intervenção; – A maior parte das OSCs Locais possui experiência em processos de advocacia e engajamento comunitário em matérias ligadas à VBG, incluindo algumas metodologias básicas de apoio psicossocial; – Participação em vários espaços formais e informais como Clusters Humanitários, Mecanismo de VBG, Plataforma, Plataforma de Recursos Naturais; – Organizações possuem acções complementares e poderão facilmente criar sinergias e capitalizar abordagens integradas Resposta Humanitária-Desenvolvimento-Paz; – Demanda por parceiros locais na implementação de programas de resposta humanitária e outros.	FRAQUEZAS – Fraco conhecimento sobre instrumentos relevantes no contexto de conflito em Cabo Delgado, tais como PCRD, PEDGI, PNAMS – Necessidade de fortalecimento de conhecimentos e capacidades nas seguintes áreas e temáticas: Paz e Segurança, Gestão e Resolução de Conflitos, Gestão de Recursos, Mudanças Climáticas, Alternativas Ecológicas e impacto e papel da MulheR; – Abordagens de engajamento masculino para transformação; – Metodologias, abordagens e princípios feministas e de integração de resposta humanitária- desenvolvimento-paz; – Fraca articulação e coordenação entre OSCs na construção de agendas de advocacia comuns para os direitos das pessoas deslocadas, com atenção para mulheres e raparigas; – Difícil acesso às TICs e metodologias de participação mais eficazes nos múltiplos espaços; – Poucos recursos para participação e fraca apropriação e liderança nos vários espaços formais e informais de governação e de articulação entre OSCs nacionais e Agências internacionais (ex- Clusters, Plataforma de Mulher, Paz e Segurança); – Necessidade de maior inclusão de OCBs distritais nos espaços provinciais; – Poucos recursos financeiros, técnicos e humanos para apoio psicossocial e alívio de trauma em contexto de conflito — programas e metodologias mais superficiais — não avaliação da redução de trauma pós-traumático — abordagens de género que olhem para necessidades de homens e mulheres no apoio psicossocial.
FACTORES EXTERNOS	OPORTUNIDADES – Desenvolvimento de novas capacidades, conhecimentos e áreas de intervenção/inovação social no âmbito do apoio às mulheres deslocadas: ex. Paz e Segurança – Gestão e Resolução de Conflitos, Gestão de Recursos, Mudanças Climáticas, Alternativas Ecológicas, e impacto e papel da Mulher; – Desenvolvimento de projectos socioculturais que usam as expressões artísticas locais como ferramentas para apoio psicossocial, empoderamento pessoal das mulheres e mentoria em diversas áreas; – Acompanhamento do PNAMS, outros Planos Provinciais e Distritais sob uma óptica de género; – Fortalecimento de sinergias e articulação para intervenções integradas e colaborativas entre OSCs nacionais e locais; – Capitalização e interligação entre espaços formais e informais existentes para avanços dos direitos das mulheres (incluindo mulheres deslocadas; – Formação em abordagens feministas e transformativas de género; – Fortalecimento dos mecanismos de accountability às pessoas deslocadas, pelas OSCs.	AMEAÇAS – Tensão social, clima de desconfiança política e limitado envolvimento de OSCs nos processos de tomada de decisão pelo Governo Provincial; – Fraca protecção às mulheres activistas, lideranças femininas a nível da comunidade e outras defensoras de direitos humanos; – Não apoio e envolvimento das comunidades locais em programas podem gerar conflitos e tensões; – Competição e desarticulação entre agências internacionais, e OSCs (duplicação de actividades e intervenções); – Mecanismos fracos de prestação de contas regulares por parte das instituições do Estado, OSCs e agências internacionais aos beneficiários; – Natureza dos Modelos de Financiamento para Resposta Humanitária; Elevada burocracia no acesso e uso de fundos de emergência de curta duração e fraca formação.

***Para aprofundamento, ver as secções sobre Resposta Humanitária, Desenvolvimento e Reconstrução e Recomendações.**

ANEXO 5

LEVANTAMENTO DE OSCS NACIONAIS E LOCAIS ACTUANDO NA ÁREA DE GÉNERO E MULHER

NOME DA ORGANIZAÇÃO	PRINCIPAIS ACÇÕES	CONTACTO
AMMCJ	Assistência Jurídica e Apoio Psicossocial, VBG	842456334
AME	Sensibilização comunitária em VBG	847893533
Liga dos Direitos Humanos	Assistência Jurídica e Sensibilização comunitária em VBG	89186457
DJUMULA	Estudos de Género e Sensibilizações comunitárias em VBG	843823791
UNUWATIANA	Especialistas em Rádio e Sensibilização comunitária em VBG	868004286
MASC	Lobbying e Advocacia para Igualdade de Género	845420487
UCM (Universidade Católica de Moçambique) Cabo Delgado	Advocacia, Investigação e Estudos de Base (incluindo na área de Género)	848270728 / 848270728
ACTIONAID	Governação e Promoção dos Direitos da Mulher e Rapariga	845455663
WIWANANA	Direitos Sexuais e Reprodutivos e Sensibilização em VBG	847771417
Conselho Cristão de Moçambique	Direitos Sexuais e Reprodutivos e Sensibilização em VBG	850446209
Gabinete Jurídico da Mulher	Prevenção e Sensibilização em VBG Resolução de Conflitos Comunitários, Apoio Psicossocial	825352395
ACAV – Associação contra o Analfabetismo e Violência da Mulher de Cabo Delgado	Educação e Violência Baseada no Género	
FDC	Educação da Rapariga, Direitos Comunitários, Advocacia, VBG e Empodera-mento Económico das Mulheres	845865475
CEPCI – Centro de Promoção para a Cidadania da Mulher	Fortalecimento das capacidades das mulheres nas comunidades, promoção de direitos à saúde e promoção de igualdade e equidade de género	840191806
MULEIDE	Pesquisa e formação das mulheres no sector informal, formação em saúde e prevenção contra o HIV/SIDA, consciencialização jurídica e em VBG	842876160
AMODEFA	Direitos em Saúde Sexual e Reprodutiva e Sensibilização em VBG	843096614
AGA KHAN		870162660
CISLAMO – Conselho Islâmico de Moçambique	Assistência Humanitária	826699850
ARIEL GLEISER –DSR	Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV	843762206
FOCADE – Fórum Provincial da Sociedade Civil de Cabo Delgado	Advocacia para Igualdade de Género/Grupo Temático de Género	848770850
PROMURA	Assistência Jurídica, apoio psicossocial, VBG, Humanitário, Paz e Segurança	847158240
MULHERES UNIDAS PELA PAZ	Paz e Segurança, VBG, Poupança	844856241
Associação QUENDELEIA	Apoio Humanitário e Sensibilização Comunitária em VBG	844206596
Associação SAHORNA	Apoio Humanitário e Sensibilização Comunitária em VBG	862190566
Associação UVILELA	Apoio Humanitário e Sensibilização Comunitária em VBG	846178833
PROGRESSO	Programas de Educação e Alfabetização com enfoque na Mulher e rapariga e sensibilização em VBG e direitos da rapariga	875482160
AMEDEC – Montepuez	Engajamento Comunitário, Advocacia Local, Clubes de Paz e VBG	871726672
HIKONE Moçambique	Protecção dos Direitos das Mulheres em Zonas Extractivas	848459679
NUDEC – Núcleo para o Desenvol-vimento Comunitário de Recursos Naturais e Ambiente	Gestão de Recursos Naturais e Direitos das Mulheres	849039188 / 844923870
CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil	Governação e Advocacia: Educação da Rapariga, VBG, Direitos da Mulher e Recursos Naturais	845108505

*Um levantamento aprofundado por distrito, de pequenas associações e OCBs lideradas por mulheres, tais como organizações rurais, cooperativas e outras, poderá ser um exercício complementar relevante.

mukadzi
colaboratório
feminista